



2ª Revisão do PDM de Mirandela

Relatório de Caracterização da Situação de
Referência

SETEMBRO 2020



REVISÃO DO
PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE
MIRANDELA





2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MIRANDELA

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

setembro 2020



REVISÃO DO
PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE
MIRANDELA



(página propositadamente deixada em branco)



NOTA PRELIMINAR:

O presente documento foi elaborado em 2020 ao abrigo das orientações então veiculadas pela CCDR Norte que orientou o Município para um procedimento de revisão do PDM, numa ótica simplificada, em substituição do procedimento que inicialmente adotou e que visava uma mera Alteração por adaptação ao RJIGT.

As orientações foram, então, no sentido de iniciar a 2ª revisão do PDM, considerando que a caracterização territorial do ponto de vista de enquadramentos, componentes biofísicas, patrimoniais e dados demográficos entre a 1ª e a 2ª revisão do PDM não tinham sofrido alterações dignas de registo (de 2015 para 2020), pelo que o município poderia adotar o conteúdo do Relatório do Estado de Ordenamento do Território (REOT) que acabava de aprovar, reforçando apenas algumas temáticas como:

- *Quadro de Referência Estratégico;*
- *Dinâmica urbanística;*
- *Infraestruturação;*
- *Uso e ocupação do solo;*
- *Riscos e vulnerabilidades.*

O procedimento de revisão foi objeto de diversas prorrogações, tendo a reunião final da Comissão Consultiva (Conferência Procedimental) ocorrido em 6 de março de 2025.

O presente documento de caracterização da situação de referência mantém-se à data da situação de referência, ou seja 2020, sendo plasmados no relatório de proposta, ou em relatório próprio, os conteúdos que foram objeto de atualização por força da imposição do RJIGT (compromissos urbanísticos) ou em virtude dos pareceres que as entidades consultadas emitidos na referida reunião de Conferência Procedimental (em concreto, sobre temas como o Património Cultural, Infraestruturação e Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública).

Por último referir, que o facto do presente relatório reportar a 2020, as propostas de plano tiveram em consideração a ponderação dos dados Censos de 2021 que, posteriormente, foram disponibilizados.

Junho de 2025



REVISÃO DO
PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE
MIRANDELA



(página propositadamente deixada em branco)



ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	1
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O PROCEDIMENTO DA 2ª REVISÃO	1
1.2 OBJETIVOS E PRESSUPOSTOS DA 2ª REVISÃO DO PDM	2
2. ENQUADRAMENTO	4
2.1 CONTEXTO TERRITORIAL	4
2.2 CONTEXTO ESTRATÉGICO E GESTÃO TERRITORIAL	6
2.2.1 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	7
2.2.1.1 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	8
2.2.1.2 Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3)	14
2.2.1.3 Plano de Gestão dos Riscos de Inundação da Região Hidrográfica do Douro (RH3)	21
2.2.1.4 Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro	25
2.2.1.5 Programa de Albufeira de Foz de Tua	37
2.2.1.6 Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte	39
2.2.1.7 Plano de Pormenor de Vale de Azenha	76
2.2.2 INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS PROGRAMÁTICOS	77
2.2.2.1 Estratégia para o Turismo 2027	77
2.2.2.2 Agenda Estratégica dos Territórios da Fronteira Interior Transmontana 2030 (Agenda Estratégica Transmontana, AET)	82
2.2.2.3 Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal das Terras de Trás-Os-Montes para o período 2014-2020	90
2.2.2.4 Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações climáticas da Terra Quente Transmontana	99
2.2.2.5 Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Mirandela	124
2.2.2.6 Plano Estratégico de Reabilitação Urbana de Mirandela	130
3. O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2015-2020 E ATUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	138
3.1 DIMENSÃO SOCIO-DEMOGRÁFICA	138
3.2 DIMENSÃO ECONÓMICA	142
3.3 DINÂMICA URBANÍSTICA, HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA	146
3.4 SISTEMAS E REDES DE SUPORTE ESTRUTURANTES	151
3.4.1 SISTEMA AMBIENTAL E PAISAGEM	151
3.4.2 ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	152
3.4.3 REDE DE INFRAESTRUTURAS	156
3.4.4 REDE DE EQUIPAMENTOS	161
3.5 O PDM EM VIGOR	163
3.5.1 GRAU DE EXECUÇÃO DA 1ª REVISÃO DO PDM	163
3.5.2 CONSTRANGIMENTOS DO PDM EM VIGOR	171
3.6 OCUPAÇÃO DO SOLO	172
3.6.1 ANÁLISE DA COS 2018	173
3.6.2 ÁREAS ARTIFICIALIZADAS	179
3.6.3 ANÁLISE DOS DADOS ESTATÍSTICOS DO IFN	180
3.6.4 OCUPAÇÃO AGRÍCOLA	183
3.6.5 APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	185
3.7 VULNERABILIDADES E RISCOS TERRITORIAIS	187
3.8 SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO SOLO	189
4. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA PREVENTIVA	192
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	207



6. ANEXO – ESQUEMAS DAS INFRAESTRUTURAS 209

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Municípios da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes	5
Figura 2: Modelo Territorial.....	9
Figura 3: Identificação das Zonas Críticas da RH3	23
Figura 4: Localização das ARPSI propostas para a RH3.....	24
Figura 5: Extrato da Carta Síntese do PROF TMAD	26
Figura 6: Sub-regiões do PROF TMAD no Município de Mirandela	27
Figura 7: Corredores Ecológicos do PROF TMAD no Município de Mirandela	27
Figura 8: Área de Intervenção do PEAFT.....	39
Figura 9: Esquema Global do Modelo territorial para o Norte.....	42
Figura 10: Componentes da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental.....	47
Figura 11: Planta de Implantação do Plano de Pormenor do Lugar de Vale de Azenha.....	76
Figura 12: Imagem da área de intervenção do Plano de Pormenor de Vale de Azenha.....	77
Figura 13: Subdestinos da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte	81
Figura 14: Municípios e áreas territoriais da CIM Terras Trás-os-Montes.....	83
Figura 15: Território de abrangência do PIAAC TQT.....	100
Figura 16: Hierarquização do grau de risco.....	103
Figura 17: Planta de localização dos investimentos físicos do PEDU (PMUS, PARU, PAICD).	128
Figura 18: ARU do centro urbano de Mirandela	132
Figura 19: Evolução da população residente no concelho, entre 1981 e 2011	138
Figura 20: Indicadores demográficos (%).	140
Figura 21: Estrutura etária, 2011 e 2017	140
Figura 22: Distribuição da população empregada por setor de atividade, em 2011	143
Figura 23: Edifícios concluídos entre 2011 e 2017	146
Figura 24: Enquadramento das ARU de Mirandela e da área de intervenção do PARU.....	150
Figura 25: Territorialização dos projetos de intervenção física integrados no PMUS.....	156
Figura 26: Quantificação da ocupação do solo - áreas predominantes.....	179
Figura 27: Ocupação do solo na região Terras de Trás os Montes.....	181
Figura 28: Perímetros florestais no concelho	182
Figura 29: Efetivo animal presente no concelho.....	184
Figura 30: Áreas ocupadas por culturas temporárias no concelho.....	184
Figura 31: Áreas ocupadas por culturas permanentes no concelho.....	184
Figura 32: Evolução das principais culturas e áreas regadas, entre 1990 e 2001	186
Figura 33: Folheto de divulgação da Revisão do PDM de Mirandela.....	193
Figura 34: Participação Pública por tipo de pretensão	194



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Indicadores Territoriais da CIM-TTM	5
Quadro 2: Medidas de base de âmbito regional e específico na RH3 com impacto no concelho de Mirandela....	15
Quadro 3: Medidas suplementares de âmbito regional e específico na RH3	17
Quadro 4: Funções e Espécies Florestais das sub-regiões homogéneas	28
Quadro 5: Normas de intervenção nos espaços florestais	31
Quadro 6: Medidas de intervenção comuns e específicas por sub-região homogénea com influência no ordenamento do território	32
Quadro 7: Objetivos da gestão e intervenções florestais principais, a considerar nas Áreas Florestais sensíveis e corredores ecológicos, que podem influenciar o ordenamento do território	35
Quadro 8: Resumo das Normas Específicas do PROT N com implicação no concelho de Mirandela	52
Quadro 9: Principais conclusões do Atlas dos Riscos Naturais e Tecnológicos	104
Quadro 10: Identificação das Opções de Adaptação propostas	107
Quadro 11: Quadro de compromissos PEDU 2016 - 2020	129
Quadro 12: Matriz da estratégia territorial	135
Quadro 13: Matriz do plano de ação: Projetos Estruturantes (PE), relação com os Objetivos Estratégicos (OE), Ações Prioritárias e Componente de Investimento)	136
Quadro 14: Índices de estrutura, 2001, 2011 e 2017 (%)	141
Quadro 15: Hipóteses de crescimento demográfico entre 2011 e 2026	142
Quadro 16: Oferta de alojamento turístico em Mirandela em 2019	145
Quadro 17: Quadro síntese do Programa de Execução do PDM em vigor (2015)	164
Quadro 18: Operações objeto de candidatura no âmbito do Portugal 2020	169
Quadro 19: Quantificação das áreas artificializadas	179
Quadro 20: Participação Pública (Preventiva) na 2ª Revisão do PDM de Mirandela	197



REVISÃO DO
PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE
MIRANDELA



(página propositadamente deixada em branco)



1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O PROCEDIMENTO DA 2ª REVISÃO

Em 2014 e 2015, com a publicação da Lei de Bases gerais da política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo¹ e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial² (RJIGT), introduziram-se alterações estruturantes no contexto legal em matéria de ordenamento do território, e a questão da avaliação da política de ordenamento do território, embora não seja nova, surge fortemente reforçada – *“as entidades da administração **devem promover de forma permanente a avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos programas e planos territoriais por si elaborados, suportada nos indicadores qualitativos e quantitativos neles previstos**”* (n.º 1 do artigo 187º do RJIGT).

Neste sentido, e no que aos municípios se refere, o n.º 3 do artigo 189.º do RJIGT, determina que a Câmara Municipal elabora *“de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território”*, a submeter à apreciação da assembleia municipal.

O PDM de Mirandela, na sua 1ª revisão, foi publicado pelo Aviso n.º 9347/2015, de 21 de agosto, tendo completado em agosto cinco anos de vigência, o que consolidou, em primeira análise, a oportunidade de elaboração de um documento que permitisse traçar o retrato do estado do ordenamento do município de Mirandela, identificando dinâmicas e tendências de evolução.

Foi então elaborado o Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT), indo ao encontro de um imperativo legal, servindo também para fundamentar, a par das alterações legislativas, a necessidade de promover a revisão do PDM, adequando-o à realidade em presença e à evolução, em perspetiva, das condições sociais, económicas, ambientais e culturais do município; conforme disposto no n.º 4 do artigo 189º do RJIGT. Os REOT *“traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, **fundamentando uma eventual necessidade de revisão**”*. A este propósito dispõe o n.º 6 do mesmo artigo que a não elaboração do REOT, no prazo estabelecido, determina a impossibilidade de rever os planos municipais.

Com o REOT em fase de aprovação e apesar da prioridade ser a adequação da 1ª revisão do PDM ao RJIGT dentro dos prazos previstos nesse diploma e na Lei de Bases, a CCDR-Norte orientou o

¹ Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

² Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio



Município dessa adequação se desenrolar mediante um procedimento de revisão do PDM, dando assim lugar à 2ª Revisão do PDM.

A Câmara Municipal de Mirandela (CMM) deliberou na reunião ordinária que teve lugar a 1 de agosto de 2019, dar início ao procedimento da 2ª revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela, tendo aprovado os termos de referência para a respetiva revisão e fixado o prazo de conclusão da revisão para 14 de julho de 2020, bem como, estabelecido a abertura de um período de participação pública.

Após aprovação do REOT em Assembleia Municipal, realizou-se em 2 de setembro de 2019 a reunião preparatória da 2ª Revisão, entre a CMM e a CCDR-N tendo como objetivo a criação da Comissão Consultiva.

A procedimento de revisão foi publicitado e o período de participação pública inicial realizou-se entre 9 de outubro a 20 de novembro de 2019.

Acontece que o prazo estabelecido no RJGT, para 14 de julho, teve uma extensão, por força do artigo 35.ºD do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março que suspendeu os prazos previstos no n.º 2 do artigo 199.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, em resultado da pandemia do covid-19, passando este para 9 de janeiro de 2021.

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 76.º do Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (NRJGT), constante do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, a Câmara Municipal de Mirandela deliberou em reunião de 30.07.2020 prolongar o prazo de revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela, por um período máximo igual ao previamente estabelecido (11,5 meses), cuja contagem se inicia a 14 de julho de 2020.

1.2 OBJETIVOS E PRESSUPOSTOS DA 2ª REVISÃO DO PDM

De acordo com o teor da deliberação de Câmara para a revisão, em articulação com as orientações emanadas da reunião preparatória da revisão realizada na CCDR Norte assume-se que esta segunda revisão se sustenta, genericamente:

- Na necessidade de adequar o PDM ao novo RJGT e Lei de Bases do Ordenamento do Território;
- Na necessidade de adequar os objetivos estratégicos do PDM e o respetivo modelo territorial à evolução e aos desafios colocados ao município pelos novos desafios de desenvolvimento urbanístico, conforme constatado no REOT.



Tendo em consideração as conclusões do REOT, as reuniões havidas e a visão estratégica do atual executivo, considera-se que a 2ª Revisão do PDM assenta na introdução de alterações ao PDM em vigor com os seguintes objetivos:

- Adequação à nova cartografia elaborada à escala 1:10000;
- Adequação à atualização da ocupação do solo atual (tendo por base COS 2018);
- Adequação ao PMDFCI na sua versão mais atualizada;
- Adequação à REN em vigor transposta para a escala 1:10000 (conforme orientações da CCDR-Norte);
- Adequação a novos instrumentos do quadro de referência estratégico, nomeadamente: PROF-TMAD, Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) - Terras de Trás-os-Montes, Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Quente Transmontana, Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Mirandela e Programa Estratégico de Reabilitação Urbana;
- Resolução dos constrangimentos detetados ao nível da gestão urbanística com a aplicação do PDM em vigor, tipificadas da seguinte forma:
 - ✓ Discrepância entre diferentes elementos do Plano:
 - Incoerências entre a informação cartografada na planta de ordenamento e na planta de condicionantes, sem aparente fundamentação.
 - ✓ Inconsistências regulamentares:
 - Sobreposição de normas regulamentares com regime específico associado a condicionantes (p.e. regimes jurídicos da RAN e REN);
 - Conflitos entre índices e parâmetros urbanísticos nos quadros de edificabilidade;
 - Erros/desadequação em alguma terminologia adotada;
 - ✓ Desatualização regulamentar fruto de alterações legislativas posteriores à entrada em vigor da revisão do plano - legislação relativa à atividade industrial, proteção da floresta contra incêndio, etc.
- alterações à classificação e qualificação do solo que o município entende que devem ser desencadeadas para dar resposta a solicitações que têm vindo a ser apresentadas pelos seus munícipes, sempre que as mesmas sejam viáveis de acordo com o RJIGT e legislação conexa.
- atualização das servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

De referir, por fim, que a elaboração desta caracterização da situação de referência, seguindo as orientações da CCDR Norte, adota o conteúdo do REOT, aprofundando as matérias que se verificou ser pertinente atualizar em virtude das alterações ocorridas ao nível do quadro de referência estratégico, da existência de nova base cartográfica e da disponibilização de Carta de Ocupação de Solos mais atualizada.



2. ENQUADRAMENTO

O presente relatório tem como objetivo central analisar as dinâmicas territoriais do concelho, avaliar as estratégias de desenvolvimento municipal e o seu grau de ajustamento e adequabilidade ao contexto atual, explorando as transformações ocorridas em múltiplos domínios.

Tendo por base o REOT, este documento procura, realizar o enquadramento e o balanço da gestão territorial no período de vigência do atual PDM, dotando o município de um documento integrado e integrador, que permita servir de orientação para a prática municipal em matéria de ordenamento do território, e em concreto, para o procedimento de revisão e/ou elaboração de planos municipais de ordenamento do território em desenvolvimento no município.

O primeiro Plano Diretor Municipal de Mirandela foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/94, de 2 de novembro (alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/97 de 17 de outubro e pelo Aviso n.º 20157/2008, de 15 de julho, e parcialmente suspenso pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 98/2010, de 15 de dezembro).

O processo de Revisão do PDM foi moroso e objeto de sucessivas interrupções, em grande medida fruto da “instabilidade” legislativa em matéria de ordenamento territorial vivida durante a primeira década do séc. XXI, tendo sido concluído durante o primeiro semestre de 2015, mais de 20 anos após a entrada em vigor da primeira versão do documento. De notar, que a 1ª Revisão do PDM de Mirandela beneficiou, à data, do regime transitório previsto no artigo 82º da Lei de Bases, não se aplicando por isso, as regras de classificação do solo previstas nesse diploma e regulamentadas no atual RJIGT.

Atualmente, o município de Mirandela dispõe de um documento, que até à data se revelou adequado à realidade em presença e orientado para a sustentabilidade territorial e coesão social capaz de enquadrar de forma integrada a intervenção municipal nos domínios do ordenamento do território e urbanismo.

2.1 CONTEXTO TERRITORIAL

O município de Mirandela integra atualmente a unidade territorial Terras de Trás-os-Montes³, resultado da necessidade de uma agregação territorial mais coesa e consistente, muito embora se trate de um território caracterizado por especificidades e assimetrias internas, o que se traduz em desafios acrescidos ao nível da integração e coesão territorial, social e económica.

³ Em 2015 entrou em vigor uma nova divisão regional em Portugal – NUTS 2013.

Figura 1: Municípios da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes



Fonte: CIM-Terras de Trás-os-Montes

Este é um território marcado pela excentricidade geográfica face aos principais polos decisores e de elevada dotação funcional, constituindo no contexto da região norte a segunda unidade territorial (NUT III) menos povoada, contendo apenas 3% do efetivo populacional regional (em 2011) em cerca de 26% do território regional.

Quadro 1: Indicadores Territoriais da CIM-TTM

Município	Área (km²)	População (hab.)	
		2011	2017
Alfândega da Fé	322,0	5.104	4.584
Bragança	1.173,6	35.341	33.668
Macedo de Cavaleiros	699,1	15.776	14.643
Miranda do Douro	487,2	7.482	6.929
Mirandela	659,0	23.850	21.963
Mogadouro	760,7	9.542	8.573
Vila Flor	265,81	6.697	6.126
Vimioso	481,6	4.669	4.092
Vinhais	694,8	9.066	7.969
Total (TTM)	5.543,6	117.527	108.547

Fonte: Censos 2011 e Estimativas Anuais (2017), INE



A Terras de Trás-os-Montes constitui uma das regiões do país mais marcadas pelo envelhecimento populacional, verificando-se a nível interno uma situação ligeiramente mais favorável nos municípios de Bragança e Mirandela, onde se encontram os dois principais polos funcionais deste território.

Com cerca de 23.850 habitantes distribuídos por 659km², Mirandela destaca-se no contexto da sua unidade territorial, e embora no contexto nacional apresente níveis de competitividade baixos, no contexto da região em que se insere apresenta um dinamismo importante, fazendo mesmo parte de um dos principais eixos de desenvolvimento da região Norte (Vila Real–Chaves–Bragança–Mirandela).

O concelho possui atualmente 30 freguesias⁴ (resultado da reorganização administrativa aprovada pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), caracterizadas por uma forte heterogeneidade territorial em termos de ocupação, de distribuição populacional e, naturalmente, de autonomia funcional. Do ponto de vista interno o município de Mirandela é marcado pela macrocefalia da sua sede de concelho, onde se concentra cerca de metade da população e as principais funções urbanas e dinâmicas sociais e económicas; é ainda possível destacar a vila de Torre de D. Chama que polariza o setor norte do concelho, embora se encontre num nível claramente inferior; o restante território é eminentemente rural, pontuado por um vasto conjunto de aglomerações onde se concentram a população e algumas dinâmicas e funções de carácter estritamente local.

2.2 CONTEXTO ESTRATÉGICO E GESTÃO TERRITORIAL

Apesar do PDM ser um documento relativamente atual, algumas mudanças têm vindo a ser operadas na forma como se encara o processo de planeamento, que se pretende fortemente orientado por princípios de sustentabilidade, inclusão e coesão (sociais, económicas, territoriais e ambientais). Este facto, associado a alterações no contexto da gestão do município poderão conduzir a uma necessidade de reavaliação de algumas das opções estratégicas de modo a melhor servir os interesses do município e dos seus munícipes.

Importa, contudo, em qualquer contexto ter presente aqueles que são os documentos e instrumentos orientadores e enquadradores da ação e intervenção municipais em matéria de estratégia de desenvolvimento territorial e de política de ordenamento do território e de urbanismo.

⁴ Abambres, Abreiro, Agueiras, Alvites, Bouça, Cabanelas, Caravelas, Carvalhais, Cedães, Cobro, Fradizela, Frechas, Lamas de Orelhão, Mascarenhas, Mirandela, Múrias, Passos, São Pedro Velho, São Salvador, Suções, Torre de Dona Chama, União das freguesias de Avantos e Romeu, União das freguesias de Avidagos, Navaho e Pereira, União das freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, União das freguesias de Franco e Vila Boa, União das freguesias de Freixeda e Vila Verde, Vale de Asnes, Vale de Gouvinhas, Vale de Salgueiro e Vale de Telhas.



No presente subcapítulo procura-se, no essencial, elencar os diversos documentos, planos e estratégias com relevância no domínio do ordenamento territorial e que assim permitam contextualizar os pressupostos de base da intervenção municipal.

2.2.1 Instrumentos de Gestão Territorial

Neste ponto são abordados os **instrumentos de gestão territorial de escala supramunicipal**, em vigor ou em elaboração, com incidência sobre o território e cuja elaboração ou entrada em vigor é posterior à da 1ª revisão do PDM de Mirandela:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05;
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3), Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-C/2013, de 22 de março;
- Plano de Gestão dos Riscos de Inundação da Região Hidrográfica do Douro, Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro, republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 22-A/2016, de 18 de novembro;
- Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro;
- Programa da Albufeira de Foz Tua, em fase de concertação.

Relativamente ao Plano Regional de Ordenamento do Território a última versão disponível é de dezembro de 2009, desconhecendo-se qual o seu ponto de situação à data. Como tal, era a versão que já se encontrava disponível aquando da elaboração da 1ª Revisão do PDM. Ainda assim, justificase evidenciar as principais normas e diretrizes cuja pertinência se mantém, uma vez que tem servido de orientação à elaboração dos PMOT da região norte, desde 2009.

De entre estes nem todos assumem igual relevo enquanto elemento orientador da ação municipal em matéria de planeamento e ordenamento territorial, referindo-se por isso de forma sistemática apenas aqueles as normas e orientações a transpor para os planos territoriais municipais. De referir que no caso do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho) e Plano Rodoviário Nacional (Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e alterado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98 de 31 de outubro, pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto), também não se verificou qualquer alteração desde a elaboração da 1ª revisão do PDM em 2015, motivo pelo qual não é efetuado qualquer desenvolvimento neste relatório para os seus conteúdos.



Por fim, e sendo o PP do Vale da Azenha (Declaração n.º 3-02-92, de 1 de abril) o único plano municipal de ordenamento do território em vigor para além do próprio PDM, apenas é analisado o seu grau de concretização.

2.2.1.1 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

A primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) foi publicada pela Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05, revogando a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.

O PNPOT define uma estratégia para a organização e desenvolvimento territorial, alicerçada numa visão de longo prazo para o futuro do País que visa promover a coesão interna e potenciar a competitividade externa através da valorização do território, assumindo-se como o referencial estratégico nacional para os demais instrumentos de gestão territorial, para a territorialização das políticas públicas e para a programação de investimentos territoriais a financiar por programas nacionais e comunitários.

Constituem elementos fundamentais do PNPOT, o Modelo Territorial que esquematiza os principais sistemas territoriais e a Agenda para o Território que contempla 50 medidas de política que visam dar resposta e aproveitar positivamente as mudanças críticas que o País vai enfrentar e apoiar a condução das trajetórias de mudança que se pretendem concretizar, em prol do desenvolvimento territorial sustentável, criando condições para que os recursos naturais e patrimoniais, sociais e económicos, culturais e identitários de cada território possam ser mais valorizados e considerados na conceção e aplicação das políticas públicas e a contribuir para que o território seja percebido pela sociedade como um fator fundamental do desenvolvimento e da qualidade de vida dos cidadãos.

Refletindo as Mudanças Críticas a longo prazo (2050) desenvolvem-se as tendências emergentes em matéria de alterações climáticas, sociodemográficas, tecnológicas e económico-sociais. Identificam-se os fatores críticos de mudança, os seus impactos e as tendências territoriais num cenário de inação.

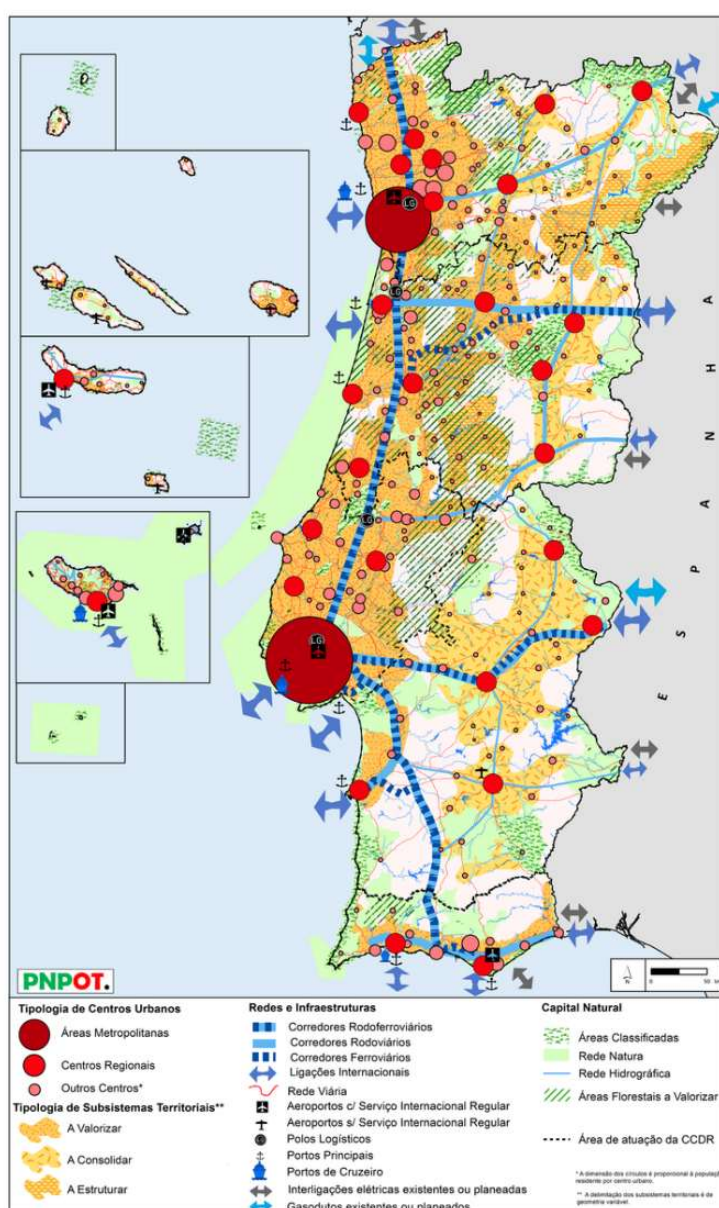
Partindo da identificação dos Princípios orientadores da Coesão Territorial, desenvolvem-se os Desafios Territoriais que representam as grandes orientações estratégicas do PNPOT. Estas orientações subdividem-se em 15 políticas de base territorial que vão informar o Modelo Territorial.

O Modelo Territorial estabelece o modelo de organização espacial, considerando 5 Sistemas: o Sistema Natural, o Sistema Social, o Sistema Económico, o Sistema de Conetividades e o Sistema Urbano. São também sistematizadas as Vulnerabilidades Críticas, evidenciando as maiores fragilidades territoriais.

No final é apresentado o Modelo Territorial e são mapeados os Territórios que mais estarão sob pressão às Mudanças Críticas.

De seguida, e de forma sucinta, procede-se ao enquadramento do concelho de Mirandela nos cinco sistemas territoriais fundamentais que suportam o Modelo Territorial.

Figura 2: Modelo Territorial



Fonte: PNPOT



Sistema Natural

- Relativamente ao Sistema Natural, em Mirandela destacam-se as áreas mais ricas em biodiversidade, associada aos recursos solo e água e ligadas aos usos do solo que constituem ativos estratégicos para a sustentabilidade, atratividade e competitividade, designadamente os territórios que integram a Área Protegida do Vale do Tua (junto ao limite sudoeste do concelho) e o Sítio da Rede Natura 2000 PTCON0043 Romeu junto ao limite nascente do concelho, abrangendo parcialmente as freguesias de Avantos e Romeu, Carvalhais, Cedães e Vale de Asnes. Importa salientar também a importância da Rede Hidrográfica de nível superior presente, nomeadamente os rios Tua, Tuela e Rabaçal. Pela sua associação potencial a ecossistemas e a espécies de elevado valor ecológico, ao nível do Sistema Natural identifica-se também a área montanhosa da Serra de Santa Comba (freguesias de Lamas de Orelhão, Passos e União das freguesias de Franco e Vila Boa) classificada como Área de Montanha com altitude superior a 700m.

Sistema Social

- Em termos do perfil de vulnerabilidade social, Mirandela caracteriza-se pela tendência ao envelhecimento, desemprego e dependência. Observa-se também que uma percentagem significativa da população tem 75 ou mais anos, está desempregada ou integra grupos vulneráveis. Quanto aos níveis de acessibilidade aos serviços de interesse geral (saúde, educação, cultura, etc.), embora a sede do concelho e territórios vizinhos apresentem níveis elevados, estes diminuem nas áreas mais periféricas do concelho, apresentando níveis baixos nas freguesias do sudoeste do concelho (Abreiro, União das freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira e União das freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa) e norte do concelho (Aguieiras, São Pedro Velho, Fradizela, Bouça, Vale de Gouvinhas, etc.). Projeta-se uma situação de declínio demográfico (perda demográfica igual ou superior a 15%) no horizonte de 2030.

Sistema Económico

- No que respeita ao perfil económico, Mirandela insere-se numa área fortemente marcada pelas atividades do setor primário, designadamente agroflorestais e agroalimentares, assim como comércio e serviços. O concelho é polarizado pelo Nó e Rede de Conhecimento e Inovação e respetivas Redes de Conhecimento e Inovação de Bragança, prevendo em termos de desenvolvimento de Infraestruturas Económicas a criação de Incubadoras de Empresas. Beneficia em termos de rede de infraestruturas do atravessamento de um



importante eixo rodoviário com ligação a Espanha (A4) e da proximidade de outro eixo rodoviário regional (IP2).

Sistema de Conetividade

- Para além dos já referidos corredores rodoviários (A4 e IP2), em termos de conetividade, no âmbito da conetividade ecológica importa voltar a sublinhar pela importância no sistema hídrico a presença dos rios Tua, Tuela e Rabaçal, a presença do Parque Natural Regional do Vale do Tua e do Sítio da Rede Natura 2000 Romeu, assim como, a linha de Festejo que atravessa a freguesia de Torre Dona Chama que constitui importante Interface Ecológica.

Sistema Urbano

- Mirandela é considerada em termos da Tipologia de Centros Urbanos definida pelo Sistema Urbano, Outro Centro, ou seja, é um centro urbano com funções de âmbito municipal ou supramunicipal que constitui uma rede de suporte básico à organização do território. Integra a tipologia de Subsistema Consolidar, caracterizado por ser uma área sub-regional polarizada por uma cidade média (Bragança, no caso de Mirandela), com dimensão populacional e económica relativamente pequena em que as relações urbanas e urbano-rurais precisam de ser intensificadas através da consolidação da rede urbana permitindo alcançar melhores níveis de eficiência e eficácia na gestão das políticas públicas e na implementação de estratégias mais ambiciosas.

Em termos de Vulnerabilidades Críticas que condicionam o Modelo Territorial, o PNPOT classifica o território de Mirandela, como de frequência de ocorrência de seca elevada, suscetibilidade de desertificação do solo, identificando também áreas com perigosidade de incêndio florestal elevada a muito elevada.

Mirandela é também um Território sob pressão, pois alia a Projeção de Perda Demográfica anteriormente referida, à Suscetibilidade à desertificação, a um baixo nível de competitividade (Índice sintético de desenvolvimento regional) e a uma Área de Concentração Florestal (Serra de Santa Comba).

A Agenda para o Território organiza o Programa de Ação detalhando as Medidas de Política estruturadas por Domínios de Intervenção, reforçando o detalhe das políticas, as entidades principais na operacionalização e alguns dos parceiros, assim como os efeitos esperados e o sistema de indicadores de monitorização.



No que diz respeito a Diretrizes para os Instrumentos de Gestão Territorial e no que aos Planos Diretores Municipais diz respeito, o PNPOT estabelece que os PDM's devem:

- Explicitar a estratégia territorial municipal, estabelecendo os princípios e os objetivos subjacentes ao modelo de desenvolvimento territorial preconizado, explicando a coerência do modelo com as orientações de ordenamento do território nacionais e regionais, bem como com as orientações específicas de natureza setorial e especial aplicáveis, identificando as inerentes opções de organização, classificação e qualificação do solo e de regulamentação e programação adotadas;
- Assumir a Avaliação Ambiental estratégica do PDM como um exercício de integração das abordagens que concorrem para a sustentabilidade, bem como para a articulação dos PROT com os PDM em matéria de definição de âmbito e de sistema de indicadores de monitorização e avaliação;
- Definir o sistema urbano e as áreas de localização empresarial tendo em conta a inserção das centralidades nas redes municipais e supramunicipais e considerando os sistemas de mobilidade e as adequadas condições de acesso da população a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico;
- Considerar a perspetiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade, classificando e qualificando o solo com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental e descarbonização, favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável;
- Identificar carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas, considerando a habitação como um fator determinante da atração de novos residentes;
- Reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista valorizar os recursos endógenos, gerir compatibilidades de usos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na valorização dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente no que se refere à água, solo e biodiversidade e nas atividades de turismo, lazer, recreação e cultura;
- Delimitar as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco, tendo em consideração os cenários de alteração climática e definir as medidas de precaução, prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos, incluindo a identificação de elementos expostos sensíveis a gerir e a relocalizar, considerando a análise de perigosidade e risco próprias e à escala



adequada e as macrovulnerabilidades territoriais críticas apontadas pelo PNPOT e desenvolvidas pelos PROTs;

- Identificar medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e de prevenção do risco de incêndio, através da identificação e definição de regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersas, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas, identificando em cada situação tipo a sua articulação com os instrumentos de planeamento florestal e de prevenção e combate de incêndios;
- Desenvolver abordagens e integrar estratégias e diretrizes de sustentabilidade que garantam a salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais, nomeadamente da água, solo e biodiversidade, a criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, a conservação da natureza, em particular em áreas classificadas e a valorização dos serviços dos ecossistemas e a qualificação das unidades de paisagem;
- Travar a artificialização do solo, adequar a extensão do solo urbano, promover a regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, e restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico. O solo rústico deve tendencialmente limitar-se a acolher as atividades económicas relacionadas com as utilizações que lhe são próprias, seguindo as diretrizes que, para o efeito, estejam contempladas nos Programas Regionais. Por outro lado, as novas construções destinadas a uso habitacional devem cingir-se ao solo urbano, aglomerados rurais ou áreas de edificação dispersa, nestas últimas nos termos das orientações dos Programas Regionais e salvaguardando as vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes;
- Identificar os passivos ambientais e o solo urbano com usos obsoletos e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição tendo em vista a sua incorporação nas cadeias de valor económico e social, nomeadamente através de mecanismos de compensação pela instalação de novos usos;
- Definir modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade;
- Identificar os territórios com potencial, aptidão e condições para a instalação de fontes de energias renováveis e para a exploração de recursos naturais e estabelecer os requisitos de conciliação de usos e de exploração, sem prejuízo da manutenção do seu aproveitamento agrícola, florestal ou outro, que não condicione uma opção futura; e



- Considerar a paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico, estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.

2.2.1.2 Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3)

A unidade territorial “Bacia hidrográfica” começa por ter como objeto de ordenamento do território nos Planos de Bacia Hidrográfica (PBH), com base no Decreto-Lei n.º 45/94 de 22 de fevereiro. Entretanto, com a publicação da Lei da Água, em dezembro de 2005, surge uma nova organização do planeamento dos recursos hídricos, com o estabelecimento dos Planos de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH).

Estando a área territorial do Município de Mirandela integrada na bacia e região hidrográfica do rio Douro sistematiza-se de seguida os aspetos relevantes que decorrem do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (Região Hidrográfica 3), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação 22-B/2016 de 18 de novembro.

A Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelos Decretos -Leis n.º 245/2009, de 22 de setembro, e n.º 60/2012, de 14 de março, e 130/2012, de 22 de junho, aprovou a Lei da Água e transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, que estabelece um quadro de ação europeu no domínio da política da água, a Diretiva-Quadro da Água, consubstanciando uma significativa evolução no sistema de planeamento de recursos hídricos.

Deste modo, em sede de instrumentos de planeamento dos recursos hídricos, a Lei da Água prevê a existência de três tipos de planos: o Plano Nacional da Água (PNA), os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH) e os Planos Específicos de Gestão das Águas (PEGA), nos quais se incluem medidas de proteção e valorização dos recursos hídricos.

De acordo com a Lei da Água, os Planos de Gestão de Região Hidrográfica são instrumentos de planeamento das águas que visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da bacia hidrográfica. Em 2014 e 2015, com a entrada em vigor da Lei de Bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, foi determinado que estes planos são reconduzidos a programas passando a orientar os municípios na elaboração dos seus instrumentos de planeamento.

O Município de Mirandela, encontrando-se na totalidade na bacia região hidrográfica do Douro conforme já referido, é abrangido pelo Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica do Douro – o PGRH Douro – *“instrumento de planeamento que visa fornecer uma*



abordagem integrada para a gestão dos recursos hídricos, dando coerência à informação para a ação e sistematizando os recursos necessários para cumprir os objetivos definidos”.

O Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro estabelece um programa de medidas que constitui uma das suas peças mais importantes, atendendo a que define as ações, técnica e economicamente viáveis, que permitem atingir ou preservar o bom estado das massas de água.

O programa de medidas inclui medidas de base, medidas suplementares e medidas adicionais adaptadas às características da região hidrográfica e ao impacto da atividade humana no estado das massas de água. Estas medidas encontram-se organizadas em eixos e programas de medidas de modo a responder aos problemas diagnosticados. Por sua vez, os eixos encontram-se associados a determinados objetivos estratégicos e áreas temáticas.

Em função do seu objetivo estratégico, estas medidas encontram-se subdivididas em medidas de âmbito regional (com um carácter mais preventivo aplicáveis, em regra a toda a região) e medidas específicas (que incidem diretamente sobre as pressões significativas identificadas na massa de água, com características mais corretivas e direcionadas).

Nesta região hidrográfica as principais pressões significativas identificadas resultam dos sectores urbano (40.8%), agrícola (28.9%), pecuária (23.8%) e em menor escala da indústria (6.1%). As medidas de base e suplementares têm por finalidade atuar ao nível das pressões significativas identificadas, com o objetivo de aumentar o número de massas de água em bom estado e mantendo as que já atingiram esse objetivo.

Sistematizam-se de seguida as medidas de base de âmbito regional e específico na RH3 (algumas mais genéricas) cuja aplicação contribuirá de forma mais ou menos direta para as soluções de ordenamento de território a implementar.

Quadro 2: Medidas de base de âmbito regional e específico na RH3 com impacto no concelho de Mirandela

Programa de medidas	Código	Designação	Âmbito
Eixo PTE1 - Redução ou eliminação de cargas poluentes			
PTE1P03 - Eliminação progressiva de emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias	PTE1P03M01_SU P_RH3	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	Regional
PTE1P04 - Redução das emissões,	PTE1P04M01_R H3	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	Regional



Programa de medidas	Código	Designação	Âmbito
descargas e perdas de substâncias prioritária	PTE1P04M02_SU P_RH3	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	Regional
PTE1P05 - Definição de condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE1P05M01_R H3	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	Regional
	PTE1P05M03_SU P_RH3	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	Regional
PTE1P06 - Reduzir a poluição por nutrientes proveniente da agricultura, incluindo pecuária	PTE1P06M02_R H3	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	Regional
	PTE1P06M04_R H3	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	Regional
	PTE1P06M10_R H3	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	Regional
PTE1P07 - Reduzir a poluição por pesticidas proveniente da agricultura	PTE1P07M01_R H3	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	Regional
Eixo PTE2 - Promoção da sustentabilidade das captações de água			
PTE2P02 - Promover a aprovação de perímetros de proteção de captações	PTE2P02M01_R H3	Implementação de perímetros de proteção de origens de água	Específica
PTE2P03 - Proteger as origens de água potável e reduzir o nível de tratamento necessário	PTE2P03M02_S UP_RH3	Proteção das captações de água superficial	Regional
Eixo PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas			
PTE3P01 - Promover a continuidade longitudinal	PTE3P01M02_S UP_RH3	Implementação das medidas preconizadas no Plano de Gestão da Enguia para a bacia do Douro.	Específica
PTE3P02 - Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de água	PTE3P02M34_S UP_RH3	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos	Regional
Eixo PTE5 – Minimização de riscos			
PTE5P05 - Prevenção de acidentes de poluição	PTE5P05M02_S UP_RH3	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição acidental que podem provocar contaminação de águas balneares	Regional

Programa de medidas	Código	Designação	Âmbito
	PTE5P05M03_RH3	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	Regional
Eixo PTE7 – Aumento do conhecimento			
PTE7P01 - Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	PTE7P01M01_RH3	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	Regional
	PTE7P01M04_SUP_RH3	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	Regional
	PTE7P01M05_SUP_RH3	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	Regional
	PTE7P01M09_RH3	Plataforma de Gestão do PGRH	Regional
Eixo PTE9 – Adequação do quadro normativo			
PTE9P02 - Adequar a monitorização	PTE9P02M01_SUP_RH5	Monitorização das massas de água superficiais	Regional
	PTE9P02M02_SUP_RH5	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	Regional
PTE9P04 - Articular com objetivos das Diretivas Habitats e Aves	PTE9P04M01_RH3	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	Regional
PTE9P05 - Articular com objetivos da DQEM	PTE9P05M01_SUP_RH5	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	Regional
PTE9P06 - Gestão das bacias internacionais	PTE9P06M01_SUP_RH5	Definir mecanismos de acompanhamento da implementação das medidas nas bacias internacionais	Regional
PTE9P07 - Articular com políticas setoriais	PTE9P07M01_RH3	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	Regional

Fonte: PGRH Douro RH3, APA, 2016

Quadro 3: Medidas suplementares de âmbito regional e específico na RH3

Programa de medidas	Código	Designação	Âmbito
Eixo PTE1 - Redução ou eliminação de cargas poluentes			
PTE1P01 - Construção ou remodelação de estações de tratamento de	PTE1P01M36_SUP_RH3	Rede de Drenagem de Águas Residuais e ETAR em Carvalhal, no concelho de Mirandela.	Específica
	PTE1P01M42_SUP_RH3	Rede de Drenagem de Águas Residuais e ETAR em Passos, no concelho de Mirandela.	Específica



Programa de medidas	Código	Designação	Âmbito
águas residuais urbanas	PTE1P01M43_SUP_RH3	Rede de Drenagem de Águas Residuais e ETAR no Lugar das Gandariças - Freguesia das Múrias, concelho de Mirandela.	Específica
	PTE1P01M44_SUP_RH3	Rede de Drenagem de Águas Residuais e ETAR em Regodeiro, no concelho de Mirandela.	Específica
	PTE1P01M45_SUP_RH3	Rede de Drenagem de Águas Residuais e ETAR em Múrias, no concelho de Mirandela.	Específica
	PTE1P01M46_SUP_RH3	Rede de Drenagem de Águas Residuais e ETAR em Cobro, no concelho de Mirandela.	Específica
	PTE1P01M47_SUP_RH3	Rede de Drenagem de Águas Residuais e ETAR em Vale Maior, no concelho de Mirandela.	Específica
	PTE1P01M48_SUP_RH3	Rede de Drenagem de Águas Residuais e ETAR em Vale Salgueiro, no concelho de Mirandela.	Específica
	PTE1P01M49_SUP_RH3	Rede de Drenagem de Águas Residuais e ETAR em Miradezes, no concelho de Mirandela.	Específica
	PTE1P01M50_SUP_RH3	Rede de Drenagem de Águas Residuais e ETAR em Longra, no concelho de Mirandela.	Específica
	PTE1P01M51_SUP_RH3	Melhoramento do sistema de tratamento de 14 ETAR compactas, no Concelho de Mirandela.	Específica
	PTE1P01M58_SUP_RH3	Rede de Drenagem de Águas Residuais e ETAR em Couços, no concelho de Mirandela.	Específica
	PTE1P01M59_SUP_RH3	Rede de Drenagem de Águas Residuais e ETAR em Rego de Vide, no concelho de Mirandela.	Específica
PTE1P02 - Remodelação ou melhoria das ETAR industriais (incluindo as explorações agrícolas)	PTE1P02M01_RH3	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	Regional
	PTE1P02M02_RH3	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	Regional
PTE1P05 - Definição de condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE1P05M02_RH3	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	Regional
PTE1P06 - Reduzir a poluição por nutrientes proveniente da agricultura, incluindo pecuária	PTE1P06M01_RH3	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	Regional
	PTE1P06M03_RH3	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	Regional
	PTE1P06M05_RH3	Adotar modos de produção sustentáveis	Regional

Programa de medidas	Código	Designação	Âmbito
	PTE1P06M06_RH3	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	Regional
	PTE1P06M08_RH3	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras	Regional
PTE1P10 - Prevenir e/ou controlar a entrada de poluição proveniente de áreas urbanas, transportes e infraestruturas	PTE1P10M14_SUP_RH3	<u>Execução de rede separativas, no concelho de Mirandela</u>	Específica
PTE1P13 - Áreas Aquícolas: medidas de minimização	PTE1P13M01_SUP_RH3	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	Regional
PTE1P14 - Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas	PTE1P14M01_SUP_RH3	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	Regional
PTE1P15 - Eliminar ou reduzir águas residuais não ligadas à rede de drenagem	PTE1P15M19_SUP_RH3	<u>Rede de Drenagem de Águas Residuais da cidade de Mirandela.</u>	Específica
Eixo PTE2 - Promoção da sustentabilidade das captações de água			
PTE2P01 - Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações	PTE2P01M01_RH3	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	Regional
	PTE2P01M02_RH3	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	Regional
	PTE2P01M13_SUP_RH3	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	Regional
PTE2P03 - Proteger as origens de água potável e reduzir o nível de tratamento necessário.	PTE2P03M01_SUB_RH3	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	Regional
PTE2P04 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE2P04M01_SUB_RH3	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	Regional
PTE2P05 - Controlar a recarga das águas subterrâneas	PTE2P05M01_SUB_RH3	Validar o valor de recarga das massas de água	Regional
	PTE2P05M02_SUB_RH3	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	Regional



Programa de medidas	Código	Designação	Âmbito
Eixo PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas			
PTE3P02 - Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de água	PTE3P02M02_SUP_RH3	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	Regional
	PTE3P02M14_SUP_RH3	<u>Programa de restauro do estado natural dos rios - RESTAURAR - ribeira de Mourel</u>	Específica
	PTE3P02M26_SUP_RH3	Plano de remoção de infraestruturas transversais	Regional
PTE3P04 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE3P04M01_SUP_RH3	<u>Plano Específico de Gestão de Extração de Inertes em Domínio Hídrico para a Bacia do rio Douro.</u>	Específica
Eixo PTE5 – Minimização de riscos			
PTE5P01 - Minimizar riscos de inundação (nomeadamente medidas naturais de retenção de água)	PTE5P01M01_SUP_RH3	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/“Greening”	Regional
	PTE5P01M02_RH3	Promover a silvicultura sustentável	Regional
PTE5P02 - Adaptação às mudanças climáticas	PTE5P02M02_RH3	Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAC-RH)	Regional
PTE5P04 - Reduzir os sedimentos provenientes da erosão do solo (incluindo floresta)	PTE5P04M01_RH3	Promover a conservação do solo	Regional
PTE5P05 - Prevenção de acidentes de poluição	PTE5P05M01_RH3	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição accidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	Regional
Eixo PTE7 – Aumento do conhecimento			
PTE7P01 - Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	PTE7P01M02_RH3	Promover a inovação no sector agrícola	Regional
	PTE7P01M03_SUB_RH3	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	Regional
	PTE7P01M06_RH3	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	Regional
	PTE7P01M06_SUP_RH3	Realização de estudos sobre os impactes cumulativos decorrentes da construção de grandes aproveitamentos hidráulicos, no sentido da melhoria da gestão dos recursos hídricos.	Específica
	PTE7P01M07_RH3	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	Regional

Programa de medidas	Código	Designação	Âmbito
	PTE7P01M08_RH3	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	Regional
PTE8P01 - Elaboração de guias	PTE8P01M02_RH3	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	Regional
PTE8P02 - Sessões de divulgação	PTE8P02M01_RH3	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	Regional
Eixo PTE9 – Adequação do quadro normativo			
PTE9P01 - Promover a fiscalização	PTE9P01M01_RH3	Promover uma ação preventiva de fiscalização	Regional
PTE9P03 - Revisão legislativa	PTE9P03M02_RH3	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	Regional
PTE9P07 - Articular com políticas setoriais	PTE9P07M02_RH5	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	Regional

Fonte: PGRH Douro RH3, APA, 2016

Trata-se, pois, de um plano bastante operacional, vocacionado para a gestão efetiva dos recursos hídricos e da preservação das massas de água. Embora a maioria das medidas referenciadas não seja de aplicação direta ao processo de planeamento associado à revisão do Plano Diretor Municipal, estas devem estar presentes e devidamente referenciadas no sentido das propostas de ordenamento do PDM e respetiva regulamentação contribuir para a sua concretização ou facilitação da implementação.

2.2.1.3 Plano de Gestão dos Riscos de Inundação da Região Hidrográfica do Douro (RH3)

O desenvolvimento de uma estratégia comunitária para avaliação dos prejuízos, análise do fenómeno e dos procedimentos de mitigação e adaptação à ocorrência de cheias, tendo em vista a definição de uma estratégia para diminuir as vulnerabilidades da Europa, face à ocorrência deste fenómeno, permitindo reduzir as consequências prejudiciais culminou com a publicação da Diretiva 2007/60/CE, de 23 de outubro, a qual foi transposta para o direito nacional, através do Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro que estabelece um quadro nacional para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as consequências prejudiciais associadas a este fenómeno para a saúde humana (incluindo perdas humanas), o ambiente, o património cultural, as infraestruturas e as atividades económicas.

As inundações são desastres naturais com impacto na vida das populações. Em virtude das alterações climáticas, têm-se tornado cada vez mais frequentes, com efeitos mais devastadores e gravosos. Aliado



ao aumento de frequência da ocorrência de eventos climáticos externos as constantes alterações do uso do solo, nomeadamente o aumento da ocupação dos leitos de cheia com áreas urbanas e a destruição de áreas florestais, contribuem para o agravamento deste tipo de situações.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro, republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 22-A/2016, de 18 de novembro, aprovou os Planos de Gestão de Riscos de Inundações para o período 2016-2021 (1º Ciclo).

O Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) visa uma redução do risco através da diminuição das potenciais consequências prejudiciais para a saúde humana, as atividades económicas, o património cultural e o meio ambiente, constituindo os seus objetivos estratégicos:

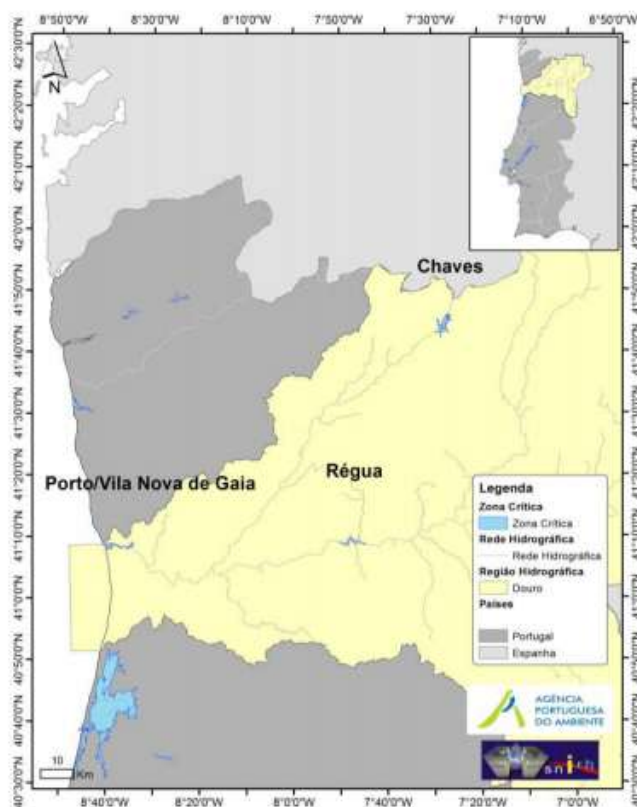
- Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população e nos agentes sociais e económicos;
- Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação;
- Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas áreas inundáveis;
- Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas áreas de possível inundação;
- Contribuir para a melhoria ou a manutenção do bom estado das massas de água.

Com base na experiência e nos estudos desenvolvidos ao longo de vários anos, no âmbito do conhecimento dos fenómenos das cheias e seu impacto, integrado no 1º Ciclo de implantação da Diretiva, foram identificadas, em 2012, Zonas Críticas (ZC), entendidas como Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação, considerando as consequências das inundações.

Na Região Hidrográfica do Douro — RH3 foram, no 1º Ciclo, definidas três zonas críticas (nos concelhos de Peso da Régua, Porto, Vila Nova de Gaia, Chaves, Gondomar e Lamego), duas localizadas no rio Douro e uma no rio Tâmega, designadas como Régua, Porto (Vila Nova de Gaia) e Chaves, respetivamente, sendo que as medidas abrangem toda a área de drenagem.

Para estas zonas foram elaboradas, em 2015, as cartas de zonas inundáveis (com identificação da zona alagada, profundidade e velocidade de escoamento) e de riscos de inundações (considerando para cada magnitude do fenómeno 5 níveis de risco face à sua perigosidade e os elementos expostos) que ilustram as potenciais consequências prejudiciais associadas a três cenários hidrológicos (períodos de retorno de 20, 100 e 1000 anos), incluindo a avaliação de fontes potenciais de poluição ambiental.

Figura 3: Identificação das Zonas Críticas da RH3



Fonte: PGRHI RH3, 2016

Durante os anos de 2015 e 2016, foram elaborados os PGRI para as Zonas Críticas selecionadas em 2012. Estes PGRI integram também um programa de medidas que inclui as ações, técnica e economicamente viáveis, que permitam reduzir os riscos associados às inundações, em estreita articulação com os objetivos e programa de medidas definidos no Plano de Gestão de Região Hidrográfica. Estas medidas subdividem-se em medidas de prevenção (para reduzir os danos das inundações através de políticas de ordenamento e utilização do solo, incluindo fiscalização e realocação de equipamentos), preparação (para preparar, informar e avisar a população e os serviços e agentes de proteção civil sobre o risco de inundação), proteção (tendo em vista a redução da magnitude da inundação quer pela atenuação do caudal de cheia quer pela redução da velocidade e altura de escoamento) e recuperação e aprendizagem (com o objetivo de repor o funcionamento hidráulico da rede hidrográfica e a atividade socioeconómica da população afetada).

Os Instrumentos de Gestão Territorial devem articular-se com os limites das áreas inundáveis definidas nos PGRI, considerando a informação cartográfica à escala local e recorrendo às metodologias adotadas no PGRI no que diz respeito à modelação hidrológica e hidráulica.

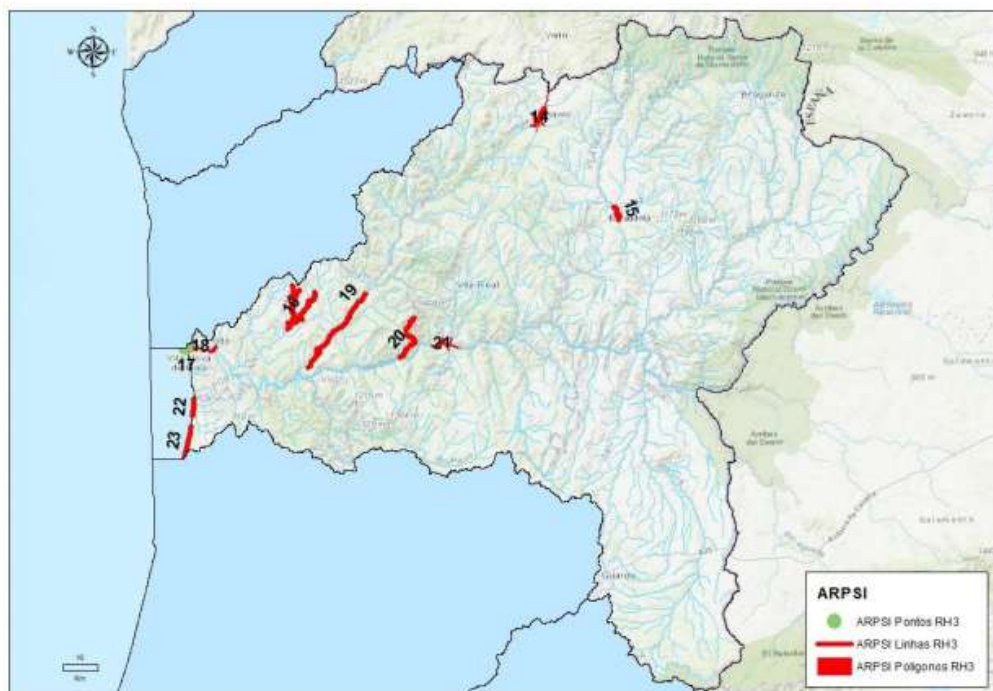


No ano de 2018 procedeu-se à revisão da Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações (APRI), constituindo a primeira fase do 2º ciclo de planeamento, com a avaliação preliminar de riscos de inundação, tendo-se procedido à recolha e caracterização de eventos de inundações registados em Portugal Continental (entre 2011 e 2018), com o apoio e colaboração das Câmaras Municipais, através das Comunidades Intermunicipais. Procedeu-se também à reanálise das ARPSI identificadas no ciclo anterior e definição de novas ARPSI (locais considerados sujeitos a riscos significativos associados a eventos de inundação, os quais serão objeto de estudos posterior mais aprofundado para serem determinadas áreas de inundação e classes de risco e respetiva cartografia).

No período entre 2011-2018 foram reportados 46 eventos na RH3, sendo que dois deles, a 19/12/2012 e 09/01/2016, ocorreram no concelho de Mirandela. Ambos os eventos foram causados por forte precipitação, a cheia teve origem fluvial e os serviços afetados foram redes viárias e outros serviços públicos.

Face ao exposto, a atualização da APRI, que conduziu à identificação de um conjunto de 10 Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação (ARPSI) na RH3, uma das quais localizadas em Mirandela (15).

Figura 4: Localização das ARPSI propostas para a RH3



Fonte: Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações, RH3, 2019



2.2.1.4 Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro

Os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) são instrumentos de política setorial de âmbito nacional, nos termos estabelecidos pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual, e desenvolvido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 15 de maio, que definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

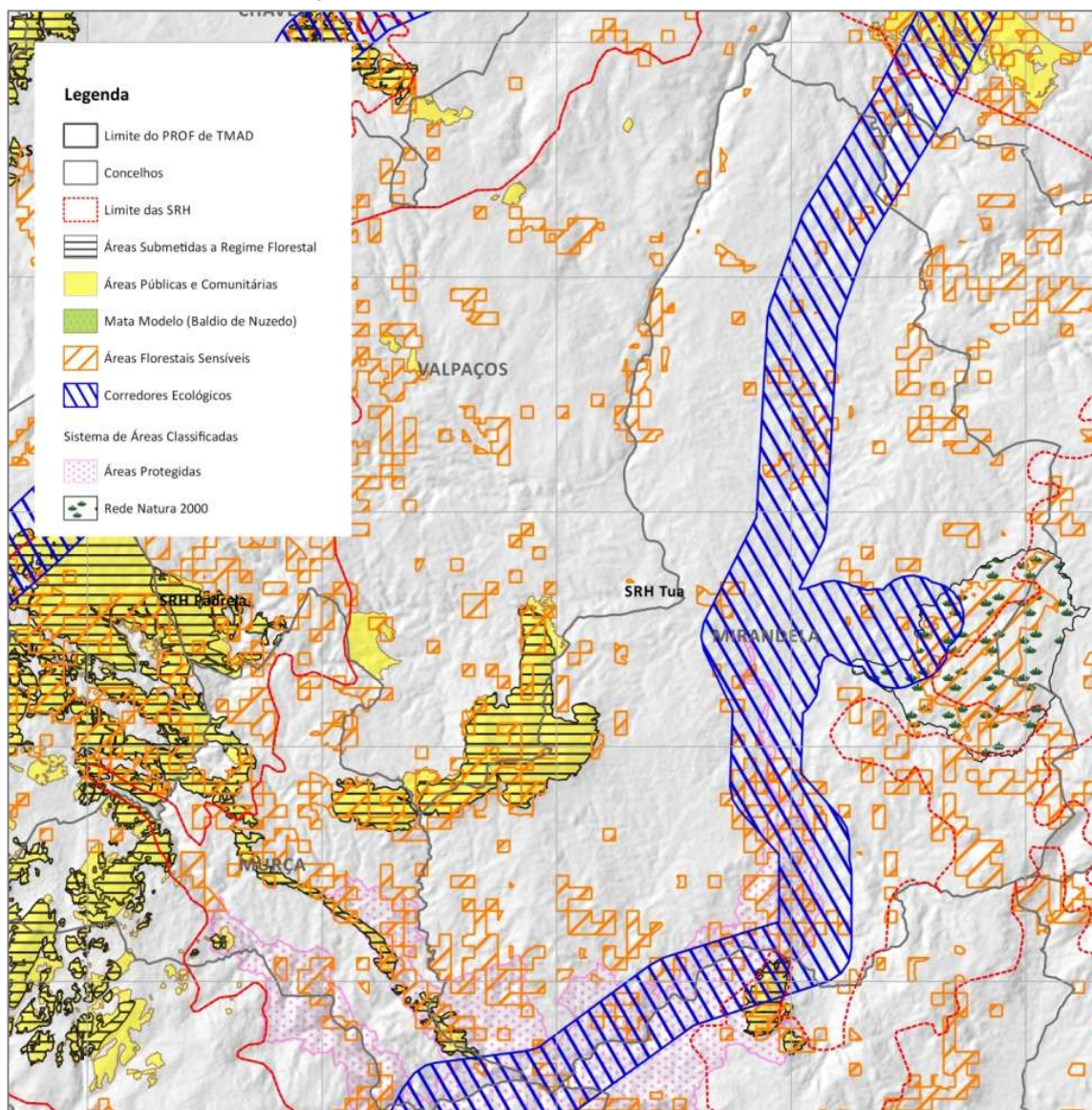
Atendendo às orientações da Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto na sua redação atual), o ordenamento e gestão florestal serão feitos através dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal, que deverão explicitar as práticas de gestão a aplicar aos espaços florestais bem como definir normas de silvicultura adequadas. A adoção destes instrumentos constitui o contributo do setor florestal para os instrumentos de gestão territorial no que concerne à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais.

O Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF TMAD), aprovado pela Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro é um instrumento de gestão territorial sectorial que vigora por um período máximo de 20 anos, podendo ser sujeito a alterações periódicas, a efetuar de 5 em 5 anos, ou a alterações intermédias, sempre que a ocorrência de um facto relevante o justifique.

O PROF TMAD apresenta um diagnóstico da situação existente na região e efetua uma análise estratégica que permite definir objetivos gerais e específicos, delinear propostas de medidas e ações, assim como definir normas de intervenção para os espaços florestais e modelos de silvicultura aplicáveis a povoamentos tipo, dando cumprimento aos objetivos enunciados.

Objetivos estratégicos do PROF-TMAD
<ul style="list-style-type: none">• Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;• Especialização do território;• Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;• Internacionalização e aumento do valor dos produtos;• Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;• Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

Figura 5: Extrato da Carta Síntese do PROF TMAD



Fonte: PROF-TMAD, ICNF, 2019

O PROF TMAD estabelece várias sub-regiões homogêneas, quatro das quais abrangem o Município de Mirandela - Tua, Azibo-Sabor, Bornes e Douro Superior - assim como dois corredores ecológicos, o do Tua e, de forma quase residual, o do Azibo-Sabor.

Figura 6: Sub-regiões do PROF TMAD no Município de Miranda

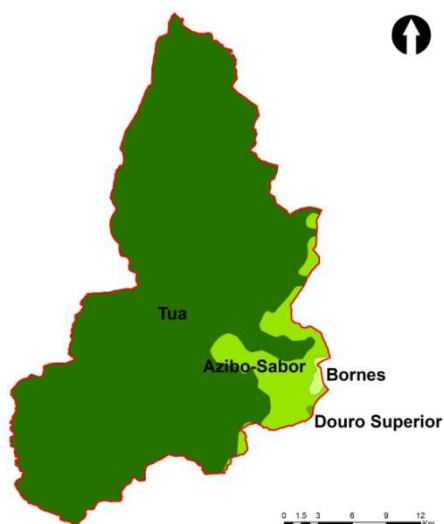
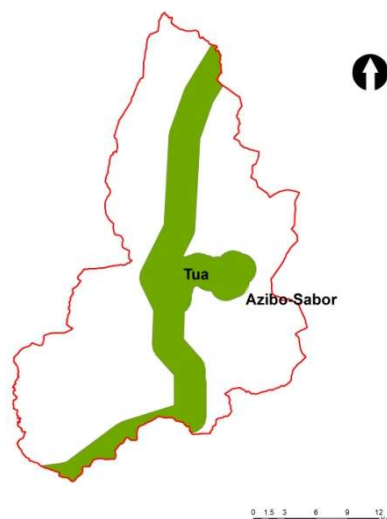


Figura 7: Corredores Ecológicos do PROF TMAD no Município de Miranda



Fonte: PROF-BIN, ICNF, 2019

Para cada sub-região estabelece medidas, funções, espécies, normas de intervenção e medidas de acordo com as potencialidades e os constrangimentos, sistematizados de seguida.

Medidas de intervenção comuns às sub-regiões
<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual; • Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos; • Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados; • Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas; • Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas; • Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas; • Promover a gestão florestal ativa e profissional; • Desenvolver e promover novos produtos e mercados; • Modernizar e capacitar as empresas florestais; • Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos; • Controlar e sempre que possível erradicar as espécies invasoras lenhosas; • Adequar as espécies às características da estação; • Promover a resiliência da floresta; • Promover a valorização paisagística e as atividades de recreio dos espaços florestais;



Medidas de intervenção comuns às sub-regiões

- Desenvolver o uso múltiplo dos espaços florestais, nomeadamente ao nível da caça, pesca, produção de mel e cogumelos;
- Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos;
- Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais;
- Modernização da silvo pastorícia;
- Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados;
- Incentivar a gestão agrupada;
- Desenvolver a inovação e a investigação florestal;
- Qualificar os agentes do setor.

Quadro 4: Funções e Espécies Florestais das sub-regiões homogéneas

Sub-região Homogénea do Tua		
Funções		Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; Função geral da produção; Função geral de silvo-pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.
Espécies Florestais	A privilegiar	Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>); Lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>); Cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>); Cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>); Freixo-comum (<i>Fraxinus angustifolia</i> *); Nogueira-negra (<i>Juglans nigra</i>); Cerejeira-brava (<i>Prunus avium</i>); Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>); Carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>); Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>); Sobreiro (<i>Quercus suber</i>);
	Outras	Amieiro (<i>Alnus glutinosa</i>); Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>); Vidoeiro (<i>Betula celtiberica</i>); Pilriteiro (<i>Crataegus monogyna</i> *); Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>); Freixo -europeu (<i>Fraxinus excelsior</i>); Nogueira -comum (<i>Juglans regia</i>); Oxicedro (<i>Juniperus oxycedrus</i> *); Oliveira -brava (<i>Olea europaea</i> *); Pinheiro -bravo (<i>Pinus pinaster</i>); Pinheiro -manso (<i>Pinus pinea</i>); Terebinto/cornalheira (<i>Pistacia terebinthus</i> *); Plátano (<i>Platanus x acerifolia</i>); Choupo -negro (<i>Populus nigra</i>);

		<p>Choupo -híbrido (<i>Populus x canadensis</i>);</p> <p>Salgueiro -branco (<i>Salix alba</i>*);</p> <p>Borrazeira -preta (<i>Salix atrocinerea</i>*);</p> <p>Borrazeira -branca (<i>Salix salviifolia</i>*).</p>
Sub-região Homogénea Azibo-Sabor		
Funções		<p>Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;</p> <p>Função geral da produção;</p> <p>Função geral de silvo-pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.</p>
Espécies Florestais	A privilegiar	<p>Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>);</p> <p>Cedro-do-atlas (<i>Cedrus atlantica</i>);</p> <p>Lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>);</p> <p>Cedro -branco (<i>Chamaecyparis lawsoniana</i>);</p> <p>Cedro -do -buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>);</p> <p>Cipreste -comum (<i>Cupressus sempervirens</i>);</p> <p>Freixo -comum (<i>Fraxinus angustifolia</i>*);</p> <p>Nogueira -negra (<i>Juglans nigra</i>);</p> <p>Pseudotsuga (<i>Pseudotsuga menziesii</i>);</p> <p>Carvalho -português (<i>Quercus faginea</i>);</p> <p>Carvalho -negral (<i>Quercus pyrenaica</i>);</p> <p>Carvalho -alvarinho (<i>Quercus robur</i>);</p> <p>Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>);</p> <p>Sobreiro (<i>Quercus suber</i>);</p>
	Outras	<p>Amieiro (<i>Alnus glutinosa</i>);</p> <p>Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>);</p> <p>Vidoeiro (<i>Betula celtiberica</i>);</p> <p>Aveleira (<i>Corylus avellana</i>);</p> <p>Pilriteiro (<i>Crataegus monogyna</i>*);</p> <p>Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>);</p> <p>Freixo -europeu (<i>Fraxinus excelsior</i>);</p> <p>Nogueira -comum (<i>Juglans regia</i>);</p> <p>Oxicedro (<i>Juniperus oxycedrus</i>*);</p> <p>Oliveira -brava (<i>Olea europaea</i>*);</p> <p>Pinheiro -manso (<i>Pinus pinea</i>);</p> <p>Pinheiro -bravo (<i>Pinus pinaster</i>);</p> <p>Terebinto/cornalheira (<i>Pistacia terebinthus</i>*);</p> <p>Plátano (<i>Platanus x acerifolia</i>);</p> <p>Choupo -negro (<i>Populus nigra</i>);</p> <p>Choupo -híbrido (<i>Populus x canadensis</i>);</p> <p>Cerejeira -brava (<i>Prunus avium</i>);</p> <p>Escalheiro (<i>Pyrus cordata</i>*);</p> <p>Salgueiro -branco (<i>Salix alba</i>*);</p> <p>Borrazeira -preta (<i>Salix atrocinerea</i>*);</p> <p>Borrazeira -branca (<i>Salix salviifolia</i>*).</p>



Sub-região Homogénea de Bornes		
Funções		Função geral de produção; Função geral de recreio e valorização da paisagem; Função geral de silvo-pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.
Espécies Florestais	A privilegiar	Vidoeiro (<i>Betula celtiberica</i>); Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>); Cedro-do-atlas (<i>Cedrus atlantica</i>); Cedro-branco (<i>Chamaecyparis lawsoniana</i>); Cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>); Freixo-comum (<i>Fraxinus angustifolia</i> *); Nogueira-negra (<i>Juglans nigra</i>); Pinheiro-larício (<i>Pinus nigra</i>); Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>); Pinheiro-silvestre (<i>Pinus sylvestris</i>); Cerejeira-brava (<i>Prunus avium</i>); Pseudotsuga (<i>Pseudotsuga menziesii</i>); Carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>); Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>); Sobreiro (<i>Quercus suber</i>);
	Outras	Amieiro (<i>Alnus glutinosa</i>); Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>); Aveleira (<i>Corylus avellana</i>); Pilriteiro (<i>Crataegus monogyna</i> *); Faia (<i>Fagus sylvatica</i>); Freixo-europeu (<i>Fraxinus excelsior</i>); Azevinho (<i>Ilex aquifolium</i>); Nogueira-comum (<i>Juglans regia</i>); Larício-híbrido-de-dunkeld (<i>Larix x eurolepis</i>); Choupo-negro (<i>Populus nigra</i>); Azereiro (<i>Prunus lusitanica</i>); Borrazeira-preta (<i>Salix atrocinerea</i> *); Borrazeira-branca (<i>Salix salviifolia</i> *).
Sub-região Homogénea do Douro Superior		
Funções		Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; Função geral de produção; Função geral de silvo-pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.
Espécies Florestais	A privilegiar	Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>); Lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>); Cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>); Cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>); Freixo-comum (<i>Fraxinus angustifolia</i> *); Nogueira-negra (<i>Juglans nigra</i>);

		Cerejeira-brava (<i>Prunus avium</i>); Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>); Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>); Sobreiro (<i>Quercus suber</i>);
	Outras	Amieiro (<i>Alnus glutinosa</i>); Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>); Vidoeiro (<i>Betula celtiberica</i>); Pilriteiro (<i>Crataegus monogyna</i> *); Freixo-europeu (<i>Fraxinus excelsior</i>); Nogueira-comum (<i>Juglans regia</i>); Oxicedro (<i>Juniperus oxycedrus</i> *); Oliveira-brava (<i>Olea europaea</i> *); Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>); Pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>); Terebinto/cornalheira (<i>Pistacia terebinthus</i> *); Plátano (<i>Platanus x acerifolia</i>); Choupo-negro (<i>Populus nigra</i>); Choupo-híbrido (<i>Populus x canadensis</i>); Carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>); Salgueiro-branco (<i>Salix alba</i> *); Borrazadeira-preta (<i>Salix atrocinerea</i> *); Borrazadeira-branca (<i>Salix salviifolia</i> *).

* Espécies cuja gestão e conservação em manchas de regeneração natural é prioritária
Fonte: PROF-TMAD, ICNF, 2019

Quadro 5: Normas de intervenção nos espaços florestais

Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos	PT 1 - Proteção da rede hidrográfica	PT 11- Ordenamento e planeamento da floresta para proteção da rede hidrográfica
		PT12 - Condução de povoamentos nas galerias ripícolas
		PT13 - Recuperação de galerias ripícolas
	PT2 - Proteção contra a erosão hídrica e cheias	PT21 - Fixação de vertentes, correção torrencial e amortecimento de cheias
		PT22 - Proteção e recuperação do solo
	PT3 - Proteção microclimática	PT31 - Instalação de cortinas de abrigo
Função geral da produção	PD1 – Produção de madeira	PD11 – Condução dos povoamentos
		PD12 - Proteção da regeneração natural e das plantações
	PD2 – Produção de cortiça	PD21 - Condução do montado e sobreiral
	PD3 – Produção de biomassa para energia	PD31 - Condução dos povoamentos com objetivo de fornecimento de energia.



	PD4 – Produção de frutos e sementes	PD41 - Condução dos povoamentos florestais para a produção de fruto
	PD5 – Produção de resinas naturais	PD51 - Condução dos povoamentos florestais para a produção de resina
	PD6 – Produção de outros materiais vegetais e orgânicos	PD61 - Condução dos povoamentos florestais para a produção de cogumelos
Função geral de silvo-pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.	SILV1 - Suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas	SILV11 - Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de proteção
	SILV2 - Suporte à pastorícia	SILV21 - Ordenamento de áreas de pastagem em povoamentos florestais
	SILV3 - Suporte à apicultura	SILV22 - Condução do pastoreio
	SILV4 - Suporte à pesca em águas interiores	SILV31 - Fomento das espécies melíferas.
		SILV 41 - Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de proteção
Função geral de recreio e valorização da paisagem	RECR1 - Enquadramento de aglomerados urbanos, sítios arqueológicos e monumentos	SILV42 - Melhoria do ordenamento dos recursos aquícolas e minimização de impactes.
		RECR11 - Enquadramento em que a área florestal está inserida
	RECR2 - Recreio	RECR12 - Salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico
		RECR21 - Enquadramentos de equipamentos turísticos em espaços florestais
		RECR22 - Enquadramento do espaço florestal em áreas destinadas ao recreio

Fonte: PROF-TMAD, ICNF, 2019

Quadro 6: Medidas de intervenção comuns e específicas por sub-região homogénea com influência no ordenamento do território

Funções e Espécies Florestais das sub-regiões homogéneas				
EIXO I - Minimização dos riscos de incêndio e agentes bióticos nocivos - Medidas	T	AS	B	DS
A.1 - Implementar a rede primária de faixas de gestão de combustível				
A.2 - Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível				
A.3 - Implementar a rede secundária nas zonas de interface urbano/floresta				
A.9 – Apoiar as ações de pastoreio dirigido como instrumento de gestão florestal				
A.10 – Apoiar intervenções de requalificação da rede viária em espaços florestais				
A.11 – Monitorizar o cumprimento dos PMDFCI				
A.12 - Estimular a utilização do material arbustivo e sobrantes de exploração para fins energéticos				
D.1 - Apoiar intervenções de restabelecimento de emergência após incêndio				
D.2 – Apoiar as ações de recuperação de povoamentos florestais em regeneração natural após incêndio				



Funções e Espécies Florestais das sub-regiões homogêneas				
D.3 – Restabelecer o potencial de produção silvícola das áreas afetadas por agentes bióticos e abióticos, incluindo tempestades				
E.1 – Apoiar ações de controlo e recuperação de áreas afetadas por invasoras lenhosas				
EIXO II - Especialização do território - Medidas	T	AS	B	DS
F.1 - Apoiar a florestação e a beneficiação de sistemas agroflorestais mediterrânicos e matagais mediterrânicos em áreas de elevada suscetibilidade à desertificação				
F.2 - Apoiar a florestação e a beneficiação de sistemas agroflorestais e matagais ou em áreas de elevado risco de erosão				
F.3 – Apoiar as ações de adensamento dos povoamentos de sobreiro e azinheira sublotados				
F.4 - Promover e apoiar modelos de gestão e ações que visem o aumento da resiliência dos povoamentos e a preservação do solo				
F.5 – Apoiar a gestão de matagais em áreas críticas onde a recuperação do coberto arbóreo seja inviável ou apresente grandes dificuldades				
F.6 – Substituição progressiva de áreas de eucalipto e pinheiro-bravo por bosques mediterrânicos à base de espécies autóctones nas situações de inadequação à estação				
G.1 - Apoio à conservação e recuperação de habitats florestais/áreas florestais de elevado valor natural				
G.2 - Assegurar a gestão ativa dos espaços florestais que constituem habitat de espécies protegidas				
G.3 – Manutenção, recuperação e restauro de bosques ribeirinhos				
H.1 - Apoiar a instalação de povoamentos florestais, utilizando para o efeito as espécies a privilegiar por SRH				
H.2 - Potenciar a produção lenhosa de pinheiro-bravo em área com aptidão para a mesma				
H.3 – Fomentar a expansão, de uma forma sustentável, da área ocupada pelo sobreiro para produção de cortiça e outros usos				
I.1 - Promover técnicas silvícolas que aumentem o stock de carbono no solo				
I.2 – Fomentar a gestão sustentável dos espaços florestais como sumidouros de CO2				
I.3 – Criação de matas modelo e áreas de demonstração que permitam monitorizar a resposta dos ecossistemas às alterações climáticas no âmbito das mesmas				
J.1 – Apoiar e promover a formação ativa dos agentes florestais				
J.2 – Apoiar e incentivar a gestão ativa dos espaços florestais				
K.1 – Promover a diversificação em espécies dos povoamentos florestais, sendo fator determinante na atribuição de apoios financeiros as SRH onde a conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomónumentos e o recreio e valorização da paisagem são funções principais				
K.2 – Incentivo à compartimentação das áreas de monocultura de pinheiro-bravo e eucalipto com outras espécies				
L.5 - Apoiar a instalação ou adequação de dispositivos de transposição nos açudes para peixes dulciaquícolas e migradores vulneráveis				

Sub-regiões homogêneas: T – Tua; AS – Azibo-Sabor; B – Bornes; DS – Douro Superior

Fonte: PROF-TMAD, ICNF, 2019



A Área Pública Comunitária e a Área Submetida a Regime Florestal de Santa Comba encontra-se também delimitada na Carta Síntese do PROF TMAD junto à fronteira com Valpaços, no sudoeste do concelho.

De acordo com o PROF-TMAD o concelho de Mirandela abrange ainda Áreas Florestais Sensíveis e os Corredores Ecológicos do Tua e de forma residual do Azibo-Sabor.

As Áreas Florestais Sensíveis são áreas que do ponto de vista do risco de incêndio, da exposição ao pragas e doenças, da sensibilidade à erosão, e da importância ecológica, social e cultural carecem de normas e medidas especiais de planeamento e intervenção, assumindo designações diversas consoante a natureza da situação a que se referem. No do concelho de Mirandela, foram identificadas Áreas Florestais Sensíveis associadas a povoamentos florestais com perigosidade de incêndio muito elevado e elevado, povoamentos florestais (sobretudo de sobreiro e eucalipto) sujeitos a pragas e doenças, áreas que apresentam riscos de erosão (riscos de elevada erosão hídrica potencial do solo em povoamentos florestais) e ainda Áreas Sensíveis de elevado valor natural, ou seja ecossistemas florestais de elevado valor natural, como o caso da SIC de Romeu.

A definição de Corredores Ecológicos tem como principal objetivo compensar os efeitos da fragmentação da paisagem, facilitando a dispersão de animais e plantas através da paisagem, promovendo a continuidade com habitats de difícil acesso, aumentando a qualidade da paisagem e fomentando atividades de recreio. Devem permitir, promover e proteger a circulação e expansão das espécies da fauna e flora com interesse do ponto de vista da conservação, entre as áreas da Rede Natura 2000 e outras de interesse pela especificidade florística e faunística com especial consideração pelos ecossistemas florestais de elevado valor natural. O traçado destes corredores deve, prioritariamente, passar pelos espaços florestais de forma a favorecer o máximo de proteção àquelas espécies. Em situações em que tal não foi possível, procuraram-se outras localizações, com aptidão para este fim, como linhas de água, as áreas de incultos ou as zonas agrícolas.

Importa referir o corredor ecológico ao longo da ribeira de Carvalhais que liga o SIC Romeu ao corredor ecológico do Tua, na cidade de Mirandela.

Tanto para as Áreas Florestais Sensíveis como para os Corredores Ecológicos, o PROF TMAD estipula um conjunto de normas genéricas de intervenção nos espaços florestais⁵ relativas à ocupação e utilização destes espaços. Constituem recomendações de gestão que devem ser implementadas e balizam as intervenções, as quais se encontram descritas no quadro seguinte.

⁵ Norma Tab 81, Tab 82 e Tab 83 para as Áreas Sensíveis Florestais e E1511 para os Corredores Ecológicos

Quadro 7: Objetivos da gestão e intervenções florestais principais, a considerar nas Áreas Florestais sensíveis e corredores ecológicos, que podem influenciar o ordenamento do território

Objetivos da gestão e intervenções florestais	Medidas
Áreas Florestais Sensíveis	
Proteção contra a erosão	<ul style="list-style-type: none"> • Favorecer os sistemas de gestão florestal que dependem da regeneração natural de árvores e arbustos; • Sempre que a regeneração natural for manifestamente insuficiente privilegiar as ações de adensamento por sementeira direta ou ao covacho; • No caso de se pretender a rearborização/revegetação (o que poderá acontecer em áreas onde a degradação do solo não permite o suporte da vegetação característica local), deverá recorrer-se essencialmente à instalação de povoamentos puros ou mistos de espécies resinosas devido ao seu maior potencial de adaptação a esse tipo de condições. Preconiza-se o recurso a espécies pioneiras adequadas às características ecológicas de cada estação, as quais desempenharão funções de proteção e formação do solo; • Aplicação de boas práticas de uso e conservação do solo (ex.. mobilização mínima, enrelvamento entrelinhas, cobertura do solo e rotação cultural, preferencialmente longa e incluindo leguminosas); • Evitar técnicas de mobilização de reviramento do solo; • Ponderar a armação da superfície do terreno em terraços, se for necessário colocar ou manter terrenos em produção florestal intensiva, seguindo as disposições legais existentes no que se refere à preparação do terreno e tendo em conta os custos elevados desta alternativa e os riscos potenciais de agravamento futuro de fenómenos erosivos; • Evitar a mobilização do solo entre as linhas de plantação ou de sementeira (incentivar a realização de sachas e o controlo de vegetação espontânea com recurso a corta matos ou meios manuais e moto manuais); • Na rearborização, prever o recurso à sementeira direta se as condições de temperatura e humidade forem favoráveis à germinação das sementes e ao desenvolvimento das plântulas e se o solo for de textura ligeira. Além disso, deve ser prevista uma quantidade abundante de semente com a qualidade requerida e com uma capacidade germinativa alta. A possibilidade de danos provocados por animais deve ser considerada, optando-se por esta modalidade de regeneração apenas nos casos em que seja possível assegurar que aquela possibilidade é baixa ou inexistente; • Avaliar a ocorrência de focos de erosão e planear medidas de mitigação, nomeadamente através de obras de correção torrencial; • Plantar sebes ao longo das curvas de nível, nas parcelas de utilização do solo mais intensiva, com espécies dotadas de elevada capacidade para retenção de solos (sistema radicular superficial e desenvolvido e com base do caule muito ramificada); • Os caminhos devem ser instalados em zonas estáveis, ter a menor extensão possível e não apresentar declives superiores a 10%. As descargas das valetas devem ser direcionadas para zonas de baixo risco de erosão ou de encharcamento; • Deverá ser condicionado o pastoreio em zonas de elevada suscetibilidade à erosão. A apascentação deverá cumprir normas de encabeçamento e de rotatividade do gado que garantam uma correta proteção dos solos.



Objetivos da gestão e intervenções florestais	Medidas
Áreas com risco abiótico (perigosidade de incêndio)	<ul style="list-style-type: none">• Promover a diversificação da floresta através de uma correta gestão da sucessão ecológica, da utilização de espécies mais resistentes à propagação do fogo, e da criação de uma paisagem em mosaico onde se intercalam as diferentes vocações dos espaços, na ótica de um uso multifuncional, associados à manutenção de áreas agrícolas, pastagens e galerias ribeirinhas;• Garantir a descontinuidade horizontal e vertical dos combustíveis florestais através da gestão de combustíveis, desramações e desbastes, bem como a alternância de parcelas com inflamabilidade e combustibilidade distintas.• Nas ações de arborização, de re-arborização, de reconversão florestal e na gestão, aplicar as normas de “silvicultura preventiva”, do ponto E.1.3, para minorar o risco de incêndio;• Dotar estas áreas de infraestruturas florestais, nomeadamente rede viária, rede divisional e pontos de água, em acordo com a DFCl;• Nos espaços florestais, incrementar a vigilância e garantir a manutenção de sinalética com avisos de perigo de incêndio.
Risco biótico	<ul style="list-style-type: none">• Garantir que as espécies selecionadas se encontram bem adaptadas às condições da estação (reduzir o stress das plantas e assim aumentar a sua resistência a pragas e doenças);• Nas intervenções culturais, aplicar as normas gerais de silvicultura, para minorar a sensibilidade da área ao risco biótico;• Evitar a continuidade de áreas de monocultura, tirando partido da fisiografia local, linhas de água e da importância de se proceder a compartimentações no âmbito da DFCl;• Ponderar, quando técnica e economicamente adequado, a opção por composições mistas e estruturas irregulares dos povoamentos, em princípio menos vulneráveis à generalização dos danos causados por pragas e doenças;• Remover dos povoamentos árvores mortas de pé e afetadas por incêndios, mutilações físicas, pragas e doenças criptogâmicas, sempre que a presença destas implique riscos para a sanidade dos povoamentos, mas tendo em conta que a sua manutenção, desde que os riscos sanitários não se manifestem ou estejam controlados, contribui decisivamente para a diversidade biológica dos povoamentos florestais;• Destruir o material vegetal de pequenas dimensões remanescente nas áreas ardidas, de preferência através de trituração, removendo-o ou procedendo à sua incorporação no solo, quando esta última alternativa for técnica e economicamente razoável;• Nas zonas de incêndio, devem extrair-se as árvores queimadas e as árvores “afogueadas”, estas últimas numa faixa de 20 a 50 m conforme a violência do incêndio; estas são árvores de grande risco de ataque;• Monitorizar as áreas ardidas quanto à ocorrência de insetos e fungos em árvores atingidas pelo fogo ou sobreviventes, com particular ênfase na presença e importância de populações de insetos escolitídeos.
Corredores Ecológicos	
Corredores ecológicos coincidentes com linhas de água	<p><u>a) Linhas de água torrenciais ou temporárias</u></p> <p>a.1) Áreas que distam até 5 m das margens da linha de água torrencial ou temporárias:</p> <ul style="list-style-type: none">• Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação;• As ações de (re)arborização deverão ser com recurso a espécies autóctones;• Não realizar mobilização do solo mecânica e que alterem o perfil da margem.

Objetivos da gestão e intervenções florestais	Medidas
	<p>a.2) Áreas que distam mais de 5 m a partir da margem da linha de água torrencial ou temporária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assume o estipulado para a SRH respetiva. <p><u>b) Linhas de água permanentes</u></p> <p>b.1) Áreas que distam até 10 m das margens da linha de água permanente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação; • As ações de (re) arborizações deverão ser com recurso a espécies autóctones; • Não são permitidas ações de mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem. <p>b.2) Áreas que distam entre os 10 e os 500 m a partir da margem da linha de água permanente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assume o estipulado para a SRH respetiva; • Nas ações de arborização ou rearborização deve ser garantida a instalação ou manutenção de espécies autóctones numa área mínima de 20%, relativamente à área da unidade de gestão a intervencionar. <p>b.3) Áreas que distam mais de 500 m a partir da margem da linha de água permanente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assume o estipulado para a SRH respetiva; • Quando comprovadamente estejam em presença no local, devem ser preservados os habitats da lista de SIC da RN2000. <p><u>c) Todos os corredores ecológicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não deverão ser realizados cortes rasos em áreas contínuas ou contíguas superiores a 25ha.

Fonte: PROF-TMAD, ICNF, 2019

2.2.1.5 Programa de Albufeira de Foz de Tua

A decisão de elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Foz Tua (POAFT), agora designado Programa Especial da Albufeira de Foz Tua (PEAFT), de acordo com o previsto na lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16/agosto) e pela revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio) foi decretado pelo Despacho n.º 8097/2011, de 7 de Junho, encontrando-se presentemente em elaboração.

O aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua, que integra a barragem de Foz Tua, bacia hidrográfica do Douro, insere-se no Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH), destinando-se à produção de energia elétrica.

A construção da barragem de Foz Tua, concluída em 2011, deu origem a uma albufeira de águas públicas de serviço público, nos termos do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio (alterado pelo



Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março), classificada através da Portaria n.º 91/2010, de 11 de fevereiro, como albufeira protegida, uma vez que se prevê que possa vir a ser utilizada para o abastecimento público.

A Declaração de Impacte Ambiental (DIA), emitida a 11 de maio 2009 na sequência da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), assim como a salvaguarda e manutenção da qualidade dos recursos hídricos associados à albufeira e a adequada utilização dos terrenos integrados na respetiva zona terrestre de proteção estabeleceram a necessidade de elaboração de um programa especial da albufeira de Foz Tua.

A elaboração do PEAFT tem como finalidade a definição de regimes de salvaguarda dos recursos naturais em presença, com especial destaque para os recursos hídricos, constituindo um instrumento de apoio à gestão da albufeira e da zona terrestre de proteção envolvente, assim como de articulação entre as diferentes entidades com competência na área de intervenção. Deve também incorporar os objetivos de proteção estabelecidos no regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas.

Os principais objetivos da elaboração do PEFAT são:

- Proteger e valorizar os recursos hídricos associados à albufeira;
- Garantir o bom estado ecológico dos recursos hídricos a preservar;
- Proteger e valorizar o território envolvente da albufeira, com o fim de assegurar a qualidade e quantidade dos recursos hídricos, e os ecossistemas aquáticos;
- Garantir o desenvolvimento do uso ou usos principais da albufeira;
- Garantir que as atividades secundárias da albufeira não comprometem os usos principais;
- Harmonizar entre si as diversas atividades secundárias da albufeira;
- Garantir a integridade da paisagem associada aos recursos hídricos objeto de proteção;
- Controlar as situações de degradação ambiental que põem ou que possam vir a pôr em causa a qualidade dos recursos hídricos, bem como promover a adoção de medidas adequadas a fazer cessar tais situações;
- Garantir a segurança de pessoas e bens em situações de risco associado a cheias e inundações, bem como prevenir riscos ou perigos decorrentes da utilização da albufeira.

A área de intervenção corresponde ao território que ficará inundado pela albufeira a criar e por uma faixa com largura de 500 metros contada a partir do nível de pleno armazenamento (NPA), sujeita aos acertos que vierem a ser determinados no âmbito da elaboração do plano de ordenamento.

Situa-se nos distritos de Bragança e de Vila Real, nos concelhos de Alijó, de Carrazeda de Ansiães, de Murça, de Vila Flor e de Mirandela (freguesia de Abreiro).

A barragem tem uma bacia hidrográfica com 3809 km² e criou uma albufeira que, ao nível de pleno armazenamento (NPA), à cota 170 metros, tem um volume de 106,1 hm³ e uma área inundada de 420,9 hectares. Em condições normais, a sua exploração varia entre o nível de pleno armazenamento e o nível mínimo de exploração (cota 167 metros).

Figura 8: Área de Intervenção do PEAF



Fonte: <https://poa-foztua.nemus.pt/a-area-de-intervencao>

2.2.1.6 Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte

A elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N) foi determinada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 29/2006, de 23 de março. Embora ainda não se encontre em vigor, foi já objeto de procedimento de Discussão Pública tendo sido disponibilizada, em dezembro de 2009, uma versão do documento que contempla já a ponderação das participações que ocorreram,



sendo essa a considerada no âmbito do presente relatório. Admite-se, no entanto, que o contexto normativo possa ainda vir a ser objeto de alteração, nomeadamente atendendo ao tempo entretanto decorrido. Esta é uma questão que assumirá relevância fundamentalmente em fases subsequentes da Revisão do PDM.

Conforme refere esse documento “os *PROT* são instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica, que desenvolvem os princípios, objetivos e orientações consagrados no PNPOT e definem o quadro de ordenamento da região, tendo como objetivos os consagrados no art.º 52º do RJIGT. Fixam o modelo de organização do território regional, estabelecem a estrutura do sistema urbano, as redes de infraestruturas e equipamentos de interesse regional, definem os objetivos e princípios a considerar na localização das atividades e dos grandes investimentos públicos, delineiam a política regional em matéria ambiental e consagram as orientações e diretrizes para o ordenamento do território da região, a cumprir, em particular, por via dos instrumentos de âmbito municipal.”

Apesar de constituir um instrumento de hierarquia superior, que pretende enquadrar a política de desenvolvimento territorial da região, o sucesso e a implementação do PROT encontram-se fortemente condicionados pela forma como se venham a desenvolver os PMOT, e em particular os PDM (e a gestão urbanística decorrente da sua aplicação). Do ponto de vista do PROT, este pretende servir de quadro de referência aos PMOT.

O PROT-N abrange a totalidade da região Norte, incluindo as unidades territoriais do Minho-Lima, do Cávado, do Ave, do Grande Porto, do Tâmega, do Entre-Douro-e-Vouga, do Douro e do Alto Trás-os-Montes.

Conforme referido é um instrumento que não se encontra em vigor e evoluirá, certamente, para a figura de programa em vez de plano com as devidas atualizações face ao tempo decorrido. Convém ter presente que as referências a determinado tipo de classificação do solo, como é o caso dos “espaços urbanizáveis”, deixaram de ser aplicáveis, bem como algumas orientações suportadas em instrumentos de gestão territorial que evoluíram para versões mais recentes como são exemplo o próprio PNPOT, o PROF e o PENT, entre outros.

VISÃO E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A REGIÃO

Este Plano beneficiou da existência e validação política do documento “Norte 2015 – Competitividade e Desenvolvimento: Uma Visão Estratégica” assente em 4 domínios fundamentais: o Território, as Pessoas, as Instituições e as Atividades Económicas, que, juntamente com a síntese do diagnóstico da região, conduziu à definição da Visão proposta para o ordenamento territorial da região do Norte.

VISÃO para a REGIÃO DO NORTE

Promover a estruturação territorial da região do norte configurada num sistema urbano policêntrico que projete, a nível nacional e internacional, a aglomeração metropolitana do porto e o sistema principal de infraestruturas de suporte e, simultaneamente, potencie uma rede de cidades e de outros centros urbanos estruturantes, em combinações de geometria variável e com vocações que melhor respondam aos objetivos de competitividade, coesão e equidade territorial, tendo como bússola a qualificação dos valores ambientais, naturais e culturais e as matrizes de ocupação do território e de gestão dos recursos produtivos compatíveis com a evolução regional, rumo a um território mais ordenado, dinâmico e sustentável.

A visão proposta para o ordenamento territorial da região do Norte assenta, por um lado, no papel central do sistema urbano como estrutura de suporte à apropriação humana do território e, por outro, na exigência de sustentabilidade na utilização do território, traduzindo-se em opções de desenvolvimento e ordenamento da região, que se organizam em quatro eixos agregadores:

EIXOS ESTRATÉGICOS DE BASE TERRITORIAL:

1. CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO – pontos nodais da estrutura de apropriação do território:

- Estabelecimento de uma matriz policêntrica da rede urbana, com base numa combinação de elementos de hierarquia com elementos de complementaridade, explorando as virtualidades dos efeitos de rede;
- Valorização e promoção, como componentes essenciais da sua atratividade e competitividade, dos elementos de excelência e dos vetores de qualificação tanto dos meios urbanos propriamente ditos como dos nós de especialização funcional (plataformas logísticas, polos de ciência e tecnologia, infraestruturas de acolhimento empresarial), de sustentação e fomento das economias de aglomeração, da intensificação tecnológica e da competitividade da base económica e das atividades da região.

2. CONFORMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS REDES E SISTEMAS FUNDAMENTAIS DE CONECTIVIDADE – suportes dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informação – centrada na articulação entre pontos nodais da estrutura territorial da região e destes com o exterior, como elemento fundamental de fomento da competitividade, do reforço da mobilidade e da promoção de maior equidade territorial:

- Grandes infraestruturas e interfaces de transporte (portuários e aeroportuários);
- Rede rodoviária estruturante;
- Redes ferroviárias de alta velocidade e convencional (suburbana / interurbana / regional);
- Redes telemáticas;
- Sistemas de transportes e de comunicações, tendo em vista garantir níveis adequados de articulação/conexão entre os centros urbanos e uma acessibilidade alargada a equipamentos e serviços básicos (serviços de proximidade).

3. CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SUPORTE TERRITORIAL, encarando integradamente os seus elementos constitutivos enquanto valores intrínsecos (dever de preservação da memória e identidade coletiva), enquanto componentes de uma dinâmica de desenvolvimento sustentado, e enquanto fatores de melhoria da qualidade de vida:

- Proteção e qualificação dos valores naturais, ambientais e patrimoniais;
- Controlo e gestão das situações de riscos naturais e tecnológicos (identificação, medidas de prevenção, monitorização), e atenuação/eliminação dos passivos ambientais (recuperação de situações degradadas, eliminação/desagravamento de fontes poluidoras).

4. GESTÃO SUSTENTADA DOS RECURSOS PRODUTIVOS de forte vinculação locacional, com exploração das potencialidades e atenuação das fragilidades:

- Aproveitamento do potencial hídrico numa ótica de sustentabilidade do recurso (reserva estratégica de água, produção de eletricidade, abastecimento, rega, desporto e lazer, valorização paisagística, elemento de atenuação e controlo do risco e reequilíbrio ambiental);

- Sustentabilidade energética, na dupla vertente de promoção do aumento da eficácia nos consumos energéticos e de reforço da componente da produção energética a partir de fontes renováveis (eólica, hídrica, geotérmica, biomassa);
- Consideração das especificidades da Zona Costeira, em termos da necessária compatibilização das suas potencialidades com as fragilidades do seu suporte biofísico;
- Exploração da fileira dos recursos geológicos e hidrogeológicos;
- Exploração das fileiras vitivinícola, agropecuária e silvo-pastoril, com relevo especial para o desenvolvimento de “nichos de qualidade” (produtos certificados, DOC);
- Exploração sustentada dos recursos florestais e espaços associados, e ainda dos recursos cinegéticos, apícolas e aquícolas das águas interiores, e outros diretamente associados à floresta e às atividades silvícolas;
- Exploração da fileira do turismo.

A representação espacial dos principais elementos em que estas componentes se desdobram consubstancia o Modelo Territorial do PROT-N, que configura de forma articulada o sistema de estruturação funcional, o sistema biofísico e o sistema de recursos produtivos.

2ª Revisão do PDM de Mirandela – Caracterização da Situação de Referência - setembro 2020



O Modelo Territorial, tratando-se de um esquema global de ordenamento, pretende conceber uma organização espacial destinada a alcançar uma melhor estruturação e um desenvolvimento mais harmonioso da região, inspirando-se nos seguintes princípios orientadores do equilíbrio regional:

1. Promoção do policentrismo assente nas vocações específicas e na intensificação dos relacionamentos entre centros urbanos, independentemente dos seus níveis funcionais, tendo em vista a promoção de complementaridades e sinergias entre estratégias urbanas, gerando densidade relacional, coesão e competitividade supramunicipal e regional;
2. Promoção da organização dos centros urbanos em redes de geometria variável, privilegiando tanto relacionamentos de proximidade/contiguidade como associações diversas para fins específicos;
3. Afirmação do papel das cidades e dos territórios no contexto da cooperação da região do Norte com as regiões vizinhas;
4. Reforço de sinergias urbano-rurais, no contexto das mutações dos padrões culturais e dos quadros de vida nesses espaços;
5. Garantia de equidade territorial na provisão de equipamentos coletivos e no acesso de todos os cidadãos aos serviços de interesse geral, tanto os básicos como os mais diferenciados;
6. Intensificação da competitividade e da especialização no quadro de contextos territoriais alargados, aumentando a visibilidade da região e reforçando a sua internacionalização.

A configuração final do Modelo Territorial resulta da articulação dos Sistemas Estruturantes já referidos, cada um integrando um conjunto de domínios temáticos, sistematizados de seguida.

I. SISTEMA DE ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL

Urbano

A estruturação do sistema urbano regional assenta, fundamentalmente, na articulação entre centros urbanos de diferentes níveis hierárquicos, atendendo às particularidades do território em que se inserem, ao seu papel polarizador e à sua relação com os aglomerados que lhe são funcionalmente mais próximos.

Neste território destaca-se a cidade de Vila Real pelo seu posicionamento estratégico em termos de acessibilidade e de espaço de charneira e articulação com os restantes territórios da região e com a região Centro. Contudo esta nucleação possui uma relativa excentricidade face à sub-região, pelo que o PROT-N aposta na cidade de Bragança enquanto núcleo polarizador do território nascente e de



articulação transfronteiriça. O papel equilibrador que se pretende que Bragança venha a desempenhar deverá ser complementado pelas funções a atribuir ao conjunto **Mirandela/Macedo de Cavaleiros**.

Em suma o sistema urbano regional estrutura-se da seguinte forma:

- Aglomeração metropolitana do Porto;
- Cidades de equilíbrio territorial;
- Cidades regionais/ Conjuntos regionais de cidades;
- Centros estruturantes sub-regionais;
- Centros estruturantes municipais.

A cidade de **Mirandela** surge neste contexto integrada, por um lado, nos Conjuntos regionais de cidades, pelo potencial que possui se associada a Macedo de Cavaleiros, e por outro nos Centros estruturantes sub-regionais. O primeiro caso encerra as cidades ou conjuntos de cidades que possuem capacidade de polarização de espaços territoriais alargados, desempenhando funções de articulação territorial, e o segundo integra cidades e vilas com relativa diversidade funcional ou especialização de funções, polarizadoras do sistema urbano a uma escala supramunicipal.

São assim objetivos do PROT-N neste domínio:

1. Potenciar e estruturar o eixo Vila Real-Mirandela-Macedo de Cavaleiros-Bragança-Espanha “a partir de um impulso na concertação intermunicipal de infraestruturas, de equipamentos e de funções urbanas, consubstanciando uma polaridade estruturante para amarrar e qualificar o espaço rural e para consolidar especializações funcionais (nomeadamente no ambiente e bio-recursos), e reforçando o espaço de relacionamento transfronteiriço de Bragança com Zamora, Benavente e Leon”;
2. Afirmar o eixo Mirandela-Macedo de Cavaleiros, no contexto dos centros urbanos do Alto Douro Vinhateiro, Douro Internacional e suas envolventes atendendo a:
 - aproveitamento das novas acessibilidades decorrentes da construção do IP2 e IC5, para o desenvolvimento turístico e para a prestação de serviços em zonas de baixa densidade;
 - o fortalecimento do espaço de inter-relacionamento dos centros urbanos do Vale do Douro Superior, Terra Quente Transmontana e parte do Vale do Douro Sul, a partir de uma maior concertação de funções urbanas e de um reforço da intermobilidade, de forma a amarrar e valorizar o espaço rural, os bio-recursos e as produções agropecuárias;



- o reforço das sinergias entre Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Coa, aproveitando as suas vocações turístico-culturais e valorizando as respetivas características específicas (linha do Douro e Douro navegável).

Conectividades

Este sistema materializa-se nas estruturas de suporte aos fluxos de pessoas, bens, serviços e informação.

Neste domínio um dos objetivos centrais do PROT-N é contribuir para um recentrar da atuação na promoção da diversidade de soluções e na articulação entre partes ou componentes dos sistemas que promovem a mobilidade.

Ao nível da rede rodoviária são considerados eixos estruturantes do território da região Norte e da sua articulação transfronteiriça: IP1/(AP9), IP1/IC5/IP3/(A52), IP4/A4(A11) e IP9/IP4/IP3/IP5/(A50).

Mirandela encontra-se sobre o eixo IP4/A4(A11), devendo por isso ser capaz de potenciar as sinergias geradas pela acessibilidade que esta via confere ao concelho.

Em termos de rede ferroviária verifica-se, como seria de esperar, uma maior concentração em torno do Arco metropolitano do Porto, sendo a zona transmontana aquela que apresenta uma elevada debilidade a este nível, sobretudo desde o encerramento da Linha do Tua. O PROT-N aponta um conjunto de investimentos de longo prazo que contribuiriam para conferir à região maior competitividade e consolidar o modelo territorial, contudo nenhum deles para Trás-os-Montes, o que coloca maiores desafios à afirmação deste território.

Ao nível das redes de tecnologias de informação e comunicação também é notória a assimetria litoral/interior, recomendando-se um esforço para aumentar a coesão territorial também neste domínio.

Energético

É objetivo genérico para este domínio a harmonização dos seguintes princípios: garantir o abastecimento, em condições de adequação ambiental e contribuindo para a competitividade da atividade económica.

A concretização deste objetivo passará então pelas seguintes áreas de intervenção:

- Caracterização dos recursos energéticos endógenos da região, essencialmente os de carácter renovável, e a promoção do seu aproveitamento;
- Caracterização da forma como a energia é utilizada e promoção de medidas de melhoria da eficiência energética;



- Adequação das infraestruturas de transporte e distribuição de energia à procura previsível e à integração da produção através de fontes renováveis
- Estabelecimento de parâmetros de monitorização energético-ambientais.

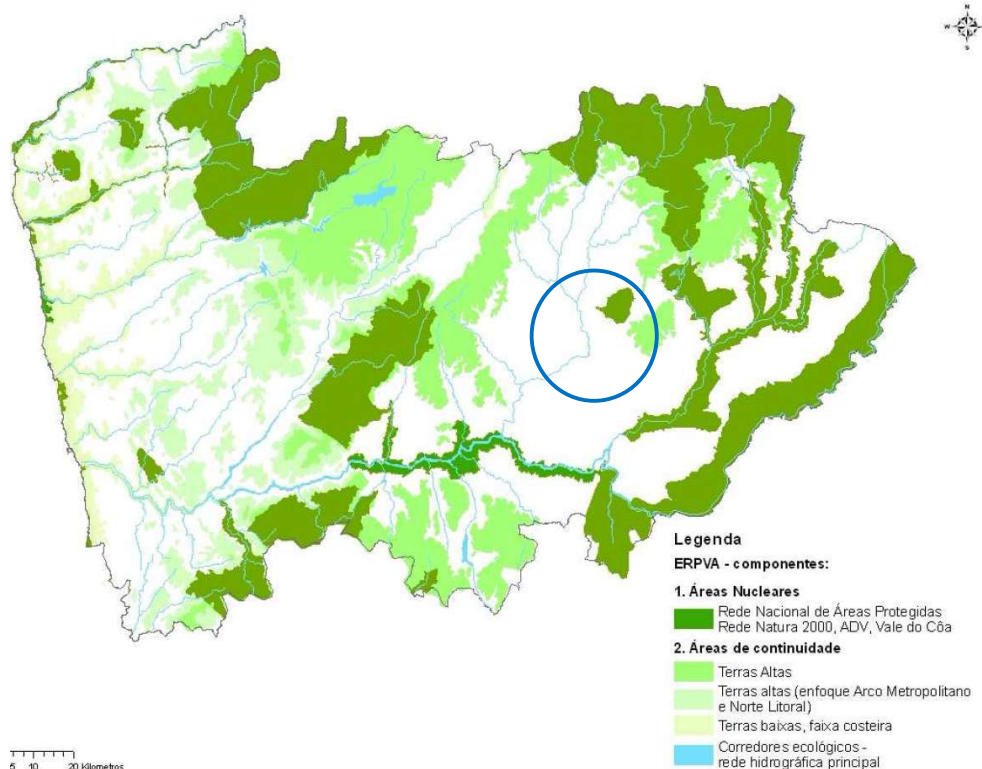
II. SISTEMA BIOFÍSICO E PATRIMONIAL

Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA)

A ERPVA compreende o conjunto de sistemas naturais e biofísicos que se subdivide em: áreas nucleares que integram as Áreas Protegidas, as áreas classificadas na Rede Natura 2000, a par das áreas inscritas na lista de Património Mundial da UNESCO (Parque Arqueológico do Coa e Alto Douro Vinhateiro); e áreas de continuidade, que integram os territórios de baixa e de alta altitude e os corredores ecológicos.

Trata-se de uma rede “*fundamental de suporte à proteção e valorização dos sistemas necessários à conservação da natureza e da diversidade biológica, à regulação dos ciclos da água e do carbono, à gestão das reservas estratégicas de água e à conservação do solo, num contexto de alterações climáticas, visando o cumprimento das metas ambientais e de sustentabilidade*”.

Figura 10: Componentes da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental



Fonte: CCDD N- PROT-N, versão dezembro de 2009

Património

O modelo territorial adotado pelo PROT-N confere um importante papel à valorização e salvaguarda dos bens culturais, devendo as áreas classificadas como Património Mundial, ou outras de valor cultural significativo, assumir particular relevância na polarização e incremento da visibilidade regionais, e na promoção de projetos e iniciativas de carácter diverso (percursos e rotas temáticas, diversificação da oferta cultural), preferencialmente articulados com o património natural em presença na região.

Sistema Hídrico

A região Norte possui uma elevada densidade hidrográfica revelando-se por isso fundamental o adequado planeamento do aproveitamento dos recursos hídricos.



O PROT-N identifica um conjunto de ações que será necessário promover neste domínio, a maioria delas de caráter supramunicipal e da responsabilidade da administração central, contudo destacam-se no presente contexto as seguintes:

- Promover a valorização das zonas ribeirinhas, nomeadamente através de atividades associadas ao turismo, recreio e lazer;
- Salvar a quantidade e qualidade dos recursos hídricos subterrâneos;
- Concluir, na sub-região de Trás-os-Montes os aproveitamentos para abastecimento de água às populações, previstos no Plano Nacional de Barragens;
- Proceder à proteção de zonas inundáveis, condicionando a ocupação se áreas que apresentem riscos de cheia.

Riscos

A análise desta componente foi elaborada atendendo aos diferentes graus de suscetibilidade ao risco que cada unidade territorial possui. Foram estabelecidas cinco classes de risco – níveis de interação – que aliam o grau de expansão territorial e a dinâmica natural inerente aos diferentes riscos naturais. Esta interação tem, naturalmente, implicações distintas em função das várias formas de uso e ocupação do território, pelo que é fundamental atender a esta questão quando se planeia a ocupação do território.

O concelho de **Mirandela** é abrangido pelas três classes de risco mais baixas, apresentando uma diminuição de suscetibilidade ao risco no sentido sudoeste-nordeste.

III. SISTEMA DE RECURSOS PRODUTIVOS

Base Produtiva Regional

Neste âmbito o PRTO-N aposta:

1. No sistema científico e tecnológico, sobretudo no sistema de ensino superior;
2. Nos mecanismos de apoio à intensificação tecnológica das empresas;
3. Na valorização dos principais pólos de competitividade e tecnologia e outros clusters regionais;
4. Na atração de capital estrangeiro para o exercício de áreas de atividade mais intensivas do ponto de vista tecnológico;
5. No empreendedorismo de base tecnológica e nas suas diversas formas de financiamento;



6. Numa rede de parques de ciência e tecnologia, incluindo incubadoras de base tecnológica;
7. Na consolidação da rede de centros tecnológicos da região.

Recursos Geológicos e Hidrológicos

O PROT-N considera fundamental equacionar a definição de novas normas de exploração, uso e aproveitamento dos recursos naturais, numa ótica de sustentabilidade económica, social e ambiental. Entre outras ações, refere a necessidade de ser feita uma *“avaliação, inventariação e seleção dos recursos geológicos com potencial económico do ponto de vista extrativo e com qualidade”*, uma vez que um adequado conhecimento geológico e hidrogeológico do território é essencial, por um lado, para a correta planificação da intervenção neste domínio, e por outro para um consistente ordenamento do território, proteção ambiental e regulamentação de usos e ocupações do solo.

Por fim, refere o PROT-N o papel que o setor extrativo poderá desempenhar no combate ao despovoamento do interior do país, contribuindo para a criação de emprego e para a dinamização, direta ou indireta, da generalidade da economia regional.

A sub-região transmontana tem conhecido ao longo dos séculos uma relativa dinâmica em termos de exploração mineira, destacando-se no caso de **Mirandela** as minas de Freixeda, que embora não se encontrem atualmente ativas poderão apresentar algum potencial de exploração.

Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural

O PROT-N preconiza que o modelo de ordenamento do solo rural a prosseguir nos PMOT deverá procurar compatibilizar as *“políticas municipais com as estratégias nacional e regional estabelecidas para o desenvolvimento e competitividade do setor primário”*, assegurando:

- A proteção da dimensão produtiva e a continuidade das áreas agrícolas e florestais relevantes;
- As condições para a plena exploração dos recursos endógenos através da disciplina de uso e transformação do solo;
- A defesa dos solos férteis e da SAL, evitando a alteração do uso do solo e definido regulamentação que proteja as áreas agrícolas de desenvolvimento de fileiras estratégicas e os espaços florestais contínuos;
- A compatibilização do ordenamento e da disciplina do uso do solo com as disposições dos planos e programas para o setor.



Neste contexto o PROT-N identifica como áreas relevantes: as áreas florestais naturais e seminaturais integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas e na Rede Natura 2000, as áreas submetidas a Regime Florestal, as Matas Modelo definidas nos PROF, as áreas florestais contínuas (com mais de 100ha), os povoamentos de sobreiro e azinheira, os povoamentos de folhosas autóctones, as superfícies forrageiras de regadio integradas na Bacia Leiteira Primária de Entre Douro e Minho, as culturas permanentes integradas em áreas DOP e IGP e ainda sistemas agro-silvo-pastoris, áreas de secadal, prados permanentes e lameiros de montanha integrados em regiões DOP/IGP.

Em termos de ordenamento florestal, a zona transmontana assume-se como uma área preferencial de silvo pastorícia, caça e pesca em águas interiores. Relativamente ao potencial agroflorestal, o Nordeste da região Norte constitui um território preferencial de desenvolvimento modelos multifuncionais de carácter extensivo, onde surgem aliadas a produção agrícola, pecuária e florestal (em regime extensivo) e as produções de excelência, registando-se limitações à intensificação produtiva (resultado das características dos solos e do défice hídrico), elevada suscetibilidade à desertificação e sensibilidade ecológica dos sistemas em presença.

Ao nível do ordenamento do solo rural (agora rústico) o PROT-N distingue, na região, diferentes unidades territoriais em função das vocações e funcionalidades dominantes, especificidades, recursos e valores relevantes. A sub-região de Trás-os-Montes e Alto Douro, e consequentemente o concelho de **Mirandela**, surgem integrados na unidade “C- *Produção Extensiva/Uso Multifuncional- sistemas agro-silvo-pastoris*”, na qual se pretende promover a multifuncionalidade, desenvolvendo diversas áreas de potencialidade produtiva e promoção de fileiras estratégicas agrícolas (setores vitivinícola, olivícola, frutícola e agropecuário), onde se afirma a vocação essencialmente agrícola deste território, também com elevada potencialidade de desenvolvimento da fileira florestal.

Turismo

O PROT-N pretende almejar um modelo de desenvolvimento turístico de âmbito regional que ocorra se forma global e integrada, reconhecendo, porém, a existência de quatro destinos turísticos distintos, mas que se pretendem complementares: Porto, Minho, Trás-os-Montes e Douro.

Pretende promover a implementação de um modelo de desenvolvimento assente na Qualificação, Excelência, Competitividade e Inovação da oferta, “*transformando o turismo num fator de desenvolvimento e diversificação da economia regional*”.

NORMAS ORIENTADORAS DO PROT-N



Uma vez estabelecidos os pressupostos e orientações estratégicas e definido o modelo de intervenção territorial, o PROT-N estabeleceu um conjunto normativo que se encontra dividido em Normas Gerais, que dizem respeito aos domínios da “*Governança*”, “*Competitividade e Inovação*” e “*Articulações Transfronteiriças e Inter-regionais*” que, atendendo à sua natureza e objetivos estratégicos, apresentam um caráter eminentemente transversal, e em Normas Específicas, que respeitam a cada um dos domínios temáticos ou territoriais, sendo aquelas que assumem maior relevo no contexto dos PMOT.

Por sua vez, quer as Normas Gerais, quer as Normas Específicas, subdividem-se em Orientações Estratégicas, que materializam princípios de atuação e critérios de apoio à decisão relativa às opções, e em Diretrizes, que têm um caráter eminentemente operativo, sendo formuladas de modo a estabelecer claramente o comando normativo, indicando a quem se dirigem e a quem compete a sua execução.

Em relação às Normas Gerais, no que respeita à Governança destacam-se as seguintes diretrizes:

- D01.03 Diálogo Institucional - Estruturar sistema(s) de interação e cooperação institucional entre municípios e entre estes e os organismos da Administração Central, através da dinamização de plataformas contínuas de participação e diálogo institucional entre as diferentes escalas de planeamento e
- D01.10 Adaptação dos IGT - As adaptações dos PMOT e PEOT ao PROT-N devem ocorrer nos termos e condições que vierem a ser estabelecidos na Resolução do Conselho de Ministros que aprovar o presente plano.

Quanto à Inovação e Competitividade importa referir:

- D02.03 Rede de Acolhimento Empresarial - Constituir progressivamente uma rede regional de espaços de acolhimento empresarial qualificado, assente em lógicas de especialização/complementaridade, seja no plano sectorial, seja no plano da componente de serviços, ou ainda no das funções estratégicas associadas a cada espaço;
- D02.06 Certificação de Produtos Locais - Promover e apoiar as intervenções territoriais destinadas à melhoria da qualidade e certificação dos produtos locais (produtos biológicos, unidades de gestão florestal, DOP/DOC).

No quadro seguinte, sistematizam-se as principais Normas Orientadoras Específicas assim como respetivas Orientações Estratégicas e Diretrizes, tendo em consideração o âmbito do presente Instrumento de Gestão Territorial. Embora o principal enfoque seja dado às Diretrizes com aplicação direta nos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, optou-se também por identificar algumas Orientações Estratégicas e Diretrizes cuja



aplicação embora não seja direta nos Instrumentos de Gestão Territorial e/ou da responsabilidade dos municípios possam de alguma forma ter impacto na estratégia, opções, medidas e propostas a adotar na execução da presente revisão do PDM de **Mirandela**.

Quadro 8: Resumo das Normas Específicas do PROT N com implicação no concelho de Mirandela

Normas Específicas
Sistema Estruturação Funcional
Sistema Urbano
Orientações Estratégicas
<u>A. Qualificação do Sistema Urbano</u>
<p>321. As cidades, como parte e pólos do sistema urbano da Região do Norte e componentes cada vez mais decisivas do modelo territorial, devem tender a constituir espaços ativos de cidadania e qualidade de vida com vista a promover o aumento da competitividade regional e da coesão territorial. Assim, assumem-se como orientações estratégicas da política de promoção e qualificação urbana:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Assegurar que as cidades constituem espaços favoráveis à criatividade e à inovação, tornando-se mais abertas ao exterior, competitivas e internacionalizadas com base nos recursos que possuem, produzem ou atraem e nas formas de organização que promovem ou estabelecem entre diferentes entidades e com distintas cidades.2. Assegurar que as cidades constituem espaços de cidadania, coesão e identidade cultural, tornando mais eficientes os processos de participação, integração e valorização patrimonial e combatendo ativamente os fatores geradores de obsolescência, risco, insegurança e exclusão.3. Assegurar que as cidades constituem espaços de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de uso dos recursos, de desenho urbano, de edificação, de mobilidade e de paisagem, e condições adequadas de acesso à habitação, aos equipamentos e serviços e aos diversos tipos de amenidades.4. Assegurar a reabilitação e regeneração urbana dos centros históricos das cidades e dos bairros degradados ou abandonados, através de ações públicas e do apoio às iniciativas dos particulares, nomeadamente pela atribuição de incentivos ou de reduções fiscais.5. Promover nos centros urbanos uma estrutura comercial diversificada, que contribua para a competitividade do sistema urbano e favoreça a sociabilidade urbana e a qualidade de vida das populações, incluindo a identificação, nas novas centralidades urbanas, de áreas a afetar ao uso comercial e de serviços, que respondam a procura de origem residencial e constituam fator de consolidação e qualificação urbana. Nas áreas centrais ou históricas, deve fomentar-se a implantação de atividades comerciais inovadoras, visando a valorização dos tecidos urbanos antigos e a qualidade histórica e patrimonial da escala urbana.6. Patrocinar, através de parcerias das Câmaras Municipais com entidades e associações empresariais da zona e/ou com operadores logísticos vocacionados para a distribuição urbana, a criação de Centros de Micrologística de apoio a zonas urbanas de alta densidade comercial e/ou congestionamento urbano, tendo em vista o aumento da eficiência dos circuitos e sistemas de abastecimento urbano.7. Otimizar a gestão de RSU, incluindo a recolha seletiva, a valorização material e energética, a redução da deposição em aterro e a sustentabilidade dos sistemas, e atuar no sentido da prevenção de RSU promovendo, nomeadamente, o envolvimento dos cidadãos de acordo com as orientações do PERSU⁶.8. Otimizar os sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais de acordo com as orientações do PEAASAR II⁷.9. Desenvolver processos de gestão dos leitos de cheia nas áreas urbanas consolidadas ou em expansão como espaços vocacionados para atividades de lazer e recreio com recurso a infraestruturação de apoio, de fraca densidade e baixo investimento económico.
<u>B. Rede de Equipamentos e Serviços</u>

6 O PERSU2020 foi aprovado pela portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho de 2019, após a elaboração do PROT N.

7 O PEAASAR 2020, aprovado posteriormente à elaboração do PROT N pelo Despacho n.º 4385/2015, 30 de abril.

323. Os princípios orientadores das políticas de saúde, educação e formação, apoio social, cultura e património cultural, desporto e lazer, devem constar dos respetivos Planos Sectoriais Nacionais, que conjuntamente com o PNPOT constituem o referencial do PROT para a territorialização das políticas públicas. No entanto, de acordo com as particularidades territoriais, o planeamento regional dos equipamentos e serviços e as respetivas políticas sectoriais devem respeitar as orientações que a seguir se referem.

(...)

3. Reordenar e hierarquizar, ao nível municipal e numa perspetiva supra-freguesias, as redes de infraestruturas e equipamentos, considerando os serviços coletivos de proximidade na lógica do acesso ao serviço, promovendo a articulação (funcionalidade e mobilidade) dos pólos urbanos com as áreas rurais envolvente.

(...)

5. No meio rural deve-se reforçar a qualidade de vida da população e elevar o grau de bem-estar dos cidadãos, assegurando os serviços públicos básicos adequados e suficientes. Dada a dimensão territorial da região e os níveis de acessibilidade e mobilidade, deve ser garantida a equidade territorial no acesso aos equipamentos e serviços. Neste sentido, por um lado, deve-se assegurar níveis de mobilidade de pessoas e bens, designadamente nos territórios de baixa densidade e, por outro lado, os serviços devem-se organizar em função do tipo de mobilidade a incrementar, ou seja, identificando se deve ser o serviço que se desloca ao utente ou se é o utente que se desloca ao serviço

Diretrizes

A. Qualificação do Sistema Urbano

D11.03 Organização entre Centros Urbanos - Deve ser fomentada a organização dos centros urbanos em redes de geometria variável, não necessariamente condicionados pelos limites espaciais da organização administrativa, potenciando redes de relacionamento assentes em proximidades geográficas ou em afinidades “temáticas” de outras índoles.

D11.07 Requalificação e Regeneração Urbana - Desenvolver programas de ação para a requalificação e regeneração urbana em torno de contextos específicos de urbanidade, incentivando de forma particular a reabilitação do edificado nos centros urbanos.

D11.08 Grandes Operações Urbanas - Vincular as grandes operações de transformação urbana a objetivos ambientais e sociais, contrariando tendências de utilização mono funcional (habitação ou equipamentos ou serviços).

D11.09 Diversidade Funcional - Promover o enquadramento de usos comerciais e de serviços nos espaços residenciais das novas centralidades e das periferias urbanas.

D11.10 Eficiência na utilização de Recursos Urbanos - Associar o desenvolvimento dos aglomerados urbanos a critérios de racionalização de infraestruturas e equipamentos, assegurando no planeamento urbanístico e sua execução níveis adequados de eficiência no que respeita aos consumos de solo, de água e de energia.

D11.11 Multimodalidade Urbana - Associar o desenvolvimento dos aglomerados urbanos às redes de acessibilidades, aos modos de transportes públicos e transportes não motorizados reduzindo a dependência do transporte individual.

D11.12 Estrutura Ecológica Urbana - Dimensionar e delimitar a estrutura ecológica municipal em espaço urbano integrando nomeadamente espaços verdes, linhas de água, margens e zonas inundáveis, áreas com valor natural e cultural e áreas de enquadramento a infraestruturas e equipamentos.

D11.13 Espaços Verdes e Solo Permeável - Promover o aumento da captação de áreas verdes e permeáveis no interior dos aglomerados urbanos, tanto através da criação de novos parques e jardins como pela exigência da sua previsão e execução efetivas nas operações urbanísticas a realizar em solo urbanizável⁸.

D11.14 Valorização de Frentes Ribeirinhas - Desenvolver processos de valorização de frentes ribeirinhas como espaços de identidade com vocação para atividades de lazer e recreio, com recurso a infraestruturização de baixa intensidade.

D11.15 Águas Pluviais em Urbanizações - Prever nas operações de urbanização e de edificação, sistemas de recolha e condução de águas pluviais que privilegiem a infiltração destas, em detrimento da sua exclusiva drenagem em direção a linhas e cursos de água.

⁸ De acordo com a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, o solo urbano qualificado como urbanizável deverá ser reconvertido em solo rústico ou urbano



<p>D11.16 PEAASAR II³ - Promover a superação do défice infraestrutural em matéria de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais, de modo a serem atingidos os objetivos preconizados pelo PEAASAR II.</p>
<p>D11.17 PERSU² - Integrar as orientações do PERSU – Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos nas opções e disposições dos PMOT.</p>
<p>D11.18 RSU - Promover o desenvolvimento de estudos no âmbito da gestão de RSU, com vista à melhoria da eficiência e eficácia na utilização dos recursos, incluindo a conceção mais sustentável de produtos, e a redução da perigosidade dos resíduos, bem como a aplicação de instrumentos económicos e financeiros e ações de sensibilização e formação para a prevenção de resíduos</p>
<p>D11.19 Qualidade do Ar - Promover a definição de procedimentos integrados de atuação sobre os fatores de afetação da qualidade do ar em meio urbano, incidindo sobretudo nos fatores associados aos sistemas de transporte, ao tráfego, à indústria e à construção civil, entre outros, instituindo ações de acompanhamento e intervenção em tempo real.</p>
<p>D11.20 Ruído - Promover a definição de procedimentos integrados de atuação sobre os fatores de afetação da componente acústica do ambiente urbano, incidindo sobretudo nos fatores associados aos sistemas de transporte, ao tráfego, à indústria, à construção civil e às atividades de diversão, entre outros, instituindo ações de acompanhamento e intervenção em tempo real.</p>
<p>D11.21 Agendas 21 Locais - Privilegiar a utilização das Agendas 21 Locais, que associam a qualidade ambiental, a coesão social e o desenvolvimento económico como instrumento de gestão urbana sustentável</p>
<p>B – Redes de equipamentos e serviços</p>
<p>D11.23 Inventariação de Equipamentos e Serviços - A Administração Pública, através dos seus organismos responsáveis, em articulação com os municípios e outras entidades, deve promover a inventariação, em bases de dados georreferenciadas, dos equipamentos e serviços, designadamente nos domínios considerados mais relevantes (ex.: Carta Educativa, Carta Social, Carta Desportiva).</p>
<p>D11.25 Redes Supra-Freguesias - Reordenar e hierarquizar as redes de infraestruturas e equipamentos, ao nível municipal e numa perspetiva supra-freguesias, considerando os serviços coletivos de proximidade na lógica do acesso ao serviço, promovendo a articulação (funcionalidade e mobilidade) dos pólos urbanos com as áreas rurais envolventes.</p>
<p>D11.26 Serviços em Áreas de Baixa Densidade - Estruturar nas áreas de baixa densidade de procura, as redes dos equipamentos e serviços coletivos de proximidade recorrendo à combinação de soluções de mobilidade das pessoas com as dos serviços e das funcionalidades (sistemas ambulatoriais), assumindo como princípio básico a lógica da maximização do acesso ao serviço</p>
<p>D11.29 Micrologística do Abastecimento Urbano - Patrocinar, em parceria com entidades/associações de comerciantes por zona e com operadores logísticos vocacionados para a distribuição urbana, a criação de Centros de Micrologística (centros locais de apoio logístico) de apoio a áreas urbanas de alta densidade comercial e/ou congestionamento urbano, destinados a concentrar as atividades de cargas/descargas de zonas comerciais delimitadas para o efeito, prevendo locais de armazenagem para comerciantes associados.</p>
<p>Uso do Solo</p>
<p>Orientações Estratégicas</p>
<p>324. O Modelo Territorial do PROT N deverá materializar-se nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) através da territorialização, nas diversas escalas e níveis de planeamento, das opções estratégicas de âmbito regional e local, e da classificação e qualificação do solo, tendo presente as diferentes funcionalidades do solo rural e do solo urbano.</p> <p>325. Cabe aos Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) e, principalmente, aos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) a tarefa determinante da definição dos objetivos e regras de uso do solo nos seus territórios, que depois se materializarão no licenciamento, autorização e fiscalização das ações promovidas pelos diferentes agentes.</p> <p>327. A definição e a regulação dos usos do solo devem visar o aproveitamento eficiente dos recursos territoriais a longo prazo, promovendo a multifuncionalidade dos diversos espaços, numa perspetiva de sustentabilidade. A tradução do Modelo Territorial na estruturação e regulamentação dos usos do solo deve ainda acautelar a promoção da equidade social e territorial e a competitividade económica das atividades produtivas. Nesta perspetiva, os IGT, e em particular os PMOT enquanto instrumentos a que compete estabelecer o regime de uso do solo, devem respeitar as seguintes orientações:</p> <p>1. Promover o desenvolvimento de usos dominantes adequados às aptidões do solo, assegurando as necessárias compatibilidades e complementaridades;</p>

2. Salvar o sistema biofísico enquanto suporte à proteção e valorização dos recursos e valores naturais e enquadramento das atividades humanas;
3. Acautelar a compatibilidade da classificação e de qualificação do solo com a salvaguarda das áreas de risco natural e tecnológico e implementar medidas específicas de prevenção e proteção civil nas áreas já ocupadas;
4. Garantir a adequada qualificação do solo rural (agora rústico) e do solo urbano no respeito por um modelo de organização espacial do território que assegure a necessária estabilidade ao desenvolvimento das funções dominantes;
5. Consolidar as polaridades urbanas, promovendo a concentração de atividades e serviços nos diversos níveis de centros urbanos, reforçando a sua urbanidade e estruturando a relação urbano-rural;
6. Orientar o planeamento urbanístico por critérios exigentes de qualidade, que promovam a revitalização das áreas antigas e históricas, a devida dotação em espaços públicos e espaços verdes, o desenho urbano, a qualidade arquitetónica e a valorização da paisagem urbana;
7. Promover a regeneração dos espaços urbanos degradados e desestruturados, criando condições de equilíbrio com a estrutura ecológica e com as unidades de paisagem existentes;
8. Conter a expansão do solo urbano tendo em conta critérios de economia de recursos territoriais e de infraestruturas e a racionalização de equipamentos e serviços, programando o crescimento dos aglomerados em articulação com as redes de acessibilidades e transportes coletivos;
9. Promover a salvaguarda e valorização do património histórico rural, nomeadamente as aldeias históricas e outras povoações com património edificado de interesse relevante;
10. Estabelecer modelos de usos e ocupação do solo e a disciplina de edificabilidade que promovam a concentração da edificação e contrariem padrões de povoamento disperso ou linear, tendo sempre em conta que a afetação das áreas agrícolas e florestais a utilizações diversas da exploração agrícola, florestal ou pecuária tem carácter excecional, sendo admitida apenas quando tal for comprovadamente necessário;
11. Prever a implementação de uma rede municipal e supramunicipal de espaços de acolhimento empresarial para dar resposta às necessidades de reordenamento ou relocalização industrial, de modo a melhorar a relação entre as funções produtiva e habitacional do território, com destaque para os sectores que apresentem problemas específicos.

328. A concretização do Modelo Territorial na disciplina de ocupação do solo rural (agora rústico) visa proteger o solo como recurso estratégico não renovável, salvar as áreas afetadas a atividades agroflorestais e extrativas ou à conservação da natureza e da biodiversidade e enquadrar adequadamente outras ocupações e usos incompatíveis com a integração em espaço urbano ou que não confirmem o estatuto de solo urbano.

329. As áreas que não sejam indispensáveis à integração em espaço urbano, tendo presentes os critérios pré estabelecidos, devem integrar o solo rural (rústico) ainda que em termos funcionais não preencham os requisitos definidos para um claro enquadramento nas categorias de qualificação associadas à conservação, proteção ou produção.

330. Os PMOT devem cingir as exceções às regras estipuladas para a edificabilidade em solo rural (rústico) àquelas que se revelem necessárias, de modo a não comprometer as funcionalidades próprias do espaço assim classificado. Neste sentido, estabelecem-se os seguintes princípios para o ordenamento do solo rural (rústico):

1. Ordenar e disciplinar a localização das atividades produtivas (existentes e a instalar), criando condições para a instalação de novas atividades e funções económicas, assegurando a qualificação da oferta de acolhimento empresarial, existente ou a criar, em espaços planeados para esse efeito e garantindo a dotação de infraestruturas, equipamentos e serviços adequados.
2. Identificar e delimitar na planta de síntese os aglomerados rurais e as áreas de edificação dispersa em solo rural existentes, diferenciando-as em função das densidades do edificado, e adotar para estas áreas regimes de uso do solo que acautelem a sustentabilidade e a manutenção das características de solo rural, promovendo a concentração apenas na medida em que tal não ponha em causa a perenidade e produtividade dos sistemas agroflorestais competitivos.

331. A reclassificação do solo rural (rústico) em solo urbano apenas será admitida a título excecional, criteriosa e tecnicamente justificada, combatendo-se a atual prática de aumento indiscriminado dos perímetros urbanos, com o consequente comprometimento de espaços agrícolas, florestais ou verdes lúdicos. *(esta norma carece de adequação ao RJIGT em vigor)*

332. A concretização do Modelo Territorial deve ainda considerar, para o solo urbano, os seguintes critérios de ordenamento e linhas de atuação:



1. Classificação do solo como urbano fundamentada na indispensabilidade e adequação quantitativa e qualitativa de solo para implementar a estratégia de desenvolvimento local;
2. Compactação gradual das áreas já infraestruturadas bem como colmatção dos espaços consolidados;
3. Promoção da afetação de áreas com capacidade edificatória a habitação de custos controlados, quando necessário;
4. Reforço do papel ativo das autarquias no processo de produção de solo urbanizado e na promoção de um desenvolvimento urbano harmonioso e coeso, através do uso dos mecanismos de execução dos PMOT, em detrimento da gestão direta a partir dos PDM;
5. Salvaguarda de áreas de cedência de espaços de utilização coletiva que garantam melhores níveis de qualidade de vida;
6. Aplicação da perequação em planos de pormenor e unidades de execução, com vista a aumentar a exequibilidade do planeamento através da justa distribuição de encargos e benefícios resultantes da urbanização.

333. Os PMOT devem estabelecer os sistemas e mecanismos de programação da sua execução, de acordo com as orientações estratégicas e operacionais constantes do próprio plano, a qual deve ser concretizada pelos Municípios através da aprovação periódica de programas gerais de concretização das opções e prioridades de desenvolvimento urbanístico do território concelhio.

334. Para dispor de uma informação correta e atualizada sobre a ocupação do território concelhio, que é necessária e obrigatória para a elaboração dos PMOT, mas é também essencial no acompanhamento e monitorização da sua execução, os Municípios deverão promover a atualização da informação constante da cartografia de referência, sempre que tal se revele necessário para as finalidades prosseguidas com a elaboração do plano, inserindo essa informação na base cartográfica, de acordo com as normas técnicas e disposições legais aplicáveis.

335. Paralelamente, deverá ser estabelecido um sistema de monitorização permanente do processo de planeamento e gestão urbanística municipal, que permita conhecer as dinâmicas de transformação do território e dar apoio aos relatórios periódicos previstos na lei e aos processos de elaboração ou revisão dos PMOT e outros regulamentos municipais.

Diretrizes

A. Operacionalização da informação de base

D12.01 Planta da Situação Existente - No âmbito da elaboração ou revisão dos PMOT devem ser identificados e mapeados os seguintes elementos de caracterização da situação urbanística do território⁹, incorporando-os, sem prejuízo da demais informação que for considerada relevante, na planta da situação existente (documento que acompanha obrigatoriamente os PMOT):

- a) Delimitação das áreas edificadas consolidadas e em consolidação;
- b) Delimitação das áreas urbanas consolidadas;
- c) Fora das áreas urbanas consolidadas: identificação dos troços de arruamentos públicos pavimentados, com capacidade de trânsito automóvel incluindo veículos das forças de segurança e proteção civil, nomeadamente ambulâncias e carros de bombeiros (vias públicas habilitantes);
- d) Fora das áreas urbanas consolidadas: identificação dos troços de arruamentos dotados de cada uma das seguintes redes de infraestruturas urbanísticas: (i) abastecimento domiciliário de água, (ii) drenagem de esgotos domésticos, e (iii) fornecimento de energia elétrica, bem como dos aglomerados servidos por sistemas de telecomunicações e por sistemas de transportes públicos;
- e) Identificação e delimitação das áreas de edificação dispersa existente.

D12.03 Redes Elétricas - Quando no âmbito do procedimento de elaboração, alteração ou revisão de PMOT tal for solicitado pelas respetivas entidades concessionárias ou de tutela, naqueles planos devem estabelecer-se faixas de salvaguarda e condicionamento de usos destinadas a viabilizar a futura implantação de infraestruturas energéticas de configuração linear para as quais já haja sido emitida Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável.

D12.04 Tratamento das Servidões e Restrições nos PMOT - Tendo em conta que os efeitos territoriais das servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo as servidões militares e aeronáuticas, são de carácter essencialmente condicionador dos usos do solo e não definidor destes, a plena consideração daquelas em sede de PMOT exige:

⁹ De acordo com as definições que constam do Anexo Técnico I

- a) Que elas sejam identificadas e cartografadas através da estrita incorporação dos elementos disponibilizados pelas entidades de tutela;
- b) Que sejam estabelecidos regimes de uso do solo próprios para as áreas territoriais abrangidas pelas referidas servidões e restrições, a aplicar em conformidade com o disposto na alínea seguinte;
- c) Que nos regulamentos seja feita referência expressa à aplicabilidade dos regimes legais das referidas servidões e restrições conjuntamente com um regime de usos do solo estabelecido no plano, em termos de prevalência dos primeiros quando materialmente mais restritivos, mais exigentes ou mais condicionadores, e em termos de manutenção da tramitação estabelecida nos seus regimes procedimentais.

B. Regime do uso do solo

D12.05 Recomendações Gerais

1. A disciplina do uso do solo constante dos PMOT, para além de assentar na dicotomia da classificação do solo constante da lei, deve garantir, através da sua regulamentação, que são mantidas as características próprias de cada uma das classes.
2. O regime dos PMOT deve conter os fenómenos generalizados da edificação dispersa ou linear bem como da criação de novas áreas de expansão urbana, estabelecendo modelos de usos e ocupação do solo que promovam a concentração da edificação no solo já apto para o efeito e privilegiando a reconversão, reestruturação ou requalificação dos espaços já servidos por infraestruturas e equipamentos.

D12.06 Recomendações Específicas para o Solo Rural (rústico)

1. Os PMOT devem qualificar e regulamentar o solo rural (rústico) na perspetiva de que o solo é um recurso natural escasso e não renovável, que se destina à produção agrícola, pecuária e florestal, à exploração dos recursos geológicos, bem como à conservação de recursos e valores naturais, ambientais, culturais e paisagísticos, enquadrando adequadamente os demais usos que se demonstrem compatíveis com o estatuto e funções do solo assim classificado.
2. Os PMOT devem estabelecer claramente que a afetação de áreas agrícolas e florestais a usos diversos do agrícola, florestal ou pecuário revestem um carácter excecional, sendo admitidos apenas quando tal se demonstre necessário, cuidando de que não sejam postas em causa as funcionalidades específicas destas áreas.
3. O regime de uso e ocupação do solo rural (rústico) constante dos PMOT deve promover a concentração da edificação em aglomerados rurais ou outras tipologias específicas de povoamento em solo rural e, simultaneamente, privilegiar a reconversão, reestruturação ou requalificação dos espaços edificados já existentes.

D12.07 Qualificação do Solo Rural (Rústico) - A qualificação do solo rural (rústico) deve processar-se através da integração em categorias e subcategorias a definir e regulamentar de acordo com a tipologia legalmente estabelecida e com base nos seguintes critérios:

- a) Compatibilidade com as opções do PROT N – designadamente as relativas à ERPVA, ao ordenamento agrícola e florestal e ao desenvolvimento de atividades económicas no espaço rural – e com as opções dos planos sectoriais com incidência no território municipal;
- b) Conformidade com os planos especiais de ordenamento do território e com os regimes jurídicos de proteção, conservação e valorização dos recursos naturais;
- c) Salvaguarda e aproveitamento das áreas afetas a usos agroflorestais ou extrativos;
- d) Aproveitamento multifuncional dos espaços rurais, com acolhimento de atividades que contribuam para a sua diversificação e dinamização económica e social, salvaguardando a sustentabilidade ambiental e paisagística desses espaços;
- e) Enquadramento de equipamentos, estruturas, infraestruturas e sistemas que não impliquem a classificação como solo urbano.

D12.08 Condições para a Edificabilidade em Solo Rural (Rústico) - A disciplina de edificabilidade a consignar nos PMOT, para além de se conformar com as normas legais e regulamentares aplicáveis, deve respeitar as seguintes orientações:

1. Interditar a edificação nas áreas naturais e florestais de particular interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade e nas áreas florestais com perigosidade de incêndio alta e muito alta, com exceção da edificação ligada à exploração florestal e à prevenção e combate de incêndios florestais, bem como ao apoio de atividades coletivas de recreio e lazer, quando aplicável.
2. Interditar a construção de novas edificações nas áreas que beneficiam de aproveitamentos hidroagrícolas, com exceção daquelas que contribuam para reforçar o potencial produtivo da exploração agrícola e desde que não exista alternativa de localização fora dessas áreas.



3. Recorrendo à utilização criteriosa, como categorias de espaço na qualificação do uso do solo rural (rústico), das figuras de “áreas de edificação dispersa em solo rural” e “aglomerados rurais”, estabelecer condições diferenciadas de edificabilidade dentro do solo rural, restringindo a edificação fora daquelas categorias de espaço a situações excecionais bem tipificadas e regidas por critérios de forte contenção. Na definição de tais condições de edificabilidade devem ser acatados os seguintes critérios:

- Garantir a preservação e valorização dos valores ambientais e um adequado enquadramento paisagístico e arquitetónico, com forte contenção das ampliações em altura;
- Contrariar a proliferação das redes públicas, recorrendo a sistemas independentes e ambientalmente sustentáveis onde não existam redes previamente construídas, e impondo que a sua construção e manutenção sejam da responsabilidade e encargo dos interessados;
- Estabelecer, para as obras de edificação, parâmetros urbanísticos enquadrados nos limites e requisitos que constam da diretriz D12.09, prevendo sempre limites máximos a cumprir em obras de reconstrução, ampliação ou alteração das edificações existentes a que eventualmente não sejam de aplicar os referidos parâmetros urbanísticos;
- Não permitir a constituição do regime de propriedade horizontal a conjuntos de edifícios localizados em solo rural, com eventual exceção dos localizados em “aglomerados rurais”, e ainda dos que estejam integrados em “empreendimentos turísticos”, situação em que pode remeter para o estipulado sobre a matéria no respetivo quadro legal.

4. Restringir a edificação para residência própria e permanente dos agricultores, fora das “áreas de edificação dispersa em solo rural” e dos “aglomerados rurais”, a casos devidamente justificados em termos de valorização das atividades rurais, através da verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

- O interessado seja agricultor e responsável pela exploração agrícola onde pretende localizar a habitação (definições de “agricultor” e de “exploração agrícola” constantes do DL n.º 73/2009, de 31 de março¹⁰);
- Não exista já outra edificação destinada a habitação no interior da mesma exploração, nem alternativas de localização para a habitação do agricultor;
- As parcelas que constituem a exploração agrícola possuam no seu conjunto uma área não inferior a um valor mínimo a definir em PDM.

D12.09 Parâmetros para a Edificabilidade em Solo Rural (rústico)

1. Sem prejuízo de outros parâmetros e condições que entendam por convenientes, os PMOT devem adotar os seguintes requisitos e parâmetros de contenção da edificabilidade em solo rural (rústico):

- Índice máximo de utilização do solo (I_u), salvo no que se refere aos empreendimentos turísticos, em que o parâmetro definidor da intensidade de utilização é “número de camas por hectare”;
- Altura máxima e/ou número máximo de pisos acima do solo;
- Imposição do carácter unifamiliar ou bifamiliar para edifícios com componente habitacional.

2. Com vista à contenção da edificabilidade em solo rural (rústico), os PMOT devem respeitar os seguintes valores máximos para os parâmetros referidos no número anterior, sem prejuízo das situações de exceção subsequentemente estabelecidas:

- Índice máximo de utilização do solo (I_u) de $0,025 \text{ m}^2/\text{m}^2$;
- Número máximo de 2 pisos acima do solo totalmente desafogados (incluindo andares recuados) e altura máxima de 9 metros no ponto em que a fachada se implanta no terreno à cota altimétrica mais baixa.

3. Os PMOT poderão estabelecer exceções às regras estipuladas nos números 1 e 2, relativamente a (i) edificações de apoio direto e exclusivo a atividades agrícolas, pecuárias ou florestais e as (ii) instalações de transformação dos respetivos produtos, no que respeita:

- Ao índice máximo de utilização do solo, em que podem fixar-se valores superiores aos indicados, e/ou estabelecer-se que a edificabilidade máxima permitida resulte da aplicação do mesmo índice ao conjunto das parcelas que integram a exploração agrícola;
- À imposição de uma altura máxima no que respeita a instalações técnicas.

4. Os PMOT poderão estabelecer exceções às regras estipuladas nos números 1 e 2, relativamente a (i) edificações de apoio direto a exploração de recursos minerais e à transformação primária dos produtos da exploração ou a (ii) infraestruturas públicas ou de interesse público, incluindo empreendimentos de produção de energia a partir de fonte renováveis, no que respeita:

¹⁰ Alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16/09)

<p>a) Ao índice máximo de utilização do solo, em que podem fixar-se valores superiores aos indicados ou ser dispensados;</p> <p>b) À imposição de uma altura máxima para as instalações técnicas.</p> <p>5. Os PMOT poderão estabelecer exceções às regras estipuladas nos números 1 e 2, relativamente a (i) <u>empreendimentos de turismo de habitação</u> e a (ii) <u>empreendimentos de turismo no espaço rural, exceto hotéis rurais</u>, no que respeita ao índice máximo de utilização do solo, em que podem fixar-se valores superiores aos indicados ou ser dispensados.</p> <p>6. Os PMOT poderão estabelecer exceções às regras estipuladas nos números 1 e 2, relativamente a <u>edificações para residência própria e permanente dos agricultores</u> que cumpram os requisitos referidos no nº 4 da diretriz anterior (D12.08), no que respeita à forma de aplicação do índice máximo de utilização do solo, podendo estabelecer-se que a edificabilidade máxima permitida resulte da aplicação do mesmo índice ao conjunto das parcelas que integram a exploração agrícola;</p> <p>7. Os PMOT poderão estabelecer exceções às regras estipuladas nos números 1 e 2, relativamente a <u>parques de campismo e caravanismo</u>, no que respeita à imposição do índice máximo de utilização do solo, em que podem fixar-se valores superiores aos indicados até ao limite fixado para a construção em áreas de edificação dispersa em solo rural (0,2 m²/m²).</p> <p>8. Os PMOT poderão estabelecer exceções às regras estipuladas nos números 1 e 2, relativamente a <u>empreendimentos turísticos</u> não abrangidos pelo estipulado no número 5 da presente diretriz, no que respeita:</p> <p>a) Ao parâmetro de contenção da dimensão dos empreendimentos, que deve ser fixado num valor não superior a 20 camas por hectare aplicado à área total do terreno afeto ao empreendimento, podendo este valor subir até um máximo de 60 camas por hectare quando aplicado a parcela destinada exclusivamente a estabelecimento hoteleiro;</p> <p>b) Ao número máximo de pisos das componentes hoteleiras, que pode elevar-se até 3.</p> <p>9. Os PMOT poderão estabelecer exceções às regras estipuladas nos números 1 e 2, relativamente a <u>equipamentos públicos ou de interesse público</u> cuja localização em solo rural se justifique pela sua natureza ou pelo contexto de povoamento envolvente, no que respeita:</p> <p>a) Ao índice máximo de utilização do solo, em que podem fixar-se valores superiores aos indicados até ao limite fixado para a construção em áreas de edificação dispersa em solo rural (0,2 m²/m²);</p> <p>b) Ao número máximo de pisos, que pode elevar-se até 3.</p> <p>10. Os PMOT poderão estabelecer exceções às regras estipuladas nos números 1 e 2, relativamente a "<u>áreas de edificação dispersa em solo rural</u>" devidamente identificadas e delimitadas como categoria de espaço na planta de síntese, no que respeita ao índice máximo de utilização do solo, que pode ser fixado em qualquer valor até 0,2 m²/m² e pode ainda assumir valores superiores a este para as situações de colmatção entre edificações próximas pré-existentes servidas pelas infraestruturas urbanísticas básicas.</p> <p>11. Os PMOT poderão estabelecer exceções às regras estipuladas nos números 1 e 2, relativamente a "<u>aglomerados rurais</u>" devidamente identificados e delimitados como categoria de espaço na planta de síntese, no que respeita:</p> <p>a) Aos índices máximos de utilização do solo, que podem ser fixados em valores superiores aos indicados;</p> <p>b) À imposição da tipologia unifamiliar ou bifamiliar para os edifícios com componente habitacional.</p>
<p>D12.10 Solo Urbanizado e Urbanizável - Os PMOT, nomeadamente o PDM, devem explicitar, dentro do solo urbano, a delimitação entre o solo urbanizado e o solo urbanizável (solo que fica submetido ao regime de urbanização programada)¹¹.</p>
<p>D12.11 Quotas para Habitação Especial - No âmbito dos PMOT e dos regulamentos municipais devem ser definidas regras que permitam à autarquia estabelecer, em operações urbanísticas de dimensão significativa a fixar, a obrigatoriedade de prever a afetação de uma dada percentagem da área de construção habitacional a habitação a custos controlados.</p>
<p>D12.12 Dimensionamento de Áreas Especiais - Os regulamentos dos PMOT devem estabelecer expressamente os parâmetros de dimensionamento das áreas mínimas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas e equipamentos, a prever em operações de loteamento e outras operações urbanísticas de impacte relevante, bem como os critérios para a sua cedência</p>

¹¹ De acordo com a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, o solo urbano qualificado como urbanizável deverá ser reconvertido em solo rústico ou urbano rústico ou urbano. Esta norma deixa de ter aplicação em tudo o que se refere a espaços urbanizáveis.



para integração no domínio municipal ou para a sua manutenção como parcelas privadas, e a tipificação das situações e condições que podem justificar a dispensa de tal cedência.
C – Execução e programação
D12.13 Infraestruturas particulares em Solo Rural (rústico) - Os PMOT devem salvaguardar que, nos casos em que os usos a dar ao solo rural (rústico) exijam novas dotações infraestruturais, aqueles só podem ser viabilizados se for possível adotar, para as infraestruturas em causa, soluções técnicas comprovadamente eficazes e ambientalmente sustentáveis, e ficando expressamente estabelecido que a sua construção e manutenção serão da responsabilidade e encargo dos interessados.
D12.14 Infraestruturas públicas em Solo Rural (rústico) - As ações públicas de infraestruturização de carácter urbanístico em solo rural (rústico), salvo no que se refere a redes viárias, devem cingir-se a polígonos interiores às áreas de edificação dispersa existente em solo rural (rústico) ou a aglomerados rurais, e apenas quando tal se revelar como a solução apropriada às características da utilização e da ocupação dos referidos polígonos.
D12.15 Viário e edificabilidade em Solo Rural (rústico) - Os PMOT devem estabelecer que as ações de abertura ou alargamento de vias em solo rural (rústico) nunca é, por si só, geradora de direitos de edificabilidade nos terrenos confinantes nem de expectativas de aquisição desses direitos em sede de futura alteração ou revisão dos planos e que, consequentemente, a existência dessas vias também não constitui, por si só, critério válido para a reclassificação de solo rural (rústico) em solo urbano.
D12.16 Condições de edificabilidade em Solo Urbano 1. Os PMOT devem estabelecer que em solo urbano, só pode ser autorizada, como regra geral, a edificação em parcelas confinantes com vias públicas habilitantes e dotadas de redes públicas das infraestruturas básicas (abastecimento de água, drenagem de esgotos domésticos e fornecimento de energia elétrica), não podendo o recurso a soluções técnicas individuais ser considerado como substitutivo, para tal fim, das redes de infraestruturas eventualmente em falta. 2. Os PMOT poderão estabelecer exceções ao cumprimento da condição estabelecida no número anterior nas seguintes situações, com âmbito espacial de aplicação traduzido em polígonos de solo explicitamente delimitados na respetiva planta de síntese: a) Polígonos correspondentes à totalidade ou a parte das áreas urbanas consolidadas; b) Polígonos exteriores ao solo urbanizado (nomeadamente áreas periféricas de aglomerados, com baixa dinâmica edificatória, ou áreas integradas na categoria de espaços urbanos de baixa densidade, se esta estiver contemplada no PMOT), desde que cingidos às faixas de terrenos confinantes com via pública habilitante, só sendo permitida edificação, ao abrigo desta exceção, em prédios na situação de colmatação ou em prédios que possuam estrema comum com prédio onde já exista edificação em situação legal.
D12.17 Unidades de Execução Os PMOT devem estabelecer que a sua execução em solo urbanizado não exige como regra geral a delimitação de unidades de execução, processando-se predominantemente através da concretização de operações urbanísticas isoladas, sem prejuízo de o próprio plano poder: a) Estabelecer situações de exceção a tal regra; b) Salvaguardar a prerrogativa de, a todo o tempo, o município poder condicionar o aproveitamento urbanístico de áreas de solo urbanizado a soluções de conjunto recorrendo à delimitação de unidades de execução.
D12.18 Espaços verdes utilização coletiva - Estabelecer, para as unidades de execução a realizar em solo urbanizável, captações mínimas de espaços verdes de utilização coletiva, devendo no mínimo corresponder a 10% das mesmas, e índices máximos de impermeabilização do solo eventualmente diferenciados em função dos usos, mas em nenhum caso superiores a 80%.
D12.19 Execução do Plano em solo sujeito a urbanização programada ¹² (...)
D12.20 Programas Municipais de Desenvolvimento Urbanístico 1. Os PDM devem estabelecer as orientações estratégicas e operacionais para a programação da sua execução, nomeadamente dispondo no sentido de cometer ao município a incumbência da aprovação

¹² De acordo com a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, o solo urbano qualificado como urbanizável deverá ser reconvertido em solo rústico ou urbano. Esta norma deixa de ter aplicação uma vez que estava associado à delimitação dos espaços urbanizáveis.

periódica de programas gerais de concretização das opções e prioridades de desenvolvimento urbanístico do território concelhio, a cujas disposições ficará subordinada a execução do plano nas áreas sujeitas a urbanização programada.

2. No âmbito dos programas referidos no número anterior, a Câmara Municipal estabelece as prioridades de concretização das UOPG, e identifica e delimita, se for o caso, as áreas onde a urbanização é prioritária e as que passam a estar disponíveis para urbanização, devendo inscrever, nos aspetos pertinentes, tal programação no plano de atividades municipal e, quando aplicável, no orçamento municipal.

D. Dinâmica do planeamento

D12.21 Atualização da Informação de Base Territorial

1. Na sequência da revisão dos PDM, os municípios devem manter atualizada a informação de base territorial relativa à evolução da edificação e da urbanização e à inventariação das infraestruturas, dos equipamentos, dos principais recursos e das estruturas territoriais mais importantes do concelho, tendo em vista, através de uma disponibilização permanentemente atualizada da base cartográfica e da espacialização da "situação urbanística do território":

- Viabilizar a monitorização e avaliação periódica do estado do território e da execução do planeamento, nomeadamente através da elaboração dos Relatórios do Estado do Ordenamento do Território legalmente previstos;
- Servir de elemento de apoio à decisão na implementação das políticas municipais e de informação de base para as ações de marketing territorial;
- Agilizar e encurtar os procedimentos de elaboração, alteração ou revisão dos PMOT.

2. A cartografia que consubstancia a atualização da situação urbanística deverá ser permanentemente disponibilizada no site do município.

D12.22 Avaliação da Evolução do Processo de Urbanização - Em sede de alteração ou revisão de PMOT, a avaliação da fundamentação das propostas de reclassificação de solo, nomeadamente de solo rural (rústico) em solo urbano, quanto à verificação do seu carácter excecional e à comprovação da sua indispensabilidade, deve apoiar-se, sem prejuízo de recorrer a outros elementos de análise pertinentes, na identificação do sentido de evolução do processo de urbanização e edificação do território concelhio ilustrado pelos indicadores de tendência, identificados no Sistema de Monitorização, relativos a:

- Comparação entre a intensidade de crescimento do edificado em área urbanizada e a intensidade de crescimento do edificado na totalidade do território concelhio;
- Evolução do grau de compactação da área urbanizada;
- Evolução da proporção da área consolidada na área urbanizada total;
- Comparação entre a intensidade de crescimento do edificado em área consolidada e a intensidade de crescimento do edificado em área urbanizada.

D12.23 Limites à Reclassificação de Solo Urbano

1. No âmbito de processos de revisão de PDM, será obrigatoriamente realizada uma reavaliação global da dimensão e configuração espacial da classificação do solo vigente, à luz da qual se procederá às reclassificações de solo (de solo urbano em solo rural –rústico- e vice-versa) necessárias para garantir o cumprimento dos princípios, orientações e requisitos estabelecidos sobre a matéria nas disposições legais aplicáveis e nos instrumentos de gestão territorial pertinentes, nomeadamente o PNPOT e o presente Plano Regional.

2. A configuração e dimensão do solo urbano resultante do processo de reclassificação acima referido serão as que estritamente correspondam a comprovada indispensabilidade e adequação quantitativa e qualitativa de solo urbano para implementar a estratégia de desenvolvimento local, e acatando como referencial de limite superior absoluto para a dimensão global da área de solo urbano total do concelho o obtido pela seguinte fórmula:

$$AS_{urb}^{1+} \leq AS_{urb}^0 \times K_{t_{méd}}^1 + \Delta tAZ_{cns} \times ICmp^1Z_{cns} / ICmp^0Z_{cns}^{13}$$

Mobilidade, Transportes e Acessibilidades

Orientações Estratégicas

A. Mobilidade e Transportes

13 A explicação da simbologia e a forma de aplicação da fórmula constam do Anexo Técnico I.



337. Promover o reforço da mobilidade intraurbana através do incentivo da multimodalidade, do transporte público coletivo e individual e da mobilidade não motorizada, tendo também em vista a melhoria da qualidade ambiental, designadamente da qualidade do ar por redução da poluição atmosférica e do ruído e o cumprimento das metas nacionais e internacionais para redução das emissões. Para tal deverão ser desenvolvidas estratégias de intervenção que garantam a articulação de medidas cobrindo os seguintes domínios:

- Políticas de estacionamento;
- Diversificação modal;
- Transportes públicos coletivos e individuais;
- Articulação com as políticas de ordenamento do território;
- Características físicas e geométricas das vias para as diferentes circulações.

339. Reforçar a mobilidade entre concelhos contíguos que apresentem acentuados movimentos pendulares inter-concelhos. As Câmaras Municipais de concelhos vizinhos e próximos, situados na mesma "bacia de transportes" interurbanos, deverão organizar-se por livre iniciativa para a gestão conjunta das Estações Centrais de Camionagem, na modalidade gestão direta intermunicipal, ou por concessão de serviço.

340. Promover as condições de acessibilidade aos equipamentos e serviços básicos de proximidade em zonas de baixa densidade de procura. Para tal, os municípios deverão agrupar-se por "bacias de transportes" para proceder à elaboração de programas intermunicipais de cobertura das Zonas de Baixa Densidade de Procura (ZBDP) com transportes alternativos fora dos corredores servidos pelos eixos de transportes interurbanos. A organização de transportes alternativos deverá ser realizada, tendo em vista resolver a acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos de proximidade, em complemento de soluções baseadas em unidades móveis, e integrando sempre as soluções para a prestação de serviços especiais de transportes escolares.

341. Melhorar as condições de gestão das infraestruturas de transportes e aumentar a acessibilidade dos transportes públicos às áreas de forte concentração residencial, com o fornecimento dos parâmetros de ocupação futura em novas urbanizações, a título informativo, a todos os operadores de transportes públicos implicados.

B. Hierarquia da Rede Rodoviária

345. Dar significativa prioridade à definição, beneficiação e aumento da segurança rodoviária na rede municipal, tarefas que deverão ser baseadas em metodologias comuns de conceção e de realização, devidamente articuladas com a definição da rede regional e com um mecanismo durável de monitorização.

D. Infraestruturas Aeroportuárias

350. Desenvolver estudos técnicos de caracterização, diagnóstico e formulação de propostas para a criação de uma rede secundária de aeródromos e heliportos, incluindo a definição vocacional das infraestruturas existentes e a prever na Região.

F. Infraestruturas Logísticas

353. Desenvolvimento de nós de especialização funcional baseados na combinação de plataformas logísticas com infraestruturas de acolhimento empresarial, aproveitando as sinergias decorrentes das duas valências.

Diretrizes

A. Mobilidade e Transportes

D13.01 Programas de Mobilidade

A - As Câmaras Municipais dos concelhos não abrangidos pela Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto devem proceder à elaboração de Programas de Mobilidade intra-urbana que definam os principais objetivos e as opções estratégicas para os centros urbanos mais relevantes do seu concelho, integrando as temáticas que se mostrem relevantes de entre as referidas no Anexo Técnico II (ETC1).

B – Em simultâneo com a realização dos Programas de Mobilidade é aconselhável que os Municípios participem em redes europeias de cooperação e troca de experiências de "boas práticas".

D13.02 Transportes Locais - As Câmaras Municipais de concelhos contíguos, não abrangidos pela Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, que apresentem acentuados movimentos pendulares do tipo casa-trabalho/escola através das suas fronteiras administrativas, e em que pelo menos um dos municípios seja detentor de transportes urbanos por exploração própria ou concessão, devem desenvolver protocolos de entendimento que possibilitem o alargamento da rede de transportes públicos locais aos concelhos vizinhos. Esses protocolos devem incluir, pelo menos, os aspetos constantes do Anexo Técnico II (ETC2).



<p><u>D13.03 Transportes em ZBDP</u> - Os municípios devem agrupar-se por “bacias de transportes” para proceder à elaboração de programas intermunicipais de transportes ou programas intermunicipais de cobertura das Zonas de Baixa Densidade de Procura (ZBDP) afastadas dos corredores servidos pelos eixos de transportes interurbanos. Os princípios orientadores para a criação de transportes numa ZBDP constam do Anexo Técnico II (ETC3).</p>
<p><u>D13.05 Medidas para o Espaço Viário</u> - Os projetos de criação ou remodelação da via pública devem aplicar critérios de gradual ajustamento das medidas de dimensionamento do espaço viário, tendo em vista a redução da ‘pressão automóvel’ sobre o espaço urbano, o abaixamento da taxa de utilização de carro próprio, a diminuição do custo das infraestruturas e a ‘acalmia de tráfego’ em zonas exclusivamente residenciais. As recomendações para os projetos de via pública tendo em vista a promoção de uma cultura do ‘cidadão multimodal’ constam do Anexo Técnico II (ETC4).</p>
<p>B. Hierarquia da rede rodoviária</p>
<p><u>D13.09 Hierarquia Viária Municipal</u> - Reconfigurar as redes rodoviárias municipais hierarquizando-as em dois níveis, um PRINCIPAL – Itinerários Municipais (IM) – e outro COMPLEMENTAR, que no limite pode contemplar toda a restante rede. Na configuração do nível principal não deverão constar as vias municipais que, no termos do procedimento previsto na Diretiva 13.06¹⁴, sejam propostas para integrar a rede regional de estradas. A metodologia para a reconfiguração da hierarquia rodoviária municipal consta do Anexo Técnico II (ETC6).</p>
<p><u>D13.09 Hierarquia Viária Municipal</u> - Reconfigurar as redes rodoviárias municipais hierarquizando-as em dois níveis, um PRINCIPAL – Itinerários Municipais (IM) – e outro COMPLEMENTAR, que no limite pode contemplar toda a restante rede. Na configuração do nível principal não deverão constar as vias municipais que, no termos do procedimento previsto na Diretiva 13.06, sejam propostas para integrar a rede regional de estradas. A metodologia para a reconfiguração da hierarquia rodoviária municipal consta do Anexo Técnico II (ETC6).</p>
<p><u>D13.10 Medidas-tipo</u> - Nos regulamentos dos PDM e PU’ não é de incluir a definição de medidas tipo para cada um dos níveis hierárquicos que venham a estabelecer para a rede rodoviária municipal, sendo mais importante para o seu desempenho e segurança a definição de adequadas medidas de gestão configuradas de acordo com os diferentes níveis hierárquicos.</p>
<p><u>D13.11 Segurança Rodoviária</u> - Elaborar e adotar, por grupos de municípios, programas detalhados de financiamento de intervenções físicas de correção de pontos negros e de aumento da segurança rodoviária nos itinerários municipais definidos, bem como de definição dos circuitos preferenciais para o transporte de resíduos industriais e mercadorias perigosas, e respetivo regime de funcionamento.</p>
<p><u>D13.14 Acessibilidades Relevantes</u> - Garantir a boa definição e articulação dos acessos às áreas de acolhimento empresarial de dimensão relevante, assim como a outras infraestruturas e equipamentos que venham a ser considerados estruturantes do sistema de transportes, designadamente os logísticos.</p>
<p>C. Redes ferroviárias¹⁵</p>
<p><u>D13.15 Expansão das Redes Ferroviárias (...)</u></p>
<p><u>D13.16 Salvaguarda de Canais</u> - Em função das propostas decorrentes dos estudos, e quando o seu grau de validação e especificação territorial o permitirem, as Câmaras Municipais dos concelhos abrangidos devem promover a adequação dos respetivos PDM por meio de opções de classificação e qualificação dos usos do solo que facilitem a salvaguarda dos canais identificados para o desenvolvimento da rede convencional.</p>
<p><u>D13.17 Promoção da Intermodalidade – (...)</u></p>
<p>D. Infraestruturas aeroportuárias</p>

14 D13.06 Rede Rodoviária Regional - Estabelecer, através de procedimento dinamizado pela CCDR-N com o concurso das entidades relevantes para a temática, uma rede rodoviária regional com itinerários definidos recorrendo quer a vias existentes, independentemente da sua atual classificação – EN, ER, EM ou outras vias sem classificação específica –, quer a novas vias propostas, sujeitando a rede a um processo de avaliação ambiental estratégica, de modo a acautelar os riscos ambientais, energéticos e sociais decorrentes dessa reconfiguração. Os trâmites para a configuração da rede rodoviária regional constam do Anexo Técnico (ETC5).

15 Visto a Linha do Tua ter sido desativada e sem perspetivas de ser reativada, as diretrizes deste domínio deixam de ser pertinentes para o município de Mirandela.



D13.22 Rede Secundária - Promover o estudo de caracterização, diagnóstico e propostas para a criação de uma rede secundária de aeródromos e heliportos, incluindo a definição vocacional das infraestruturas existentes e a prever na Região, para as seguintes valências: transporte ocasional/ turístico de passageiros, proteção civil, emergência médica, trabalho aéreo, combate a incêndios florestais e atividades desportiva, educacional e lúdica.
F. Infraestruturas logísticas
D13.26 Centros de Consolidação Urbana - Fomentar a constituição de centros de consolidação de logística urbana de escala sub-regional, através de acordos de parceria associando os municípios envolvidos e operadores logísticos interessados.
D13.27 Incentivos à Relocalização Logística - Estabelecer formas de apoio à deslocalização de operadores logísticos instalados nas principais áreas de concentração de atividades, para as novas plataformas a construir.
Infraestruturas e Redes de TIC
Diretrizes
A. Cobertura Territorial
D14.02 Facilitação de Comunicações Móveis - Adotar uma abordagem pró-ativa aos operadores, em especial nas zonas menos servidas, disponibilizando locais para a co-localização de células de comunicações móveis e criando infraestrutura que possa ser partilhada pelos operadores de telecomunicações.
D14.04 Infraestruturas Urbanas Abertas - No âmbito das operações urbanísticas e das intervenções significativas na via pública, avaliar sistematicamente a oportunidade de criar infraestruturas urbanas abertas que possam ser partilhadas por vários operadores.
D14.05 Infraestruturas para o SNS - Garantir a infraestruturação adequada às exigências das novas ferramentas TIC usadas pelo Serviço Nacional de Saúde nas suas instalações, nomeadamente as mais periféricas (Centros de Saúde e respetivas extensões).
D14.06 Infraestrutura de Pólos de especial exigência - Promover a infraestruturação plena de pólos de competitividade e tecnologia, designadamente Parques de C&T, Pólos Logísticos e Parques de Acolhimento Empresarial, e das suas envolventes territoriais.
Sistema Energético
Diretrizes
D15.03 Exigências Energético-Ambientais - No desenvolvimento planificado de polígonos turísticos, empresariais ou logísticos devem assumir-se critérios de eficiência energético-ambiental, que devem também constituir critério de seletividade para as opções e localização e configuração funcional e física dos empreendimentos
D15.05 Monitorização Municipal - Assegurar, preferencialmente em articulação com as Agências de Energia, a monitorização regular dos índices de desempenho energético-ambientais, nomeadamente em termos de gases de efeitos de estufa e em utilização de recursos energéticos exógenos, assim como o planeamento de ações conducentes a uma melhoria contínua desse desempenho.
D15.06 Recomendações para Iluminação Pública - Adotar as melhores práticas de otimização da eficiência energético-ambiental nas soluções e na gestão da iluminação pública.
D15.08 Incentivos ao uso de TP - Adotar medidas de incentivo ao transporte público qualificado e à intermodalidade entre rodovia e ferrovia, nomeadamente no estacionamento próximo de estações.
Sistema Biofísico e Patrimonial
Proteção e Valorização Ambiental
Orientações Estratégicas
359. A ERPVA da Região do Norte integra espaços produtivos, agrícolas e florestais relevantes como suporte e enquadramento das atividades humanas em espaço rural, em que os modos de produção sustentáveis, a qualidade do ambiente e o património se devem congregar.
361. As políticas públicas devem sistematicamente e no seu todo cumprir as seguintes orientações globais: 1. Assegurar a compatibilização das intervenções sectoriais com as funções e objetivos estratégicos da ERPVA, nomeadamente quando da transposição dos respetivos instrumentos de planeamento; 2. Promover a defesa das componentes da Rede Fundamental da Conservação da Natureza, acautelando a adequada tradução territorial dos regimes de proteção e salvaguarda da Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional e Domínio Hídrico;

3. Direcionar e adequar os mecanismos de incentivo, com vista ao aproveitamento das externalidades positivas dos terrenos, bem como estabelecer regulamentação de salvaguarda das condições de prestação de serviços ambientais, para:

- A conservação e recuperação da biodiversidade e da paisagem, particularmente nas áreas de ocorrência de espécies e habitats prioritários;
- A proteção dos solos e do regime hidrológico e de recarga de aquíferos;
- A manutenção da paisagem e das práticas agrícolas e silvícolas tradicionais;
- A promoção do sequestro de carbono.

362. Nas escalas de planeamento municipal, a concretização da ERPVA deve materializar-se através da adaptação da delimitação das suas componentes, que serão consideradas na qualificação do solo rural (rústico) e na definição e configuração da Estrutura Ecológica Municipal, no sentido de:

1. Assegurar a continuidade, coerência e correlação funcional das componentes da ERPVA no território municipal;

2. Assegurar a manutenção das condições para cumprimento das suas funções enquanto:

- Espaço de suporte para a coesão social e territorial através da promoção de atividades agroflorestais sustentáveis, manutenção de sistemas tradicionais e diversificação do sistema produtivo;
- Enquanto rede de suporte às metas ambientais definidas pelos documentos estratégicos de enquadramento no âmbito da energia, da redução dos impactos da emissão de Gases com Efeito de Estufa, dos recursos hídricos e da prevenção de riscos naturais (cheias e desertificação).

3. Identificar e garantir a conservação de áreas com valores naturais e corredores ecológicos de conectividade com relevância à escala local que contribuam para assegurar os níveis adequados de qualidade ambiental e enquadramento dos espaços urbanizados e de defesa contra riscos.

363. Quanto às Áreas Nucleares da ERPVA, a atuação da Administração Pública deve ser no sentido de:

(...)

4. Cumprir os objetivos estratégicos relativos à salvaguarda do património natural, nomeadamente no respeitante a habitats e espécies florísticas e faunísticas, e adotar medidas de salvaguarda do património regional de recursos genéticos (espécies selvagens, recursos aquícola, raças autóctones e espécies florestais e autóctones);

5. Estabilizar e gerir a rede de áreas protegidas e classificadas promovendo a articulação com os PEOT, PIOT e PMOT para a definição do regime de uso, medidas de proteção e conservação, medidas de apoio financeiro de compensação e demais estratégias para a manutenção de atividades tradicionais e conservação dos valores naturais;

6. Garantir a proteção da biodiversidade e conservação dos recursos endógenos e dos ecossistemas naturais relevantes;

7. Manter e promover as atividades agrícolas e florestais tradicionais bem como os sistemas de aproveitamento dos recursos naturais, paisagísticos e de serviços compatíveis com os objetivos conservacionistas, promover a valorização económica através do desenvolvimento de atividades turísticas, recreativas e culturais compatíveis com a capacidade de carga e as exigências de sustentabilidade ambiental, designadamente o TER, o ecoturismo, a educação ambiental;

8. Fomentar o uso destas áreas como espaços privilegiados para a educação ambiental e para o recreio e lazer, o aproveitamento turístico (ecoturismo ou turismo de natureza), e promover o Programa de Visitação e Comunicação das Áreas Protegidas.

364. Quanto às Áreas de Continuidade da ERPVA:

1. Nas Terras Altas, deve promover-se condições para:

- Assegurar a concretização das funções prioritárias de proteção dos solos e das reservas estratégicas de água, através da delimitação e diferenciação funcional destes espaços, através do estabelecimento de regimes de uso, transformação e exploração de recursos compatíveis e adequados à vulnerabilidade dos sistemas;
- Manter e promover a instalação de agroecossistemas adequados à função prioritária de proteção do solo e da recarga dos aquíferos, defesa dos solos nas encostas declivosas e as principais cabeceiras de linhas de água, defesa dos sistemas tradicionais de armação dos terrenos em socacos e defesa dos modelos de exploração extensiva que minimizem as práticas de mobilização solo e promovam a permanência do revestimento vegetal;
- Gerir de forma integrada e sustentável as origens de água superficiais e subterrâneas, promovendo a complementaridade da utilização de recursos hídricos superficiais e subterrâneos em função das disponibilidades e adequabilidade técnica, ambiental e económica;



- Defender e valorizar as atividades agroflorestais e tradicionais designadamente a agricultura e pecuária extensiva, aos modelos de silvicultura assentes nas espécies autóctones, de maior valor dendrológico, os montados e sotos, e os sistemas multifuncionais como a silvo pastorícia e os sistemas agro-silvo-pastoris;
- Integrar nos vários níveis de planeamento territorial as orientações de natureza sectorial designadamente as relativas à água, à floresta e à diversidade biológica.

2. Nas Terras Baixas, devem promover-se condições para:

- Prevenir e minimizar os riscos de cheia através do correto dimensionamento e delimitação nos IGT dos leitos de cheia e áreas inundáveis e estabelecimento do regime de usos adequados;
- Impedir a artificialização e impermeabilização dos leitos de cheia, áreas inundáveis e das áreas de máxima infiltração, salvaguardando os solos agrícolas mais férteis;
- Assegurar que, através do regime de uso e ocupação do solo, estas áreas assumam carácter essencialmente de qualificação ambiental em territórios densamente povoados integrando a Estrutura Ecológica Municipal, como suporte às atividades de recreio e lazer e contributo para a elevação dos padrões de qualidade de vida e sustentabilidade ambiental no espaço urbano;
- Minimizar os riscos de poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos nas áreas de maior vulnerabilidade, e monitorizar a qualidade das águas e a poluição dos solos, designadamente nas áreas associadas à agricultura ou pecuária intensiva;
- Manter e promover a diversidade paisagística e cultural traduzida pelo mosaico de parcelas agrícolas de matriz policultural.

3. Nos Corredores ecológicos, deve promover-se condições para:

- Identificar à escala municipal e integrar nos PMOT os corredores ecológicos, designadamente os associados à rede hidrográfica principal, que cumprem funções de proteção do solo e do regime hidrológico e de prevenção contra riscos naturais de carácter territorial;
- Assegurar a conservação, recuperação e valorização dos ecossistemas ribeirinhos, aquáticos e zonas húmidas, áreas adjacentes das linhas de água e zonas ameaçadas pelas cheias, salvaguardando a funcionalidade hidráulica e ecológica, a qualidade da água e a conservação das espécies da fauna e da flora dependentes destes sistemas;
- Preservar os troços de especial valor ambiental e paisagístico, através da proteção e/ou recuperação das galerias ripícolas, habitats e espécies protegidos pela legislação nacional e comunitária, e proteger os estuários e as albufeiras de águas públicas;
- Identificar e qualificar os locais para uso balnear ou prática de atividades de recreio, pesca ou navegação e outras atividades de enquadramento social ou valorização económica, salvaguardando sempre a manutenção da sustentabilidade ambiental.

Diretrizes

A. Proteção e Valorização

D21.02 Tradução da ERPVA nos PMOT - No domínio do ordenamento do território e da disciplina do uso do solo, a concretização da ERPVA nos PMOT deve materializar-se através da adaptação da delimitação das suas componentes, à escala municipal, e do estabelecimento do adequado regime de proteção, que promova:

- a) A tradução territorial na Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), designadamente através dos regimes de proteção e salvaguarda da Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional e Domínio Hídrico;
- b) A preservação das Áreas Nucleares e a concretização dos objetivos de conservação da natureza e promoção da biodiversidade, em articulação com a diversificação e viabilização da base económica e produtiva dos territórios;
- c) A plena articulação entre os instrumentos de gestão territorial aplicáveis, no que respeita às áreas submetidas a disciplina ou condicionamentos especiais do uso do solo (áreas abrangidas por PEOT, da Rede Natura 2000);
- d) A defesa dos sistemas agroflorestais enquadrados nas Terras Altas, determinantes para o cumprimento das funções de recarga dos aquíferos e de proteção das reservas estratégicas de água;
- e) A proteção dos corredores ecológicos e a ligação em rede com as áreas nucleares e as demais áreas de continuidade;
- f) A salvaguarda da funcionalidade da ERPVA e das componentes da RFCN na conceção da Estrutura Ecológica Municipal (EEM), visando em especial a qualificação ambiental do espaço urbano e garantindo



a continuidade, coerência e correlação funcional com os territórios municipais vizinhos, bem como o equilíbrio ecológico, proteção e valorização ambiental e paisagística dos espaços rurais.
D21.03 Recomendações para os PMOT - Na sua conceção e opções, os PMOT devem: <ul style="list-style-type: none">a) Garantir a adequada articulação das Áreas Nucleares da ERPVA com as categorias de solo rural e a regulamentação dos usos compatível, e promover, através da estratégia municipal de proteção e valorização da EEM, o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, nomeadamente agrícolas e florestais, que favoreçam a conservação da biodiversidade, das espécies e habitats prioritários e viabilizem o processo de desenvolvimento rural e competitividade destes territórios;b) Garantir a transposição das áreas nucleares e a territorialização das áreas de continuidade e corredores ecológicos de conectividade da ERPVA, incluindo os de relevância à escala local, que contribuam para assegurar os níveis adequados de proteção do solo e do regime hidrológico, de qualidade ambiental e enquadramento dos espaços urbanizados, acautelando a defesa contra riscos naturais de carácter territorial;c) Assegurar que na EEM seja dada preferência aos usos ou ações de restabelecimento ecológico que favoreçam a funcionalidade dos corredores ribeirinhos, prevenção do risco de cheias e valorização paisagística no caso de áreas degradadas;d) Assegurar que as áreas mencionadas na alínea anterior sejam salvaguardadas da ocupação urbana e da impermeabilização dos solos, admitindo apenas uma infraestruturação mínima para adaptação a funções de apoio ao recreio e lazer, segundo tipologias de baixa densidade e dimensionamento adequados à capacidade de carga dos ecossistemas e com recurso a materiais perecíveis e amovíveis;e) Estabelecer a EEM nas áreas urbanas ou de forte presença de edificação dispersa, com base no dimensionamento das necessidades em áreas de enquadramento e de qualificação ambiental, assegurando a defesa das componentes da ERPVA e da RFCN.
B. Qualificação Ambiental
D21.05 Agendas 21 Local - Integrar os princípios e orientações das Agendas 21 Locais nos instrumentos de desenvolvimento e gestão territorial, e incentivar a cooperação no quadro das propostas daquelas Agendas, recorrendo nomeadamente à institucionalização de parcerias, à contratualização e à implementação de programas de ação territorial.
D21.07 Tratamento de Efluentes e Resíduos - Assegurar que o acolhimento de novas atividades económicas é suportado por sistemas de tratamento de efluentes e recolha e valorização de RSU capazes de receber e tratar a totalidade dos resíduos produzidos.
D21.08 Tratamento de Águas Residuais - Promover a adoção de soluções técnicas integradas para o tratamento de águas residuais de proveniência agropecuária, nomeadamente de suiniculturas, vacarias, aviários e outras explorações em regime de estabulação fixa.
D21.10 Fontes de Poluição Atmosférica - Nos PMOT devem identificar-se as fontes de poluição atmosférica existentes e previstas, adotar soluções de planeamento que promovam a distribuição adequada dos usos do território e permitam acautelar situações de potencial conflito no domínio da qualidade do ar, e estudar a possibilidade de realocação de atividades poluidoras incompatíveis com a sua envolvente.
D21.11 Fontes de Ruído - Nos PMOT devem identificar-se as fontes de ruído existentes e previstas, adotar soluções de planeamento que promovam a distribuição adequada dos usos do território e permitam acautelar situações de potencial conflito no domínio da qualidade acústica ambiental, e estudar a possibilidade de realocação de atividades ruidosas incompatíveis com a sua envolvente
D21.12 Passivos Ambientais - Prosseguimento da identificação e inventariação sistemáticas das situações geradoras de passivos ambientais (pedreiras esgotadas, abandonadas ou inativas, áreas mineiras degradadas, depósitos de sucatas, solos contaminados por atividades extrativas ou industriais), estabelecimento das prioridades de atuação e definição das estratégias de intervenção a adotar para a sua progressiva eliminação/ atenuação.
D21.13 Com base nos elementos disponibilizados a partir da inventariação referida na Diretriz D21.12 e em trabalho complementar de identificação de situações de escala mais local, os PMOT devem passar a incorporar nos seus elementos de caracterização, a inventariação mapificada das ocorrências de passivos ambientais nos respetivos âmbitos espaciais.
Património Histórico-cultural
Orientações Estratégicas
365. Nas políticas relativas ao património histórico-cultural e urbanístico, e atento o modelo territorial adotado, assume-se como condição fundamental que o património constitui uma componente que se quer reabilitada e fruída, de forma a ser vivida como base da sua permanência. O esforço no resgate e



manutenção dessa herança deve ser alvo de políticas articuladas e multisectoriais que considerem o reequilíbrio das assimetrias regionais e prossigam o modelo de desenvolvimento policêntrico e diferenciado, assegurando:

1. Formas de desenvolvimento que garantam a preservação e não comprometimento dos bens culturais para as gerações vindouras e assegurem a sua manutenção sem os desvirtuar e descaracterizar, como fator de desenvolvimento sustentado;
2. A promoção de políticas públicas que assegurem a preservação da identidade e da cultura locais, em sentido amplo e como contributo para o bem-estar das populações, traduzindo os valores de pertença, coesão, autoestima e prestígio;
3. A valorização do património encarada como uma prioridade da atuação territorial, potenciadora do desenvolvimento económico sub-regional e regional, ao nível das estratégias para o Turismo e para a Cultura;
4. O incentivo à articulação dos bens e equipamentos culturais, nomeadamente através de programações em itinerância de eventos de qualidade e do desenvolvimento de projetos de multiparcerias, como práticas eficazes para o recrudescimento da atratividade local e para uma gestão mais profícua dos recursos;
5. A promoção da concertação estratégica das políticas públicas com o sector privado, desejavelmente refletida no estabelecimento de metas para o planeamento e na operacionalização de práticas para o ordenamento do território.

366. A atuação neste domínio deve orientar-se por uma política coerente e articulada em torno dos seguintes vetores:

- (...)
4. Criar uma estratégia regional de incentivo à requalificação dos centros históricos/centros cívicos dos aglomerados urbanos, progressivamente extensiva aos aglomerados rurais de maior expressão e valor vernacular;
- (...)
6. Definir um modelo de governança que concilie o património cultural com as demais componentes sectoriais, coordenando as medidas e interesses, públicos e privados, como sejam o turismo, a educação e formação e o ambiente;
- (...)
8. Criar sistemas de incentivos que permitam a recuperação de imóveis, conjuntos e sítios de valor e interesse patrimonial;
9. Promover, no âmbito da política de ordenamento, a criação de uma base de dados georreferenciada do património cultural, material e imaterial;
- (...)
12. Prever a elaboração de Planos de Salvaguarda em áreas patrimoniais e/ou de relevância patrimonial, de forma a promover a conservação integrada e a criação de novas funções urbanas, tendo em vista a sua animação e qualidade ambiental.

Diretrizes

D22.03 Carta do Património - Os instrumentos de gestão do território devem conter disposições referentes à inventariação e hierarquização dos valores patrimoniais, através do estabelecimento de uma Carta de Património e de medidas específicas de proteção definidas em regulamento.

D22.04 Recomendações à Atuação Municipal - Os municípios devem:

- a) Adotar estratégias de valorização e preservação patrimonial, de acordo com as servidões administrativas de salvaguarda do património já estabelecidas e com as prioridades decorrentes da Carta de Património;
- b) Adotar estratégias de planeamento e gestão com vista à salvaguarda e valorização dos centros históricos;
- c) Adotar estratégias de planeamento e gestão com vista à salvaguarda e valorização dos aglomerados rurais de maior expressão e valor vernacular;
- d) Adotar, para os aglomerados urbanos e nomeadamente para os seus centros tradicionais, critérios e orientações técnicas de gestão com vista a permitir quer a valorização do património existente, quer a qualidade das novas intervenções de modo a, sem prejuízo da sua contemporaneidade, garantir a sua integração no existente;

<p>e) Promover a elaboração de planos de pormenor de salvaguarda, em articulação com os serviços da administração central responsáveis pelo património, para os monumentos, conjuntos e sítios e estabelecer as medidas para a sua proteção e salvaguarda.</p>
<p>D22.06 Incentivos Públicos - A Administração Pública, através dos seus organismos responsáveis pelo património, deve adotar sistemas de incentivos e apoios:</p> <p>a) Aos municípios para ações de salvaguarda e valorização do património, privilegiando as que se integrem na execução das estratégias assumidas por aqueles nos termos da Diretriz anterior (D22.04) ou na execução física dos planos de pormenor de salvaguarda aí referidos;</p> <p>b) Que assegurem a preservação e valorização de património isolado, conjuntos edificados e sítios que integrem as áreas de património mundial.</p>
<p>Sustentabilidade Hídrica</p>
<p>Orientações Estratégicas</p>
<p>368. As Políticas Públicas devem assegurar a proteção e a qualidade das massas de água visando a sua conservação ou melhoria, garantindo a proteção das origens de água e dos ecossistemas de especial interesse, incluindo a manutenção de um regime de caudais ambientais e, em particular, de caudais ecológicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Assumindo nos modelos de gestão (sectoriais ou municipais) princípios de gestão eficaz do recurso e de melhoria da qualidade química e ecológica das águas superficiais, bem como da quantidade e estado químico das águas subterrâneas; 2. Assegurando o planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos, fomentando o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, articulando o seu planeamento com o ordenamento do território, promovendo a elaboração dos Planos de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas, promovendo o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico e a valorização económica dos recursos hídricos de forma compatível com a sua preservação; 3. Dando expressão territorial adequada à necessidade de proteção de ecossistemas ribeirinhos e de aquíferos, designadamente na proteção de captações de água para consumo humano e ocorrência de cheias conforme recomendações do Plano Nacional da Água; 4. Promovendo o estabelecimento de regras harmonizadas para a utilização do domínio hídrico, nos IGT e nos procedimentos de licenciamento; 5. Operacionalizando os sistemas de monitorização da qualidade da água visando a redução das fontes de poluição tóxica e difusa; 6. Prevenindo e minorando riscos naturais e antropogénicos associados a fenómenos hidrológicos extremos e a acidentes de poluição e minimizar as situações de risco de poluição accidental; 7. Adequando os usos e o modelo de ocupação do solo às disponibilidades hídricas e promovendo a conservação do solo, infiltração e retenção da água nas áreas mais suscetíveis à desertificação e à seca (Mirandela, Vila Flor, Torre de Moncorvo, Alfandega da Fé e Freixo de Espada à Cinta, cerca de 10% da superfície da Região do Norte).
<p>Diretrizes</p>
<p>D23.03 Critérios para a Proteção de Recursos Hídricos - Explicitar nos instrumentos de planeamento as zonas de proteção dos recursos hídricos, nomeadamente as mais exigentes em termos de garantia de qualidade, e planear a ocupação e uso do solo de modo a garantir os objetivos de sustentabilidade hídrica e de qualidade para as massas de água. Nas áreas mais suscetíveis à desertificação e à seca estabelecer modelos de uso e ocupação do solo adequados às disponibilidades hídricas e promotores da conservação, infiltração e retenção da água no solo.</p>
<p>Riscos Naturais e Tecnológicos</p>
<p>Orientações Estratégicas</p>
<p>371. A Administração Pública deve promover a Introdução da análise dos riscos naturais no ordenamento do território com recurso a um quadro jurídico autónomo. A consciência do risco natural impõe a necessidade de considerar o risco como fator de ordenamento do território, visando a minimização das suas consequências. Assim, deve promover-se:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. (...); 2. (...); 3. (...); 4. Promover usos do solo, em pequenas bacias hidrográficas, capazes de potenciar os processos de infiltração e diminuição dos caudais de ponta de cheia.



5. (...).

6. Traduzir, em sede dos instrumentos de ordenamento do território, o conjunto de orientações e normas já definidas no Sistema Nacional de Defesa da Florestal Contra Incêndios para a prevenção de incêndios florestais.

372. Organizar o território potenciando a diminuição, no tempo (na circulação) e no espaço (na armazenagem), do contacto e proximidade das matérias e atividades perigosas com as restantes atividades e ocupação humana, minimizando impactos económicos e sociais de potenciais acidentes.

Diretrizes

A. Riscos em geral

D25.04 Atuação Estratégica - Os municípios isoladamente ou em associação e com o concurso de outras entidades relevantes para o efeito devem:

- Elaborar cartas de risco à escala municipal ou intermunicipal, respeitando a metodologia preconizada nas disposições regulamentares aplicáveis;
- Concretizar orientações e intervenções necessárias para que o uso do território possa ser desenvolvido com a mitigação do grau de risco a elas associado;
- Definir, com a colaboração da ANPC, DGOTDU (agora DGT), CCDR e outras entidades, indicadores/reguladores da intervenção sobre o território por classe de risco.

D25.05 Recomendações para os Instrumentos de Gestão Territorial - Os instrumentos de gestão territorial devem considerar na sua elaboração:

- A identificação de áreas-problema, sob o ponto de vista de risco, no interior das áreas urbanas consolidadas, com vista a equacionar projetos de intervenção que corrijam a dinâmica do meio físico e mitiguem o risco;
- Os regimes de uso do solo a definir devem ter em conta os diferentes tipos e graus de risco e conter medidas de prevenção, adotando medidas de prevenção ajustadas às intervenções propostas por aplicação das metodologias e das orientações disponibilizadas pela implementação da Diretriz D25.04;
- A contenção da expansão urbana nas áreas mais suscetíveis, com especial atenção aos fatores mais determinantes das situações de risco de cheias repentinas: sub-dimensionamento dos sistemas de drenagem, obstrução e impermeabilização dos leitos de cheia, alterações profundas dos usos “naturais” do solo;
- A contenção do crescimento urbano nos sectores de forte encaixe da rede hidrográfica e próximo das linhas de água de 1ª ordem (escoamento de tipo flúvio-torrencial potencialmente danoso);
- A predominância de usos do solo que potenciem os processos de infiltração e a diminuição dos caudais de ponta de cheia.

D25.06 Planos Municipais de Emergência - A revisão dos Planos Municipais de Emergência deve ser articulada com os PMOT segundo as normas definidas pela Comissão Nacional de Proteção Civil, à luz do conhecimento disponibilizado pela implementação das diretivas anteriores

B - Riscos associados a cheias e inundações

D25.08 Delimitação de Áreas de Cheias - Consagrar em sede de PMOT, à medida que forem sendo disponibilizadas, as delimitações das áreas ameaçadas por cheias e das áreas afetadas por cheia repentina, e a inerente disciplina de condicionamentos do uso do solo.

C - Riscos associados a movimentos de vertente

D25.09 Áreas de Perigosidade - Consagrar em sede de PMOT, com base nos elementos decorrentes da Diretriz D25.04 e preferencialmente no âmbito da delimitação da REN operativa, a identificação das áreas de diferentes graus de perigosidade, estabelecendo matrizes de compatibilidade com as tipologias e intensidades de uso do solo e ponderando, em contexto urbano, a sua integração na EEM, sem prejuízo da sua identificação cartográfica como áreas de perigosidade.

D - Riscos de incêndio florestal

D25.10 Proteção Florestal - Reforçar a articulação das opções de ordenamento do território e de disciplina do uso do solo com o conjunto de disposições legais, orientações e normas definidas no âmbito da política para o sector florestal e da proteção civil para a prevenção de incêndios florestais, dando particular atenção à plena coerência entre as opções e disposições dos PMOT e dos PMDFCI.

E- Riscos tecnológicos

D25.11 Áreas de ‘Onda de Cheia’ em barragens - Consagrar em sede de PMOT, para as áreas inundáveis por onda de cheia decorrente de rotura de barragens que já tenham sido delimitadas, a interdição de:

<p>a) Instalar novos estabelecimentos que estejam obrigados ao dever de notificação e à apresentação de um Relatório de Segurança, com especial referência aos industriais perigosos;</p> <p>b) Construir hospitais, escolas ou instalações de forças de segurança.</p>
<p>D25.12 Atividades de Carácter Perigoso - Assegurar, na disciplina dos PMOT, que, nos casos de instalação de atividades de carácter perigoso (nomeadamente as da Diretiva SEVESO) ou insalubre a que legalmente corresponda a constituição de áreas envolventes de proteção impeditivas ou fortemente condicionadoras da edificação ou dos usos, tal instalação só possa ser autorizada em prédios cuja dimensão permita que neles fiquem totalmente contidas as referidas áreas de proteção.</p>
<p align="center">Sistema de Recursos Produtivos</p>
<p align="center">Recursos Geológicos e Hidrogeológicos</p>
<p align="center">Orientações Estratégicas</p>
<p>373. Com vista a evidenciar as potencialidades existentes, promover o seu aproveitamento racional, evitar a sua delapidação e possibilitar o seu aproveitamento futuro, os recursos geológicos e hidrogeológicos da Região (abrangendo a geologia, a geomorfologia e os recursos hidrominerais e geotérmicos) devem ser identificados e caracterizados, ser objeto de medidas de proteção e ver devidamente regulamentada a sua exploração.</p> <p>374. No que se refere à identificação e caracterização, compete à Administração Central a elaboração dos estudos e a produção dos instrumentos cartográficos e descritivos que identificam estes recursos, nomeadamente no seu valor a nível regional, nacional ou global como indicador da competitividade do território face a outras utilizações, e à Administração Municipal a sua consideração nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), com eventual pormenorização decorrente da mudança de escalas.</p> <p>375. A inventariação e localização dos Recursos Geológicos deverá promover a identificação do seu potencial a nível nacional, regional e local, como identificador da competitividade do território face a outras utilizações.</p> <p>376. A referida inventariação deverá identificar os recursos geológicos pertença do Domínio Público e explorados em regime de concessão (minérios metálicos, minérios energéticos, minérios não metálicos, águas minero-industriais, águas minerais naturais e recursos geotérmicos), assim como os recursos geológicos pertença do Domínio Privado (rochas industriais, rochas ornamentais e águas de nascente).</p> <p>377. Deverão, na carta de ocorrências, ser delimitadas as áreas de concessões mineiras ativas, as áreas licenciadas das pedreiras em laboração, assim como os perímetros de defesa aos locais de exploração de termas, águas minerais naturais, águas de nascente e águas minero-industriais.</p> <p>378. Sempre que se mostre adequado para a tomada de decisões tendo em vista o ordenamento do território, no caso das ocorrências geológicas serem conflituantes com outro tipo de uso do solo, deverá ser feita uma análise comparativa entre os diversos tipos de opções que se apresentam, tendo em vista a tomada de decisões sobre a prioridade do uso do solo a optar.</p> <p>379. No caso de territórios onde existam núcleos importantes com várias unidades extrativas em laboração, deverão ser realizados estudos tendo em vista a definição de áreas de consolidação e eventual expansão da atividade, assim como a proposta de linhas gerais de atuação, dentro do quadro da legislação regulamentadora do sector, visando a criação de regras que obriguem à exploração racional dos recursos minerais, assim como ao respeito das regras ambientais e de ordenamento. Pretende-se, com esta ação, a integração deste sector dentro de uma política industrial ambientalmente sustentável. Nestes locais deverá igualmente regulamentar-se as ocupações de solo que possam concorrer com este tipo de atividade industrial tendo em vista a minimização de potenciais conflitos.</p> <p>380. As orientações e decisões sobre a expansão e regulação da indústria extrativa deverão ter em atenção os valores naturais e culturais existentes no território em causa.</p> <p>382. A Administração Pública (Central e Municipal) deve também dar grande atenção às condições concretas a exigir na reposição dos terrenos no fim (total ou parcial) das atividades extrativas, para garantir a sua efetiva execução e assegurar que a mesma se realiza imediatamente após o termo da autorização ou o cessar da exploração; paralelamente, deverão ser elaborados e implementados programas de ação para a recuperação de áreas com passivos ambientais decorrentes de antigas pedreiras ou minas abandonadas.</p>
<p align="center">Diretrizes</p>
<p>D31.02 Recomendações para os PMOT - No âmbito dos PMOT deve proceder-se, com base em informação sistematizada e disponibilizada pelas entidades responsáveis pelo sector a partir da inventariação, à mapificação e caracterização dos recursos geológicos e hidrogeológicos, nomeadamente através de:</p> <p>a) Caracterização genérica do substrato geológico nas suas condicionantes modeladoras dos tipos possíveis de usufruto do território por parte da comunidade;</p>



- b) Identificação dos recursos minerais e hidrominerais e das indústrias extrativas existentes;
- c) Consideração das servidões administrativas relativas aos recursos geológicos;
- d) Consideração das áreas potenciais para exploração de recursos geológicos;
- e) Identificação e inventariação de áreas com interesse geológico e patrimonial;
- f) Identificação de eventuais situações ou áreas críticas, conforme os diferentes tipos de riscos associados.

D31.03 Proteção de Recursos - Em sede dos PMOT devem ser adotadas restrições regulamentares à instalação de fontes poluidoras ou perturbadoras da atividade em zonas próximas de potenciais recursos minerais, geotérmicos e hidrominerais, incluindo águas de nascente.

D31.04 Passivos Ambientais - Os IGT devem identificar a localização de zonas onde existam passivos ambientais e riscos industriais decorrentes de atividades mineiras e de exploração de massas minerais, bem como definir as premissas gerais para a sua recuperação.

Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural

Orientações Estratégicas

383. As orientações estratégicas para o ordenamento agrícola e florestal estabelecem-se em concordância com os programas e planos sectoriais em vigor e com a expressão territorial e funcional da ERPVA, tendo por objetivo a promoção de atividades economicamente competitivas, ambientalmente equilibradas e socialmente atrativas, enquanto motor do desenvolvimento e diversificação da economia nas zonas rurais.

384. Subentendem a defesa dos espaços agrícolas e florestais relevantes para suporte das atividades económicas do sector primário, abastecimento das respetivas cadeias de valor e manutenção da reserva estratégica de recursos naturais e de solo fértil.

385. A intervenção nos domínios agrícola e florestal sectorial deve organizar-se em torno de três linhas de atuação fundamentais:

1. Melhorar o desempenho dos sectores agrícola, agropecuário e florestal, promover a especialização dos espaços produtivos, a valorização qualitativa, diferenciação dos produtos e a competitividade económica das explorações e a organização coletiva e estruturação vertical das fileiras tendo como referência as áreas de elevado potencial produtivo, mas também, os sistemas tradicionais e as áreas com limitações à intensificação cultural;
2. Revitalizar as atividades agrícolas, pecuárias e florestais, em especial nos territórios em perda demográfica, diversificando a base económica através da potenciação de produções de excelência e da articulação com atividades económicas e produtivas compatíveis (turismo, dinâmicas empresariais associadas às produções locais, prestação de serviços ambientais/agrícolas), assegurando o seu contributo para a criação de riqueza, emprego e equilíbrio social dos territórios rurais;
3. Assegurar a aplicação dos princípios de sustentabilidade ambiental e eco-condicionalidade nos modelos de produção agrícola, pecuária e florestal, designadamente práticas para o melhoramento da eficiência do uso dos recursos hídricos na atividade agrícola, valorização dos modos de produção e promoção da gestão multifuncional, cumprindo as metas definidas na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), Estratégia Nacional para a Floresta (ENF), Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2007-2013)¹⁶, Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) e Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD).

386. Estas linhas de atuação devem materializar-se de acordo com as seguintes orientações específicas:

1. Promover e aumentar a produtividade primária dos sistemas agrícolas e florestais, contribuindo, através dos mecanismos de regulação dos usos do solo e dos sistemas de apoio aos sectores agrícola, agropecuário e florestal, para o reforço da rentabilidade e da produção, valorização e diferenciação/certificação das fileiras estratégicas (leite, vinha, olival, hortícolas, agropecuária extensiva/raças autóctones, modos de produção biológica e integrada, floresta) e das especificidades regionais, associadas às DOP/IGP, desenvolvendo as condições de competitividade à escala nacional e europeia.
2. Incentivar iniciativas empresariais ligadas à transformação e valorização dos recursos naturais e agroflorestais, bem como da prestação de serviços rurais e ambientais, como fator de valorização económica local dos recursos endógenos, eventualmente enquadrados em projetos de aproveitamento

¹⁶ Agora Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2014-2020)

multisectorial ou programas de certificação agroflorestal, procurando privilegiar as que se localizem nos territórios de baixa densidade/perda demográfica.

3. Promover e valorizar a competitividade económica dos sistemas tradicionais, de regime extensivo e multifuncional, diversificando as atividades de base económica das explorações e promovendo a articulação intersectorial na valorização de soluções integradas (turismo, conservação da natureza, agroindústria).

4. Promover o estabelecimento de uma rede de núcleos rurais polarizadores, que dinamizem a estratégia de especialização nas fileiras estratégicas e de excelência regional, para desenvolvimento da base produtiva, sustentada em estratégias locais de revitalização socioeconómica, nomeadamente nos territórios em perda demográfica e em processo de abandono das atividades rurais.

5. Potenciar a competitividade do cluster florestal, contribuindo para a revitalização económica e social dos espaços rurais, através de:

- Cumprimento das metas estratégicas dos PROF para a reestruturação, especialização e acréscimo do potencial produtivo do espaço florestal;
- Promoção do investimento na cadeia de valor da fileira madeira-serração-mobiliário, melhorando a articulação com as indústrias da fileira e os circuitos de comercialização;
- Diversificação integrada de atividades ligadas aos espaços florestais (turismo, cinegética, pesca, pastorícia, apicultura e outros produtos silvestres não lenhosos, gestão de habitats de caça, gestão de bacias hidrográficas para a pesca, pastoreio extensivo, matas de espécies autóctones) apoiada em planos de gestão multifuncional.

(...)

9. Criar sistemas e mecanismos de incentivos:

- À gestão ativa e continuada das explorações e perenidade das estruturas agrícolas e florestais, enquanto sistemas produtivos e/ou quando desempenhem funções estratégicas de proteção ambiental ou enquadramento de funções sociais;
- À agregação e reestruturação fundiária no sentido da maior dimensão e continuidade das explorações, incentivando o associativismo e o agrupamento em unidades de gestão com escala, designadamente as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF);
- Ao rejuvenescimento e profissionalização da população rural ativa, designadamente para a fixação e qualificação de jovens nas áreas profissionais da agricultura, pecuária, floresta, turismo em espaço rural, qualidade do ambiente e exploração de recursos locais.

10. Acautelar a redução dos impactes e riscos sobre a qualidade do ambiente e a atenuação dos conflitos com o sistema urbano na aplicação das medidas de otimização da produtividade potencial dos sistemas de exploração intensiva, sejam agrícolas, pecuários ou florestais.

11. Promover a defesa das áreas suscetíveis à erosão e à desertificação, assumindo a defesa do solo e dos recursos hídricos como objetivos fundamentais a ter em conta nas opções de ordenamento, e assegurando a adoção de práticas para o melhoramento da eficiência do uso dos recursos hídricos na atividade agrícola.

12. Reduzir o risco de incêndio em espaço rural, promovendo a gestão ativa da floresta e a execução das Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios, gerindo adequadamente as áreas de interface urbano-florestal, evitando a sua proliferação e estabelecendo fronteiras estáveis entre o espaço urbano e as áreas produtivas.

13. Promover o alargamento das áreas e explorações agrícolas aderentes a modos de produção integrada ou biológica, bem como ao desenvolvimento de produtos tradicionais de origem protegida ou controlada (IGP, ETG), promotores da diferenciação positiva da Região e da afirmação de pólos de excelência rural, enquadrados em estratégias integradas de desenvolvimento económico local.

14. Salvar as áreas agrícolas e florestais relevantes para a estratégia regional de desenvolvimento rural e para o suporte das atividades económicas do sector primário, abastecimento das respetivas cadeias de valor e sustentabilidade da reserva estratégica de recursos naturais e de solo fértil.

Diretrizes

D32.01 Compatibilização de Estratégias Nacional, Regional e Local - O ordenamento do solo rural (rústico) a consagrar nos IGT deve traduzir a compatibilização das estratégias nacional e regional para o desenvolvimento e competitividade do sector primário com as opções municipais de classificação e qualificação do solo e regulação dos usos do solo, designadamente:

- a) Assegurar que a qualificação do solo rural reflete o disposto nas estratégias nacionais e nos planos sectoriais aplicáveis, designadamente a ENDS, o PDR 2007-2013, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e os PROF, traduzindo as orientações destes IGT na disciplina de uso e transformação do solo e



potenciando a valorização das áreas e fileiras estratégicas, a concretização dos respetivos planos de ação e sistemas de financiamento;

b) Defender a superfície agrícola utilizada – SAU - garantindo a integração na RAN das áreas agrícolas produtivas com capacidade de uso elevo e muito elevado, com aptidão para o uso agrícola genérico, aptidão agrícola condicionada a um uso específico e beneficiadas por investimentos produtivos, as áreas agrícolas relevantes definidas no Modelo Territorial e as que assumam relevância em termos de economia local e estabelecendo um regime de uso e ocupação do solo que acautele contra eventuais ações de impermeabilização e artificialização;

c) Definir estratégias e modelos de planeamento municipal que contribuam para a plena exploração dos recursos endógenos (nomeadamente agroflorestais) e que induzam a coesão social e territorial através do fortalecimento das atividades do sector primário e da produtividade;

d) Assegurar a compatibilidade e continuidade das componentes da ERPVA com os sistemas agroflorestais de regime extensivo, assentes em paisagens e atividades tradicionais, salvaguardando o estabelecimento de condicionamentos à intensificação produtiva;

e) Nas áreas mais suscetíveis, os IGT devem integrar orientações relativas ao combate à desertificação, aplicando e desenvolvendo os objetivos específicos e eixos de intervenção previstos no PANCD.

D32.02 Recomendações para os PMOT - A qualificação e o regime de uso e ocupação do solo rural nos PMOT deve traduzir a compatibilidade com o modelo de ordenamento e com as orientações estratégicas do PROT-N para o espaço agrícola e florestal, acautelar as condições para o desenvolvimento rural e proteger a dimensão e continuidade das áreas relevantes, designadamente:

1. Nas áreas agroflorestais de elevado potencial produtivo:

a) Defender as áreas relevantes, identificadas no Modelo Territorial e otimizar a produtividade dos sistemas intensivos, acautelando a redução dos impactos e riscos sobre a qualidade do ambiente e neutralizando os conflitos com o sistema urbano;

b) Restringir fortemente a edificação, a fragmentação dos espaços produtivos e a proliferação de áreas de interface Urbano/Florestal, produtivas.

2. Nas áreas agroflorestais com limitações à intensificação produtiva:

a) Proteger e promover os sistemas agrícolas e agropecuários integrados em áreas DOP/DOC, nomeadamente os associados à produção pecuária de pequenos e grandes ruminantes de raças autóctones, à fileira da castanha e demais produções de excelência, como os lameiros de montanha e as pastagens permanentes, áreas cerealíferas de sequeiro, soutos e povoamentos de sobreiro;

b) Proteger e valorizar as culturas permanentes como a vinha, o olival e o amendoal;

c) Promover a expansão das espécies produtoras de madeiras nobres, designadamente o castanheiro, sobreiro e carvalhos autóctones.

3. Nas áreas com ZIF constituídas ou em fase de constituição acautelar a integração de regras de salvaguarda do espaço produtivo e interdição da artificialização ou alteração do uso do solo, assegurando plenas condições de aproveitamento para os fins estabelecidos e para o período de exploração previsto no respetivo plano de gestão.

4. Nos espaços florestais, promover gestão ativa através da implementação de PGF ou de normas mínimas de gestão, segundo o definido nos PROF despectivos.

D32.03 Atribuições da Administração Pública - A Administração Pública deverá promover:

a) A definição e o estabelecimento da rede supra municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível - para compartimentação e descontinuidade de grandes extensões de floresta, devendo esta ser vertida, com carácter de prioridade, para os PMDFCI e os PDM;

b) A ponderação do risco de incêndio florestal como critério de classificação do solo, acautelando o cumprimento das restrições à edificação em territórios integrados nas classes de risco alta e muito alta;

c) A definição de uma rede de pólos de excelência em espaço rural, notabilizados pelos elevados níveis de qualidade ambiental e defesa do património cultural e natural.

Turismo

Orientações Estratégicas

387. O Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT)¹⁷ define o cluster “Turismo & Lazer” como um sector estratégico prioritário para o País, que pode dar um contributo importante para o aumento de receitas

¹⁷ O PENT foi revogado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril que aprovou o Plano Estratégico Nacional para o Turismo para o desenvolvimento do turismo no período 2013 – 2015. Tendo cessado o seu período temporal foi

externas e o combate ao desemprego, constituindo um motor de desenvolvimento a nível nacional, regional e local.

388. Para tal, o PROT-N aponta como objetivo geral a promoção do turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, na excelência ambiental e urbanística, na formação dos recursos humanos e na modernização empresarial das entidades turísticas, apontando-se as seguintes orientações estratégicas para a valorização do turismo na Região, a desenvolver operacionalmente através de uma Agenda Regional de Turismo:

1. Promover a estruturação e qualificação territorial da oferta turística, em torno do modelo territorial “uma Região – quatro Destinos” (Porto, Douro, Minho e Trás-os-Montes) e dos produtos turísticos prioritários definidos na Agenda Regional de Turismo, tendo por base o planeamento, ordenamento e qualificação dos recursos locais, das infraestruturas de suporte e das facilidades de apoio turísticas, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Desenvolvimento do Turismo de Natureza, em articulação com o ICNB;
- Qualificação e valorização de centros históricos com identidade histórico-cultural e patrimonial, dos espaços urbanos de carácter excecional e dos locais de concentração do turismo cultural e religioso;
- Dinamização das potencialidades turísticas do solo rural preferentemente através das formas de exploração sustentável do Turismo de Habitação e do Turismo em Espaço Rural (TER);
- Qualificação dos recursos humanos afetos à atividade turística, mediante o apoio a ações e projetos que contribuam para melhorar os despectivos níveis de formação.

2. Assegurar a implementação de sistemas de eficiência ambiental e de controlo de qualidade nos empreendimentos turísticos, conducentes a uma melhoria da qualidade dos serviços prestados e do desempenho ambiental das empresas do sector.

3. Assegurar uma correta integração territorial dos empreendimentos turísticos localizados em solo rural (rústico), de forma a permitir que os utentes desfrutem dos valores paisagísticos, património natural e cultura local sem produzir a degradação desses mesmos valores nem conduzir à sobre ocupação dos espaços rurais, à degradação da qualidade da água dos rios e albufeiras e à banalização da construção nessa classe de solos.

(...)

6. Privilegiar o desenvolvimento de empreendimentos turísticos orientados para a valorização do património natural e cultural e potenciadores de sinergias com a estratégia de proteção e valorização ambiental e de revitalização económica e social local, exigindo sempre a sustentabilidade ambiental como condição de licenciamento.

Diretrizes

D33.03 Turismo de Natureza - Promover, em articulação e com o apoio técnico do ICNB, o desenvolvimento do Turismo de Natureza com empreendimentos localizados em áreas classificadas ou com valores naturais relevantes.

D33.05 Destinos de Excelência - Promover ações de valorização e dinamização dos centros históricos e outros espaços relevantes pela sua identidade cultural e patrimonial, como destinos turísticos de excelência.

D33.06 Núcleo de Desenvolvimento Turístico – 1 - Os PDM podem definir as condições de implantação de empreendimentos turísticos no solo rural (rústico), em áreas não previamente delimitadas, a concretizar mediante plano de urbanização ou de pormenor que especifique o respetivo sistema de execução e, se for o caso, as formas de compensar os excedentes de edificabilidade permitidos em solo rural, (...).

D33.07 Rotas Turísticas - Organizar rotas turísticas, em torno de redes patrimoniais e paisagísticas, de valores culturais e de lazer ou outros interesses específicos, que garantam dimensão ao produto turístico e constituam pólos de desenvolvimento local.

aprovada a Estratégia para o Turismo 2027 (ET27), segundo a Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro

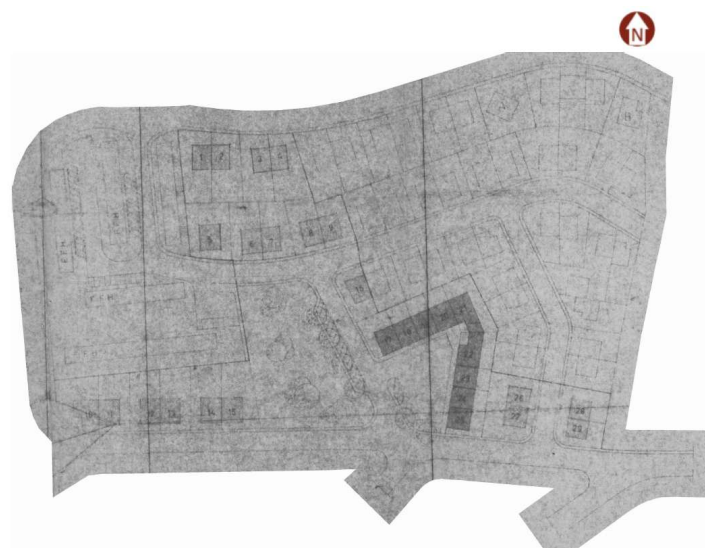


2.2.1.7 Plano de Pormenor de Vale de Azenha

O município de Mirandela apenas dispõe de dois PMOT em vigor, o próprio PDM e o Plano de Pormenor do Lugar de Vale de Azenha que foi publicado pela Declaração n.º 3-02-92, de 1 de abril.

A área de intervenção do Plano situa-se na proximidade da esquadra da Polícia, junto ao limite nascente da cidade de Mirandela. O Plano previa a constituição de 29 lotes com área variando entre os 543 m² e 175 m², 13 dos quais destinados a comércio e habitação e os restantes exclusivamente destinados ao uso habitacional.

Figura 11: Planta de Implantação do Plano de Pormenor do Lugar de Vale de Azenha



Fonte: SNIT, 2020

Conforme se pode observar na figura seguinte, o grau de concretização do Plano é bastante elevado, encontrando-se, apenas, por edificar um reduzido número de lotes no quarteirão norte.

Figura 12: Imagem da área de intervenção do Plano de Pormenor de Vale de Azenha



Fonte: Google Earth, 2020

2.2.2 Instrumentos Estratégicos Programáticos

2.2.2.1 Estratégia para o Turismo 2027

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), quadro de referência para o setor, foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril tendo sido revogado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril que aprovou o Plano Estratégico Nacional para o Turismo para o desenvolvimento do turismo no período 2013 – 2015. Este instrumento tinha como objetivos definir as ações para o crescimento sustentável do Turismo Nacional, até 2015, e orientar a atividade turística em Portugal.

Tendo cessado o período temporal a que o PENT se destinava, foi aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017 de 27 de setembro, a Estratégia para o Turismo 2027 (ET27).

O diagnóstico efetuado pela Estratégia Turismo 2027, aponta para 6,1 milhões de dormidas na Região Norte em 2015, o que representa 12,5% das dormidas na hotelaria de Portugal. A oferta hoteleira encontra-se disseminada por toda a região, sendo o número de camas nas Terras de Trás-os-Montes (menos de 3.000 camas) corresponde a 5,5% do total da região. Em termos de procura, a sub-região de Terras de Trás-os-Montes, é a que apresenta menor procura da região com 2,4%.



Entre 2005 e 2015 observou-se uma crescente internacionalização do destino (Região Norte) e uma muito significativa presença no mercado interno (55,3%). Entre 2005 e 2015 a Taxa de Variação Média Anual de dormidas aumentou 5,9% na Região (valor acima do observado a nível nacional – 3,2%), tendo contribuído para este facto o crescimento do número de dormidas de residentes no estrangeiro – Mercado Internacional (9,7%), principalmente oriundos de Espanha e também do crescimento de dormidas de residentes no território nacional – Mercado Interno (2,9%).

Os principais objetivos da ET 27 visam:

1. Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional;
2. Assegurar a estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;
3. Promover uma integração das políticas setoriais;
4. Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes;
5. Agir com sentido estratégico no presente e no curto/ médio prazo.

Visão

Portugal quer ser o destino com maior crescimento turístico na Europa, suportado na sustentabilidade e na competitividade de uma oferta turística diversificada, autêntica e inovadora, consolidando o turismo como uma atividade central para o desenvolvimento económico do país e para a sua coesão territorial.

A Estratégia para o Turismo 2027 (ET27) identifica 10 Ativos Estratégicos, subdivididos em 4 grupos para uma estratégia a 10 anos:

Ativos diferenciadores

1. Clima e Luz
2. História e Cultura
3. Mar

Natureza e Biodiversidade

4. Água

Ativos Qualificadores

5. Gastronomia e Vinhos
6. Eventos artístico-culturais, desportivos e de negócio

Ativos emergentes



7. Bem-Estar
8. Living – Viver em Portugal

Ativo único transversal

9. Pessoas

A ET 27 define os seguintes 5 Eixos Estratégicos para o Turismo em Portugal:

- Valorizar o território;
- Impulsionar a economia;
- Potenciar o conhecimento;
- Gerar redes e conectividade e
- Projetar Portugal.

Neste sentido, apresentam-se em seguida as principais Linhas de Ação, respetivos Eixos Estratégicos e Tipologias de Projetos Prioritários que podem ter enquadramento no contexto da presente revisão do PDM de Mirandela, nomeadamente no que aos eixos “Valorizar o Território e as Comunidades” e “Gerar Redes e Conetividades” dizem respeito.

EIXO ESTRATÉGICO - VALORIZAR O TERRITÓRIO E AS COMUNIDADES	
LINHAS DE ATUAÇÃO	TIPOLOGIAS DE PROJETOS PRIORITÁRIOS
Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário	<ul style="list-style-type: none">- Projetos de conservação e valorização económica do património edificado de reconhecido valor histórico-cultural, tornando-o acessível e aberto à prestação de serviços de interesse público-turístico, designadamente, no âmbito do programa Revive.- Projetos de valorização e divulgação da identidade local, envolvendo as próprias comunidades
Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais	<ul style="list-style-type: none">- Iniciativas de valorização e ativação turística do património cultural imaterial.- Dinamização do comércio tradicional e das suas «lojas com história», promovendo a identidade e autenticidade.- Projetos de valorização dos espaços de vivência das comunidades locais, estimulando a contribuição do turismo para a melhoria da qualidade de vida e para a fixação de residentes.
Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento do turismo de natureza e em espaço rural através de projetos de valorização económica e de uma gestão ativa do património natural e rural, onde se inclui a rede de nacional de áreas protegidas, as reservas da biosfera e os Geoparques reconhecidos pela UNESCO, nomeadamente, no contexto da promoção da marca Natural.PT.- Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo de natureza e/ou ao turismo em espaço rural, sinalética e elementos de interpretação turístico-ambiental.- Operações de revitalização e dinamização económica de aldeias e centros rurais com vocação turística- Ações de valorização turística e de promoção dos lagos e águas interiores, rios, albufeiras, nascentes e águas/estâncias termais.
Promover a regeneração urbana das cidades e regiões, e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos	<p>Operações de regeneração urbana de centros históricos/urbanos, a preservação da autenticidade e a promoção de um turismo acessível nas cidades, envolvendo, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Reabilitação e qualificação urbanística do edificado;• Melhoramento do espaço público e eliminação de barreiras físicas;



	<ul style="list-style-type: none">• A refuncionalização de equipamentos coletivos e de infraestruturas, sem utilização e/ou em degradação, para fins turísticos;• Promoção da mobilidade sustentável visando melhorar as condições de visitação e usufruto das cidades;• Promoção do comércio tradicional e das suas lojas com história.• Melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, incluindo o apoio à reabilitação de espaços e equipamentos comunitários (por exemplo, associações culturais, associações de bairro, clubes recreativos).- Elaboração/implementação de estratégias de desenvolvimento turístico para destinos turísticos de âmbito regional/sub-regional/local, tendo em vista a sustentabilidade e competitividade dos territórios.
Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística	Ações de estruturação da oferta turística em torno de roteiros/itinerários temáticos com forte vocação turística de âmbito histórico-cultural e/ou natural, tendo subjacente os ativos turísticos estratégicos nacionais; nomeadamente, através da implementação dos seguintes projetos: <ul style="list-style-type: none">- Portuguese <i>Trails</i> (alargar a todo o país o projeto piloto <i>Cycling and Walking</i> da região do Algarve);
EIXO ESTRATÉGICO - GERAR REDES E CONECTIVIDADE	
LINHAS DE ATUAÇÃO	TIPOLOGIAS DE PROJETOS PRIORITÁRIOS
Melhorar os sistemas de mobilidade rodo-ferroviária e de navegabilidade	<ul style="list-style-type: none">- Qualificação de eixos de interesse turístico de âmbito rodoviário ou ferroviário, que contribuam para a valorização da oferta turística.- Assegurar boas condições de mobilidade rodoviária nos destinos turísticos, especialmente, naqueles que registam maior tráfego e intensidade turística.- Implementação de projetos de sinalização turística.- Projetos de melhoramento da navegação fluvial, incluindo o melhoramento de cais fluviais e a criação de plataformas de acostagem de embarcações de recreio e de outras infraestruturas e serviços de apoio ao turismo nos rios e águas interiores do País.- Promover a utilização de transportes públicos junto das principais ofertas turísticas- Assegurar uma oferta de transportes públicos adequada à intensidade turística existente.- Ações que promovam a intermodalidade e a interoperabilidade entre diferentes serviços de transporte.- Desenvolvimento de projetos que promovam a mobilidade sustentável nos destinos turísticos, designadamente, a mobilidade suave.

O Concelho de **Mirandela** integra a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte criada pelo Despacho n.º 8792/2013, de 24 de junho.

De acordo com a Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal (EMT PNP) – Horizonte 2015-2020¹⁸, a importância do turismo na Região Norte tem vindo a crescer na última década, atingindo, em 2014, mais de 3 milhões de hóspedes e cerca de 5,4 milhões de dormidas nos empreendimentos turísticos do Porto e Norte (PNP), aproximadamente mais 2,1 milhões de dormidas que em 2004.

¹⁸ Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R., 2015

Os objetivos estratégicos a alcançar com a implementação da EMT PNP são:

- Aumentar a atratividade do destino e elevar os seus níveis de notoriedade;
- Harmonizar e consolidar transversalmente a qualidade da oferta;
- Melhorar os indicadores do turismo e reduzir as assimetrias entre os subdestinos;
- Estimular um espírito colaborativo entre os stakeholders para a adoção de uma abordagem alinhada ao nível do desenvolvimento e promoção do destino.

Ao longo do território da Região Norte, os produtos turísticos são muito diferenciados, evidenciando diferentes níveis de prioridade na aposta e no desenvolvimento. Embora se possam destacar um ou mais produtos turísticos em cada uma dos 4 subdestinos definidos¹⁹, a riqueza dos recursos oferece a cada um deles um conjunto de produtos âncora e complementares que permitem a vivência de experiências distintas, quando o visitante opta por uma estadia apenas num dos subdestinos. Por outro lado, a complementaridade entre subdestinos permite ao visitante a vivência de experiências específicas e associadas a um único produto turístico, tornando-a mais rica e compreensiva da singularidade do território.

Figura 13: Subdestinos da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte



Fonte: Estratégia de Marketing do Porto e Norte de Portugal, Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2015

¹⁹ Porto, Minho, Douro e Trás-os-Montes



Para o subdestino de Trás-os-Montes a EMT PNP define como Produtos Âncora a Saúde e Bem-estar, a Natureza, o Touring Cultural e Paisagístico e a Gastronomia e Vinhos e como Produtos Complementares o Turismo Religioso e o Golfe.

De acordo com o Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal²⁰, constituem objetivos estratégicos:

- Qualificar e valorizar os recursos turísticos e criar as infraestruturas de suporte ao turismo regional;
- Desenvolver a oferta de Alojamento e Animação assente em padrões de qualidade e sustentabilidade;
- Promover a Qualificação e Formação dos Recursos Humanos;
- Projetar e promover a oferta turística da Região Norte;
- Promover um processo de dinamização, acompanhamento e informação do turismo regional;
- Reforço da capacidade instalada regional de geração do conhecimento e de IDI na área do Turismo.

2.2.2.2 Agenda Estratégica dos Territórios da Fronteira Interior Transmontana 2030 (Agenda Estratégica Transmontana, AET)

Em 2012, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular promoveu, a pedido dos seus membros transmontanos (os municípios de Bragança, Mirandela, Chaves e Macedo de Cavaleiros, inseridos na NUT III e na Comunidade Intermunicipal Alto Trás-os-Montes - CIM-TTM), a elaboração de uma Agenda Estratégica com o objetivo de fornecer aos governos locais mais informação e conhecimento que permitisse suportar as intervenções no sentido da promoção do desenvolvimento dos seus territórios e a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

²⁰ Turismo de Portugal I.P

Figura 14: Municípios e áreas territoriais da CIM Terras Trás-os-Montes



Fonte: Agenda Estratégica Territorial da Fronteira Interior Transmontana 2030, 2019

A análise estratégica centrada nos “Territórios da Fronteira Interior Transmontana”, teve por objetivo equacionar o posicionamento presente e futuro destes territórios no contexto da “Macrorregião do Sudeste Europeu” e avaliar as oportunidades que iriam surgir no âmbito do ciclo de programação europeu vigente à data, a Europa 2020. O objetivo centrou-se em traçar uma estratégia de desenvolvimento para o território que tivesse em conta estes dois contextos, otimizando oportunidades e recursos e minimizando ameaças e riscos.

No final de 2017, os municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela decidiram, em articulação com o Eixo Atlântico, proceder à revisão da Agenda Estratégica Transmontana. Por três razões essenciais:

- Pelas alterações de natureza administrativa e organizacional ocorridas (a NUT III foi dividida em duas NUT III, Alto Tâmega e Terras de Trás-os-Montes, ficando os três municípios acima referidos integrados nesta NUT);
- Pelo facto da “Macrorregião do Sudeste Europeu” não se ter afirmado como espaço geopolítico pertinente de cooperação transfronteiriça e
- Pela aproximação de um novo ciclo de programação europeia (2021-2027) com consideráveis alterações nas prioridades e objetivos da política de coesão, designada pós-2020.



Embora AET centre o seu foco nos 3 municípios membros do Eixo Atlântico, abrange a totalidade da CIM TTM, garantindo a coerência e consistência da estratégia territorial e a indispensável massa crítica. Privilegia uma abordagem interna (intermunicipal) completada com as relações transfronteiriças e regionais. As suas prioridades, objetivos e apostas estratégias procuram estar em sintonia com o quadro normativo e programático da política de coesão pós-2020 e a do Portugal 2030.

Desta forma, a Agenda Estratégica Territórios da Fronteira Transmontana 2030 assume-se como o instrumento referencial da CIM Terras de Trás-os-Montes e dos seus municípios, definindo uma visão e uma estratégia próprias, projetando medidas e ações específicas para fazer deste um território competitivo, sustentável e inclusivo.

Por forma a permitir a definição da estratégia e do respetivo Programa de Intervenção, a AET apresenta um diagnóstico das Terras de Trás-os-Montes organizado em torno de 4 componente fundamentais:

- **Componente territorial** (caraterização geográfica das Terras de Trás-os-Montes; estrutura e funções urbanas e conectividade);
- **Componente humana** (principais dinâmicas demográficas, caracterização dos recursos humanos e indicadores da qualidade de vida);
- **Componente económica** (perfil económico e produtivo das Terras de Trás-os-Montes; internacionalização e inovação) e
- **Componente institucional** (redes de governança e governança territorial; atores e redes de cooperação territorial nas Terras de Trás-os-Montes e dinâmicas de cooperação e modelos de governança territorial).

Na sequência do diagnóstico estratégico efetuado AET identifica os principais pontos fortes e pontos fracos que correspondem à análise do ambiente interno respeitantes ao contexto das 4 componentes abordadas que podem ser reforçados ou melhorados através de uma intervenção estratégica. São também abordadas as oportunidades e as ameaças que constituem a caracterização do ambiente externo, ou seja, o conjunto de elementos relacionados com o contexto nacional ou internacional que poderão condicionar e influenciar, positivamente ou negativamente a evolução futura deste território.

A construção da visão estratégica para os Territórios da Fronteira Interior Transmontana assentou na análise dos desafios territoriais decorrentes do diagnóstico, mas também do quadro estratégico e programático fixado pela política de coesão e de desenvolvimento regional pós-2020. A estratégia procurará responder em primeiro lugar aos problemas considerados críticos para o território e os desafios territoriais devem refletir esses mesmos problemas evidenciando as transformações que será



necessário promover e induzir no território para potenciar forças, combater fraquezas, contrariar ameaças e agarrar oportunidades.

A AET formulou 5 Desafios Territoriais em torno de 4 pilares fundamentais: atratividade e competitividade; empreendedorismo e inovação; coesão e qualidade de vida e sustentabilidade e eficiência

Desafio Territorial 1

- Conter o processo de regressão demográfica e minimizar os seus impactos territoriais, sociais e económicos, criando condições para a atração/fixação de investimento, emprego e residentes, qualificando o sistema urbano e territorial, reforçando a atratividade dos centros urbanos, a sua massa crítica e a sua capacidade de polarização funcional e assegurando a equidade no acesso a bens e serviços públicos de proximidade e a qualidade de vida e o bem-estar para todos os estratos e grupos populacionais.

Desafio Territorial 2

- Garantir a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento regional, através do uso eficiente dos recursos naturais, da descarbonização e da transição energética e de estratégias de adaptação/mitigação dos impactos e riscos associados às alterações climáticas.

Desafio Territorial 3

- Alargar e robustecer a base territorial da competitividade e do crescimento inteligente, através da formação e qualificação dos recursos humanos, da consolidação do sistema regional de inovação, da valorização integrada de recursos endógenos, ativos estratégicos e competências territoriais, garantindo uma maior e melhor inserção nas fileiras produtivas e nas cadeias de valor, promovendo o empreendedorismo e a inovação social e tecnológica, estimulando as dinâmicas de internacionalização e a competitividade territorial.

Desafio Territorial 4

- Valorizar o posicionamento geoestratégico do território no contexto da Macrorregião do Sudoeste Europeu, completando e densificando as redes de conexão física e digital, assegurando a sua integração na rede transeuropeia de transportes, reforçando a permeabilidade raiana e a acessibilidade e a mobilidade interna, qualificando os *hubs* logísticos e promovendo a cobertura adequada e a universalização do acesso à banda larga.



Desafio Territorial 5

- Dinamizar as parcerias institucionais e a cooperação territorial, incentivando a cultura e as práticas do trabalho em rede, fomentando a construção de consensos multisectoriais e multiterritoriais alargados que combatam a atomização e a fragmentação institucional e potenciem as lógicas de eficiência coletiva e a qualificação da governança territorial.

Em maio de 2018 a Comissão Europeia apresentou as propostas e lançou as bases para uma nova política de coesão que se concentrará numa Europa mais inteligente, mais forte e mais inteligente, dirigindo por isso os seus investimentos prioritariamente para uma transição industrial inteligente para responder aos desafios da economia global, bem como para o crescimento verde e a transição para uma economia hipocarbónica, não deixando de lado os compromissos assumidos com vista a uma Europa mais social, mais interligada e próxima dos cidadãos. Entre as prioridades da política de coesão encontram-se por exemplo os investimentos em regiões que se debatem com rendimentos baixos ou com taxas de desemprego elevadas; a promoção de investimentos inter-regionais inovadores e a criação de serviços comuns de interesse público e as cidades e as políticas urbanas.

Em linha com a EU, no âmbito do processo de programação nacional dos fundos comunitários para o período 2021-2027, a Estratégia Portugal 2030 define um conjunto de prioridades estratégicas e princípios orientadores.

Tendo como principal objetivo fazer convergir Portugal com a Europa, o governo enunciou uma visão para Portugal consubstanciada em 4 eixos temáticos:

- Eixo 1 – As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- Eixo 2 – Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento;
- Eixo 3 – Um país competitivo externamente e coeso internamente;
- Eixo 4 – Um País sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos.

Estes 4 eixos temáticos enquadram as prioridades, os objetivos e as apostas estratégicas expressas na proposta desenvolvida pelo governo para o ciclo de programação europeia pós-2020. Os eixos temáticos foram declinados em Objetivos Estratégicos Horizontais (I. Inovação e Conhecimento; II. Qualificação e Emprego; III. Sustentabilidade demográfica) e Objetivos Estratégicos Territoriais (IV. Energia e Alterações Climáticas; V. Economia e Mar; VI. Redes e Mercados Externos e VII. Sustentabilidade nos Territórios de Baixa Densidade). Cada um destes objetivos tem associado um conjunto de objetivos e de orientações sobre o âmbito, as prioridades e os domínios potenciais de intervenção, bem como os programas europeus específicos de suporte.

Em linha com o anteriormente exposto, a Estratégia para as Terras de Trás-os-Montes/Fronteira Interior Transmontana 2030 traduz o cenário possível e desejável para o seu território no horizonte 2030.

A AET definiu 14 Prioridades Estratégicas que materializam, através de um conjunto de vários Domínios de Intervenção, a Visão Estratégica preconizada para os Territórios da Fronteira Interior Transmontana. Cada Prioridade Estratégica corresponde a um Eixo Temático de intervenção e no qual se inscrevem diversas prioridades de investimento e tipologias de ações ou, quando justificável, projetos e investimentos concretos e específicos.

No quadro seguinte consta uma síntese desta estratégia, assim como o enquadramento operacional dos domínios de intervenção, com a remissão para os objetivos, temáticos ou territoriais, e as prioridades de investimento do Portugal 2030 onde se podem enquadrar as ações e projetos a contemplarem cada um destes domínios.

DESAFIO TERRITORIAL 1 – Conter o processo de regressão demográfica e minimizar os seus impactos territoriais, sociais e económicos	
EIXO ESTRATÉGICO 1 – Afirmar a Fronteira Interior Transmontana como um território vivo, coeso e atrativo	
PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO
PE 1: ESTIMULAR A SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção e monitorização das políticas públicas orientadas para o incentivo à natalidade e à sustentabilidade demográfica; - Atração de novos residentes (dinamização do mercado de 2ª habitação para seniores, residências artísticas, fixação de trabalhadores sazonais); - Promoção da empregabilidade de diplomados do IPB.
PE 2: PROMOVER A ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO (IDE) E EMPREGO	<ul style="list-style-type: none"> - Marketing territorial (criação e gestão da marca regional – <i>place branding</i>); - Promoção externa e captação de Investimento Direto Estrangeiro; - Promoção de oportunidades de investimento e negócio junto da diáspora; - Articulação e promoção conjunta da rede de Acolhimento Empresarial.
PE 3: GARANTIR A COESÃO E A EQUIDADE TERRITORIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Acessibilidade à rede de cuidados primários e de urgência do SNS; - Desenvolvimento da rede de equipamentos sociais (lares e creches); - Qualificação das redes de serviços e equipamentos de proximidade; - Soluções inovadoras na prestação de serviços públicos locais.
DESAFIO TERRITORIAL 2 – Garantir a sustentabilidade ambiental do processo de desenvolvimento regional	
EIXO ESTRATÉGICO 2 – Afirmar a Fronteira Interior Transmontana como um território ambientalmente sustentável	
PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO
PE 4: PROMOVER O USO EFICIENTE DOS RECURSOS NATURAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de uma Agenda para a Sustentabilidade Urbana; - Monitorização da qualidade de água, dos solos e biodiversidade; - Construção de novas barragens e otimização dos perímetros de rega; - Ações de sensibilização para um uso eficiente da água
PE 5: ACELARAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E A DESCARBONIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da eficiência energética (edifícios e espaço público, habitação); - Incentivo à produção de energia limpa (eólica, solar, biomassa); - Requalificação urbanística e regeneração económica dos centros urbanos; - Promoção da Mobilidade Elétrica (frotas locais, postos de carregamento).



PE 6: ADAPTAR/MITIGAR OS IMPACTOS/RISCOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	<ul style="list-style-type: none">- Promoção da economia circular (projetos-piloto locais e transfronteiriços);- Execução dos planos intermunicipais e municipais de adaptação às AC's;- Produção de informação e do conhecimento técnico e científico na área das alterações climáticas, riscos, uso eficiente dos recursos;- Reforço das capacidades de gestão face a riscos naturais e antrópicos.
DESAFIO TERRITORIAL 3 – Alargar e robustecer a base territorial da competitividade e do crescimento inteligente	
EIXO ESTRATÉGICO 3 – Afirmar a Fonteira Interior Transmontana como um território empreendedor	
PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO
PE 7: QUALIFICAR OS RECURSOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none">- Pacto Territorial para a Empregabilidade;- Formação ao longo da vida e requalificação profissional de ativos;- Criação de centros de recursos de suporte ao empreendedorismo local;- Criação da Rede Regional de Mediadores de Desenvolvimento (animação económica e valorização das artes, ofícios e produtos das TTM).
PE 8: VALORIZAR OS ATIVOS ESTRATÉGICOS	<ul style="list-style-type: none">- Integração e criação/fixação de valor acrescentado na fileira florestal;- Estruturação do cluster agroalimentar (azeite, frutos secos, enchidos, etc.);- Qualificação e estruturação dos recursos e produtos turísticos.
PE 9: ESTIMULAR A INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO	<ul style="list-style-type: none">- Agenda Intermunicipal para a Especialização Inteligente (RIS 3);- Incubação e aceleração de empresas de base tecnológica;- Criação de "plataformas colaborativas" locais e transfronteiriças;- Criar redes de conhecimento em áreas de especialização regional (floresta, agroalimentar, turismo, energias renováveis);- Dinamização socioeconómica dos territórios e das economias rurais (circuitos curtos, valorização dos produtos certificados, etc.)
DESAFIO TERRITORIAL 4 – Valorizar o posicionamento geoestratégico do território no contexto da Macrorregião do Sudoeste Europeu	
EIXO ESTRATÉGICO 4 – Afirmar a Fonteira Interior Transmontana como um território ambientalmente sustentável	
PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO
PE 10 – INSERÇÃO NA REDE TRANSEUROPEIA DE TRANSPORTES	<ul style="list-style-type: none">- Integração plena da região na rede viária principal espanhola;- Aeroporto regional de Bragança – Hub logístico;- Integração/articulação com a rede ferroviária espanhola.
PE 11 – ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE INTERNA	<ul style="list-style-type: none">- Completar e modernizar a rede rodoviária principal;- Plano Rodoviário de Proximidade (fecho da malha e manutenção);- Plano Intermunicipal de Transportes Públicos;- Mobilidade Sustentável e Modos Suaves.
PE 12 – CONEXÃO DIGITAL E REDE DE BANDA LARGA	<ul style="list-style-type: none">- Agenda de Transformação Digital das Terras de Trás-os-Montes;- Cobertura da infraestrutura de banda larga (Agenda Portugal Digital)
DESAFIO TERRITORIAL 5 – Dinamizar as parcerias institucionais e as redes de cooperação territorial	
EIXO ESTRATÉGICO 5 – Afirmar a Fonteira Interior Transmontana como um território em rede	
PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO
PE 13 – PARCERIAS ESTRATÉGICAS E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none">- Criação e Dinamização de Redes Temáticas e Parcerias Económicas;- Modernização dos sistemas de informação territorial;- Capacitação institucional das entidades públicas;- Capacitação institucional para a animação local e desenvolvimento.
PE 14 – COOPERAÇÃO E GOVERNANÇA TERRITORIAL	<ul style="list-style-type: none">- Promoção e Consolidação das Práticas de Cooperação Territorial;- Promoção da Reflexão Territorial Estratégica e Prospetiva;- Aprofundamento dos modelos e práticas de governança territorial.



O Programa de Ação inclui a tradução das Prioridades Estratégicas em Prioridades de Intervenção, através da identificação e justificação dos Projetos Estruturantes. A AET, através do Modelo de Governança proposto, explicita os pressupostos de mobilização e de envolvimento dos *stakeholders* e de organização funcional e gestão operacional do Programa.

No quadro seguinte são apresentados, por Eixo Estratégico e Linhas Estratégicas, os Programas, Ações e Projetos Estruturantes que de alguma forma podem vir a ter enquadramento na presente revisão do PDM.

EIXO ESTRATÉGICO 1 – Afirmar a Fronteira Interior Transmontana como um território vivo, coeso e atrativo
LINHA ESTRATÉGICA 1: SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA
PROGRAMA, AÇÕES E PROJETOS ESTRUTURANTES
Programa de atração de novos residentes e de valorização da economia residencial - Reabilitação e valorização de edificado rural para 2ª habitação.
LINHA ESTRATÉGICA 3: QUALIDADE DE VIDA E COESÃO TERRITORIAL
PROGRAMA, AÇÕES E PROJETOS ESTRUTURANTES
Rede de serviços e equipamentos sociais de proximidade - Programa de consolidação da rede de equipamentos sociais (lares e creches). Rede de serviços e equipamentos de saúde - Programa de melhoria da acessibilidade (mobilidade) à rede de cuidados primários e urgência (SNS).
LINHA ESTRATÉGICA 4: PROMOVER O USO EFICIENTE DOS RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA, AÇÕES E PROJETOS ESTRUTURANTES
Agenda Urbana das Terras de Trás-os-Montes - Criação da Rede de Cidades/Vilas das Terras de Trás-os-Montes; - Elaboração da agenda e plano estratégico em 4 domínios: competitividade, ecoeficiência, inclusão e governança; Plano Estratégico para Promoção e Valorização do Regadio - Programa de Reconstrução de açudes e instalação/requalificação de pontos de captação de água; - Programa de renaturalização e visitação dos cursos de água e áreas ribeirinhas (Rio Fervença, Passadiços do Tua, etc.).
LINHA ESTRATÉGICA 5: TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E DESCARBONIZAÇÃO
PROGRAMA, AÇÕES E PROJETOS ESTRUTURANTES
Promoção da eficiência energética e de produção de energias limpas - Programa de melhoria da eficiência energética em edifícios públicos e residenciais; - Elaboração de Carta das Potencialidades Territoriais para a produção de energias limpas (eólica, solar, biomassa); - Instalação de interligações transfronteiriças, com ligação à Europa, das redes de gás natural e de eletricidade; - Instalação de capacidade de stockagem de gás e de eletricidade e de centrais de produção de hidrogénio. Elétrica - Instalação de uma rede alargada de postos de carregamento em todas as sedes de concelho; - Incentivos à constituição de frotas elétricas municipais e empresariais (transporte público, turismo, etc.) - Promover o uso da bicicleta e transporte público junto da comunidade escolar
LINHA ESTRATÉGICA 6: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (AC's)
PROGRAMA, AÇÕES E PROJETOS ESTRUTURANTES
Programa integrado de combate e adaptação às Alterações Climáticas - Implementação dos planos intermunicipais e municipais de adaptação às AC's Prevenção e Mitigação dos Impactos Potenciais dos Riscos Naturais - Reforço das capacidades de gestão face a riscos naturais e antrópicos;



- Plano integrado de prevenção e combate aos riscos de seca e de incêndios florestais.
LINHA ESTRATÉGICA 7: RECURSOS HUMANOS
PROGRAMA, AÇÕES E PROJETOS ESTRUTURANTES
Centros de Recursos e Competências - Centro de Artes Ofícios Tradicionais na Construção e Artesanato - Escola Profissional de pilotos de aeronaves no Aeródromo de Mirandela
LINHA ESTRATÉGICA 8: ATIVOS ESTRATÉGICOS
PROGRAMA, AÇÕES E PROJETOS ESTRUTURANTES
Promoção e Desenvolvimento do <i>Cluster</i> Agroalimentar - Revitalização e Requalificação do Complexo Agroindustrial do Cachão (ALE e Centro I&D). Promoção e Desenvolvimento do Setor Turístico - Programa de promoção do destino turístico “Terras de Trás-os-Montes” e da Fronteira luso-castelhana; - Turismo de natureza e descoberta (Parques Naturais e Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica); - Criação de rotas temáticas regionais e transfronteiriças (património, cultura, tradições e gastronomia).
LINHA ESTRATÉGICA 9: INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO
PROGRAMA, AÇÕES E PROJETOS ESTRUTURANTES
Criação de centros de recursos de suporte ao empreendedorismo local
LINHA ESTRATÉGICA 11: ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE
PROGRAMA, AÇÕES E PROJETOS ESTRUTURANTES
Implementação do Plano Intermunicipal de Transportes Públicos Mobilidade Sustentável e Modos - Rede intermunicipal de Ciclovias; - Programa de remoção de barreiras arquitetónicas; - Programa de percursos pedestres acessíveis/inclusivos
LINHA ESTRATÉGICA 12: CONEXÃO DIGITAL E BANDA LARGA
PROGRAMA, AÇÕES E PROJETOS ESTRUTURANTES
Cobertura da infraestrutura de banda larga (Agenda Portugal Digital) - Alargamento da rede 5G a todo o território – acessibilidade digital - Cobertura total das Terras de Trás-os-Montes com rede de fibra ótica

2.2.2.3 Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal das Terras de Trás-Os-Montes para o período 2014-2020

O Plano Estratégico de desenvolvimento intermunicipal para a das Terras de Trás-os-Montes, foi elaborado no final de 2014 para a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TT), com o objetivo de obter uma visão uniforme e homogénea das orientações que sustentariam a elaboração das políticas públicas da CIM-TT, envolvendo atores públicos e privados.

O Plano Estratégico foi elaborado tendo em consideração as metas da Estratégia da Europa 2020, a Política de Coesão da União Europeia 2014-2020 e também as orientações do Quadro Estratégico Comum da União Europeia para a aplicação dos fundos comunitários.

Tendo presente a existência de especificidades e assimetrias no desenvolvimento dos municípios que a integram, a CIM-TTM deve assegurar os seguintes objetivos:



- Planeamento da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional (QREN).

Segundo o diagnóstico então efetuado pelo Plano Estratégico os **principais traços de contextualização do município de Mirandela na CIM-TTM**, são:

- Relativamente ao seu perfil territorial e administrativo a CIM-TTM abrange cerca de 4 370 km², sendo que destes 659 km² são ocupados pelo concelho de Mirandela. De acordo com dados do INE de 2013, A CIM-TTM integra 200 freguesias, 30 das quais pertencentes ao concelho de Mirandela.
- Quanto ao perfil demográfico em termos de população residente, apenas Bragança supera o efetivo populacional de Mirandela (23.497 residentes, correspondendo a cerca de 20% da população residente na CIM-TTM). Em termos de densidade populacional, Mirandela apresenta a maior densidade populacional da CIM (35,7 hab/km²).

A CIM-TTM é umas das regiões a nível nacional com um índice de envelhecimento mais acentuado (260,4 idosos por 100 jovens). Embora todos os concelhos apresentem este indicador acima da média nacional (129,4 idosos por 100 jovens), Mirandela revela ser o segundo município mais jovem da CIM com 211,6 idosos por cada 100 jovens.

- No que respeita ao perfil económico da CIM-TTM, das 12.003 empresas da CIM, 2.463 localizam-se em Mirandela, correspondendo a 5.018 trabalhadores e a um volume de negócios de 259.187 milhares de euros (correspondendo a um volume de negócios médio por empresa de 105,2 milhares de euros). Apenas Bragança apresenta um número de empresas e trabalhadores superior que Mirandela, sendo que, em termos de volume de negócios total e médio, Alfândega da Fé e Bragança apresentam valores superiores a Mirandela.

Relativamente ao posicionamento da CIM-TTM relativamente às 3 prioridades estratégicas da Estratégia Europa 2020:

- Ao nível do Crescimento Inteligente e no que respeita à Estrutura económica e internacionalização, tendo em consideração que 38% do território da CIM-TTM é considerado Superfície Agrícola Utilizada (face aos vastos recursos agrícolas e florestais presentes), o desenvolvimento do setor agroindustrial apresenta enormes potencialidades, nomeadamente



nas fileiras hortícolas, frutícolas e micológica, através do cultivo da castanha, amêndoa, cereja, cogumelos e produção de vinho e azeite. A superfície agrícola utilizada em **Mirandela** (24.834 ha) representa cerca de 13% da área total da CIM, apresentando um valor de produção de 498,3 €/ha.

Esta fileira de produtos endógenos poderá ser potenciada através da criação de uma marca única de promoção territorial e a criação de produtos de Denominação de Origem Protegida (DOP), que simultaneamente podem contribuir para alavancar a internacionalização da região.

A agricultura da região é fundamentalmente de cariz individual e a sua dinamização deve-se em larga medida às cooperativas locais que funcionam como facilitador à comercialização de produtos para mercados nacionais e internacionais, destacando-se o sucesso das exportações de azeite (cerca de 8 milhões de euros em Volume de Negócios e emprega cerca de 2.000 pessoas), vinho, amêndoa e castanha.

Observam-se também iniciativas de exploração do turismo como por exemplo a Rota do Azeite que abrange 15 itinerários (abrangendo o concelho de **Mirandela**) que visam promover o turismo rural da região, restauração, cooperativas vinícolas e outros produtos típicos regionais (alheira, mel, cogumelos, queijos, compotas, etc.). Apesar de integrar 15 concelhos, **Mirandela** destaca-se e tem aproveitado a fileira do azeite para potenciar o turismo e a economia local.

A internacionalização tem vindo a ser desenvolvida através de iniciativas de promoção do território em mercados internacionais (por exemplo o projeto Douro Estrela ou o trabalho desenvolvido por organizações como o Centro de Inovação de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Núcleo Empresarial da Região de Bragança). Num total de 257,1 Milhões de Euros de exportações (243,1 dos quais Intra UE), **Mirandela** apresentou um saldo de 7,6 Milhões de Euros, uma vez mais apenas suplantado por Bragança que representa mais de 93% do valor total de exportações.

O fortalecimento da estrutura económica e capacidade de internacionalização estão dependentes da maximização do potencial dos recursos endógenos agrícolas e turísticos e da atração de investimento empresarial.

- Quanto à inovação, assistiu-se nos últimos anos em Portugal a um aumento significativo da despesa em I&D. A promoção do crescimento a este nível é liderada, na região, por diferentes atores nomeadamente o Instituto Politécnico de Bragança e os seus diversos centros de investigação (Centro de Investigação de Montanha, Laboratory of Separation and Reaction Engineering e o Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano) e



as incubadoras de empresas. Alguns municípios têm vindo igualmente a apostar na criação de incubadoras de empresas para apoiar empresas inovadoras e potenciar a competitividade das PME na região.

- O Crescimento Sustentável gira em torno de dois fatores essenciais: Energia e Ambiente e Acessibilidade e Mobilidade (interna e externa).

A região de Alto Trás-os-Montes desempenha um papel relevante na produção de energia nacional (aproximadamente $\frac{1}{4}$ da energia produzida em Portugal), contemplando ainda uma das maiores concentrações de potência licenciada renovável, associada aos vastos recursos hídricos e parques eólicos presentes. O consumo energético da CIM-TTM tem uma expressão significativamente inferior à média nacional (o que se justifica pela fraca expressão da atividade industrial na região) e segundo dados de 2009, 91% da população tem acesso a sistemas de abastecimento de água e 82% é servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

Apesar das melhorias das condições de acessibilidade à região através da construção da A24 e A4, assiste-se à necessidade de melhoras as acessibilidades entre estas vias e municípios.

- A promoção do Crescimento Inclusivo passa por melhorar a qualificação da população, promovendo uma economia mais inclusiva, potenciando a empregabilidade e a competitividade empresarial.
- Relativamente à Educação e Formação, **Mirandela** acompanha a tendência da CIM-TT (a região encontra-se suficientemente bem servida ao nível de estabelecimentos de ensino Básico e Secundário): dos 94 Estabelecimentos de Ensino Básico da CIM-TTM, 24 localizam-se em **Mirandela**, enquanto dos 15 Estabelecimentos de Ensino Secundário, 1/3 situam-se também em **Mirandela**. Em termos de número de Escolas Básicas e Secundárias por 10.000 habitantes, na comunidade CIM-TTM, Mirandela apenas é ultrapassado por Vila Flor, apresentando um valor (12,3) superior à média nacional e da região Norte (8,2). No ano letivo 2012/13 existiam 9 Estabelecimentos de Ensino Superior na CIM-TTM, 2 dos quais em **Mirandela** (Campus do Instituto Politécnico de Bragança e Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de **Mirandela**) perfazendo 876 alunos matriculados.
- Em termos de Empregabilidade a média salarial do concelho de **Mirandela**, situa-se a abaixo da média nacional em qualquer um dos 3 setores de atividade. Observa-se, no entanto, que, quer no setor primário, quer no setor terciário os salários médios praticados são superiores aos valores médios da CIM-TTM. Quanto ao desemprego, **Mirandela** apresenta uma taxa de 9,4%,



valor inferior à taxa observada na CIM-TTM (10,9%), na região Norte (14,5%) e em Portugal (13,2%).

Estratégia definida

Tendo presente a realidade dos concelhos que integram a CIM-TTM, as oportunidades e desafios colocados aos mesmos, foi delineada a estratégia da CIM-TTM para o período 2014-2020, que procurou simultaneamente dar resposta às diretivas e fundos disponibilizados no contexto Europa 2020 que desempenham um papel fundamental na operacionalização desta mesma estratégia, mas também ser o pilar de atuação da CIM.

Assim, procurando enquadrar a maioria dos projetos definidos, foi desenhada uma estratégia para a região, assente nos seguintes níveis:

1. Visão: Forma com a região pretende ser vista no futuro, devendo conter o fator crítico de sucesso da região que a permite diferenciá-la das restantes;

Deverá constituir o quadro de referência estratégico da CIM-TTM, conferindo um cenário futuro de conjunto de projetos a desenvolver numa base de continuidade, transversalidade e cooperação entre municípios. São identificadas e caracterizadas as premissas que servirão de suporte ao reforço da explicitação e divulgação da entidade da região, alavancando nomeadamente a marca/conceito “Terras de Trás-os-Montes”. Importa identificar quais os recursos verdadeiramente diferenciadores determinando o porquê da sua exceção face a outras realidades. Assim deve:

- Identificar inequivocamente a região e diferenciá-la das restantes pela especificidade e qualidade;
 - Atrair população, para residência, enaltecendo o estilo e qualidade de vida proporcionados;
 - Internacionalizar a região, reforçando o seu posicionamento na rota do turismo nacional e internacional;
 - Promover o desenvolvimento económico e social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Paralelamente, os valores naturais locais, paisagísticos e produtivos, surgem como os elementos que melhor caracteriza e representa a região, constituindo uma eco região que se pretende inovadora, com qualidade de vida, apoiada no recurso a energias renováveis e à eco construção.

Fatores como o potencial agrícola, pecuário e florestal, assim como a forte identidade cultural devem ser considerados na construção da visão.



Assim, procurando potenciar as características referidas, foi definida para a CIM-TTM a seguinte visão:

Ser reconhecida nacional e internacionalmente como eco região de excelência, com condições distintivas que oferece uma qualidade de vida diferenciada, para residentes e turistas, utilizando valores naturais e produtos de excelência como principais alavancas.

2. Eixos de Desenvolvimento Estratégicos (EDE): Grandes áreas de atuação no território, a partir das quais serão potenciados o processo de desenvolvimento e os Objetivos Temáticos (OT) definidos pela Europa 2020 que poderão abranger mais do que um EDE.

Principais áreas a alavancar no futuro:

Desenvolvimento Rural

- Otimizar os recursos de exploração agrícola, pecuária e florestal;
- Melhorar a rede de apoio às empresas, com especial enfoque nos setores agrícolas e pecuário;
- Fomentar a diferenciação, inovação e competitividade e coesão territorial;
- Apoiar a inclusão social, com vista à diminuição da pobreza;
- Promover a sustentabilidade económica e social com vista ao repovoamento do território.

Turismo

- Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região;
- Estimular o investimento, investigação, desenvolvimento e inovação do território
- Promover a acessibilidade e ligações entre municípios para a mobilidade/troca de pessoas e bens/serviços.

Ambiente

- Potenciar a sustentabilidade energética
- Valorizar, proteger e utilizar de forma sustentável os recursos naturais e paisagísticos

Plano de Ação

O plano de ação para a CIM-TTM foi materializado no desenvolvimento de um conjunto de 9 Projetos Estratégicos constituídos por vários Projetos Complementares cujo objetivo é mobilizar os diversos



agentes regionais em torno do aproveitamento e rentabilização dos principais filões da região, alinhados com os eixos de desenvolvimento estratégico.

Apresentam-se em seguida os Projetos Estratégicos e Projetos Complementares e respetivos objetivos, apresentado de forma sucinta alguma de atividades que poderão ter enquadramento na presente revisão do Plano Diretor Municipal.

Projeto Estratégico	1. Melhoria da rede de infraestruturas e de serviços de apoio às empresas
Objetivo	Promover o apoio ao desenvolvimento e à competitividade do tecido empresarial
Projetos Complementares	1.1 Rede de apoio ao desenvolvimento empresarial
	1.2 Criação de centros de competências
	1.3 Gestão, redimensionamento e desenvolvimento integrados de zonas industriais e estratégia de promoção intermunicipal
	1.4 Criação de plataforma para a inovação industrial
Projeto Estratégico	2. Promoção do território e oferta endógena
Objetivo	Fomentar o aumento da visibilidade e notoriedade das componentes endógenas da região nacional e internacionalmente
Projetos Complementar	2.1 Criação da agência de promoção do território e dos produtos
	2.2 Estruturação da oferta e promoção integrada dos produtos endógenos
Projeto Estratégico	3. Valorização e preservação do património e recursos naturais
Objetivo	Fomentar a valorização do património da região, nas suas diversas dimensões
Projetos Complementares	3.1 Criação de rede de rotas turísticas
	3.2 Promoção dos interesses museológicos em rede
	3.3 Desenvolvimento de aplicações móveis para descoberta de trilhos
	3.4 Construção de rede de ecopistas
	3.5 Reforço da capacidade de alojamento local
	3.6 Aproveitamento da “água” para turismo de bem-estar
	3.7 Capitalização de áreas protegidas e classificadas e de interesse nacional e internacional
	3.8 Estratégia de regeneração e revitalização urbana
	3.9 Apoio à promoção de eventos culturais na região
Projeto Estratégico	4. Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, cinegéticas e piscícolas
Objetivo	Promover o desenvolvimento das atividades económicas do setor primário, nomeadamente agropecuária, florestal, cinegéticas e piscícolas, na região
Projetos Complementares	4.1 Construção, requalificação e gestão integrada de regadios
	4.2 Criação de Centros de investigação científica das fileiras estratégicas da região
	4.3 Levantamento, ordenamento, gestão e valorização da floresta
	4.4 Valorização de recursos cinegéticos e piscícolas
	4.5 Criação de multiplataforma tecnológica para valorização do setor primário
Projeto Estratégico	5. Apoio à inclusão social
Objetivo	Promover a inclusão social e o combate à pobreza

Projetos Complementares	5.1. Criação de Fundo de Fomento Social
	5.2 Criação de programa de escoamento de produtos agroalimentares
	5.3 Criação de plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo
Projeto Estratégico	6. Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidade
Objetivo	Promoção do transporte sustentável e superação de estrangulamentos em redes de infraestruturas chave
Projetos Complementares	6.1 Criação de rede de gestão partilhada dos transportes
	6.2 Desenvolvimento de plataforma logística do aeroporto regional de Trás-os-Montes em Bragança
	6.3 Eliminação de estrangulamentos nas principais infraestruturas rodoviárias
Projeto Estratégico	7. Promoção de uma região ambientalmente autossustentada
Objetivo	Promover a sustentabilidade ambiental da região e a sua associação enquanto eco região
Projetos Complementares	7.1 Potenciação da produção e utilização de energias renováveis
	7.2 Programa de promoção de eficiência energética em edifícios e iluminação pública
Projeto Estratégico	8. Promoção do ensino sustentável
Objetivo	Promover a qualificação da população da região
Projetos Complementares	8.1 Combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce
	8.2 Rede de ensino profissional
	8.3 Requalificação do parque escolar e pré-escolar
Projeto Estratégico	9. Promoção da eficiência das administrações, organismos e serviços públicos
Objetivo	Promover a eficiência das administrações, organismos e serviços públicos
Projetos Complementares	9.1 Redução de custos estruturais das administrações municipais
	9.2 Criação do Observatório Económico-Social
	9.3 Gestão partilhada dos meios de proteção civil
	9.4 Desenvolvimento de sistema de informação geográfica
	9.5 Prolongamento, renovação e gestão integrada das redes de abastecimento de água e saneamento

Em termos de Projetos Individuais do Municípios para o período 2014-2020 para o concelho de **Mirandela**, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes identificou:

- Aproveitamento Hidroagrícola do Planalto Noroeste Mirandense;
- Concretização do Plano de Mobilidade Sustentável de Mirandela;
- Construção de instalações para a ESPROARTE – Escola Profissional de Artes de Mirandela;
- Criação da Escola de Hotelaria e Turismo de Mirandela;
- Criação da residência de estudantes Secundário/Universitário;
- Criação de um centro Cívico e Comunitário;



- Criação de um gabinete de Inserção Profissional;
- Criação de uma cooperativa social;
- Criação de uma plataforma de interoperabilidade de serviços, comércio e turismo – InovaService;
- Criação de uma rede de Acolhimento de Vítimas de Violência Doméstica;
- Criação de um Plano Municipal de Educação Ambiental;
- Criação de uma incubadora de base local – tuaStart;
- Criação de uma Plataforma Agroalimentar (Rede Ecocitras);
- Criação de uma rede de Núcleos Museológicos Rurais;
- Criação do centro de competências Científico-Tecnológico do Azeite;
- Criação do Parque Desportivo Urbano;
- Expansão da zona industrial de Mirandela;
- Implementação de gabinetes de Apoio ao Município descentralizados;
- Implementação de um Arquivo Bibliográfico Transmontano-Duriense;
- Implementação de uma rede Municipal de Cuidados Domiciliários e Paliativos;
- Implementação de uma Universidade Sénior;
- Implementação do projeto da Barragem da Serrinha e Rede de Rega do Navalho;
- Implementação da rede Municipal de Casas Oficina;
- Programa Municipal de Combate à Infoexclusão;
- Reabilitação do Parque Escolar de Ensino Básico e Secundário;
- Rede de Intermunicipal de Partilha de Serviços de Saúde – incluindo a rede pública e privada de prestação de cuidados de saúde;
- Regeneração e reabilitação urbana do Centro Histórico de Mirandela;
- Requalificação da margem do Rio Tua a jusante da Ponta do Açude;
- Requalificação do Complexo Cultural de Mirandela;
- Requalificação do Complexo Industrial do Cachão;
- Requalificação e valorização da Estação da CP e envolvente;
- Revitalização e reabilitação das estruturas ecológicas ribeirinhas;
- Valorização da Biodiversidade Urbana – Apiários Urbanos e Centros de Interpretação Ambiental: Apícola, Ribeirinho.



2.2.2.4 Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações climáticas da Terra Quente Transmontana

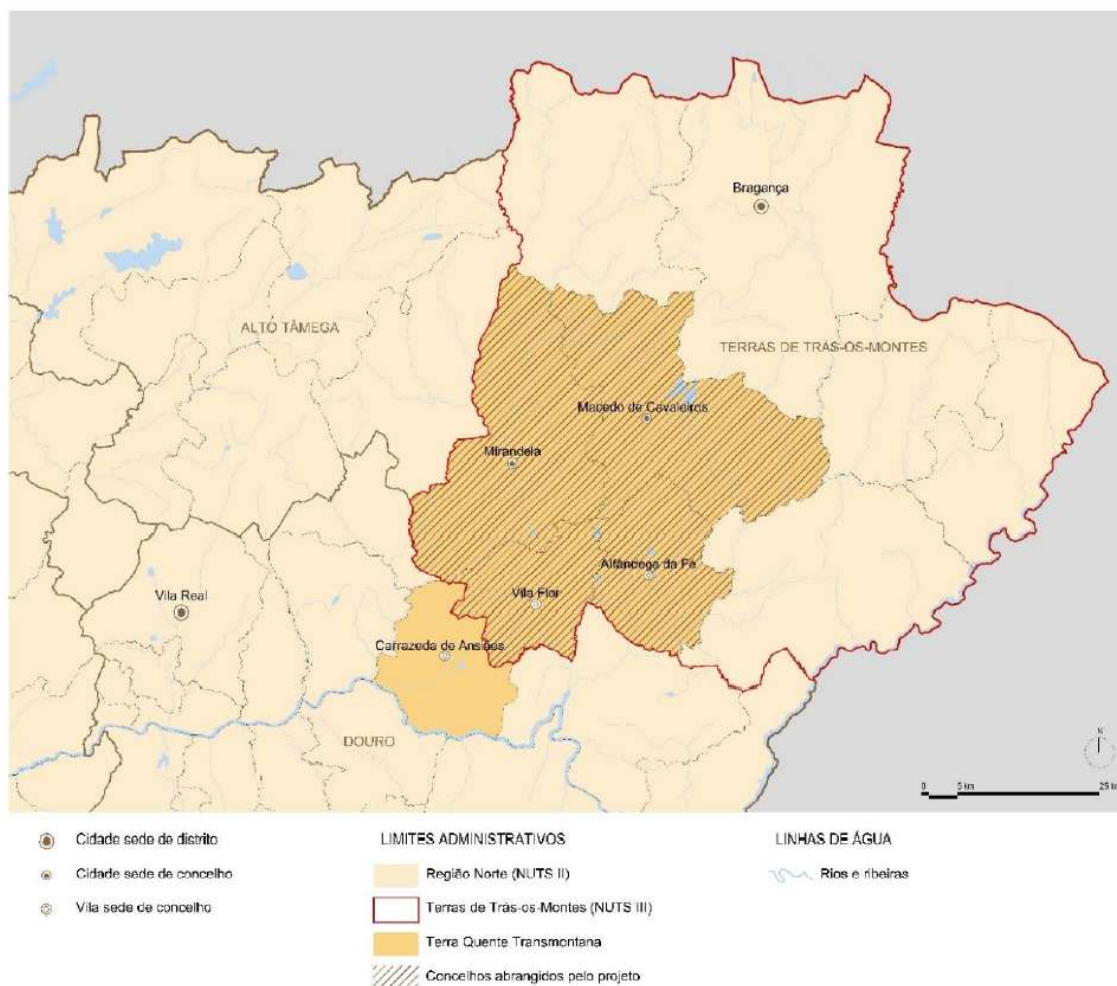
No âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, elaborou em 2018 o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Quente Transmontana (PIAAC TQT).

Os objetivos específicos definidos para o PIAAC TQT foram:

- Criar e disponibilizar novo conhecimento sobre as vulnerabilidades da região relativamente às alterações climáticas;
- Analisar os impactos potenciais sobre diferentes áreas e setores, tendo em conta a segurança das pessoas e bens e a saúde humana;
- Identificar e hierarquizar um conjunto de medidas de mitigação de riscos e respetivas opções de adaptação;
- Aumentar a consciencialização e sensibilização da população para o impacto das alterações climáticas;
- Envolver os principais agentes sociais e económicos na elaboração e na subsequente implementação do Plano;
- Criar bases para a elaboração de uma estratégia intermunicipal de adaptação às alterações climáticas nos municípios da Terra Quente Transmontana, visando a criação de uma cultura de cooperação entre os vários setores e atores;
- Definir orientações para inclusão de medidas de adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão e de planeamento dos municípios e suas associações;
- Capacitar os municípios e as suas associações para a tomada de decisão sobre a adaptação às alterações climáticas.

O PIAAC TCT abrange quatro dos cinco municípios da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT): Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, **Mirandela** e Vila Flor, incidindo sobre uma área territorial de cerca de 1.946 km², integrada na sub-região Terras de Trás-os-Montes (NUTS III) e na região Norte (NUTS II)

Figura 15: Território de abrangência do PIAAC TQT



Fonte: PIAAC TQT, 2018

Tendo em consideração as características físicas e climáticas do território o PIAAC TQT elabora uma **caraterização climática do território** descrevendo de forma sumária as caraterísticas biofísicas e climáticas do território.

Com base na análise dos eventos extremos registados na última década, os seus impactos e capacidade de resposta dos diferentes agentes envolvidos na prevenção e resolução de consequências dos eventos climáticos extremos o PIAAC TQT procede à determinação das **vulnerabilidades atuais do território**.

As principais vulnerabilidades climáticas a que está exposta a Terra Quente Transmontana são: precipitação excessiva, ondas de calor, seca e com menor frequência de ocorrência e com impactos



mais reduzidos, os ventos fortes, ondas de frio, geada e nevoeiro. Importa então, ver de que forma estas vulnerabilidades afetam o território do município.

Precipitação excessiva

Mirandela é o concelho que maior vulnerabilidade apresenta a cheias e inundações, registando nos anos de 1909, 1939, 1959, 1966 e 2001, inundações com danos significativos para o concelho. As áreas mais vulneráveis a inundações localizam-se na confluência da ribeira dos Carvalhais com o rio Tua e junto da povoação do Cachão. Salientam-se os danos estruturais na Ponte Velha, a destruição de campos agrícolas, vedações, muros e vias de comunicação, assim como inundações em habitações e estabelecimentos comerciais e industriais. Mais recentemente, em 2014, um deslizamento de vertentes ocorrido após uma chuva intensa, atingiu 3 edifícios no loteamento da Princesa, danificando a estrutura das habitações e desalojando 4 famílias. No mesmo ano, registaram-se também danos em estruturas (queda de muros, casas inundadas e campos agrícolas destruídos) na aldeia de Vale de Prados, uma inundação do parque de estacionamento do Cardal de um café e de um restaurante localizados na margem do Tua. Em 2016, outra inundação, na Avenida Nossa Senhora do Amparo, provocou danos materiais em habitações junto da margem do rio Tua, assim como danos no parque de merendas e cais.

No que respeita a danos para as cadeias de produção, destacam-se os estragos provocados pelo granizo, em 2014, em culturas agrícolas e fruticulturas, nas aldeias de Passos, Chelas, Contins e Mascarenhas.

Outro impacto também registado, foram o corte de vias. Em 2011, existem registos em **Mirandela** de corte de ruas, condicionamento do trânsito e carros submersos.

Ondas de calor

Os principais impactos associados a fenómenos de temperaturas elevadas/ondas de calor são os incêndios, alterações nos ecossistemas e danos nas cadeias de produção, nomeadamente na Agricultura.

Em outubro de 2011 registaram-se as temperaturas mais elevadas desde 1941 o que atrasou as sementeiras e prejudicou algumas culturas (por exemplo a azeitona e a maçã). Para além de afetar a produtividade dos povoamentos, as alterações climáticas tendem a alterar a distribuição geográfica potencial das espécies. O aumento da temperatura, a redução da humidade e o aumento de dias consecutivos de elevadas temperaturas e do período seco são fatores que fazem aumentar o risco dos incêndios florestais. Entre 2009 e 2015 a área ardida em **Mirandela** ultrapassou os 3.600 ha, destacando-se o ano de 2013 quando arderam mais de 2000 ha.



Seca

Entre 2009 e 2015 o território da Terra Quente Transmontana foi atingido por quatro períodos de seca severa ou extrema. O impacto da seca de 2015 foi praticamente transversal a todos setores, com consequências ao nível das restrições ou interrupções do abastecimento de água, danos na agricultura (sobretudo as produções de azeite, cereja e mel), incêndios e degradação dos ecossistemas.

Eventos climáticos registados com menor frequência de ocorrência ou com impactos mais reduzidos

Apesar de pouco frequentes na Terra Quente Transmontana, os ventos fortes podem causar danos elevados. Em 2014, registaram-se prejuízos em vários locais do concelho de **Mirandela** (no parque de campismo, queda de árvores de grande porte no parque da Cocheira, no INATEL em Chelas, na Quinta do Valongo, na estrada municipal entre Mirandela e Torre Dona Chama e num restaurante em Romeu) devido a chuvas e ventos fortes.

Em 2009 a Proteção Civil do distrito de Bragança alertou a população para uma onda de frio e a possibilidade de formação de gelo nas estradas e queda de neve. O principal impacto deste tipo de ocorrência observa-se nas alterações ao estilo de vida sendo recomendado que as pessoas permaneçam em casa o máximo de tempo possível e, no caso de necessidade de se deslocarem de carro, tomar as devidas precauções.

O fenómeno do aparecimento de geada tem potencial para causar elevados estragos na agricultura e na atividade humana, aumentando a perigosidade na circulação rodoviária e causando sérios danos na agricultura (principalmente as geadas tardias de abril e maio), queimando a folhagem das plantas, especialmente as hortícolas.

O nevoeiro é um fenómeno considerado norma na região. Os principais impactos estão associados a danos materiais e danos para a saúde humana.

Relativamente à capacidade de resposta instaladas no território para fazer face às principais vulnerabilidades climáticas identificadas, o PIAAC considerou o Plano Distrital e os Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil, os Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o Atlas dos Riscos Naturais e Tecnológicos dos Municípios de **Mirandela**, Macedo de Cavaleiros e Bragança.

O Plano Distrital de Emergência da Proteção Civil de Bragança (PDEPC) define as *regras de orientação para as ações de prevenção e resposta operacional, de modo a garantir a unidade de direção e controlo, bem como uma adequada articulação e coordenação dos agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio na iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes.*

O PDEPC tem como principal finalidade dar resposta à globalidade dos riscos que possam afetar o território, tendo presente que alguns se destacam pela sua particular incidência, e/ou pela potencial gravidade das suas consequências.

Figura 16: Hierarquização do grau de risco

		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado				Nevões Ondas Calor Vaga Frio Seca	
	Médio-alto			Cheias	IncCentHist	IncFlorestais
	Médio		Inundações	AcRodov AcFerro AcFluv TTMP SubstPerigosas	MovMassa IncUrb	
	Médio-baixo				Co_TPI Co_EdUC	
	Baixo		Sismos EmerRadio		RuptBarragens I e II	AcAéreos

Legenda:

Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
-------------	----------------	---------------	---------------

Fonte: PIAAC TQT, 2018

Já os Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) são documentos formais que definem a forma de atuação em operações da Proteção Civil a nível municipal, permitindo antecipar cenários suscetíveis e espectáveis que resultem num acidente grave ou catástrofe.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Mirandela, elaborado em 2009, tem como finalidade enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem possíveis de ocorrer na extensão territorial do concelho.

Em **Mirandela**, foram identificados como principais agentes de proteção civil os 2 corpos de bombeiros, os 2 postos da GNR, a esquadra da PSP, o Hospital e os 4 Centros e extensões hospitalares.



Por sua vez, os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) contêm a informação relativa às características da vegetação e do território tendo em vista a implementação de medidas de segurança e o cumprimento de metas de prevenção e diminuição da área ardida dos incêndios, identificando cinco eixos estratégicos de atuação:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas; e
- Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Têm como objetivo dotar os concelhos de instrumentos de apoio nas questões da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), nomeadamente, na gestão de infraestruturas, definição de zonas críticas, estabelecimento de prioridades de defesa, estabelecimento dos mecanismos e procedimentos de coordenação entre os vários intervenientes na DFCI.

O PMDFCI de Mirandela (de 2ª Geração), foi aprovado a 24 de Agosto de 2017.

O Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos dos Municípios de Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança, foi elaborado em 2008 no âmbito do projeto Sistema de prevenção e atuação em situações de emergência provocadas por riscos naturais e tecnológicos, cofinanciado pelo programa INTERREG III A.

O Atlas de Riscos identificou um conjunto de riscos naturais e tecnológicos, permitindo sinalizar as zonas de ocorrência mais provável de cada fenómeno, o porquê e de que forma estes se verificam.

O quadro seguinte ilustra as principais conclusões relativas ao tipo de risco natural e principais áreas de risco no concelho de Mirandela.

Quadro 9: Principais conclusões do Atlas dos Riscos Naturais e Tecnológicos

Risco Natural	Principais Áreas de Risco
Risco de incêndio florestal/ rural	“na parte sul correspondendo ao sudoeste da cidade de Mirandela, Alto do Prado do Castelo (fronteira com Macedo de Cavaleiros), serra de Santa Comba, freguesias de Avidagos e Navalho e serra de Valverde”.
Risco de secas	“Todo o concelho apresenta um nível de perigosidade elevado, face aos fracos quantitativos de precipitação, os quais estão na base do elevado défice hídrico no solo”.
Risco de nevões	“O concelho apresenta, maioritariamente, perigosidade de nevões moderada”.

Risco de movimento de vertente	“As áreas com perigosidade mais elevada situam-se nos sectores de Lamas de Orelhão – Passos, nas proximidades de Mirandela nas vertentes do vale do rio Tua e na ribeira do Vale do Asno, próximo de Franco. Neste âmbito, é de destacar a muito elevada perigosidade associada ao sector central do Concelho”.
Risco de ondas de calor	“No concelho de Mirandela, de um modo geral, é possível distinguir duas situações de perigosidade: na parte leste do concelho a perigosidade é moderada enquanto na restante área apresenta perigosidade elevada”.
Risco de nevoeiros	“A perigosidade elevada localiza-se ao longo do rio Tua e na própria cidade de Mirandela devido à presença de um plano de água neste núcleo populacional e de um açude importante”.
Risco de inundações	“As inundações são uma das características históricas da cidade de Mirandela, tendo aí ocorrido importantes inundações com danos para a cidade... Neste âmbito, é de destacar a elevada perigosidade associada à confluência da ribeira de Carvalhais com o Tua. Igualmente na parte sul do concelho, junto ao Cachão, a perigosidade é bastante elevada”.
Risco de vagas de frio	“Devido à sua localização na Terra Quente, o concelho de Mirandela apresenta maior parte do seu território com perigosidade moderada de vagas de frio, sendo que esta é reduzida ou nula no vale do Rio Tua devido às características climáticas próprias desse local...A perigosidade é moderada a elevada nas vertentes sombrias da serra de Santa Comba”.
Risco de geadas	“No concelho de Mirandela, a perigosidade de geadas é sobretudo moderada e elevada...Nas proximidades de Cachão definiu-se perigosidade muito elevada. Contudo, na sua maioria a perigosidade de geadas é elevada em todo o concelho de Mirandela”.
Risco de ventos fortes	“Devido à maior parte do concelho de Mirandela se situar no contexto geomorfológico do vale do rio Tua, a maioria do território apresenta perigosidade reduzida de ventos fortes. Nas áreas mais elevadas (sectores norte, ocidental e oriental do concelho) a perigosidade aumenta, sendo moderada”.
Risco de trovoadas	“No concelho de Mirandela, a perigosidade de geadas é sobretudo moderada e elevada...Nas proximidades de Cachão definiu-se perigosidade muito elevada. Contudo, na sua maioria a perigosidade de geadas é elevada em todo o concelho de Mirandela”.

Fonte: PIAAC TQT, 2018

Tendo por base as projeções climáticas o PIAAC TQT apresenta as **Vulnerabilidades Futuras do Território** aos eventos climáticos extremos estimados e os respetivos impactos.

Os resultados obtidos para as projeções climáticas desenvolvidas para esta região geográfica apontam para que os principais impactos climáticos negativos estejam geralmente associados aos seguintes eventos climáticos:

<p>Aumento da temperatura média - É identificado em todos os cenários estudados, o qual deverá ser próximo de 1,6°C em meados do presente século.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • danos na biodiversidade • aparecimento de novas pragas • expansão de espécies invasoras • afetação da produção agrícola



Ondas de calor mais frequentes: a frequência de ocorrência das ondas de calor poderá tornar-se cinco vezes mais intensa.
<ul style="list-style-type: none">• aumento da morbilidade• aumento do risco de incêndio• alterações nos estilos de vida• danos para as cadeias de produção
Picos frequentes de precipitação intensa: todos os cenários estudados identificam este evento como um dos mais prováveis. Este evento climático agravar-se-á se a esperada redução do número de dias com precipitação se conjugar com um aumento de precipitação.
<ul style="list-style-type: none">• cheias e inundações• deslizamento de terras• cortes de vias• colapso de edifícios• danos em infraestruturas• danos para as cadeias de produção• acidentes de viação
Seca: a ocorrência de seca depende do total de precipitação e também da sua distribuição temporal. O aumento da temperatura média contribuirá para o aumento da evapotranspiração. Deste modo, apesar das incertezas associadas com a variabilidade climática da precipitação média anual, não é de descurar a possibilidade de seca.
<ul style="list-style-type: none">• aumento do risco de incêndio• stress hídrico das plantas• perturbação no abastecimento de água• danos para a cadeia de produção• danos para a vegetação e biodiversidade
Nevões, geada e gelo: as simulações climáticas revelam incerteza, com possibilidade de redução ou aumento do número de dias frios com condições propícias à formação de geada e gelo. O prolongamento no tempo destas situações poderá representar uma onda de frio.
<ul style="list-style-type: none">• perturbações em infraestruturas e serviços• danos materiais• acidentes de viação• encerramento de escolas e outras infraestruturas sociais• quedas
Nevoeiro: existe forte incerteza quanto à variabilidade estimada para a ocorrência de nevoeiros.
<ul style="list-style-type: none">• acidentes de viação• interrupção no serviço de infraestruturas
Ventos intensos: existe incerteza quanto à tendência que ocorrerá
<ul style="list-style-type: none">• danos em infraestruturas• quedas de árvores• cortes de estradas
Onda de frio
<ul style="list-style-type: none">• aumento da morbilidade

Apesar dos impactos negativos referidos, é possível identificar as oportunidades decorrentes das alterações climáticas, constituindo estas fatores fundamentais de desenvolvimento futuro.



Na região em estudo identificam-se os seguintes potenciais impactos positivos:

- Redução do número de dias de geada e gelo;
- Redução das necessidades de aquecimento no inverno;
- Ampliação do período de atividades turísticas de verão.

O PIAAC TQT identifica a **Avaliação do Risco Climático** e descreve a metodologia adotada para a identificação e avaliação de opções de adaptação às alterações climáticas (**Identificação e Avaliação das Opções de Adaptação**).

No que diz respeito às medidas de adaptação às alterações climáticas, o município de **Mirandela** identificou as seguintes ações:

- Plano de Renaturalização de linhas de água;
- Planeamento de zonas urbanas com o objetivo de redução das condições extremas de temperatura;
- Plano para a gestão das zonas suscetíveis de inundação e/ou outros riscos;
- Plano de criação de métodos de armazenamento da água da chuva e
- Plano para a implementação do método de micro-modelação para retenção da água dos solos, em culturas agrícolas

Tendo em consideração a estratégia descrita o PIAAC TQT e de acordo com as principais vulnerabilidades climáticas identificadas, é apresentado um conjunto de opções de adaptação às alterações climáticas (medidas, iniciativas, projetos e ações), organizadas de acordo com setores prioritários. Estas opções de adaptação permitirão o aumento da resiliência do território face a vulnerabilidades climáticas específicas (aumento da temperatura média anual e frequência de ondas de calor, fenómenos de precipitação excessiva e períodos de seca).

As opções de adaptação visam a aplicação de soluções que diminuirão a vulnerabilidade do território a alterações climáticas, aumentando a capacidade para lidar com as adversidades e capacidade de adaptação.

Quadro 10: Identificação das Opções de Adaptação propostas

Vulnerabilidade	Sociedade	Economia	Ecossistemas	Medidas Transversais
Aumento da temperatura	- OA1. Renaturalização	OA5. Promoção de novas	- OA7. Medidas de Ordenamento	- OA24. Estabelecimento



Vulnerabilidade	Sociedade	Economia	Ecossistemas	Medidas Transversais
média anual e aumento da frequência e intensidade de ondas de calor	<p>Urbana e</p> <p>Introdução de soluções com base na Natureza</p> <p>- OA2. Elaboração de Plano de Contingência Saúde Sazonal – Módulo Verão</p> <p>- OA3. <i>Design</i> bioclimático de edifícios</p> <p>- OA4. Monitorização e prevenção de riscos para a saúde humana decorrentes das alterações climáticas</p>	<p>práticas agrícolas, espécies e variedades agrícolas adaptadas aos novos padrões climáticos</p> <p>- OA6. Monitorização de novas pragas e doenças agrícolas e antecipação de formas de combate</p>	<p>Florestal e Mecanismos de Prevenção de Incêndios</p> <p>- OA8. Operacionalização dos Planos Municipais de defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI)</p> <p>- OA9. Controlo de espécies invasoras</p> <p>- OA10. Monitorização de impactos nos ecossistemas</p>	<p>de sistemas de alerta antecipado</p> <p>- OA25. Realização de campanhas de sensibilização e educação</p> <p>- OA26. Adoção de medidas de combate à desertificação</p>
Aumento da precipitação média anual, da frequência e intensidade de períodos de precipitação intensa	<p>- OA11. Adoção de Medidas de Drenagem Sustentável</p> <p>- OA12. Identificação e intervenção de contenção e estabilização de taludes em zonas críticas para movimentos de vertentes</p> <p>- OA13. Elaboração de Plano Intermunicipal de Gestão de Riscos de Inundações</p>	<p>- OA14. Criação de bacias de retenção e infiltração hídrica</p>	<p>- OA15. Limpeza de linhas de água</p> <p>- OA16. Renaturalização de linhas de água</p>	
Aumento da duração de períodos de seca	<p>- OA17. Racionalização e gestão do sistema de abastecimento de água</p> <p>- OA18. Promoção de Medidas de poupança hídrica e uso eficiente de água</p> <p>- OA19. Elaboração de Plano Intermunicipal de Contingência para períodos</p>	<p>- OA21. Adoção de novas práticas em sistemas pecuários adaptadas aos novos padrões climáticos</p> <p>- OA22. Elaboração de estudo para aproveitamento hidráulico da Bacia Transmontana do Douro</p>		



Vulnerabilidade	Sociedade	Economia	Ecossistemas	Medidas Transversais
	prolongados de seca - OA20. Aproveitamento de águas pluviais e residuais	- OA23. Uso de Sistemas de Rega Eficiente		

Ao nível da **Integração das Opções de Adaptação nos Instrumentos de Gestão Territorial**, o PIAAC TQT caracteriza o âmbito do Ordenamento do Território e o seu contributo para a adaptação às alterações climáticas.

O ordenamento do território e os instrumentos de gestão associados devem desencadear ações de prevenção e de adaptação às alterações climáticas que reduzam a vulnerabilidade dos territórios.

A progressiva integração das opções de adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão territorial deve ser realizada a nível global, através da promoção da integração de adaptação nas políticas sectoriais devendo ser privilegiadas formas de integração das opções de adaptação às alterações climáticas a nível regional e local, por permitirem integrar as propriedades e particularidades territoriais no processo adaptativo.

O âmbito municipal constitui a escala que permite integrar de forma mais objetiva conceitos de exposição, sensibilidade e suscetibilidade territorial, desenvolvendo opções de adaptação que se adequam de forma mais objetiva e concreta ao território. Constitui a escala que se revela a mais adequada à integração das opções de adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão territorial, devendo ser privilegiada sempre que possível.

As opções de adaptação às alterações climáticas podem ser integradas de formas específicas nos instrumentos de gestão territorial:

- No **âmbito da caracterização e revisão** – incluir, na secção de caracterização dos instrumentos de gestão territorial, a descrição detalhada de todos os fatores que afetam o território devido às alterações climáticas;
- No **âmbito da definição da estratégica e modelo de ocupação do território** – considerar as opções de adaptação na definição da estratégia de desenvolvimento do território; o modelo de ocupação do território terá de ter em consideração as vulnerabilidades territoriais às alterações climáticas (identificação de áreas ou recursos em risco);



- No **Programa de ação/execução** - considerar as opções de adaptação na definição do programa de ação/execução, nomeadamente na definição das intervenções prioritárias previstas a curto e médio prazo;
- No **Sistema de monitorização** – incluir novos indicadores relacionados com as alterações climáticas de forma a avaliar a atuação e o impacto dos instrumentos de gestão territorial na adaptação às alterações climáticas.

Desta forma, no âmbito da alteração/revisão dos Planos Diretores Municipais devem ser:

- Introduzidas, no regulamento e demais elementos constituintes do PDM, as opções de adaptação do PIAAC;
- Avaliados detalhadamente os impactos associados aos eventos extremos;
- Articuladas com as entidades intervenientes as medidas a implementar;
- Mantidas atualizadas as orientações ao nível das várias políticas sectoriais regionais e nacionais;
- Integradas nos planos anuais de atividades e orçamento as opções a promover pelo município;
- Criados indicadores de execução/aplicação das opções propostas.

As opções de adaptação apresentadas permitirão a aplicações de soluções que diminuirão a vulnerabilidade do território às alterações climáticas, incrementando, não só a sua capacidade para lidar com as adversidades, mas também a capacidade de adaptação. As opções de adaptação incluirão medidas de adaptação de tipo infraestrutural (medidas cinzentas), baseadas na estrutura ecológica (medidas verdes) e ainda de carácter imaterial (medidas não estruturais).

Quanto às formas de integração das opções de adaptação associáveis à revisão **PDM de Mirandela** destacam-se.

OA1. Renaturalização Urbana e introdução de soluções com base na Natureza - medida verde

Esta opção de adaptação inclui a implementação de uma rede de espaços verdes em meio urbano numa matriz de “*continuum natureale*”, o que possibilitará uma interconexão de ecossistemas e a estimulação da biodiversidade, gerando ecológicos imprescindíveis para se promover uma adaptação às alterações climáticas, pois incrementarão a resiliência do território face a perturbações climáticas.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM Mirandela** através das seguintes ações:



- Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento;
- Reforço no Regulamento do regime específico dos espaços verdes de utilização coletiva e os parâmetros de dimensionamento das correspondentes cedências nas operações urbanísticas;
- Previsão no Relatório como opção estratégica (reforço da Estrutura Ecológica Municipal), visionando-se a implementação a curto prazo de espaços verdes, corredores verdes e soluções com base na Natureza (telhados verdes, paredes verdes, “rain gardens, etc.), especialmente nas áreas urbanas do município
- Previsão de categorias de espaços verdes e soluções com base na Natureza na Planta de Ordenamento;
- Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA3. Design Bioclimático de Edifícios - medida não estrutural

Considera-se bastante relevante para esta opção de adaptação a promoção de novos códigos regulamentares de construção que determinem o uso de recursos e outras características de desempenho de novos edifícios, nomeadamente analisando a forma como as variáveis climáticas locais existentes no local (sol, vento e água) podem interagir de forma positiva com o edifício recorrendo técnicas de arquitetura apropriadas (p.e. arquitetura bioclimática), propiciando deste modo as condições de conforto térmico adequadas a cada espaço.

O estabelecimento de objetivos que promovam a eficiência energética e o conforto térmico dos edifícios pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros urbanísticos de referência (ex.: estabelecer parâmetros de referência que através da adequada relação entre cêrceas e afastamentos das edificações garantam a sua correta ventilação e exposição solar);
- Introdução no Regulamento de disposições e recomendações relativas à sustentabilidade energéticas das edificações;
- Criação de um Regulamento Municipal de Arquitetura Bioclimática e Eficiência Energética em edifícios que defina critérios e benefícios fiscais e preveja a criação de um Plano de



Eficiência Energética (forma de concretizar a opção estratégica prevista no Relatório do PDM);

- Previsão no Relatório como opção estratégica (ex.: design bioclimático de edifícios municipais);
- Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município (ex.: design bioclimático de edifícios municipais);
- Previsão do investimento no Plano de financiamento;
- Definição de medidas de incentivo à adoção de medidas de arquitetura bioclimática.

OA5. Promoção de novas práticas agrícolas, espécies e variedades agrícolas adaptadas aos novos padrões climáticos – medida verde

As projeções climáticas identificadas para a Terra Quente Transmontana afetarão de forma muito intensificada o setor agrícola da região (modificações na fenologia das espécies, alterações na época de abrolhamento, floração e frutificação, e perdas agrícolas avultadas, etc.).

Deve assim promover-se a resiliência dos sistemas agrícolas, permitindo uma adaptação autónoma e progressiva do território a nível local, reduzindo a suscetibilidade a potenciais impactos e riscos para o setor agrícola.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência;
- Compatibilização no regulamento das categorias de espaço rural com soluções integradas que permitam valorizar e promover a biodiversidade e promover a sua resiliência, diversificando os espaços agro-silvo-pastoris e adotando boas práticas agrícolas;
- Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento e Condicionantes;
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA6. Monitorização de novas pragas e doenças agrícolas e antecipação de formas de combate – medida verde



As alterações climáticas têm promovido a disseminação de pragas e doenças agrícolas na Terra Quente Transmontana, prevendo-se uma intensificação deste fenómeno, assim como poderão aparecer novas pragas e doenças, como resultado da alteração dos habitats e condições do clima.

Desta forma, dever-se-á privilegiar-se a biodiversidade e sustentabilidade da paisagem agrícola (agroecossistemas mais saudáveis são mais resilientes a fatores de perturbação) e realizar-se uma monitorização contínua dos agroecossistemas para a deteção precoce de pragas e doenças, e a antecipação de novas formas de combate.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência;
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente e para controlar os riscos biológicos;
- Integração na Avaliação Ambiental Estratégica como fator crítico para decisão;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA7. Adoção de Medidas de Ordenamento Florestal e Mecanismos de Prevenção de Incêndios – medida verde

Tendo presente o valor associado aos espaços florestais, quer a nível comercial dos produtos tradicionais da floresta, quer ao nível da sua importância ambiental em termos de provisão de serviços dos ecossistemas, dotação de resiliência ecológica ao território, biodiversidade e proteção da paisagem dever-se-ão adotar medidas para sua proteção.

Os novos padrões climáticos previstos para a Terra Quente Transmontana, perspetivam novos riscos e impactos para a o setor florestal. Neste âmbito, é urgente a adoção de medidas de ordenamento florestal e de prevenção de incêndios para promover uma melhor adaptação às alterações climáticas.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no PDM de Mirandela através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência;
- Estabelecimento, no Regulamento, de medidas de ordenamento florestal;
- Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento;



- Previsão no Relatório como opção estratégica, visionando-se a implementação a curto prazo de medidas de ordenamento florestal que promovam uma melhor adaptação às alterações climáticas e uma redução do risco de incêndio da floresta;
- Previsão de categorias de espaços florestais e/ou reclassificação e reestruturação as categorias na Planta de Ordenamento e de Condicionantes;
- Garantia de flexibilidade e interpenetração de usos e atividades (tais como usos agro-silvo-pastoris), de modo a facilitar a implantação e/ou deslocalização de usos e atividades ligados à produção agrícola ou florestal;
- Identificação no Relatório Ambiental como fator crítico para decisão;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA8. Operacionalização dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) – medida verde e não estrutural

Os fogos florestais constituem um evento catastrófico extremamente grave, pela sua frequência, extensão e impactos causados a nível ambiental, social e económico. A Terra Quente Transmontana possui várias áreas de perigosidade de incêndio alta e muito alta, devendo ser adotadas medidas urgentes de prevenção de incêndios.

Os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) possuem a informação relativa às características da vegetação e do território tendo em vista a implementação de medidas de ordenamento territorial sustentável e seguro, cumprindo metas de prevenção e contribuindo para a minimização de riscos de incêndios florestais. É prioritária a operacionalização dos PMDFCI aprovados, permitindo a adoção de medidas de ordenamento florestal e de prevenção de incêndios.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento (prever no Regulamento índices compatíveis com o PMDFCI);
- Previsão no Regulamento de condicionantes à edificabilidade por razões de risco de incêndio florestal;
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Integração e/ou revisão de zonas de risco de incêndio florestal na Planta de Condicionantes – Risco de Incêndio: Carta de Perigosidade, através de interação com o PMDFCI;



- Compatibilização das condições de ocupação, uso e transformação do solo com as medidas cautelares constantes no PMDFCI;
- Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento (assegurar por esta via a proteção das áreas afetas ao uso florestal);
- Integração, de acordo com critérios tecnicamente aceitáveis, das condicionantes resultantes do PMDFCI;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA9. Controlo de espécies invasoras – medida verde

Os novos padrões climáticos perspetivados para a Terra Quente Transmontana irão resultar em impactos significativos sobre a biodiversidade e habitats, criando situações de desequilíbrio e stress biótico, prevendo-se a ocorrência de novas invasões biológicas (a segunda maior causa de perda de biodiversidade a nível mundial, a seguir à destruição de habitats), que poderão encontrar novos padrões climáticos ideais para o seu desenvolvimento e expansão.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência;
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Identificação no Relatório Ambiental como aspeto crítico controlar os riscos biológicos;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA10. Monitorização de impactos nos ecossistemas – medida verde

Os novos padrões climáticos perspetivados irão resultar em impactos significativos sobre as espécies faunísticas e florísticas, exercendo novas pressões sobre a biodiversidade, habitats e ecossistemas, tornando-se urgente a adoção de opções de adaptação às alterações climáticas. O sistema climático pode atingir limiares de irreversibilidade para lá dos quais as respostas dos ecossistemas se tornam imprevisíveis, transformando os reservatórios de carbono em fontes de carbono.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência;



- Estabelecimento de princípios gerais e objetivos estratégicos que suportam a opção de ordenamento;
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Definição de condições de ocupação, uso e transformação do solo compatíveis com os valores a proteger;
- Possibilitação por via da classificação do solo de proteção de áreas com interesse para a conservação da natureza e proteção da biodiversidade e de áreas onde se verificam impactos nos ecossistemas, sendo necessária a introdução de opções de adaptação às alterações climáticas;
- Identificação no Relatório Ambiental como aspeto crítico para a manutenção da biodiversidade;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA11. Adoção de Medidas de Drenagem Sustentável – medida verde

A impermeabilização excessiva do solo, especialmente em meios urbanos, diminui a infiltração sub-superficial e profunda, aumentando escoamento superficial, provocando distúrbios relevantes na hidrologia. Os projetos de drenagem convencionais não estão preparados para responder a cheias rápidas, e apenas perspetivam o escoamento da água pluvial de uma determinada área, não atuando sobre a causa. A impermeabilização em meio urbano, associada a estes sistemas de drenagem resultam frequentemente em riscos de cheias e inundações.

Devem assim ser projetadas novas soluções de “controlo próximo da origem”, guiando as águas pluviais a montante da rede de coletores e perspetivando a otimização da captação, drenagem e infiltração hídrica, conjeturando uma rede pluvial sustentável (implementação de pavimentos permeáveis, poços e trincheiras de infiltração, canais e valas de infiltração, bacias de retenção e infiltração, e “rain gardens”).

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros urbanísticos de referência;
- Indicação no Regulamento de que todas as operações urbanísticas localizadas em Zonas Ameaçadas por Cheias devem prever soluções técnicas de drenagem sustentável;



- Estabelecimento/revisão de limites máximos de impermeabilização para espaços verdes e públicos;
- Previsão no Relatório como opção estratégica, visionando-se a implementação a curto prazo de medidas de drenagem sustentável nas áreas urbanas do município, especialmente em áreas onde existe uma maior impermeabilização;
- Previsão das correspondentes categorias de espaços na Planta de Ordenamento e de Condicionantes e reclassificar o solo nestas Plantas;
- Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente (designadamente nos cursos hídricos) decorrentes da urbanização e impermeabilização do solo;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA12. Identificação e intervenção de contenção e estabilização de taludes em zonas críticas para movimentos de vertentes – medida verde

Tendo em conta que se prevê um aumento da precipitação média anual e da frequência e intensidade de fenómenos de precipitação extrema, devem ser identificadas e realizadas medidas de contenção e estabilização de vertentes em zonas críticas para o seu movimento. O desenvolvimento urbano em áreas de risco, desflorestamento contínuo destas áreas e aumento das taxas de precipitação causadas pelas alterações climáticas, tem aumentado nos últimos anos, pelo que se revela crucial proceder-se à identificação e intervenção de contenção e estabilização de taludes em zonas críticas para movimentos de vertentes.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência;
- Localização nas Peças Desenhadas do PDM das zonas mais vulneráveis e elaborar Cartografia de Risco, identificando as ações de consolidação necessárias e compatibilizar os parâmetros urbanísticos previstos no Regulamento;
- Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento e Condicionantes;
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;



- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA13. Elaboração de Plano Intermunicipal de Gestão de Riscos de Inundações – medida não estrutural

As projeções climáticas perspectivadas preveem um aumento da precipitação média anual e aumento da frequência e intensidade de fenómenos de precipitação extrema, com várias consequências relacionadas essencialmente com a ocorrência de cheias e inundações.

Assim, destaca-se a importância da elaboração de um Plano Intermunicipal de Gestão de Riscos de Inundações, em colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e em articulação com o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (2016) e com o Plano de Gestão dos Riscos de Inundações – Região Hidrográfica 3 – Douro (2015), o qual deverá conter medidas e soluções nos âmbitos da prevenção, da preparação, da resposta, da recuperação e da revisão.

Após elaboração, o Plano Intermunicipal de Gestão de Riscos de Inundações deverá ser integrado no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações (a revisão do PDM deverá acautelar medidas relacionadas com a temática, em articulação com outras entidades com competência em razão da matéria):

- Alteração no Regulamento dos Índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento;
- Introdução de recomendações no Regulamento;
- Localização nas Peças Desenhadas do PDM das zonas mais vulneráveis e elaboração Cartografia de Risco, identificando as ações de consolidação necessárias e compatibilizar os parâmetros urbanísticos previstos no Regulamento;
- Previsão no Regulamento de condicionantes à edificabilidade nas zonas de risco elevado de inundações, delimitadas na Planta de Ordenamento;
- Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento e Condicionantes (reforço das condicionantes existentes na Planta de Condicionantes);
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.



OA14. Criação de bacias de retenção e infiltração hídrica – medida verde

Apesar de se perspetivar um aumento da precipitação média anual, prevê-se uma diminuição anual do número médio de dias de chuva e redução do número médio de dias com precipitação igual ou superior a 1 mm para as estações da Primavera, Verão e Outono. Simultaneamente, ocorrerão com maior intensidade e frequência fenómenos de precipitação excessiva. Desta forma, deve-se promover o armazenamento e drenagem de água pluvial, através da criação de bacias de retenção e infiltração e possibilitar o seu uso durante os períodos estivos, designadamente em meio agrícola.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento;
- Previsão no Relatório como opção estratégica, visionando-se a implementação a curto prazo de bacias de retenção;
- Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento e Condicionantes;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA15. Limpeza de linhas de água – medida verde

Tendo presente que irá ocorrer um aumento da precipitação média anual e aumento da frequência e intensidade de fenómenos de precipitação extrema, devem ser adotadas medidas de modo a promover a resiliência das linhas de água e sua estabilidade.

Neste âmbito, a limpeza e desobstrução de linhas de água é crucial, de modo a promover um bom estado ecológico e químico dos corpos de água.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento;
- Introdução de recomendações no Regulamento para a limpeza de linhas de água;
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;



- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA16. Renaturalização de linhas de água – medida verde

Têm ocorrido alterações profundas no traçado de massas de água superficiais, ciclo hidrológico e regime de caudais de leito de cheias, provocadas pela intervenção humana, o que tem originado graves distúrbios hidrológicos.

A renaturalização de linhas de água permite mitigar os efeitos negativos da sua artificialização, promovendo a sua resiliência, sustentabilidade e biodiversidade, promovendo também uma melhor adaptação às alterações climáticas (capacidade superior de amortecimento de caudais de cheia do que linhas de água artificializadas).

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento;
- Previsão no Regulamento, no regime específico da Estrutura Ecológica Municipal;
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento e Condicionantes;
- Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA17. Racionalização e gestão do sistema de abastecimento de água – medida verde

Perspetiva-se que a duração de secas hidrológicas aumente, devendo ser adotadas medidas que assegurem um uso eficiente de água, nomeadamente ao nível do sistema de abastecimento.

A racionalização e gestão do sistema de abastecimento de água é prioritária., aumentando os níveis de eficiência deste recurso, através de novas tecnologias e novos métodos de gestão da infraestrutura de abastecimento e distribuição associada, bem como através de uma monitorização contínua desta infraestrutura.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento;



- Compatibilização do Regulamento e as categorias de espaço com as soluções previstas no âmbito destas opções estratégicas;
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Previsão e delimitação dos espaços necessários para as infraestruturas mais importantes;
- Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA18. Promoção de Medidas de Poupança hídrica e uso eficiente de água – medida verde, cinzenta, não estrutural

Afigura-se como provável que a duração de secas hidrológicas aumente, devendo ser adotadas medidas que assegurem um uso eficiente de água, nomeadamente ao nível do sistema de abastecimento.

Devem assim ser adotadas várias medidas de poupança hídrica e uso eficiente de água, de modo a promover-se a sustentabilidade do recurso hídrico, cada vez mais escasso.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento;
- Introdução de recomendações no Regulamento para a poupança hídrica e uso eficiente de água (nomeadamente normas relativas a projetos de espaços verdes, adoção de técnicas de xerojardinagem, seleção adequada de espécies, uso de sistemas de rega eficiente, uso de coberturas de solo, etc.);
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA20. Aproveitamento de água pluvial e residual – medida cinzenta



Considerando o previsível aumento da duração de secas hidrológicas devem ser adotadas medidas que promovam a sustentabilidade hídrica, tais como o aproveitamento de águas pluviais e residuais.

A reutilização hídrica fornece um recurso reciclado viável para diversos fins, possuindo notória adaptação social à crise hídrica que se prevê para as próximas décadas.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros urbanísticos de referência;
- Introdução de recomendações no Regulamento para a reutilização de água pluvial e residual;
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA21. Adoção de novas práticas em sistemas pecuários adaptadas aos novos padrões climáticos - medida cinzenta

Atendendo à probabilidade para que a duração de secas hidrológicas aumente, devem ser adotadas medidas de adaptação dos sistemas pecuários, por forma a garantir a produção de alimento e de abeberamento para os animais.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência;
- Compatibilização no regulamento das categorias de espaço rural com soluções integradas que permitam valorizar e promover a biodiversidade e promover a sua resiliência, diversificando os espaços agro-silvo-pastoris e adotando boas práticas agrícolas;
- Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento e Condicionantes;
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.



OA23. Uso de Sistemas de Rega Eficiente – medida cinzenta

Considerando ao aumento da duração de secas hidrológicas que se perspetiva, devem ser adotadas medidas para a otimização do ciclo hídrico, nomeadamente o uso de sistemas de rega eficiente.

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento;
- Introdução de recomendações no Regulamento para o uso de sistemas de rega eficiente;
- Previsão no Relatório como opção estratégica;
- Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.

OA26. Adoção de medidas de combate à desertificação – medida não estrutural

A desertificação do território constitui um dos promotores de alteração com maiores impactos no território. Embora a ameaça de desertificação se encontra associada às alterações climáticas, não pode ser entendida como um mero fenómeno biofísico, estando associada à regressão demográfica e aos usos do solo. A desertificação encontra-se intimamente relacionada com o abandono progressivo e contínuo dos espaços rurais, do pastoreio e da gestão florestal tradicional, constituindo o despovoamento um dos principais fatores identificado como causa-efeito no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD).

Esta opção de adaptação pode ser integrada no **PDM de Mirandela** através das seguintes ações:

- Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência;
- Previsão no Relatório como opção estratégica, visando-se a implementação a curto prazo de medidas de combate à desertificação;
- Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento;
- Garantia flexibilidade e interpenetração de usos e atividades (tais como usos agro-silvo-pastoris), de modo a facilitar a implantação e/ou deslocalização de usos e atividades ligados à produção agrícola ou florestal;
- Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município;
- Previsão do investimento no Plano de financiamento.



2.2.2.5 Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Mirandela

Do Acordo de Parceria Portugal 2020, entre Portugal e a Comissão Europeia e dos Programas Operacionais Regionais resultou que os Municípios que correspondessem a centros de nível superior deveriam apresentar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) caso pretendessem contratualizar com o respetivo Programa Operacional, as Prioridades de Investimento (PI) inscritas no eixo urbano, designadamente:

- PI 4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a sua atenuação – Mobilidade urbana sustentável;
- PI 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas (incluindo zonas de reconversão), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído – Regeneração urbana;
- PI 9.8 - Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais – Regeneração urbana associada a comunidades desfavorecidas.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Mirandela (PEDU de Mirandela), apresentado ao Portugal 2020 em setembro de 2015²¹, constitui o instrumento de programação do Município que, no âmbito do Portugal 2020, suporta a contratualização com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte de um conjunto de investimentos a mobilizar nos domínios da mobilidade urbana sustentável, da regeneração das áreas de reabilitação urbana (ARU) e da inclusão de comunidades socialmente desfavorecidas, em particular as relacionadas com os bairros Operário, do GAT e Bairro Pinto Balsemão (IHRU).

O PEDU é, ainda, o elemento agregador de três instrumentos de planeamento, que suportam cada uma daquelas prioridades de investimento:

- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), com âmbito territorial de nível NUT III (CIM Alto Trás-os-Montes);

²¹ Alterado em março de 2016 após reunião negocial de 04 de março de 2016)



- Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), com âmbito territorial nos centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas, dentro de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU);
- Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), com delimitação territorial correspondente a zonas críticas do território, nomeadamente em termos sócio-funcionais.

O PEDU de Mirandela foi aprovado pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (Norte 2020) no dia 16 de maio de 2016, tendo sido contratualizado com a Autoridade de Gestão Programa Operacional no dia 31 de maio de 2016.

Estratégia

A estratégia de desenvolvimento urbano sustentável corresponde ao quadro de referência enquadrador das intervenções a realizar na cidade de **Mirandela** em matéria de reabilitação física, inclusão social e mobilidade sustentável, respondendo de forma coerente às necessidades detetadas e aos desafios associados a cada prioridade de investimento mobilizada para este instrumento.

A estratégia assenta assim no reforço da qualidade do ambiente urbano da cidade e da interconetividade entre os seus vários elementos estruturantes, apostando na sua dinamização cultural e económica e, complementarmente, na inclusão social e capacitação da comunidade local. Neste contexto assume a seguinte visão estratégica:

MIRANDELA, UMA CIDADE SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA que aposta na valorização da diversidade e da identidade como fatores de diferenciação e de reforço da competitividade

A estratégia desenvolvida no PEDU assenta em 3 eixos, e resultou da articulação entre o diagnóstico realizado, o Plano Diretor Municipal e as especificidades inerentes ao PEDU.

EIXO 1. PROMOÇÃO DE ESTRATÉGIA DE BAIXO TEOR DE CARBONO SUSTENTADA NA MOBILIDADE

Objetivo Geral: Promover a interconetividade dos diferentes espaços da cidade através de modos suaves de mobilidade, desincentivando o uso do transporte individual nas deslocações curtas quotidianas.



- Medida 1.1 - Promover a ligação dos espaços intraurbanos em modos suaves de mobilidade e a segurança dos seus utilizadores - A cidade cresceu em redor do rio e do centro histórico, tendo esse crescimento levado ao surgimento de pequenas centralidades com funções distintas e complementares. Esta realidade ditou o incremento de fluxos pendulares casa-trabalho-escola-serviços, na sua maioria realizados em transporte individual. Esta medida visa dotar a cidade de canais específicos de ligação pedonal e ciclável promovendo assim novos modelos para as deslocações de curta distância dentro da cidade.
- Medida 1.2. - Promover a intermodalidade nos transportes públicos urbanos desincentivando a utilização do transporte individual no centro histórico - Complementar à medida anterior, pretende-se vincar a aposta na intermodalidade, qualificando a oferta existentes, nomeadamente ao nível dos espaços de suporte aos transbordos e sistemas de informação que permitam ao utilizador ter informação em tempo real e assim confiar na resposta da rede de transportes públicos intraurbanos e de ligação com o território envolvente.

EIXO 2. REABILITAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO AMBIENTE URBANO

Objetivo Geral: Reabilitar e revitalizar o espaço público e edificado da cidade, valorizando a multifuncionalidade e a diversidade e promovendo atividades catalisadoras de novas dinâmicas socioculturais e económicas.

- Medida 2.1 - Regeneração e revitalização dos espaços públicos urbanos - Numa perspetiva de melhorar o ambiente urbano, considera-se fundamental a regeneração e revitalização dos espaços públicos. Neste âmbito dá-se destaque à importância de fomentar a continuidade ecológica, essencial para a sustentabilidade ambiental da cidade, através de corredores verdes que se relacionam com o património construído e natural integrando-se na malha urbana de forma coerente. Importa referir que os espaços públicos a intervencionar se encontram na envolvente de intervenções recentes em espaços construídos, nomeadamente os que se realizaram no âmbito da PRU.
- Medida 2.2 - Reabilitação de edifícios públicos - Num espaço urbano onde se podem identificar edifícios públicos com diferentes estados de conservação, mas que na sua maioria carece de uma intervenção a curto prazo, considera-se premente a intervenção naqueles que se encontram em avançada degradação não possuindo condições de habitabilidade, salubridade e segurança. Nesta medida integram-se, para além das intervenções de reabilitação em edifícios públicos, as ações relativas ao IFRRU a criar.



- Medida 2.3 - Gestão urbana e reforço da dinamização socioeconómica e cultural da cidade - Transversal a todas as medidas é a necessidade de reforçar a gestão e animação da cidade, mobilizando a comunidade local e promovendo atividades económicas e culturais valorizadoras dos espaços urbanos reabilitados. Este é o objetivo desta medida na qual se prevê a realização de um conjunto de ações imateriais dinamizadas pela equipa técnica, responsável pela implementação do PEDU, em parceria com outros atores locais e recorrendo, sempre que necessário à aquisição de serviços/colaborações externas.

EIXO 3. REGENERAÇÃO FÍSICA E SOCIAL DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS EM ZONAS URBANAS

Objetivo Geral: Promover a coesão social, através da regeneração física de edifícios de habitação social e de espaços da envolvente e do reforço da inclusão ativa de grupos sociais desfavorecidos e fragilizados.

- Medida 3.1 - Regeneração de espaços e edifícios - Refere-se a intervenções físicas a realizar nos edifícios de habitação social, em equipamentos de utilização coletiva e no seu espaço envolvente, no sentido de aumentar a qualidade de vida das comunidades desfavorecidas e de mitigar situações de carência, de disfunção e de marginalização social.
- Medida 3.2 - Ações de inclusão ativa das comunidades desfavorecidas - Complementarmente às ações materiais considera-se fundamental a mobilização da comunidade e, particularmente, da população desfavorecida através da promoção de ações que reforcem a empregabilidade, o empreendedorismo e fomentem a capacitação e o intercâmbio de experiências, de vivências e de conhecimento prático.

Intervenções contratualizadas

PI 4.5 – Mobilidade urbana

- Criação de rede ciclável e pedonal
- Interface multimodal da cidade de Mirandela
- Promoção de modos suaves no centro histórico de Mirandela
- Interface da estação ferroviária de Mirandela (piso de r/chão)

PI 6.5 – Reabilitação urbana

- Reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo
- Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde

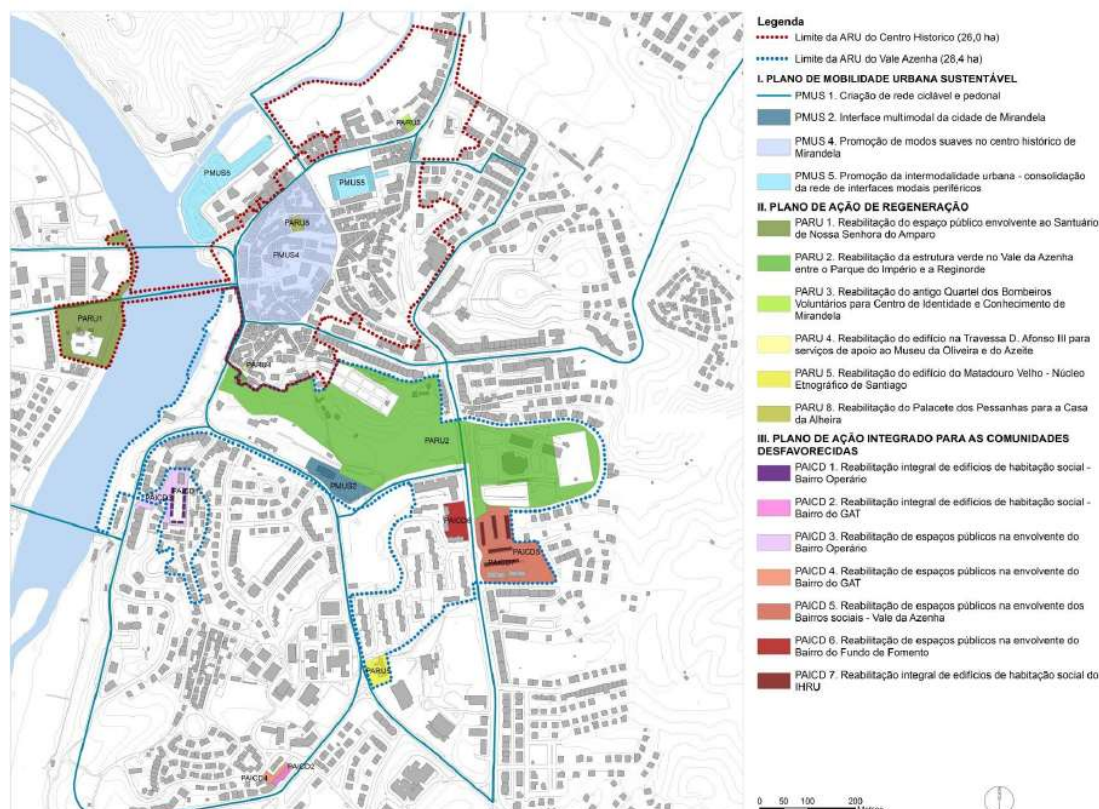


- Reabilitação da estação ferroviária de Mirandela (pisos superiores)
- Renovação do Auditório do Centro Cultural Municipal de Mirandela
- Reabilitação do espaço verde dos terrenos públicos a sul da ESACT – IPB
- Reabilitação do Complexo Cultural22

PI 9.8 – Comunidades desfavorecidas

- Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Bairro Operário
- Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Bairro do GAT
- Envolvente do Bairro do Fundo de Fomento – Mirandela.

Figura 17: Planta de localização dos investimentos físicos do PEDU (PMUS, PARU, PAICD).



Fonte: PEDU de Mirandela, 2016

²² Projetos complementares, sem cofinanciamento alocado



Resultados esperados – Horizonte 2023

- Redução de 5% do valor das emissões de CO₂ tendo por base o valor referente à contribuição dos transportes (considerando os valores nacionais, a % das emissões provenientes do transporte é de 30%) nas emissões totais de CO₂, incluindo fontes naturais, no concelho de Mirandela.
- Criação ou reabilitação de um total de 100.000m² de espaços abertos até 2023, considerando o espaço público envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo e a estrutura verde no Vale da Azenha;
- Reabilitação de um total de 2.000m² de três edifícios públicos;
- Apoio à reabilitação de habitações, considera-se cerca de 15 habitações;
- Criação ou reabilitação de um total de 10.000m² de espaço público envolvente aos bairros sociais;
- Intervenção a 68 habitações sociais

Investimento aprovado e financiamento comunitário

De acordo com os dados do Quadro de compromissos PEDU 2016 - 2020 - 2ª Alteração - Aprovada a 07/09/2017, o valor total do investimento aprovado (Investimento Elegível), para o município de Mirandela é de 15.794.118 €, a que corresponde um apoio global do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) no valor de 11.725.000 €. O PEDU de Mirandela alocou, ainda, ao IFRRU 2020 – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, o valor de 375.000,00 € – 300.000,00 para o PARU e 75.000,00 € para o PAICD

Quadro 11: Quadro de compromissos PEDU 2016 - 2020

Prioridade de investimento	Investimento elegível	FEDER	IFRRU	Contrapartida nacional
PI 4.5 – Mobilidade urbana	7.182.352,94 €	6.105.000,00 €	0,00€	1.077.352,94 €
PI 6.5 – Regeneração urbana	6.111.764,70 €	3.495.000,00 €	300.000,00€	2.316.464,70€
PI 9.8 – Regeneração urbana associada a comunidades desfavorecidas	2.500.000,00 €	2.125.000,00 €	75.000,00 €	300.000,00 €
Total Geral	15.794.118,00 €	11.725.000,00 €	375.000,00 €	3.694.118,00 €



PI	Designação da ação	Investimento elegível	Apoio FEDER
PI 4.5	Criação de rede ciclável e pedonal	5.842.270,10€	4 965 929.59 €
	Interface multimodal da cidade de Mirandela	580.083,84 €	493 070.41 €
	Promoção de modos suaves no centro histórico de Mirandela	160.000,00 €	136 000.00 €
	Interface da estação ferroviária de Mirandela (piso de r/chão)	600.000,00 €	510 000.00 €
Total PI 4.5		7.182.352,94 €	6.105.000 €
PI 6.5	Reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo	1 812 590.23 €	1 540 701.70 €
	Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde	365 536.08 €	310 705.67 €
	Reabilitação da Torre da Igreja de N ^a Sr ^a da Encarnação	133 638.39 €	113 592.63 €
	Reabilitação da estação ferroviária de Mirandela (pisos superiores)	1 002 000.00 €	851 700.00 €
	Renovação do Auditório do Centro Cultural Municipal de Mirandela	556 257.52 €	472 818.89 €
	Reabilitação do espaço verde dos terrenos públicos a sul da ESACT - IPB	241 742.48 €	205 481.11 €
	Reabilitação do Complexo Cultural	2 000 000.00 €	0,00€
Total PI 6.5		6.111.764,70 €	3.495.000,00 €
PI 9.8	Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Bairro Operário	1 007 353 €	856 250.01 €
	Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Bairro do GAT	1 007 353 €	856 250.01 €
	Envoltente do Bairro do Fundo de Fomento - Mirandela	485 294 €	412 499.99 €
Total PI 9.8		2.500.000,00€	2.125.0000,00€
Total Geral		15.794.118,64 €	11.725.000,00 €

2.2.2.6 Plano Estratégico de Reabilitação Urbana de Mirandela

Sendo a reabilitação urbana um eixo decisivo para o desenvolvimento sustentável do concelho, o município de Mirandela tem desenvolvido um conjunto de instrumentos necessários para promover a requalificação urbana e ambiental do território. A delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)²³ tornou possível a apresentação e candidatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) do município de Mirandela ao Portugal 2020. Conforme referido anteriormente esta candidatura garantiu um apoio superior a 11 milhões de euros para a realização de projetos inseridos nas

²³ Inicialmente foram aprovadas e delimitadas duas Áreas de Reabilitação Urbana: a ARU do centro histórico de Mirandela - ARUCHM e a ARU do Vale da Azenha - ARUVA



prioridades de investimento relativas à reabilitação urbana, à mobilidade sustentável e ao apoio às comunidades desfavorecidas.

O Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) de Mirandela constitui uma obrigação legal decorrente da instituição da ARU do centro urbano de Mirandela (ARUCUM)²⁴, resultante da agregação das ARU inicialmente delimitadas. O PERU constitui o instrumento próprio previsto no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana²⁵ que define as condições base que suportam a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de natureza sistemática²⁶ a implementar na ARUCUM.

Na elaboração do projeto de ORU foi tido em consideração o trabalho desenvolvido no âmbito dos processos de candidatura ao programa Portugal 2020, nomeadamente, as opções estratégicas já contratualizadas com a Autoridade de Gestão do Norte 2020 no âmbito dos três instrumentos que a suportam: Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU); Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS); e Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

ARU do Centro Urbano de Mirandela

A ARU do Centro Urbano de Mirandela foi aprovada a 29 de junho de 2018, em Assembleia Municipal, e publicada sob o Aviso (extrato) n.º 10585/2018, em Diário da República, n.º 149, 2.ª série, 3 de agosto, a ARUCUM abrange o centro histórico da cidade e o núcleo do Vale da Azenha, totalizando cerca de 98,4 ha.

A sua delimitação teve por base a identificação dos principais pontos críticos, ao nível das insuficiências e sinais de degradação ou desqualificação urbana, designadamente:

- o centro histórico de Mirandela, apresenta-se urbanisticamente desqualificado, com um número significativo edifícios degradados, em ruína obsoletos e/ou devolutos, com carências físicas ao nível da habitabilidade, com um espaço público inseguro, pouco funcional e uma oferta limitada e/ou desadequada de mobiliário urbano, barreiras arquitetónicas aos modos suaves de circulação e, limitações na articulação com os restantes polos urbanos a sul;

²⁴ Aprovada a 29 de junho de 2018, em Assembleia Municipal, e publicada sob o Aviso (extrato) n.º 10585/2018, em Diário da República, n.º 149, 2.ª série, 3 de agosto.

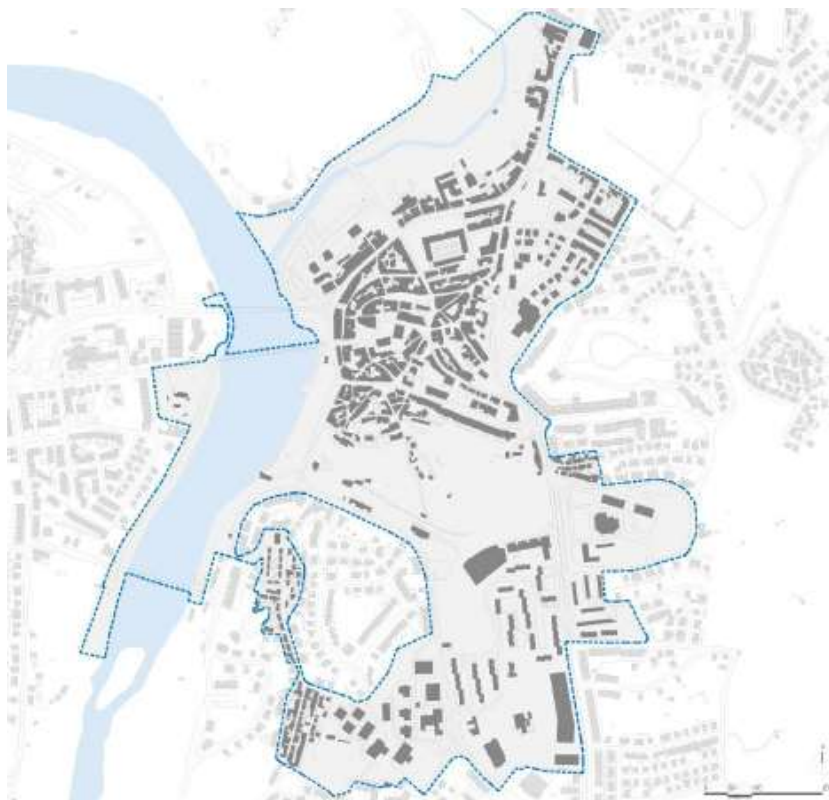
²⁵ Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado Decreto-Lei n.º 66/2019, de 21/05

²⁶ Uma ORU sistemática contempla a requalificação e revitalização do tecido urbano: edificado, infraestruturas, equipamentos, espaço público e espaços verdes, atividades económicas; já a ORU simples, incide somente sobre a reabilitação do edificado



- os espaços funcionais do núcleo central da cidade, são onde se localizam os principais serviços e equipamentos de referência, com um papel determinante na dinamização e revitalização de Mirandela;
- os espaços residenciais, nomeadamente os bairros do Operário, Fundo de Fomento e Pinto Balsemão, compreendem um tecido edificado e espaço público pontuado por alguns elementos degradados e/ou desqualificados, mas também desligado da envolvente, quer do ponto de vista urbanístico quer das vivências urbanas;

Figura 18: ARU do centro urbano de Mirandela



Fonte: PERU de Mirandela, 2018

- os principais elementos estruturantes da malha urbana, nomeadamente os eixos viários estruturantes contribuem para a imagem urbana e que formatam a coesão da cidade (rua da República, rua/avenida das Amoreiras – avenida 25 de Abril, e a rua D. Afonso III);

- as margens do rio Tua e da ribeira de Carvalhais, representam importantes espaços naturais da cidade, com elevado potencial, e que contribuem para o seu equilíbrio ecológico, apresentando condições para a sua adequada fruição e articulação com o tecido edificado (onde se integram os espaços verdes de referência como o Parque do Império e o Parque da Ribeira de Carvalhais);
- os elementos singulares do património histórico e cultural da cidade, reforçando a identidade de Mirandela, com destaque para a Ponte Velha sobre o Tua, classificada como monumento nacional, imóveis de interesse público, como o Solar dos Condes de Vinhais, mas também outros imóveis inventariados que carecem igualmente de ações de preservação e valorização e
- o vazio urbano, expectante e de dimensão relevante, associado à ribeira do Vale da Azenha e ao canal da linha férrea, apresenta potencialidades para enquadrar a futura colmatção urbana e criar condições para a integração harmoniosa deste espaço naturalizado no tecido urbano envolvente.

Estabeleceram-se os seguintes objetivos para a qualificação do ambiente e imagem urbana, para a valorização da identidade e do património de Mirandela, para a integração e articulação dos vários espaços urbanos e para a promoção da qualidade ambiental do centro urbano e a continuidade ecológica:

- Reabilitação física e funcional do edificado e requalificação do espaço público, estimulando vivências urbanas diferenciadas e promovendo um território mais atrativo e dinâmico;
- Divulgação e promoção das especificidades e atrativos locais, implementando uma oferta cultural diversificada e atrativa, potenciando o setor do turismo;
- Qualificação e reforço do espaço público de circulação, facilitando a adoção dos modos suaves nas deslocações de proximidade bem como a intermodalidade no meio urbano;
- Promoção de uma maior eficiência urbana e da salvaguarda, reforço e articulação de uma rede de espaços verdes qualificados.

Da elaboração do PERU, resultou como principais questões e desafios colocados ao território:

- Reforçar o papel do centro urbano enquanto polo dinamizador do concelho através da qualificação dos seus espaços e promoção de uma maior articulação sustentável entre eles;



- Apoiar a reabilitação dos espaços públicos e edificado;
- Apoiar a refuncionalização de espaços, nomeadamente dos que apresentam elevados níveis de degradação;
- Valorizar os elementos diferenciadores do centro urbano e a sua identidade – património imóvel e património cultural/identidade;
- Dinamizar o centro histórico com novas funções que fomentem a apropriação dos espaços e potenciem a sua atratividade turística, combatendo a sazonalidade destes fluxos;
- Fortalecer articulações mais sustentáveis dotando o centro urbano de condições adequadas à mobilidade urbana sustentável;
- Fomentar as relações funcionais entre as margens ribeirinhas reforçando o papel unificador deste elemento natural do centro urbano;
- Potenciar os recursos turísticos do seu território através da definição de uma estratégia turística integrada.

Estratégia Territorial

Face às questões e desafios evidenciados, que se colocam ao território nos próximos anos, no que concerne ao seu desenvolvimento económico, social e territorial a estratégia territorial e operacional definida, bastante alinhada com as orientações de desenvolvimento urbano definidas pelo PROT-N, assentam no reforço e necessidade de consolidar uma centralidade, que permita reforçar o papel do concelho de Mirandela na região, que potencie o desenvolvimento económico e social, tirando partido da sua posição geográfica, das infraestruturas e equipamentos coletivos existentes e dos seus recursos endógenos. Assim, preconiza-se para o centro urbano de Mirandela a constituição de um espaço privilegiado para viver, trabalhar, estudar e investir, apoiando-se nas estruturas edificadas e urbanas, na valorização da sua identidade e das funções instaladas e na promoção e incremento de formas e expressões de vivência urbana capazes de possibilitar às pessoas qualidade de vida, situação que contribuirá substancialmente para o reforço da centralidade urbana de Mirandela a nível municipal e para o aumento da atratividade e competitividade regional.

CENTRO URBANO DE MIRANDELA, um território com identidade, dinâmico, coeso e ambientalmente sustentável, capaz de atrair e fixar residentes e atividades, contribuindo para a afirmação de Mirandela à escala regional

Por forma a atingir a Visão de Futuro proposta e a dar resposta aos objetivos estabelecidos para a ARU do centro urbano de Mirandela a abordagem assenta em quatro eixos estratégicos de intervenção e respetivas orientações estratégicas, resumidos no quadro seguinte:

Quadro 12: Matriz da estratégia territorial

<p>EE 1 Ambiente urbano Qualificar o ambiente urbano e promover vivências urbanas diferenciadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - OE1 Aumentar a oferta qualificada de espaços públicos que elevem os padrões da vida coletiva, estimulando novas vivências urbanas - OE2 Promover e apoiar a reabilitação do parque habitacional, contribuindo para o reforço da atratividade residencial - OE3 Valorizar os espaços urbanos de referência numa lógica de multifuncionalidade, reforçando as relações de proximidade - OE4 Facilitar e incentivar a fixação de novas funções urbanas, de nível superior, fortalecendo o papel do centro urbano na organização da cidade
<p>EE 2 Identidade e património Valorizar a identidade e o património de Mirandela e estimular o setor do turismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - OE5 Promover a imagem do centro histórico enquanto espaço urbano qualificado, diferenciado e dinâmico, promovendo a sua atratividade - OE6 Recuperar o património de elevado valor arquitetónico, histórico e cultural, e reforçar a sua ligação em rede, aumentando a sua visibilidade - OE7 Valorizar os elementos identitários do território, reforçando o sentimento de pertença e a atração de um maior número de visitantes e turistas - OE8 Evidenciar e alargar a oferta cultural e valorizar as atividades e os produtos locais, potenciando o setor do turismo
<p>EE 3 Mobilidade urbana e conectividade territorial Promover a mobilidade sustentável e reforçar as articulações territoriais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - OE9 Reforçar a consolidação de uma rede pedonal e ciclável continua e segura, estimulando a adoção dos modos suaves nas deslocações de proximidade - OE10 Eliminar barreiras arquitetónicas e visuais, garantindo condições que traduzam equidade nas vivências da cidade - OE11 Promover a intermodalidade nos transportes públicos urbanos, desincentivando a utilização do transporte individual - OE12 Reforçar e valorizar as articulações entre as várias polaridades urbanas, facilitando as deslocações diárias da população
<p>EE 4 Estrutura ecológica e sustentabilidade ambiental Promover a sustentabilidade ambiental, valorizar a paisagem e a continuidade ecológica</p>	<ul style="list-style-type: none"> - OE13 Reforçar a estrutura verde urbana, assegurando a sua continuidade, equilíbrio e permeabilidade na estrutura construída, criando condições para a sua fruição - OE14 Proteger, qualificar e dinamizar os espaços naturais existentes, potenciando o seu usufruto e o incremento da qualidade paisagística - OE15 Reforçar as ligações ao rio Tua, fomentando uma maior intensidade na relação cidade-rio - OE16 Garantir uma gestão eficiente de recursos, adotando soluções urbanas eco-eficientes que assegurem a sustentabilidade dos espaços urbanos

Programa da Operação de Reabilitação Urbana



A concretização da estratégia territorial definida assenta na implementação de um conjunto de projetos estruturantes de iniciativa pública, fundamentais para a geração de novas dinâmicas de regeneração urbana, para o território da ARUCUM, nomeadamente de estímulo do investimento privado. Sintetizam-se no quadro seguinte os projetos estruturantes e as ações prioritárias definidas.

Quadro 13: Matriz do plano de ação: Projetos Estruturantes (PE), relação com os Objetivos Estratégicos (OE), Ações Prioritárias e Componente de Investimento)

PE 1 - Qualificação e dinamização do centro histórico (OE1, OE4, OE5, OE6 e OE7)			
Ações Prioritárias	Componente de Investimento	Prazo de Execução ²⁷	Estimativa de Investimento (€)
1.1 Eixos urbanos estruturantes 1.2 Rede de espaços públicos de proximidade 1.3 Património edificado 1.4 Roteiros do património e identidade mirandelense 1.5 Praça 5 de Outubro 1.6 Centro Cultural Municipal 1.7 Mercado Municipal 1.8 Centro de Identidade e Conhecimento 1.9 Praceta Dr. Damasceno de Campos	Esp. Público Esp. Público Edificado Esp. Público/Imaterial Esp. Público Esp. Público/Imaterial Esp. Público/Imaterial Edificado Esp. Público	Médio Prazo Curto/Médio Prazo Médio/Longo Prazo Curto/Médio Prazo Médio Prazo Longo Prazo Médio Prazo Médio Prazo Curto Prazo	200K-500K 500K-1000K >1000K 500K-1000K 200K-500K >1000K >1000K 500K-1000K 200K-500K
PE 2 – Valorização da frente rio (OE1, OE9, OE13, OE14, OE15 e OE16)			
Ações Prioritárias	Componente de Investimento	Prazo de Execução	Estimativa de Investimento
2.1 Santuário N.ª S.ª do Amparo 2.2 Alameda Rio Tua 2.3 Cais do Tua/ Parque do Império 2.4 Centro de desportos náuticos 2.5 Largo do Cardal 2.6 Corredor ecológico da ribeira de Carvalhais	Esp. Público Esp. Público Esp. Verde/Mobilidade Edificado Esp. Público Mobilidade	Curto Prazo Curto/Médio Prazo Médio/Longo Prazo Longo Prazo Curto/Médio Prazo Médio Prazo	> 1000K 500K-1000K > 1000K 500K-1000K > 1000K 200K-500K
PE 3 – Revitalização do corredor ecológico do Vale da Azenha (OE1, OE7, OE9, OE11, OE13, OE14 e OE15)			
Ações Prioritárias	Componente de Investimento	Prazo de Execução	Estimativa de Investimento
3.1 Corredor ecológico da ribeira do Vale da Azenha 3.2 Parque urbano do Vale da Azenha 3.3 Estação ferroviária de Mirandela 3.4 Interface multimodal 3.5 Recinto da Reginorde 3.6 Casa da Alheira 3.7 Museu da Oliveira e do Azeite 3.8 Piaget	Mobilidade Esp. Verde Edificado Edificado Esp. Público Edificado Edificado Edificado	Curto/Médio Prazo Longo Prazo Médio Prazo Curto Prazo Longo Prazo Médio Prazo Curto Prazo Médio/Longo Prazo	< 200K > 1000K > 1000K 200K-500K > 1000K 200K-500K < 200K > 1000K
PE 4 - Integração e qualificação do Vale da Azenha (OE1, OE2, OE3, OE6 e OE13)			

²⁷ Curto Prazo (< 2 anos); Médio Prazo (2-6 anos); Longo Prazo (> 6 anos)



Ações Prioritárias	Componente de Investimento	Prazo de Execução ²⁸	Estimativa de Investimento
4.1 Bairro do Operário 4.2 Casa da Juventude e Espaço Intergeracional 4.3 Rua da Misericórdia 4.4 Campus educativo e desportivo a sul do Vale da Azenha 4.5 Praceta Fundo de Fomento 4.6 Bairro Pinto Balsemão 4.7 Parque desportivo Pinto Balsemão 4.8 Núcleo Etnográfico de Santiago	Edificado Edificado/Esp. Público Esp. Público Esp. Público Esp. Público Edificado Esp. Verde Edificado	Curto Prazo Curto/Médio Prazo Curto/Médio Prazo Médio Prazo Curto Prazo Curto Prazo Médio Prazo Curto Prazo	500K-1000K 200K-500K 500K-1000K 200K-5000K < 200K 200K-500K < 200K 200K – 500K
PE 5 - Revitalização do centro urbano (OE2, OE4, OE8, OE10 e OE16) (medidas complementares)			
Ações Prioritárias	Componente de Investimento	Prazo de Execução	Estimativa de Investimento
5.1 Estratégia de marketing territorial	Imaterial	Curto/Médio/Longo Prazo	< 200K
5.2 Carta de qualificação do espaço público e imagem urbana	Imaterial	Curto/Médio/Longo Prazo	< 200K
5.3 Programa de incentivo à reabilitação do edificado	Imaterial	Curto/Médio/Longo Prazo	*29
5.4 Programa de sensibilização para a reabilitação urbana	Imaterial	Curto/Médio/Longo Prazo	< 200K
5.5 Bolsa de arrendamento urbano	Imaterial	Curto/Médio/Longo Prazo	*21
5.6 Programa de dinamização comercial	Imaterial	Curto/Médio/Longo Prazo	< 200K
5.7 Agenda cultural	Imaterial	Curto/Médio/Longo Prazo	< 200K
5.8 Projeto TuaBike	Imaterial/Mobilidade	Curto/Médio/Prazo	< 200K

²⁸ Curto Prazo (< 2 anos); Médio Prazo (2-6 anos); Longo Prazo (> 6 anos)

²⁹ Investimento que se prevê indireto, relacionado essencialmente com a afetação de recursos humanos da CM de Mirandela



3. O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2015-2020 E ATUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

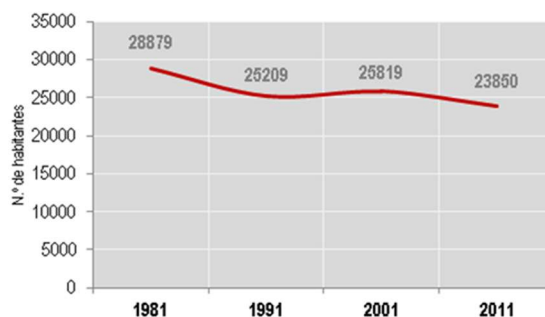
Tendo em consideração que decorreram menos de quatro anos desde a entrada em vigor da 1ª Revisão do PDM de Mirandela, resulta óbvio que a presente análise encontre suporte no trabalho desenvolvido no âmbito desse instrumento, atual na generalidade das matérias abordadas, em concreto no que à análise estatística e de indicadores de caracterização se refere. Naturalmente que em todas as temáticas se procurará integrar informação mais atual possível, recorrendo, preferencialmente, à informação veiculada pelos diferentes serviços técnicos do município.

3.1 DIMENSÃO SOCIO-DEMOGRÁFICA

Decorridos sete anos desde a realização do último Recenseamento Geral da População e Habitação, não se dispõe ainda de informação estatística “real” que permita traçar a evolução ocorrida desde a publicação da revisão do PDM em 2015. Porém o INE disponibiliza, anualmente um conjunto de indicadores demográficos sustentados quer em dados quantitativos efetivos, quer em estimativas, capazes de fornecer informação relativamente fiável quanto ao comportamento dos indicadores em análise. Assim, o contexto da presente análise encontra forte suporte na Série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente (INE) para avaliação da evolução dos indicadores nos anos mais recentes, que, contudo, só poderá ser objeto de confirmação no próximo momento censitário.

Mirandela tem vindo a registar ao longo das décadas uma tendência de perda populacional, ligeiramente contrariada na década de 90 do século passado, fruto de um ligeiro aumento da atratividade de população proveniente do exterior do concelho. Na última década censitária (2001/2011) o concelho assiste a novo declínio demográfico, que, em termos relativos, representa uma perda de 7,6% (cerca de 1900 indivíduos).

Figura 19: Evolução da população residente no concelho, entre 1981 e 2011



Fonte: Relatório do PDM em vigor (2015) com base nos Censos 81, 91, 2001 e 2011



De acordo com as Estimativas Provisórias Anuais da População Residente (INE), a 31 de dezembro de 2017 residiram em Mirandela 21.963 habitantes, o que a verificar-se, significa que em cerca de 6 anos (entre 2011 e 2017) a população concelhia registou um decréscimo de 7,9%, o que denota uma tendência de perda populacional mais acentuada que a registada entre 2001 e 2011; de referir que esta tendência se verifica em todos os municípios de Terras de Trás-os-Montes.

A distribuição territorial da população pelas freguesias do concelho, registava, em 2011, uma forte assimetria, com elevada polarização da freguesia sede de concelho, onde residiam 11.852 habitantes (49,7% do total). De entre as restantes 29 freguesias apenas seis se destacam, apresentando efetivos populacionais acima dos 500 habitantes, embora com pesos populacionais significativamente reduzidos – Carvalhais e Torre D. Chama (ambas com 5%), Frechas (4%) e Suções, Mascarenhas e União das freguesias de Avidagos, Navvalho e Pereira (com cerca de 2%); as restantes freguesias, representam, no total, apenas 30% da população que residia no concelho em 2011.

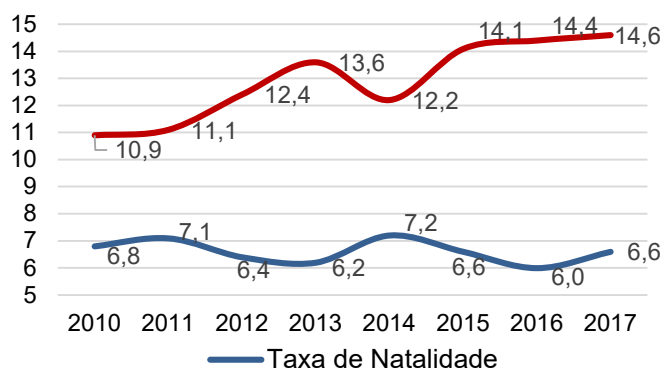
De destacar o facto de entre 2001 e 2011, todas as freguesias, com exceção de Mirandela (que ganhou 6% de residentes) e de Vale Salgueiro (que ganhou 2 habitantes), terem registado perdas populacionais, a grande maioria acima dos 20%. Este facto traduz a tendência de “êxodo” dos territórios mais rurais quer para a cidade, quer para outros concelhos.

A relação entre o número de habitantes e a área territorial concelhia fornece uma leitura imediata da baixa densidade populacional do município, que em 2011, era de 36 habitantes/km², naturalmente inferior a 2001, que era de 40 habitantes/km². Mais uma vez, este indicador apresenta variações internas significativas, oscilando entre os 365 hab/km² na freguesia de Mirandela e os 8 hab/km², na união das freguesias de Freixeda e Vila Verde; de notar que 26 das 30 freguesias têm densidades populacionais inferiores à média do concelho, o que espelha o despovoamento da generalidade do território mirandense.

Ao longo dos anos mais recentes o saldo natural tem-se mantido em valores negativos – a taxa de mortalidade tem sido continuamente superior à taxa de natalidade – embora com ligeiras oscilações que não fazem antever uma inversão da tendência de decréscimo populacional, a não ser que compensada por um crescimento expressivo do saldo migratório. Relativamente a este último indicador, as estimativas do INE sugerem uma progressiva recuperação, embora a sua real expressão se desconheça à data – estima-se que o saldo migratório concelhio tenha passado de -190 em 2013 para -3 em 2017, o que, contudo, não compensa as perdas decorrentes do saldo natural.



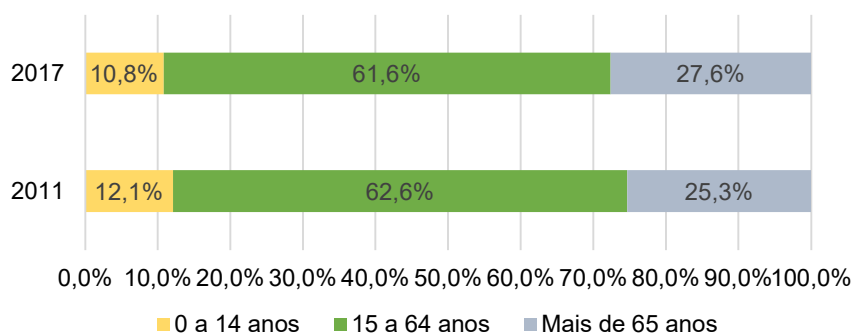
Figura 20: Indicadores demográficos (‰)



Fonte: INE, Indicadores Demográficos

O envelhecimento populacional é uma realidade com progressão inquestionável em todo o território nacional, e em particular nos territórios de baixa densidade do interior do país, o que resulta num tendencial estreitamento da base da pirâmide etária e de um alargamento do seu topo.

Figura 21: Estrutura etária, 2011 e 2017



Fonte: Censos 2011 e Estimativas Anuais (2017), INE

O fenómeno do envelhecimento, embora transversal à globalidade do concelho, é mais acentuado no território rural, verificando-se que na maioria das freguesias, em 2011, a população idosa é superior a 1/3 da população da freguesia, sendo que nesse ano, a freguesia de Fradizela tinha já mais de metade da sua população com 65 ou mais anos.

A forma como a população se distribui pelos grandes grupos etários traduz-se de forma explícita num conjunto de índices estruturais, com maior destaque para o índice de dependência de idosos (número de idosos por cada 100 adultos ativos) e para o índice de envelhecimento (número de idosos por cada



100 jovens) que registam uma tendência de crescimento fortemente penalizadora da sustentabilidade económica e social do concelho. Ainda assim é de notar o facto de os indicadores concelhios apresentarem melhor desempenho do que a média da unidade territorial em que se insere – em Terras de Trás-os-Montes estima-se que, em 2017, o índice de dependência de idosos fosse de 44,9 e o índice de envelhecimento de 294.

Quadro 14: Índices de estrutura, 2001, 2011 e 2017 (%)³⁰

	2001	2011	2017
Índice de Dependência de Jovens	24	19	17,6
Índice de Dependência de Idosos	31	41	44,9
Índice de Dependência Total	55	60	62,5
Índice de Envelhecimento	131	209	255

Fonte: Censos 2001, 2011 e Estimativas Anuais (2017), INE

Relativamente ao domínio da educação e formação, em 2011, os dados dos Censos espelhavam alguma fragilidade da qualificação dos recursos humanos do concelho, embora traduzissem uma significativa melhoria face à década anterior; senão veja-se:

- a taxa de analfabetismo recuou dos 14% em 2001 para os 9% em 2011;
- a população com o ensino secundário ou mais qualificação passou de 22,3% em 2001 para 28,9%.

A análise dos fluxos de população de e para o concelho, entre 2001 e 2011, revela um saldo pendular positivo, beneficiando o concelho em 213 indivíduos, ou seja, entravam diariamente 2.123 pessoas para trabalhar ou estudar e saíam 1.910 pessoas para trabalhar e/ou estudar, o que, se comparado com a década anterior revela um aumento da capacidade de atração do concelho, embora devido exclusivamente à capacidade atrativa da rede educativa de Mirandela; na década de 90 do século passado saíam diariamente para trabalhar ou estudar mais 462 pessoas do que aquelas que entravam. Seria interessante dispor de informação mais atualizada nesta matéria uma vez que permitiria avaliar se o concelho tem vindo a consolidar essa capacidade de atração de população vinda de fora do concelho e de fixar os fluxos internos.

Por fim, vale a pena avaliar o trabalho de projeção demográfica elaborado no contexto da revisão do PDM, embora se reconhecesse que “*tendo em atenção que o crescimento populacional a nível local é*

³⁰ Dados de 2001 e 2011 resultado do Recenseamento Geral da População; dados de 2017 resultado da Série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente (INE).



muito mais volátil, e que os movimentos da população desempenham um papel determinante nesse mesmo crescimento, qualquer projeção populacional que seja feita ao nível concelhio, tem um grau de incerteza muito maior comparativamente a uma projeção feita a nível nacional, sobretudo à medida que vai sendo desagregada em unidades territoriais mais pequenas." Feita esta ressalva transcreve-se de seguida o exercício prospetivo realizado então para 2026, horizonte temporal do PDM.

Quadro 15: Hipóteses de crescimento demográfico entre 2011 e 2026

1991	2001	2011	Hipótese A		Hipótese B		Hipótese C	
			2021	2026	2021	2026	2021	2026
25.209	25.819	23.850	23.850	23.850	23.601	23.276	22.031	21.174

NOTA: Hipótese A – Estabilização do volume populacional de 2011

Hipótese B – O crescimento entre 2011 e 2021 e 2026 será idêntico ao registado entre 1991 e 2011

Hipótese C – A evolução demográfica será idêntica à registada entre 2001 e 2011

Fonte: Relatório de Proposta da Revisão do PDM de Mirandela, 2014

Conforme já enunciado, o INE estima que no final de 2017 residissem em Mirandela **21.963 habitantes**, valor inferior ao projetado no PDM para 2021 no seu cenário mais pessimista (22.031 habitantes). Este facto resulta da continuada evolução desfavorável das taxas de natalidade e mortalidade recentes, não tendo ainda Mirandela revelado capacidade para criar condições de atratividade, indutoras de estabilização do seu efetivo populacional por via de migrações para o concelho.

Esta tendência só poderá ser confirmada com a realização do próximo Recenseamento Geral da População, a realizar em 2021, porém, estes números **constituem um alerta para a definição das estratégias e políticas municipais, que deverão orientar a sua atuação para a melhoria da atratividade concelhia, designadamente em matéria de emprego, qualificação da oferta de bens e serviços e melhoria do ambiente urbano e da sustentabilidade da paisagem.**

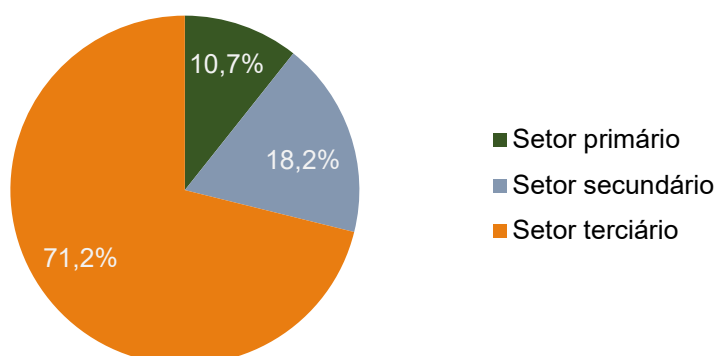
3.2 DIMENSÃO ECONÓMICA

Tendo em consideração o período de enorme constrangimento económico-financeiro que o país enfrentou recentemente e as alterações que se têm vindo a verificar no contexto económico, revela-se determinante dispor de indicadores económicos mais atualizados para traçar o atual perfil das atividades e do emprego no concelho. Ainda assim, com base na informação estatística disponível, nos dados disponibilizados pelos serviços da Autarquia e por uma avaliação empírica da realidade, procura-se efetuar um retrato tão fiel quanto possível da realidade atual.

Em matéria de emprego e condição perante a atividade económica, em 2011, Mirandela registava uma taxa de atividade de 40,7%, representando a população inativa 47% do total dos residentes – os restantes 12% correspondem, naturalmente, à fatia dos jovens com idades até aos 14 anos; de entre a população inativa são os reformados que assumem particular preponderância (58%), cenário que é expectável que se agrave atendendo ao crescimento estimado do índice de dependência de idosos. A taxa de desemprego era nessa data 12,2%.

Relativamente à distribuição da população por setor de atividade, e à semelhança do que tem vindo a acontecer um pouco por todo o país a base económica de Mirandela tem registado uma tendencial terciarização – o setor terciário ocupava 62% da população empregada em 2001 e 71% em 2011 – decorrente de uma perda do peso quer do setor primário, quer do setor secundário.

Figura 22: Distribuição da população empregada por setor de atividade, em 2011



Fonte: Censos 2011, INE

Analisando a informação relativa aos subsectores, os dados de 2009 do Ministério do Trabalho colocavam o “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (37%), “construção” (11%), do “alojamento, restauração e similares” (10%) e das “indústrias transformadoras” (10%) nos lugares de topo da distribuição do emprego. É expectável que esta distribuição se tenha, entretanto, alterado, não só em termos de posicionamento dos subsectores, mas também em termos de afetação de ativos, ficando por determinar de que forma se estrutura atualmente a base económica local.



Em termos de representatividade e afirmação da base económica, Mirandela destacava-se no panorama das Terras de Trás-os-Montes, concentrando (em 2011) cerca de 13% do total das empresas sediadas, 12% do emprego e 11% do seu volume de negócios num contexto em que a maioria dos concelhos detêm um peso inferior a 5% em qualquer uma das três variáveis. Também o índice de poder de compra concelhio (80,36%) excedia largamente o dos municípios da sua região (que apresentam valores próximos dos 50-60%), sendo apenas ultrapassado por Bragança.

A proposta de ordenamento do PDM em vigor procurou reforçar o potencial de afirmação económica do concelho de Mirandela, apostando nos vetores que apresentavam maior potencialidade face à sua dotação e características intrínsecas – agricultura, turismo, infraestruturas de apoio ao tecido empresarial.

Passados cerca de quatro anos desde a entrada em vigor do plano, e embora ainda se sintam os efeitos do período de fortes constrangimentos que a economia nacional enfrentou, a base económica local começa a dar sinais de recuperação e de criação de novas dinâmicas, designadamente ao nível da afirmação da atividade turística e da consolidação do tecido empresarial – evidenciado, por exemplo, pelo aumento da procura na zona industrial de Mirandela.

A atividade industrial (de transformação propriamente dita) tem registado algum dinamismo, tendo sido registados no Balcão do Empreendedor 12 novos estabelecimentos industriais desde janeiro de 2015, todos eles com atividade associada ao subsetor alimentar – três unidades de produção de enchidos, três de produção de vinho, duas panificadoras, uma de produção de cerveja artesanal, uma de transformação de azeitonas e uma de figos; dos 12 estabelecimentos 5 encontram-se na cidade de Mirandela. Relativamente ao número de postos de trabalho criados não foi possível apurar resultados concretos, embora se estime que se aproximem das três dezenas.

No subsetor do comércio registou-se também um acréscimo do número de novos estabelecimentos desde janeiro de 2015, embora se desconheça quantos poderão ter encerrado a sua atividade; o Balcão do Empreendedor registou 39 novos estabelecimentos comerciais, de restauração e/ou bebidas e 51 mudanças de entidade exploradora, embora com manutenção de atividade comercial. De entre os novos registos 4 são estabelecimentos de restauração, 10 são estabelecimentos de bebidas (3 não sedentários), 5 estabelecimentos de comércio de venda a retalho e/ou grosso com predomínio de produtos alimentares, 7 estabelecimentos de venda a retalho sem predomínio de produtos alimentares, 8 de comércio a retalho em bancas fixas, 3 oficinas de reparação automóvel, 2 estabelecimentos de prestação de serviços na área do bem-estar físico. À semelhança dos restantes setores desconhece-se quantos empregos terão sido criados com a entrada em funcionamento destes estabelecimentos.

O desempenho do subsetor do turismo em Mirandela viu-se significativamente melhorado desde 2015, destacando-se alguns indicadores:

- Globalmente, a capacidade de alojamento do concelho aumentou em cerca de 2/3, tendo passado de 458 camas em 2014 para as atuais 767;
- Existem atualmente 24 empreendimentos turísticos em funcionamento no concelho – 4 estabelecimentos hoteleiros (três em Mirandela e um em Torre de D. Chama); um empreendimento de turismo de habitação; e 19 empreendimentos de turismo em espaço rural;
- Dos 24 empreendimentos 1/3 foram registados após 2015, o que representou um acréscimo de 85 unidades de alojamento e 146 camas;
- Encontram-se em atividade 21 estabelecimentos de alojamento local (todos registados após 2015), a maioria das quais registados na cidade de Mirandela (51% das camas e 66% dos utentes);
- O número de dormidas aumentou 39% entre 2014 e 2017, ano em que se registaram 39.231 dormidas das quais apenas 14% de estrangeiros, percentagem que ainda assim tem vindo a aumentar progressivamente;
- A estadia média passou de 1,4 noites em 2014 para 1,6 noites em 2017, valor ligeiramente abaixo da estadia média na região Norte (1,8 noites).

Quadro 16: Oferta de alojamento turístico em Mirandela em 2019

	Total de estabelecimentos	Unidades de Alojam./ Quartos	Capacidade total/nº utentes
Empreendimentos turísticos	24	336	636
Alojamento local	21	63	131
Total	45	399	767

Fonte: Registo Nacional de Turismo, Turismo de Portugal

Embora se careça de dados que permitam um retrato fiel da realidade económica atual do concelho, a informação de que dispõe parece indiciar que Mirandela está a fazer um percurso favorável de consolidação e afirmação da sua base económica, assente na valorização dos seus recursos endógenos e na exploração do seu potencial de diferenciação.



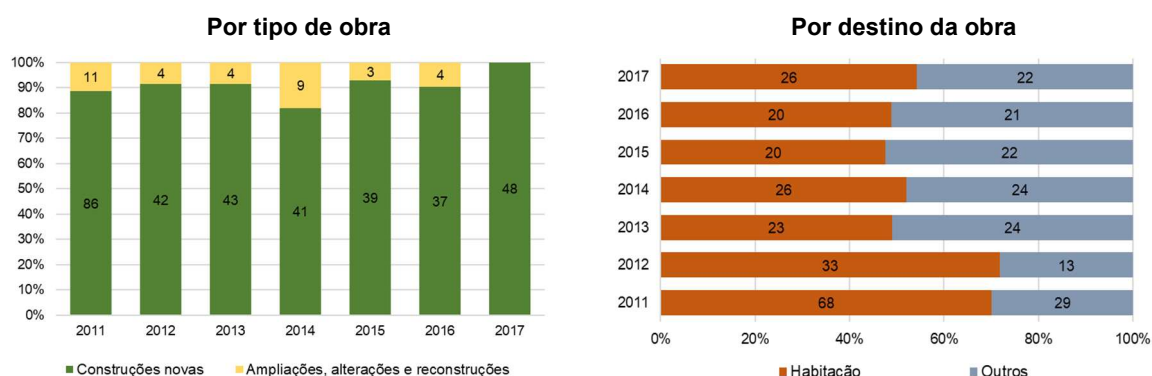
3.3 DINÂMICA URBANÍSTICA, HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA

Decorrente dos efeitos da crise económico-financeira que o país atravessou na última década a dinâmica urbanística recente no município de Mirandela assistiu a uma desaceleração face ao verificado nos primeiros anos deste século. Nos últimos 4 anos há a referir:

- foram emitidos dois alvarás de loteamento na cidade de Mirandela:
 - ✓ em 2015 um loteamento com 8 lotes para armazéns/indústria;
 - ✓ em 2018 um loteamento com 7 lotes – um lote para comércio e serviços (com obras a decorrer) e seis lotes para habitação (56 fogos), a construir numa 2ª fase;
- foram indeferidos 8 PIP por incompatibilidade com o PDM em vigor;
- foram aprovadas com emissão de licença de obras 164 operações urbanísticas de licenciamento (construção, ampliação, reconstrução e alteração);
- foram aprovadas 19 operações urbanísticas de comunicação prévia (construção, ampliação, reconstrução e alteração).

Encontra-se em apreciação junto da CCDDR-N a ampliação da zona industrial de Mirandela (135.730m² de área a lotear), que prevê a criação de 41 novos lotes tendo em consideração o grau de ocupação da atual zona industrial e a crescente procura que se tem verificado.

Figura 23: Edifícios concluídos entre 2011 e 2017



Fonte: Estatísticas de obras concluídas, INE

De acordo com as estimativas do INE efetuadas com base nas estatísticas de obras concluídas, estima-se que no final de 2017 o concelho de Mirandela tivesse um total de 11.706 edifícios e 15.109



alojamentos familiares clássicos, indiciando um abrandamento da dinâmica construtiva desde o último recenseamento.

Tendo em consideração o número de edifícios concluídos, os dados de que se dispõe confirmam a desaceleração da urbanização desde o início a presente década, que, contudo, começa a apresentar sinais de recuperação. De assinalar a manutenção da preponderância da construção nova face a outro tipo de obras, embora não se disponha no momento de indicadores suficientes para avaliar de que forma tem evoluído a reabilitação urbana no concelho.

Quanto ao número de fogos, de acordo com o Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios (INE), entre 2015 e 2017, foram licenciados no concelho de Mirandela 168 novos fogos em construções novas – 33 em 2015, 62 em 2016 e 73 em 2017. Este indicador tinha registado um decréscimo progressivo a partir de 2007 (ano em que foram licenciados 209 fogos), tendência que se inverteu a partir de 2015 (em 2014 apenas foram licenciados 20 fogos no concelho).

A avaliação feita no âmbito da revisão do PDM relativamente a carências habitacionais identificava, à data do Censos 2011, **um défice de, aproximadamente, 839 fogos** no concelho de Mirandela. Este défice refere à falta de alojamento a custos adequados aos escalões de rendimento da população e não à falta absoluta de casas que, como se sabe, não é o caso do concelho de Mirandela – de notar que em 2011 havia um total de 1.454 fogos devolutos/vagos.

Considerando aquelas que eram as perspetivas de desenvolvimento concelhio, estimou-se a necessidade de construção ou disponibilização no mercado da habitação de cerca de 1200 fogos, até 2026 (horizonte do PDM), a grande maioria (69%) para resolver as carências habitacionais à data, sendo os restantes 31% para os casos de substituição/ beneficiação dos fogos vetustos. A dinâmica construtiva que se tem vindo a registar não indicia que o mercado imobiliário esteja a ser capaz de responder a estas necessidades, porém, mais uma vez, só dados censitários poderão confirmar esta afirmação.

Em matéria de **política habitacional** municipal a intervenção tem-se pautado pela continuidade do apoio de âmbito social à população sinalizada e na intermediação em processos de candidatura aos programas da administração central existentes, destacando-se a candidatura apresentada no âmbito do Portugal 2020 do PEDU de Mirandela relativa ao Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

Este Plano abrange quatro áreas da cidade de Mirandela integradas na tipologia “Bairros sociais - conjuntos urbanos compostos por edifícios destinados a arrendamento no regime de renda apoiada” – o Bairro Operário, o Bairro Padre Américo, o Bairro do GAT e Núcleo do Vale da Azenha, composto



por três bairros contíguos (Bairro Dr. Pinto Balsemão, Bairro do Fundo de Fomento de Habitação e o Bairro do Vale da Azenha) – e a sua intervenção enquadra-se no Eixo 3 do PEDU de Mirandela, *“Regeneração Física e Social das Comunidades Desfavorecidas em Zonas Urbanas”*, tendo como objetivo geral *“Promover a coesão social, através da regeneração física de edifícios de habitação social e de espaços da envolvente e do reforço da inclusão ativa de grupos sociais desfavorecidos e fragilizados”*.

O PAICD estabelece então, no contexto das tipologias de intervenção apoiadas, uma medida de Regeneração de espaços e edifícios (Medida 3.1), com o intuito de criar *“estímulos físicos, ao nível do património, dos equipamentos e, inclusive, do espaço envolvente, que propiciem a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades e a mitigação das situações de carência e fragilidade identificadas”*. Neste âmbito, o município de Mirandela será promotor das seguintes ações de investimento:

- PAICD 1- Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Bairro Operário;
- PAICD 2- Reabilitação integral de edifícios de habitação social – GAT;
- PAICD 3 - Reabilitação de espaços públicos na envolvente do Bairro Operário;
- PAICD 4 - Reabilitação de espaços públicos na envolvente do Bairro do GAT;
- PAICD 5 - Reabilitação de espaços públicos na envolvente dos Bairros sociais - Vale da Azenha;
- PAICD 6 - Reabilitação de espaços públicos na envolvente do Bairro do Fundo de Fomento.

Está ainda previsto o investimento na Reabilitação integral de edifícios de habitação social do IHRU (PAICD 7), a promover pelo IHRU.

Complementarmente o Plano prevê a concretização de Ações de inclusão ativa das comunidades desfavorecidas (Medida 3.2), que pretendem mobilizar a comunidade residente nas áreas sujeitas a intervenção física, designadamente, envolvendo-as em *“ações de inclusão social que reforcem a coesão social, promovam uma cidadania ativa e fomentem o intercâmbio de experiências intergeracionais e o reforço de vivências lúdicas, desportivas e culturais”*.

Julga-se que a concretização a breve prazo destes investimentos, que pressupõem uma intervenção física e social integrada, irá contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos residentes e do ambiente urbano nestas áreas da cidade.

No decurso dos últimos anos a **reabilitação urbana** tem vindo a assumir um crescente protagonismo, em grande parte decorrente das mudanças de paradigma e da reorientação de políticas municipais que



se tem feito notar na sequência crise económica que se viveu. Neste domínio destaca-se a delimitação na cidade de Mirandela de duas Áreas de Reabilitação Urbana – ARU do Centro Histórico de Mirandela e ARU do Vale da Azenha – com o intuito de promover a dinamização do centro da cidade de forma qualificada, *“promovendo a sua diversidade funcional, a preservação do seu património e a qualificação dos espaços públicos possibilitando a sua maior e melhor fruição por parte da comunidade local e visitantes”*, e que vieram permitir a apresentação e candidatura do PEDU de Mirandela, já referenciado.

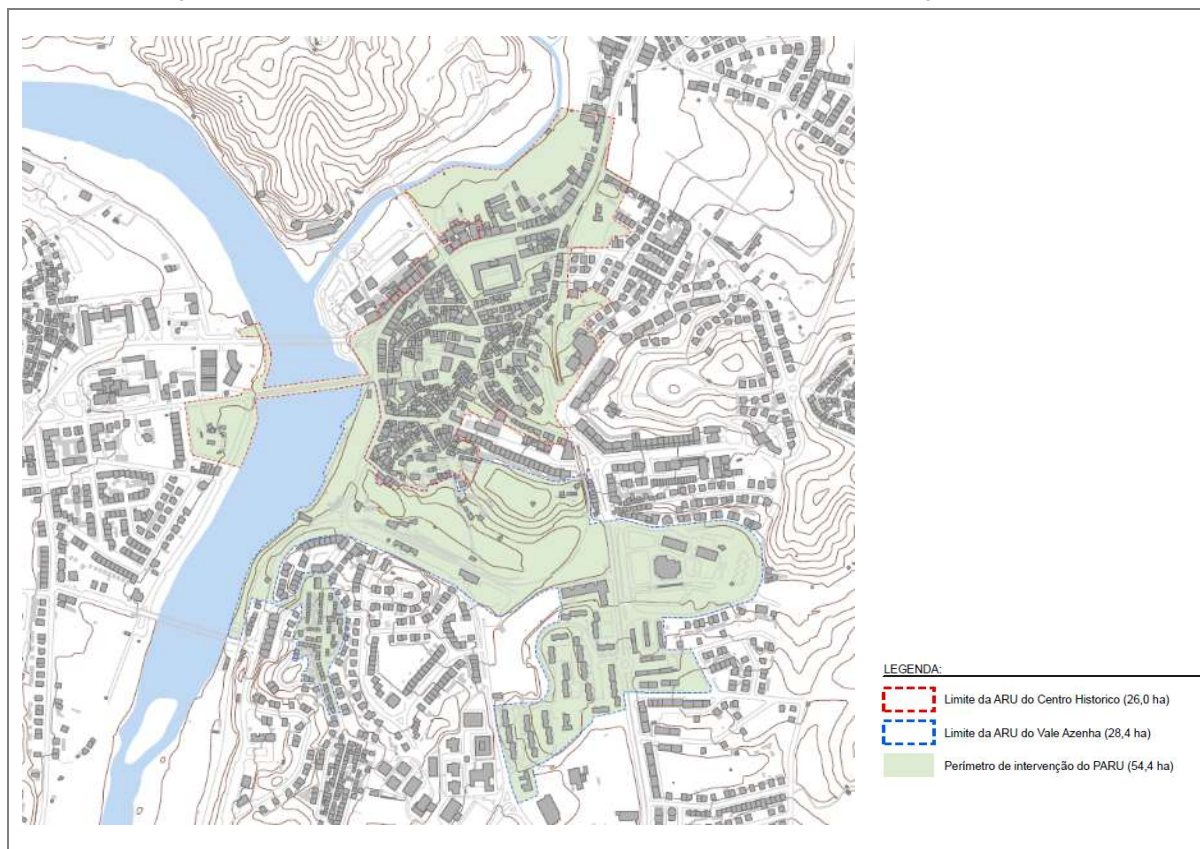
No contexto do PEDU, e com incidência sobre essas áreas da cidade, foi elaborado o Plano de Ação para a Regeneração Urbana, cuja estratégia foi desenvolvida *“com base numa abordagem integrada, que prevê intervenções materiais e imateriais complementares tendo em vista o desenvolvimento urbano”*, enquadrada no eixo *Reabilitação e Qualidade do ambiente urbano (Eixo 2) do PEDU, que tem como objetivo geral “reabilitar e revitalizar o espaço público e edifícios urbanos, valorizando a qualidade do ambiente urbano e a multifuncionalidade dos espaços”*. Deste eixo, no contexto do PARU, decorrem as seguintes medidas:

- Medida 2.1 - Regeneração e revitalização dos espaços públicos urbanos;
- Medida 2.2 - Reabilitação de edifícios públicos;
- Medida 2.3 - Gestão urbana e reforço da dinamização socioeconómica e cultural da cidade.

Destaca-se no contexto da concretização destas medidas os seguintes projetos de investimento com intervenção física nas ARU da cidade:

- PARU 1- Reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo (em execução);
- PARU 2- Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde;
- PARU 3- Reabilitação do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários para Centro de Identidade e Conhecimento de Mirandela;
- PARU 4- Reabilitação do edifício na Travessa D. Afonso II para serviços de apoio ao Museu da Oliveira e do Azeite;
- PARU 5- Reabilitação do edifício do Matadouro Velho – Núcleo Etnográfico de Santiago;
- PARU 8- Reabilitação do Palacete dos Pessanhas para a Casa da Alheira.

Figura 24: Enquadramento das ARU de Mirandela e da área de intervenção do PARU



Fonte: PARU Mirandela, 2015

Posteriormente, entendeu o município proceder à agregação destas duas áreas, o que resultou na delimitação da ARU do centro urbano de Mirandela, para as quais elaborou o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), que define as condições base que suportam a ORU de natureza sistemática a implementar na ARU. Tal como já referido anteriormente, no ponto 2.3., este Programa, enquanto instrumento específico de política urbanística, procura “*responder às principais necessidades, desafios e oportunidades que presentemente se colocam a Mirandela no domínio da reabilitação urbana*”, e entende-se por isso essencial para orientar a estratégia municipal em matéria de ordenamento territorial na área que abrange e que é talvez o território com maior potencial de alavancagem das dinâmicas económica, sociais e territoriais do concelho de Mirandela.

Com a delimitação da ARU do centro urbano de Mirandela pretende-se criar um espaço de elevada qualidade urbana, coeso e integrado, promovendo a melhoria do ambiente urbano, a valorização dos elementos identitários e patrimoniais em presença, o reforço da articulação dos diferentes espaços e a sua integração funcional, sem, contudo, comprometer a promoção da qualidade ambiental e a valorização ecológica.



3.4 SISTEMAS E REDES DE SUPORTE ESTRUTURANTES

3.4.1 Sistema Ambiental e Paisagem

O território de Mirandela caracteriza-se, de uma forma genérica pela presença de uma depressão de Mirandela no centro da qual se desenvolve o rio Tua, sendo limitada a sul pelo planalto de Vila Flor, a oeste pela serra de Santa Comba (talvez o elemento mais notável da paisagem concelhia), e a Sudeste pela serra de Bornes.

Integrada na bacia hidrográfica do rio Douro, a rede hidrográfica do concelho constitui um fator distintivo na paisagem, destacando-se os rios Tua, Tuela, Rabaçal, Macedo e a ribeira de Carvalhais.

Em termos de diversidade florística Mirandela caracteriza-se por relativa diversidade, sendo atualmente a vegetação composta por matas de carvalhos, castanheiros e sardoais alternando com lameiros – prados de composição florística variada e matorrais densos. Pela sua relevância ecológica e paisagística é de referir a presença de áreas expressivas de montados de sobre e/ou azinho, que incluem a mancha mais representativa de sobreirais do nordeste do país. De destacar é a crescente progressão de espécies exóticas consideradas invasoras, como a acácia-mimosa (*Acácia dealbata*), a acácia da Austrália (*Acácia melanoxylon*), o ailanto (*Ailanthus altissima*) e o sumagre (*Rhus coriaria*) e que se deverá procurar conter.

A diversidade faunística é também relevante, com forte presença de espécies com um elevado valor cinegético, bem como uma extensa variedade de espécies de elevado valor conservacionista.

O concelho de Mirandela dispõe de uma paisagem caracterizada por uma relativa diversidade de ocorrências, apresentando um elevado potencial enquanto recurso endógeno, destacando-se a singularidade conferida pela sua rede hidrográfica (Vales dos rios Rabaçal, Tuela e Tua), montanhas (Serra de Santa Comba), planaltos florestais e encostas agrícolas.

Em termos de áreas de maior relevância ecológica e de conservação há que destacar a área do Sítio de Interesse Comunitário de Romeu (PTCON0043), integrado na Rede Natura 2000, com uma área total de 4.700ha, a sua grande maioria (76%) situada no concelho de Mirandela. O Sítio integra dois importantes habitats endémicos do nosso país – sobreirais (*Quercus suber*), no horizonte superior, e bosques de sobreiro e zimbro (*Juniperus oxycedrus var. lagunae*), no horizonte inferior – apresentando-se em excelente estado de conservação, sendo mesmo um dos melhores sobreirais lusitano-durienses com *Juniperus oxycedrus*. Reconhecida é ainda a relevância do Sítio de Romeu enquanto área de potencial expansão do lobo ibérico na região da Terra Quente Transmontana, pelas condições de habitat que aqui ocorrem.



Atualmente a principal ameaça à conservação que o Sítio de Romeu enfrenta são os incêndios florestais, um pouco à semelhança da demais paisagem rural; naturalmente que as alterações ao uso do solo constituem também uma ameaça à manutenção dos habitats em presença, daí as fortes restrições e condicionamentos impostos no regulamento do PDM à utilização e ocupação das áreas integradas no Sítio de Romeu, orientando a sua gestão para a conservação.

A preservação desta diversidade paisagística e da valorização ecológica do território constituiu uma premissa base na definição do modelo de ordenamento territorial, com tradução na delimitação e regulamentação da Estrutura Ecológica Municipal. Enquanto elemento estruturante do território as áreas de EEM ocupam cerca de metade do concelho (52%) e englobam as áreas consideradas fundamentais para o funcionamento dos ecossistemas em presença – áreas de maior relevância da RAN, áreas sensíveis da REN, habitats da RN2000, perímetros florestais, corredores ecológicos estruturantes, povoamentos florestais mistos (autóctones), etc.

A delimitação e regulamentação da EEM tem permitido assegurar a proteção e salvaguarda das áreas de maior valor ecológico do município, embora estas estejam sempre sujeitas a um conjunto de ameaças relativamente às quais o plano não tem forma direta de atuar, como seja, por exemplo, a ocorrência de incêndios florestais e os efeitos associados a fenómenos de alterações climáticas.

3.4.2 Acessibilidade e Mobilidade

Pelo seu posicionamento, o concelho de Mirandela tem beneficiado de forma direta das significativas melhorias ao nível da sua acessibilidade regional (interna e externa), permitindo até que a cidade de Mirandela se afirmasse como centro urbano da região interior norte do país, tornando-se um território gerador de fluxos de atração demográfica e económica.

Em matéria de acessibilidade e transportes o PDM tinha como objetivo contribuir para a promoção de uma maior diversidade de soluções de mobilidade e para a articulação entre partes ou componentes dos sistemas de transportes de pessoas e mercadorias. A este respeito a proposta do Plano referia que “para além da definição dos grandes sistemas viários, o papel dos PDM, dada a sua escala de intervenção e abrangência territorial, deverá também ter um carácter eminentemente estratégico e orientador, promovendo a contemplação de medidas que fomentem a mobilidade, nomeadamente através do seu modelo de organização espacial do território, e apresentando orientações para que ao nível dos PU, PP ou outras intervenções urbanísticas se contemplem medidas mais específicas.”

Foi neste contexto que a revisão do PDM estabeleceu os seguintes objetivos específicos em matéria de acessibilidade e mobilidade:



- Estruturar e hierarquizar a rede viária municipal;
- Promover medidas de mobilidade alternativa ao transporte individual;
- Promover medidas de mobilidade interconcelhia;
- Fomentar medidas específicas de mobilidade para a promoção da coesão territorial e social.

Relativamente à rede viária propriamente dita a hierarquia funcional estabelecida no PDM procurou criar condições para um mais eficaz funcionamento da rede, promovendo uma rede integrada e coesa, capaz de prestar níveis de serviço adequados ao papel desempenhado pelas diferentes vias.

Sistematizando, no contexto da rede de acessibilidade externa (nacional e regional) destacam-se, embora com características físicas e funcionais bastante diferenciadas:

- O IP4/A4, via que atravessa transversalmente o concelho, constitui o principal eixo de acessibilidade nacional e regional, assegurando, por um lado, a ligação a alguns dos principais polos urbanos regionais (p.e. Vila Real e Bragança), bem como a ligação do concelho ao litoral norte, e em particular à Área Metropolitana do Porto e à região espanhola de Castilla-Léon, através da fronteira de Quintanilha. De destacar neste contexto a recente conclusão das intervenções no troço Amarante-Vila Real.
- O IP2, considerado o principal eixo longitudinal nacional interior, que serve de forma direta o concelho (embora o atravesse de forma marginal), sendo o principal eixo de ligação ao território fronteiriço a sul e a norte do concelho. Refira-se que a recente beneficiação/reformulação de grande parte do seu traçado (a norte de Celorico da Beira) a par da entrada em funcionamento do IC5 beneficiou de forma muito significativa o acesso a Mirandela a partir do interior sul do país.
- A EN213, atravessa o concelho transversalmente, estabelecendo a ligação entre a cidade de Mirandela e importantes aglomerados da região como Chaves, Valpaços e Vila Flor;
- A EN15 (via desclassificada), cujo desenvolvimento acompanha o traçado do IP4/A4, e que permite uma ligação alternativa a Bragança, Macedo de Cavaleiros e Murça;
- A ER315, que estabelece a ligação, a sudeste, entre Alfândega da Fé e Mirandela, e a Norte, através do entroncamento com a EN103, entre Mirandela e Vinhais;
- A ER206, que se desenvolve na zona norte do concelho e que estabelece a ligação entre os aglomerados do Norte, como Torre de D. Chama, a Valpaços e Bragança;
- A EM206-1, constitui um importante eixo de acessibilidade intraconcelhio ligando Torre de D. Chama à sede de concelho.



Em termos de acessibilidade interna, Mirandela beneficia de uma extensa rede de estradas e caminhos municipais homogeneamente distribuídos pelo território e que assegura as ligações internas entre diferentes polos geradores e atratores de fluxos.

Tendo em consideração a estrutura da rede viária atual e o tráfego que lhes está associado, o PDM apenas propôs intervir na rede viária da cidade de Mirandela, ressaltando contudo a necessidade da Autarquia continuar a intervir na manutenção e beneficiação da rede municipal, designadamente ao nível da pavimentação, da sinalização (horizontal e vertical), da colocação de guardas de segurança e na implementação de medidas de acalmia de tráfego em pontos críticos, designadamente no atravessamento dos aglomerados.

As vias propostas pelo PDM – variante nascente a Mirandela (ligação entre a EN213 no extremo sul da cidade e a EN15 a norte da zona industrial) e via de ligação da EN15 ao CM1079 (Av. Ayrton Sena) – pretendiam, no essencial diminuir a intensidade do tráfego de atravessamento da cidade que atualmente se verifica. Estas vias permanecem por concretizar, porém a sua pertinência mantém-se.

A maior fragilidade diagnosticada, à data de elaboração do PDM e que ainda persiste, encontra-se ao nível do transporte coletivo, serviço considerado bastante insatisfatório, sobretudo em termos de cobertura temporal e qualidade do serviço prestado, criando fortes constrangimentos à mobilidade das populações e desigualdades no acesso a equipamentos, bens e serviços.

De referir neste contexto:

- a presença de um serviço de transportes urbanos no interior da cidade que permite satisfazer um grande número de deslocações internas, e que importa potenciar, criando hábitos de utilização regular;
- o plano de transporte escolar, que assegura o transporte aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário na sede de concelho ou em estabelecimentos de ensino situados noutras sedes de freguesia; este apresenta algumas limitações em termos de periodicidade e frequência, obrigando em algumas situações a longos períodos de permanência dos alunos nas escolas ou à realização de extensos trajetos no percurso casa-escola;
- as ligações asseguradas pelo metro de superfície entre a cidade de Mirandela e a estação de Carvalhais, que embora preste um serviço satisfatório tem associados assinaláveis encargos em termos de manutenção.

A implementação de um serviço de transporte público (generalizado) eficiente e de qualidade constitui um desafio em territórios de baixa densidade como Mirandela, porém, dispõe-se atualmente de



tecnologia que permite a adoção de soluções inovadoras, sustentáveis e orientadas para os atuais padrões de procura (por vezes inconstantes e difíceis de modelar). A proposta do PDM recomendava que no contexto municipal, ou até intermunicipal, se estudasse a implementação de sistemas que aliassem o recurso ao “transporte coletivo de baixa capacidade” com “transporte a pedido”, procurando satisfazer as necessidades de deslocação entre os territórios rurais e a sede de concelho, bem como as deslocações pendulares para os concelhos vizinhos (que representam 8% do total das deslocações diárias).

O encerramento do serviço ferroviário na Linha do Tua agravou ainda mais a situação, sendo que as soluções que se encontram em estudo para este eixo estão orientadas para a prestação de um serviço turístico e não tanto para um serviço de transporte público de caráter periódico capaz de servir quem reside e/ou trabalha no concelho.

Em matéria de promoção da mobilidade, e seguindo os passos dados pelo município já em 2008 com a elaboração do Plano de Mobilidade Sustentável da cidade de Mirandela, o PDM sugeria a elaboração de um Plano de Mobilidade concelhio, que embora reconhecesse não se tratar de um instrumento indispensável face às características do território, assinalava como capaz de *“contribuir para a implementação de uma política de mobilidade municipal mais eficiente que permitisse otimizar recursos, sobretudo de natureza financeira, usufruindo de um planeamento e gestão das condições de mobilidade e acessibilidade”*.

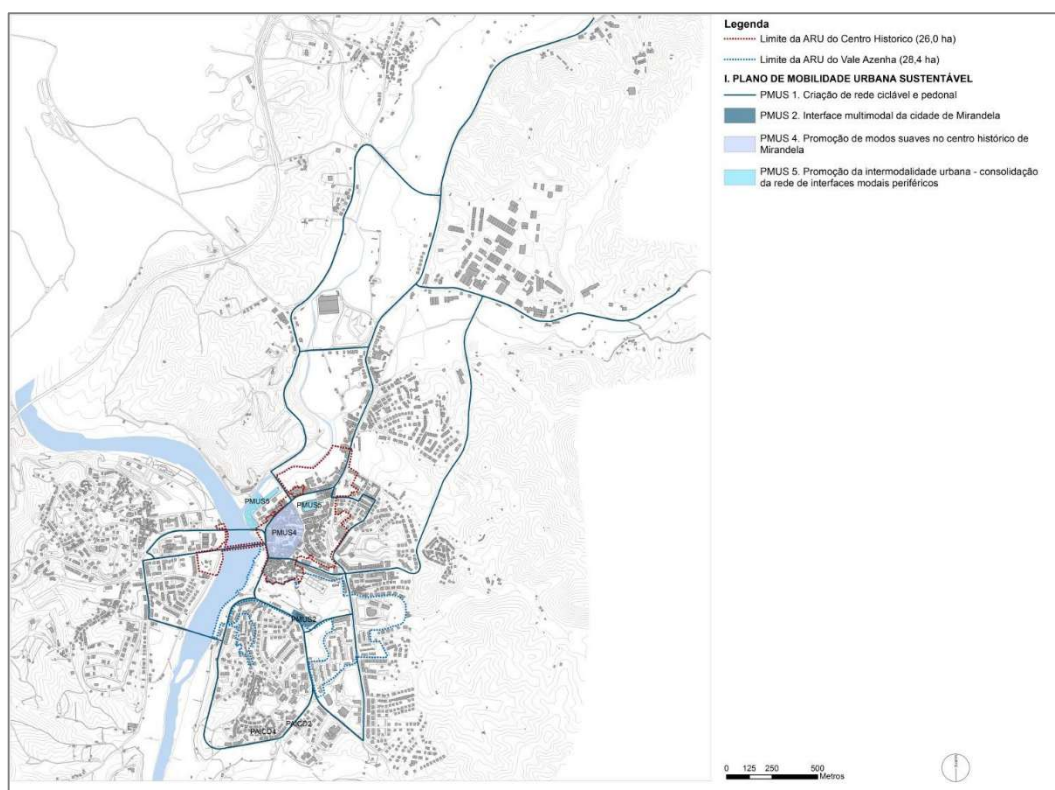
Embora este plano não tenha sido elaborado até à data, por via da oportunidade criada pelo mais recente quadro comunitário, o município de Mirandela, a par dos restantes municípios das Terras de Trás-os-Montes, passou a dispor de um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), elaborado num contexto de âmbito alargado – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – que integrava igualmente as componentes social e de regeneração urbana. O PAMUS com desenvolvimento à escala da CIM-TTM, visa estruturar uma abordagem sub-regional e estabeleceu, enquanto objetivo central de mobilidade urbana sustentável no âmbito do PEDU de Mirandela, a *“Promoção da interconetividade dos diferentes espaços da cidade através de modos suaves de mobilidade, desincentivando o uso do transporte individual nas deslocações curtas quotidianas”*. Neste contexto, e na componente da mobilidade urbana sustentável o PEDU de Mirandela estabeleceu cinco ações, capazes de concretizar as metas estabelecidas no PMUS-TTM:

- PMUS 1 - Criação de rede ciclável e pedonal;
- PMUS 2 - Interface multimodal da cidade de Mirandela;
- PMUS 3 - Sistema integrado de gestão e promoção do transporte público e modos suaves em contexto urbano;



- PMUS 4 - Promoção de modos suaves no centro histórico de Mirandela;
- PMUS 5 - Promoção da intermodalidade urbana - consolidação da rede de interfaces periféricos.

Figura 25: Territorialização dos projetos de intervenção física integrados no PMUS



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, CMM, 2015

A concretização destes projetos, objeto de financiamento comunitário, a par do esforço do município na concretização da implementação de soluções de transporte público alternativas ao transporte coletivo convencional, contribuirão de forma decisiva para a melhoria da mobilidade concelhia e da qualidade do ambiente urbano, e sobretudo para uma maior sustentabilidade, equidade e coesão social e territorial.

3.4.3 Rede de Infraestruturas

A partir de 2000 observou-se uma melhoria significativa ao nível da dotação de redes e sistemas de infraestruturas quer em termos de cobertura territorial quer em termos de qualidade do serviço – destacam-se, por exemplo, a entrada em funcionamento da ETAR de Torre de Dona Chama, a



progressiva substituição de fossas sépticas coletivas por ETAR do tipo compacto e o encerramento da lixeira municipal – prendendo-se os constrangimentos atuais com questões de manutenção e conservação das redes e equipamentos e de necessidade de reforço da capacidade dos sistemas existentes, o que se traduz, globalmente, num grau de cobertura muitíssimo satisfatório.

Face a esse contexto favorável, a revisão do PDM limitou-se a apresentar neste domínio orientações e recomendações com vista à melhoria do funcionamento dos sistemas existentes, até porque, como o Plano refere *“a gestão e programação de intervenções são asseguradas por entidades externas à Autarquia, na maior parte das vezes, equacionadas a nível intermunicipal, extravasando por isso o âmbito deste Plano e a competência da CMM”*.

Uma vez que a gestão e programação das intervenções são asseguradas por entidades externas à autarquia e regra geral desenvolvidas numa escala intermunicipal, são enunciadas algumas das principais intervenções efetuadas ou planeadas desde a entrada em vigor do PDM agora em revisão.

Abastecimento de água

O abastecimento público domiciliário de água apresenta atualmente um funcionamento bastante satisfatório, servindo, quase 100% da população concelhia.

Desde de maio de 2015, com a criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte de Portugal (que resultou da agregação e extinção do Sistema multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de água do sul do Grande Porto, do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, do Sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto e do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste) que a responsabilidade do abastecimento de água passou a ser partilhada entre a Águas do Norte e a Câmara Municipal de Mirandela, sendo a primeira responsável pelos sistemas de Aguieiras e do Azibo e a segunda pelos sistemas individuais.

Tendo em vista garantir o acesso de água em qualidade e quantidade à população, o município inscreveu nas suas Grandes Opções e Orçamento para 2020, a execução de novos furos de captação para reforço de abastecimento nos Eivados, a alteração do ponto de abastecimento em Vale Madeiro, a construção de uma nova conduta de abastecimento desde a adutora das Águas do Norte do Azibo para Cedães, Cedainhos e Vale de Asnes (territórios que têm evidenciado de forma contínua, uma enorme escassez de água de qualidade, sobretudo nos meses mais críticos de verão), assim como a ligação do reservatório de Vila Boa à rede de água do Franco.



Durante os meses de março e abril de 2020 a Câmara Municipal procedeu à limpeza e desinfeção de 77 reservatórios, cuja gestão e manutenção são da sua responsabilidade.

Paralelamente encontra-se em execução o plano de renovação de contadores e substituição de cerca de 1.200 contadores obsoletos. Tendo em vista minimizar as perdas de água melhorando a eficiência da distribuição e a identificação de roturas, o município irá instalar um sistema de monitorização.

Durante o ano de 2019, procedeu-se à renovação de algumas condutas instaladas, bem como à construção de novas redes de fornecimento de água para servir as aldeias de Vila Boa, Cedães, Cedainhos e Vale de Asnes, minimizando os constrangimentos com a falta de água nessas aldeias.

Durante os anos de 2016 e 2017, praticamente foi concluída a construção de redes de abastecimento e tratamento de água potável.

No Esquema 1 em anexo ao presente relatório estão representadas as redes de abastecimento de água existentes ilustrando a cobertura territorial atual.

Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Tal como acontece com as infraestruturas de abastecimento de água, a Câmara Municipal de Mirandela e as Águas do Norte dividem entre si a responsabilidade da recolha e tratamento das águas residuais do concelho. A Autarquia tem a seu cargo a gestão do sistema de recolha de efluentes no interior dos aglomerados e os sistemas autónomos de tratamento – fossas sépticas coletivas e ETAR compactas; por seu lado a Águas do Norte é responsável por três sistemas – Mirandela, Torre de D. Chama e Cachão – e, consequentemente por todas as infraestruturas que lhes estão associadas (ETAR, emissários e estações elevatórias).

Também neste domínio se pode considerar que praticamente a totalidade da população concelhia dispõe de ligação à rede de drenagem (havendo naturalmente ainda habitações isoladas e pequenos aglomerados não servidos) estando mesmo servida por instalações de tratamento, uma vez que quase todos os aglomerados têm sistemas (mais ou menos complexos) de drenagem e tratamento de águas residuais.

Encontram-se previstos para o presente ano, investimentos na separação da rede pluvial da rede de esgotos domésticos, sobretudo junto a linhas de água, bem como a desativação de ligações indevidas. Está igualmente prevista a eliminação de fossas sépticas municipais, construindo no seu lugar ETARs (nomeadamente em Passos e Rego de Vide) e instalação da rede de saneamento em Bronceda e Vale Maior com respetiva ETAR. Em 2019 foram eliminadas as fossas sépticas existentes em Miradeses.



Presentemente, assumem maior dimensão as atividades de manutenção da rede de drenagem de águas residuais que estão sobre a responsabilidade da Câmara Municipal.

No ano de 2016 foram concluídas as intervenções em algumas bacias de drenagem e a substituição de algumas fossas sépticas por ETAR's, nomeadamente em Passos, Eixes, Múrias, entre outros concretizando o aumento da cobertura concelhia.

Tendo em vista a progressiva substituição das fossas sépticas existentes por ETAR compactas, estava também prevista a concretização de 9 novos sistemas autónomos, que passariam a assegurar a recolha e o tratamento em sistema coletivo dos efluentes de Casario/Ervideira/Padual Freixo, Vale Maior, Avantos, Vale de Lobo, Regodeiro, Couços, Lamas de Cavalo, Carvalhais e Palorca. Ao que foi possível apurar, com exceção de Avantos, Carvalhais e Vale de Lobo Carvalhais, os restantes sistemas permanecem por implementar.

Assim, atendendo à favorável situação diagnosticada e às intervenções perspectivadas, recomenda-se, fundamentalmente, uma manutenção periódica e um permanente acompanhamento do funcionamento das estações de tratamento de águas residuais compactas e fossas sépticas coletivas que integram os sistemas individuais.

No Esquema 2 em anexo ao presente relatório estão representadas as redes de drenagem de águas residuais ilustrando a cobertura territorial atual.

Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos

O sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos é gerido pela Resíduos do Nordeste, EIM, (empresa multimunicipal), sendo a recolha indiferenciada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) é efetuada a partir de equipamentos de deposição normalizados, sendo posteriormente encaminhados para o Aterro Sanitário de Urjais, situado no concelho vizinho de Vila Flor, no limite da freguesia de Frechas. Relativamente aos resíduos resultantes da recolha seletiva, recolhidos pela Resíduos do Nordeste, são encaminhados para a Estação de Triagem/Transferência dos Resíduos do Nordeste, em Mirandela.

Não se identificam carências significativas ou disfunções no sistema de recolha e tratamento de RSU no concelho, estando as intervenções previstas essencialmente associadas ao reforço da rede de ecopontos destinados à deposição de resíduos

Têm sido também desenvolvidos investimentos na melhoria da separação de resíduos, sobretudo junto dos setores do comércio e indústria tendo em vista a redução do lixo indiferenciado, contribuindo para a diminuição da tarifa cobrada pela empresa prestadora do serviço de recolhas de resíduos.



O município tem reforçado os equipamentos de limpeza, recolha, tratamento e acondicionamento de resíduos.

O Aterro Sanitário de Urjais, que entrou em funcionamento em 1997 e cujo período de vida útil se estima que termine em 2022, constitui uma mais-valia para a região, assinalando-se ainda a existência de uma Central de Valorização Energética de Biogás e uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, que de acordo com a informação disponibilizada pela Resíduos do Nordeste se encontra em fase de testes.

Mirandela dispõe de dois Ecocentros localizados na zona industrial de Mirandela e na vila de Torre de Dona Chama, também geridos pela empresa Resíduos do Nordeste, onde pode igualmente ser feita a deposição seletiva de resíduos, bem como de resíduos de outra natureza e dimensões, nomeadamente monstros domésticos.

A sensibilização e incentivo das populações e empresas para a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos domésticos e industriais são também ações que devem continuar a ser valorizadas, assumindo uma relevância crucial para a sustentabilidade ambiental do concelho e da região.

Infraestruturas elétricas, de telecomunicação e gasistas

O concelho encontra-se bem-dotado de infraestruturas elétricas e de telecomunicações, não havendo registo de constrangimentos dignos de nota, sendo, contudo, necessário manter uma constante monitorização da situação existente e do funcionamento do serviço.

Presentemente está em curso a conversão da iluminação da cidade do sistema convencional para o sistema LED, que permitirá uma redução dos custos com energia em cerca de 40%. Através de uma parceria com a EDP, o município prosseguirá com esta intenção e estimando que até final de 2020 o norte do concelho possa ter a iluminação pública convertida ao sistema LED.

O abastecimento de gás no concelho de Mirandela é maioritariamente feito com recurso ao gás de botija, constituindo exceção a esta situação a sede de concelho, verificando-se que atualmente uma grande parte da cidade de Mirandela (incluindo a sua zona industrial) está já dotada de rede de abastecimento de gás natural, a vila de Torre de D. Chama e Vale Salgueiro. O abastecimento é da responsabilidade da empresa Sonorgás, Sociedade de Gás do Norte, SA., perspetivando-se a médio/longo prazo a extensão desta rede a um maior número de áreas, devendo a CMM avaliar em conjunto com os organismos competentes a pertinência de abastecer outras áreas com gás natural, desde que tal se afigure, naturalmente, economicamente viável.



3.4.4 Rede de Equipamentos

As redes de equipamentos coletivos constituem uma componente estruturante do tecido social e das dinâmicas territoriais de um município (ou região), enquanto elementos de promoção da qualidade de vida e bem-estar da população, assumindo, também, um papel determinante enquanto suporte das atividades económicas.

A estruturação da rede de equipamentos coletivos no interior do concelho de Mirandela determina a forma como este se organiza do ponto de vista das relações funcionais (sociais, económicas, etc.), das dinâmicas e conexões territoriais, sendo essa estruturação da rede e a forma como a ela se acede um elemento de promoção (ou não) da coesão e equidade internas.

Tratando-se Mirandela de um território vasto em área, caracterizado pela dispersão dos aglomerados, pela baixa densidade e pela forte polarização da sede concelhia, a consolidação de uma rede de equipamentos coletivos capazes de satisfazer as necessidades da sua comunidade enfrenta alguns constrangimentos, designadamente de sustentabilidade financeira.

Ainda assim, pode afirmar-se que o concelho apresenta um bom desempenho ao nível da oferta de equipamentos (e valências), sobretudo nos domínios da educação e saúde, verificando-se ainda carências relevantes ao nível do apoio social a idosos, fruto do crescente envelhecimento populacional e dos novos desafios que se colocam à forma como se assiste a esta população.

No contexto dos equipamentos de ensino, face ao tendencial decréscimo do número de alunos, e tal como vaticinava a revisão do PDM, verificaram-se mudanças pouco significativas no decurso dos últimos anos no que se refere à procura/necessidades de expansão da rede. De assinalar, contudo, as significativas alterações em termos de distribuição espacial dessa oferta que tende a concentrar-se na sua quase totalidade na cidade de Mirandela, fruto da profunda reestruturação da rede operada com a entrada em funcionamento do Centro Escolar de Mirandela, em particular no ensino pré-escola e no 1º ciclo, uma vez que nos restantes níveis de ensino a oferta já se concentrava quase em exclusivo na cidade.

Em 2018 encerram no concelho dois jardins-de-infância e onze escolas do 1º ciclo do ensino básico, passando, no ano letivo 2018/2019, o ensino pré-escolar (oferta pública) a ser ministrado apenas em Mirandela, Torre de D. Chama, Avidagos, Frechas, Passos e Romeu, e o 1º ciclo em Mirandela, Torre de D. Chama e Pereira. No próximo ano letivo apenas Mirandela e Torre de D. Chama irão manter ambas as valências, com fortes penalizações para o bem-estar das crianças que residem nos territórios mais excêntricos face a estes dois polos, que despendem demasiado tempo no percurso casa-escola sobretudo quando recorrem ao transporte escolar.



De referir ainda a aprovação de um conjunto de projetos de investimento de reabilitação do parque escolar de Mirandela, no âmbito dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, e que envolveram a Escola Secundária de Mirandela, a EB Luciano Cordeiro, e as EB n.º 3 e EB n.º 5 de Mirandela, com investimento total na ordem dos 7 milhões de euros.

Em matéria de equipamentos de saúde, o PDM refere no âmbito da sua proposta que face “à *dotação atual e à não expectativa de crescimento demográfico capaz de gerar uma pressão acrescida sobre os equipamentos existentes, não se justifica a necessidade de dotar este município com equipamentos desta natureza*”, reconhecendo vantagens na criação de uma Unidade Móvel de Saúde, que permitiria assegurar uma maior equidade no acesso aos cuidados de saúde primários, nomeadamente da população idosa residente no território rural, geralmente sem acesso a serviços de transporte adequados e com reduzidos recursos económicos. Esta valência ainda não se encontra disponível em Mirandela, porém a sua pertinência mantém-se.

Em matéria de equipamentos de apoio social verifica-se uma boa dotação e diversidade da rede, embora globalmente desajustada, sobretudo no que respeita ao apoio aos idosos, com valências subocupadas e outras atingindo já a lotação total. As propostas do PDM neste domínio referiam a necessidade do aumento da valência creche em Mirandela e Torre de D. Chama, e ampliação da taxa de cobertura (até 2026) das estruturas de apoio à 3ª idade, propondo-se o redimensionamento do apoio prestado pelos centros de dia (subocupados) a favor do investimento no apoio domiciliário e nos lares; neste domínio, até à data apenas foi ampliada a capacidade da valência creche na cidade de Mirandela.

Em termos de dotação global, a rede de equipamentos desportivos é manifestamente suficiente para as necessidades da população, verificando-se, contudo, desajustes assinaláveis no tipo de oferta face às características da população residente a servir. Ainda assim, com recurso a financiamento comunitário, foram construídos polidesportivos em Contins e Cedães, e intervencionado o campo de futebol da Reginorde.

Enquanto referência a nível nacional no âmbito do desenvolvimento de atividades desportivas não formais, Mirandela deve procurar acolher todo o tipo de instalações que não só ampliem e diversifiquem a oferta existente, mas que possuam capacidade de alavancar o desenvolvimento económico do concelho. Foi com esse objetivo, e indo ao encontro do que era a estratégia de desenvolvimento de então, que o PDM propôs a delimitação de duas UOPG – U2- Complexo Desportivo de Mirandela (atividades desportivas formais) e a U4- Complexo da Maravilha (atividades desportivas informais de abrangência regional) – ambas por concretizar à data.



3.5 O PDM EM VIGOR

3.5.1 Grau de execução da 1ª Revisão do PDM

Em matéria de **proposta de ordenamento**, e embora não se pretenda no âmbito do presente documento efetuar uma análise detalhada ao grau de consolidação da ocupação dos espaços urbanos, entende-se ser de abordar sistematicamente alguns princípios subjacentes à sua delimitação, uma vez que as alterações operadas no âmbito do contexto legal, conduzirão, à necessidade de reavaliação de algumas das opções de então, designadamente por via da “extinção” das subcategorias de solo urbanizável.

De referir, então, que apesar do progressivo decréscimo populacional a que se tem vindo a assistir desde o início do século, a proposta de ordenamento da revisão do PDM entendeu justificar-se a ampliação de perímetros urbanos, corrigindo por um lado os desajustes da delimitação das áreas que se destinavam à expansão dos aglomerados, mas sobretudo, disponibilizando áreas com margem para o crescimento urbano, diminuindo a pressão sobre o solo rural envolvente e evitando o aparecimento de fenómenos de dispersão da ocupação.

No âmbito da construção da proposta de ordenamento da revisão do PDM foi feita uma análise individualizada de cada um dos perímetros urbanos que então vigoravam tendo-se concluído que dos 1.436ha de solo urbano cerca de 39% se encontravam por ocupar, tendo contudo sido contabilizados 682ha de áreas edificadas fora dos limites do solo urbano (e adjacentes a este), o que espelha o desajuste da delimitação de então, e que a planta de ordenamento atual veio corrigir, acolhendo aquelas que são as áreas edificadas e ponderando a manutenção ou não dos “vazios”.

Atualmente, a delimitação das áreas integradas no solo urbanizável terá de ser integralmente revista – em particular as referidas áreas de “vazio” –, avaliando com acuidade o seu grau de ocupação/infraestruturação, e consequentemente a sua manutenção em categoria de solo urbano ou a sua reclassificação em solo rústico. A ponderação relativamente à classificação destas áreas terá de ocorrer a breve trecho, sob pena de Mirandela ver o seu PDM parcialmente suspenso, por via do não cumprimento da adaptação à classificação do solo prevista no atual RJIGT.

Em matéria de **condicionantes** ao uso e transformação do solo, este é um domínio em constante mutação fruto de alterações legislativas que vão ocorrendo ou de mudanças operadas no território em contextos diversos.



O **Programa de Execução**, era conceitualmente, à data de elaboração do PDM, o seu documento operativo, contendo as “disposições indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas” no horizonte do plano.

Assim, no contexto da reflexão associada ao processo técnico de elaboração do Plano, foram identificados projetos e ações de carácter programático e/ou estratégico que permitem materializar os objetivos e proposta do Plano, nas suas múltiplas dimensões. O Programa de Execução do Plano tem então como objetivo central demonstrar *“a forma como se executarão as intervenções de iniciativa ou responsabilidade municipal previstas e necessárias à concretização da estratégia de desenvolvimento municipal e da proposta de ordenamento definidas”*.

Apresenta-se seguidamente o quadro síntese do Programa de Execução da 1ª Revisão do PDM, com indicação do grau de concretização de cada uma das ações, no momento atual.

Quadro 17: Quadro síntese do Programa de Execução do PDM em vigor (2015)

Domínio Intervenção	Projetos/ Ações	Prioridade de Execução			Entidade responsável	Grau de concretização
		1	2	3		
Requalificação Urbana e Ambiente	Requalificação do núcleo antigo de Abreiro		X		CM	NC
	Requalificação do núcleo antigo de Romeu		X		CM	NC
	Requalificação do núcleo antigo de T.D. Chama		X		CM/ privados	NC
	Requalificação do núcleo antigo de Vale de Telhas		X		CM	NC
Acessibilidades, Transportes e Infraestruturas	Integração dos sistemas individuais de abastecimento de água no sistema multimunicipal da AdN			X	AdN	*
	Renovação dos sistemas autónomos de drenagem e tratamento de águas residuais em S. Pedro de Vale do Conde e Múrias	X			CM	*
	Implementação de sistemas autónomos de drenagem e tratamento de águas residuais em Casario/Ervideira/Pádua-Freixo, Vale Maior, Avantos, Vale de Lobo, Regodeiro, Couços, Lamas de Cavallo, Carvalhal e Palorca	X			CM	*
	Substituição de fossas sépticas coletivas por ETAR de pequenas dimensões (tipo compacta)		X		CM	PC
	Implementação (progressiva) de rede de águas pluviais	X			CM	NC
	Pavimentação das vias V, W e X (ligação entre Vila Boa, Avidagos e Cobro)	X			CM	NC
	Repavimentação dos troços das EM554 (acesso sul a Vale de Prados), EM555 (acesso a Vale Bom Pitez), CM1083 (acesso a Regodeiro) e CM1086	X			CM	PC

Domínio Intervenção	Projetos/ Ações		Prioridade de Execução			Entidade responsável	Grau de concretização
			1	2	3		
	Introdução de medidas de acalmia de tráfego nos aglomerados atravessados por vias da rede nacional				X	IP, SA	NC
	Implementação de soluções de transporte público de passageiros alternativas ao transporte convencional		X			CM/ Operadores transportes	PC
Habitação e Equipamentos Coletivos	Resolução das carências habitacionais existentes/ Incremento de oferta da habitação social e/ou a custos controlados		X			CM	NC
	Ampliação da capacidade da valência creche na cidade de Mirandela			X		CM/ IPSS/ privados	PC
	Dotação da valência creche em Torre de D. Chama			X		IPSS	*
	Ampliação da valência lar (diversos aglomerados do concelho)					IPSS	NC
	Disponibilização de uma Unidade Móvel de Saúde			X		Administração central	NC
	Reconversão de campos de jogos de alguns aglomerados em espaços desportivos informais		X			CM	*
	Núcleo museológico do Careto e das Artes e Ofícios Tradicionais (Torre de D. Chama)		X			CM / JF Torre D. Chama	*
Planeamento e Gestão	Urbanização dos espaços residenciais	Abambres		X		CM	NC
		Vale de Juncal		X		CM	NC
		Abreiro		X		CM	NC
		Chairos		X		CM	NC
		Alvites		X		CM	NC
		Bouça		X		CM	NC
		Cruzamento da Bouça		X		CM	NC
		Cabanelas		X		CM	NC
		Caravelas		X		CM	NC
		Carvalhais		X		CM	NC
		Contins		X		CM	NC
		Vila Nova das Patas		X		CM	NC
		Vilar de Ledra		X		CM	NC
		Cedães		X		CM	NC
		Fradizela		X		CM	NC
		Cachão		X		CM	NC
		Frechas		X		CM	NC
		Vale de Sancha		X		CM	NC
		Lamas de Orelhão		X		CM	NC
		Mascarenhas		X		CM	NC
		Mirandela		X		CM	NC
		Vale de Madeiro		X		CM	NC
		Múrias		X		CM	NC
		Vale de Prados		X		CM	NC
		Passos		X		CM	NC
		S. Pedro Velho		X		CM	NC



Domínio Intervenção	Projetos/ Ações	Prioridade de Execução			Entidade responsável	Grau de concretização
		1	2	3		
	S. Salvador		X		CM	NC
	Eixes		X		CM	NC
	Suçães		X		CM	NC
	Guide		X		CM	NC
	Torre de Dona Chama		X		CM	NC
	Avantos		X		CM	NC
	Vale de Couço		X		CM	NC
	Vimieiro		X		CM	NC
	Avidagos		X		CM	NC
	Navalho		X		CM	NC
	Pereira		X		CM	NC
	Barcel		X		CM	NC
	Marmelos		X		CM	NC
	S. Pedro de Vale do Conde		X		CM	NC
	Franco		X		CM	NC
	Vila Boa		X		CM	NC
	Freixeda		X		CM	NC
	Vila Verde		X		CM	NC
	Vale de Asnes		X		CM	NC
	Vale de Gouvinhas		X		CM	NC
	Vale de Salgueiro		X		CM	NC
	Vale de Telhas		X		CM	NC
Urbanização esp. ativ. económicas	Cruzamento da Bouça	X			CM	NC
	Torre de D. Chama	X			CM	NC
	Expansão do espaço de atividades económicas – V. N. das Patas (Pavimir)		X		Privados	NC
	Unidade Operativa de planeamento e gestão U1 – Cidade de Mirandela			X	CM	NC
	Unidade Operativa de planeamento e gestão U2 – Parque desportivo de Mirandela			X	CM	NC
	Unidade Operativa de planeamento e gestão U3 – Área de localização empresarial de V. N. das Patas			X	Privados	NC
	Unidade Operativa de planeamento e gestão U4 – Complexo da Maravilha			X	CM	NC
	Unidade Operativa de planeamento e gestão U5 – Quinta da Raposa		X		Privados	NC
	Unidade Operativa de planeamento e gestão U6 – Torre de D. Chama – expansão Norte		X		CM / JFTDC/ privados	NC
	Unidade Operativa de planeamento e gestão U7 – Expansão da Zona Industrial de Mirandela		X		CM	PC

NOTAS

Prioridade de Execução: 1- projetos/ações cuja realização deverá ser iniciada nos primeiros 3 anos de vigência do Plano; 2- projetos/ações cuja realização deverá ser iniciada entre os anos 4 e 7; 3- projetos/ações a iniciar nos anos subsequentes.

Grau de concretização: C- Concretizado na totalidade; PC- Concretizado parcialmente; NC- Não concretizado; *- informação não apurada



O quadro acima permite concluir, que de entre os projetos/ações de prioridade 1 (a iniciar entre 2015 e 2018), a maioria não foi ainda concretizada, contudo, decorridos menos de quatro anos desde a sua vigência, e mais uma vez lembrando, os constrangimentos económico-financeiros sentidos em todo o país, não era expectável um elevado grau de concretização do Plano. Este facto, poderá, no entanto, indiciar algum desajuste relativamente aquelas que eram as propostas de intervenção do Plano às necessidades e expectativas de desenvolvimento atuais do município, o que recomenda a sua ponderação, designadamente, no âmbito de uma revisão deste PMOT.

Pela importância que tem assumido nos anos mais recentes, entende-se ser de enquadrar a intervenção municipal no âmbito do Portugal 2020 (atual quadro de aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento), identificando os projetos de investimento aprovados ou em aprovação.

O município de Mirandela tem vindo a submeter a apoio financeiro um vasto conjunto de propostas de investimento no âmbito de candidaturas aos diferentes programas existentes, algumas já referenciadas anteriormente no contexto de temáticas específicas. No quadro seguinte são identificados outros projetos de investimento aprovados e relevantes no contexto da intervenção municipal para o domínio do ordenamento do território.

Foram ainda aprovados diversos projetos de investimento em domínios não relacionados (direta ou indiretamente) com a componente do ordenamento territorial, mas ainda assim relevantes para a melhoria da competitividade, sustentabilidade e integração sociais e territoriais do concelho – p.e., o projeto de reabilitação e eficiência energética na rede de iluminação pública da cidade de Mirandela – ou para a capacitação social das comunidades residentes – p.e., projeto “Hoje há escola/retorno à aprendizagem”.

De referir finalmente que houve um conjunto de projetos cuja candidatura foi apresentada, porém o seu financiamento não foi aprovado, podendo vir ainda assim a concretizar-se com recurso a fontes de financiamento internas do município; de entre estes destacam-se diversos projetos/ações no domínio da promoção e revitalização do património construído e da conservação, proteção e promoção do património natural concelhio, bem como a ligação ao sistema de abastecimento de água “em alta” dos aglomerados de Cedães, Cedaínhos e Vale de Asnes.



REVISÃO DO
PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE
MIRANDELA



(página propositadamente deixada em branco)

Quadro 18: Operações objeto de candidatura no âmbito do Portugal 2020

Ano	Operação	Descrição	Valor elegível (€)	Valor financiado (€)	Observações
2015	Complexo Reginorde - Grande Campo de Jogos de Relva Sintética	Campo de futebol caracterizada pela componente de construção civil de preparação de base	269 990	229 491	Aprovada e Executado
	Variante Urbana Oeste a Mirandela	Equipamento de sinalização e segurança no acesso ao nó oeste da A4	81 750	69 488	Aprovada e Executado
	Equipamentos Polivalentes - Aglomerados Urbanos de Cedães e Contins	Construção de polidesportivo em Contins e em Cedães.	150 465	127 895	Aprovada e Executado
	Elaboração do PEDU de Mirandela	Apoio técnico para a elaboração do Plano	29 411	25 000	Aprovada e Executado
	Elaboração de cadastro dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais do município de Mirandela	Elaboração de cadastro e solução de mobilidade operacional e do respetivo SIG de suporte	142 577	121 190	Aprovada e Executado
2016	Área de Acolhimento Empresarial de Mirandela	-	3 131 846	2 662 069	Aprovado - pré candidatura
	Intervenções de emergência em infraestruturas rodoviárias municipais	Construção de muros em várias vias do concelho e reparação da EM578 de acesso a Trindade	207 527	16 913	Aprovado/ Executado
	Construção de Estação Elevatória de Águas Residuais em Vilares da Torre	-	60 420	51 357	Aprovado/ Executado
	EB Luciano Cordeiro, Mirandela (Polo Escolar EB1 de Mirandela)	PDCT- Reabilitação do Parque Escolar de Mirandela: fornecimento de mobiliário escolar para a Escola Luciano Cordeiro e para as EB n.º3 e n.º 5 de Mirandela	842 603	716 213	Aprovado/ Executado
	EB n.º 3 de Mirandela		1 291 575	1 097 839	Aprovado/ Executado
	EB n.º 5 de Mirandela		1 315 820	1 118 447	Aprovado/ Execução
	Rede de drenagem de águas residuais e ETAR em Avidagos	-	148 330	118 803	Aprovado/ Executado



Ano	Operação	Descrição	Valor elegível (€)	Valor financiado (€)	Observações
	PAMUS -Melhoria da ligação dos espaços interurbanos em modos suaves	Obras diversas em Mirandela -passeios e passadeiras	146 342	122 169	Aprovado/ Executado
	Eliminação de obstáculos à circulação das pessoas com mobilidade reduzida - Acesso ao Paço dos Távoras	-	23 320	20 988	Aprovado/ Executado
	Escola Secundária de Mirandela	PDCT- Reabilitação do Parque Escolar de Mirandela: ES de Mirandela	3 759 274	2 029 166	Aprovado/ Execução
	PAMUS1: Criação da rede ciclável e via pedonal	Rede ciclável e via pedonal em troço da R. da República, Av. das Comunidades Europeias, Av. Duques de Bragança, acesso A4, Av. Galiza e troço da R. Rafael Bordalo Pinheiro	1 028 377	874 121	Aprovado/ Executado
	PARU 1: Reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo	-	1 812 590	1 540 701	Aprovado/ Execução
	PAMUS 4: Promoção de modos suaves no centro histórico de Mirandela		106 448	90 481	Aprovado/ Executado
	Valorização turística da linha do Tua - troço de Mirandela"	-	444 444	400 000	Aprovado
	PAMUS 1: Criação de via pedonal	Via pedonal em troço da Eng.º José Machado Vaz"	146 481	124 508	Aprovado/ Execução
2018	Área de Localização Empresarial de Mirandela	-	2 635 929	2 240 540	Aguarda Decisão

Fonte: CMM, fevereiro 2019



3.5.2 Constrangimentos do PDM em vigor

Durante o período de vigência da primeira versão do PDM (1994-2015) a gestão urbanística do território concelhio enfrentou alguns constrangimentos, sobretudo nos últimos anos da sua vigência, em grande medida associados ao tempo decorrido desde a sua elaboração, à desadequação deste instrumento à evolução a que a realidade concelhia foi assistindo e às ferramentas técnicas que, entretanto, passaram a estar disponíveis. Com a entrada em vigor da 1ª Revisão do PDM o município passou a dispor de um documento atualizado e ajustado ao contexto e realidade, e capaz de melhor servir os interesses do município e dos seus munícipes em matéria de ordenamento territorial.

Se o principal constrangimento associado ao PDM de 1994 decorria do tempo durante o qual este instrumento vigorou (cerca de 20 anos), os constrangimentos desta 1ª revisão decorrem sobretudo do facto de atualmente se dispor de informação e ferramentas muitíssimo rigorosas, que permitem que toda a análise urbanística e gestão de procedimentos possa ser realizada de forma bem mais detalhada, permitindo assim que se destaquem as fragilidades do documento.

Também o atual momento é completamente distinto, estando agora a prática de planeamento perfeitamente consolidada e enraizada nos municípios, que dispõem de recursos técnicos (materiais e humanos) capazes de identificar de forma crítica incorreções, omissões, etc.

É nesse sentido que os técnicos municipais têm vindo a identificar e sistematizar um conjunto de inconsistências e até incompatibilidades presentes nos elementos que constituem o plano, e cuja resolução deverá ser prioritária no âmbito de um procedimento de revisão. Genericamente, as situações referidas podem ser tipificadas da seguinte forma:

- Discrepância entre diferentes elementos do Plano:
 - ✓ incoerências entre a informação cartografada na planta de ordenamento e na planta de condicionantes, sem aparente fundamentação.
- Inconsistências regulamentares:
 - ✓ sobreposição de normas regulamentares com regime específico associado a condicionantes (p.e. regimes jurídicos da RAN e REN);
 - ✓ conflitos entre índices e parâmetros urbanísticos nos quadros de edificabilidade;
 - ✓ erros/desadequação em alguma terminologia adotada;
- Desatualização regulamentar fruto de alterações legislativas posteriores à entrada em vigor da revisão do plano - legislação relativa à atividade industrial, proteção da floresta contra incêndio, etc.



Está ainda identificado um conjunto de pequenas alterações à classificação e qualificação do solo que o município entende que devem ser desencadeadas de forma a poder dar resposta a solicitações que têm vindo a ser apresentadas pelos seus munícipes, e que abrangem uma grande diversidade de situações, quer em termos de fundamentação, quer de complexidade de análise, sendo, naturalmente um contexto de revisão o momento mais adequado à sua ponderação.

Apesar das questões elencadas, o município não considera que haja constrangimentos relevantes associados à aplicação do atual PDM, não se identificando, por exemplo obstáculos à gestão do território, nem entraves à concretização daquelas que eram as opções estratégicas e de política municipal. Ainda assim, todas estas situações, bem como outras que possam, entretanto, vir a ser identificadas, deverão ser objeto de correção de forma a melhorar aquele que é o instrumento primordial da política municipal de ordenamento do território e urbanismo.

De notar, por fim, que o atual PDM visava a concretização daquelas que eram as opções estratégicas e as orientações de política do executivo de então (2015), pelo que, face à mudança política entretanto operada, há naturalmente que promover uma adequação da estratégica e de algumas opções de ordenamento tendo em consideração, não só os desenvolvimentos ocorridos nos últimos 5 anos, como as oportunidades identificadas.

3.6 OCUPAÇÃO DO SOLO

A análise da ocupação do solo atual do concelho recorre, no essencial às seguintes fontes de informação: a Carta de Ocupação do Solo 2018 (COS 2018) da Direção-Geral do Território; os dados estatísticos do 6º Inventário Florestal Nacional (IFN) do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e o Recenseamento Agrícola, promovido pelo INE.

Em termos gerais a ocupação do solo no concelho de Mirandela, possui as seguintes características dominantes: a norte da cidade de Mirandela, predominam duas grandes manchas agrícolas, principalmente ocupadas por culturas permanentes, separadas por uma mancha florestal, de floresta de resinosas e folhosas e matos de vegetação arbustiva e herbácea; a sul da cidade predominam as manchas florestais, sobretudo de sobreiro, existindo a sudoeste uma grande área agrícola, onde a tipologia dominante é também as culturas permanentes; as zonas que acompanham o limite do concelho são sobretudo ocupadas por tipologias florestais, nomeadamente floresta de resinosas e matos de vegetação arbustiva e herbácea.

Seguidamente procede-se a uma análise mais detalhada da forma como o concelho é presentemente ocupado.



3.6.1 Análise da COS 2018

A planta da atualização do uso e ocupação do solo (peça desenhada n.º 01) foi, conforme já referido, elaborada com base na COS 2018. A série COS iniciou-se em 1990 e foi atualizada para os anos 1995, 2007, 2010, 2015 e 2018. A COS2018 foi produzida por atualização da COS2015, o que significa que em áreas sem alterações do território a COS2018 será exatamente igual à COS2015, promovendo-se assim a consistência espacial e temática da cartografia. A peça desenhada resulta na análise da informação da COS2018 conjuntamente com a consulta de ortofotomapas disponibilizados pela CMM (2018).

A COS2018 foi elaborada em formato vetorial com uma unidade mínima cartográfica de 1ha e uma distância mínima entre linhas de 20 metros, e foi produzida por interpretação visual de ortofotos com quatro bandas espectrais (azul, verde, vermelho e infravermelho próximo) e uma resolução espacial de 25 cm. No processo de produção, bem como no controlo de qualidade, foram utilizadas bases de dados auxiliares provenientes de fontes diversas, incluindo séries multitemporais inter e intra-anuais de imagens de satélite. A COS 2018 possui uma exatidão posicional melhor ou igual a 5,5m e uma exatidão temática maior ou igual a 85%.

A carta COS2018 foi adaptada, para o presente contexto, onde se optou por juntar algumas classes da COS para criar classes de tipologias dominantes para representar a ocupação do solo no concelho. No que respeita aos territórios artificializados foi efetuada uma adequação ao tipo de artificialização e ao seu contexto (consolante se localizam em meio urbano ou rural).

Posto isto, as classes de ocupação do solo do COS2018 agregam-se em vários usos dominantes, designadamente:

I. Territórios artificializados, correspondem a superfícies de território destinadas a atividades de intervenção humana. Esta classe inclui áreas de tecido edificado, áreas industriais, áreas comerciais, áreas dedicadas ao turismo, infraestruturas, rede rodoviária e ferroviária, áreas de serviços, jardins e equipamentos, tendo-se optado por subdividir em 3 grupos com as respetivas subdivisões:

- Áreas artificializadas urbanizadas que consistem essencialmente em zonas construídas de tipologia urbana como tal urbanizadas ou edificadas, dotadas de infraestruturas urbanas. Estas zonas podem ser classificadas em áreas de tecido edificado contínuo e tecido edificado descontínuo, incluindo espaços vazios como sejam áreas de estacionamento, logradouros e espaços vazios sem construção:



- ✓ Mistas e/ou predominantemente habitacionais - Correspondem a áreas ocupadas por usos mistos que integram funções habitacionais e uma oferta diversificada de atividades terciárias e outras utilizações compatíveis uso. Estas áreas encontram-se presentes nos aglomerados de maior dimensão.
- ✓ Equipamentos - Áreas localizadas predominantemente em meio urbano ocupadas por edificações e espaços edificados afetos à provisão de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos nos domínios da saúde, da educação, da cultura e do desporto, da justiça, da segurança social, da segurança pública e da proteção civil, etc. Identificaram-se áreas artificializadas de equipamentos em alguns aglomerados, nomeadamente em algumas sedes de freguesia (Mirandela, Torre Dona Chama, Cedães, etc.).
- ✓ Indústria, comércio e instalações agrícolas - Áreas ocupadas por atividades económicas, nomeadamente relacionadas com atividades industriais, de armazenagem, de logística, de comércio e atividades agrícolas. Embora as áreas artificializadas de indústria, comércio e instalações agrícolas de maior dimensão se situem junto da sede de concelho, identificaram-se outras dispersas um pouco por todo o território concelhio (p.e. em São Pedro Velho, Cachão, Cruzamento de Bouça, etc.).
- ✓ Infraestruturas - Áreas afetas às infraestruturas territoriais de suporte ao funcionamento do território no seu todo. Identificou-se como área artificializada urbanizada de infraestruturas o espaço ocupado pela ETAR do Cachão.
- Áreas parcialmente artificializadas correspondem a espaços parcialmente urbanizados ou edificados, regra geral dotados de infraestruturas urbanas. Estas áreas subdividem-se em
 - ✓ Infraestruturadas não edificadas - Tratam-se de áreas infraestruturadas que embora contiguas a áreas edificadas destinadas a atividades de intervenção humana, ainda não possuem edificações.
 - ✓ De baixa densidade e predominantemente habitacionais - Áreas edificadas, com utilização predominantemente habitacional e de apoio a atividades praticadas nas áreas agrícolas, agroflorestais e/ou florestais, que regra geral integram também edifícios destinados à prestação de serviços de proximidade sendo servidas de infraestruturas.
 - ✓ Com edificação dispersa - Correspondem a áreas edificadas onde a ocupação habitacional se entrecruza com áreas agrícolas, agroflorestais e/ou florestais.
 - ✓ Parques e Jardins - Incluem espaços formais, afetos ao acolhimento de atividades de ar livre de recreio e lazer



- Áreas artificializadas isoladas correspondem a áreas destacadas das restantes áreas edificadas que, no caso de Mirandela, surgem em meio rural afetadas a equipamentos (póidesportivo de Torre Dona Chama e a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais/Mirandela), indústrias (p.e. instalações da Pavimir, a nordeste de Mirandela e a Quinta do Valongo), infraestruturas (Aero Clube de Mirandela e a ETAR de Mirandela), turismo (Parque de Campismo de Mirandela), Extração Inertes Depósito Resíduos Estaleiros Construção e Corredores Viários.

II. Áreas agrícolas, pastagens e áreas agroflorestais, correspondem a áreas utilizadas para agricultura, constituída por culturas anuais, culturas permanentes e agricultura protegida e viveiros, bem como áreas de pastagens com ou sem intervenção humana ocupadas com vegetação essencialmente do tipo herbácea, e ainda as superfícies agroflorestais que consistem na consociação (associação vertical numa mesma parcela) de culturas temporárias e/ou pastagens e/ou culturas permanentes com espécies florestais, onde se integram os seguintes subespaços:

- Culturas temporárias – as culturas temporárias são aquelas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (anuais) e as que não sendo anuais são ressemeadas com intervalos que não excedem os 5 anos (e.g. morangos, espargos). Estas culturas encontram-se normalmente sob regime de rotação anual ou plurianual. Inclui culturas regadas e não regadas. Inclui também terrenos em regime de pousio agrícola até um máximo de 5 anos. Surgem de norte a sul do concelho, concentrando-se as áreas maiores destas culturas nas proximidades de linhas de água. As áreas de maior dimensão localizam-se a oeste de Vilar d'Ouro, a sul de Vilares, a norte de Vila Nova das Patas e a este de Passos, em que as principais culturas são as culturas anuais, de sequeiro e de regadio e as hortícolas. Refere-se que as culturas hortícolas, de menor expressão espacial, são sobretudo perceptíveis na envolvente dos aglomerados urbanos, tendo um carácter de produção para subsistência familiar;
- Culturas permanentes – são áreas de culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas, não entrando em rotações culturais. No caso das árvores de fruto só são considerados os povoamentos com densidade mínima de 100 árvores/ha ou de 45 árvores/ha no caso de oliveiras, figueiras e árvores de frutos secos. Fazem parte desta classe os pomares, olivais e vinhas para produção. Tal como as culturas temporárias, as culturas permanentes desenvolvem-se um pouco por todo o concelho, mas com um carácter claramente dominante face às culturas temporárias. As áreas de maior dimensão localizam-se principalmente a norte da cidade, com a presença predominante de vinha,



pomar e olival. Associada à presença destas culturas está a importante atividade de produção de azeite e vinho, classificados como produtos de qualidade. A vinha, com menor expressão, localiza-se mais a norte do concelho. Os olivais são sem dúvida a cultura de maior expressão no território de Mirandela, de norte a sul. Os pomares, também com uma extensão considerável, têm uma maior incidência no sul do concelho de Mirandela, sendo a amendoeira a cultura mais relevante;

- Áreas agrícolas heterogéneas – são áreas agrícolas com diversos tipos de associações entre culturas temporárias, pastagens, culturas permanentes e áreas de floresta e/ou vegetação natural, e/ou zonas húmidas e/ou corpos de água. São constituídas por parcelas com ocupação agrícola diversa e encontram-se dispersas pelo concelho, onde predominam os olivais com culturas temporárias em sub coberto, nomeadamente vinha. Predominam manchas concentradas desta tipologia a norte de S. Pedro Velho, envolvente de Torre de Dona Chama, envolvente a Caravelas e ainda na envolvente de Vila Boa. Inclui ainda estufas e viveiros que no concelho de Mirandela são em reduzido número e de pequena dimensão;
- Pastagens melhoradas – são áreas permanentemente ocupadas (por um período superior ou igual a 5 anos) com vegetação essencialmente do tipo herbácea, quer cultivada (semeada) quer natural (espontânea), que não estejam incluídas no sistema de rotação da exploração. Estas áreas são frequentemente melhoradas por adubações, cultivos, sementeiras ou drenagens. São utilizadas de forma intensiva e geralmente sujeitas a pastoreio, mas acessoriamente podem ser cortadas para silagem ou feno. Estas áreas têm frequentemente estruturas agrícolas tais como sebes ou cercados, abrigos, comedouros e bebedouros. Apresentam pouca expressão no território, embora se distribuam por todo o concelho, concentrando-se as áreas de maior dimensão principalmente a norte do concelho, existindo áreas com mais de 15 ha;
- Pastagens espontâneas – Zonas de vegetação herbácea em que esta ocupa uma área superior ou igual a 25% da superfície e que se desenvolvem sem adubação, cultivos, sementeiras ou drenagens. Estas áreas podem ser utilizadas de forma extensiva para pastoreio (pastagens espontâneas pobres). Apresentam pouca expressão no território, sendo compostas por parcelas de pequena dimensão (sensivelmente entre 1 e 3 ha) distribuídas por todo o território;
- Superfícies agroflorestais de sobreiro - As superfícies agroflorestais de sobreiro consistem na consociação (associação vertical numa mesma parcela) de culturas temporárias e/ou pastagens (melhoradas ou espontâneas pobres) e/ou culturas permanentes com sobreiro (*Quercus suber*) com um grau de coberto superior ou igual a 10%. Em Mirandela localizam-



se na metade sul do concelho, em manchas de reduzida dimensão e com pouca expressão no território, em que a metade de manchas que apresenta maior dimensão tem entre 7 e 24 ha.

III. Florestas e matos, correspondem a terrenos com uso florestal, ocupados por árvores florestais, ou temporariamente desarborizados em resultado de cortes culturais ou cortes extraordinários devidos a perturbações bióticas (pragas, doenças) ou abióticas (incêndios, tempestades). As árvores originadas por regeneração natural, sementeira ou plantação, devem atingir uma altura maior ou igual a 5 metros. Inclui ainda áreas naturais de vegetação espontânea, pouco ou muito densa, em que o coberto arbustivo (e.g., urzes, silvas, giestas, tojos, zambujeiro) é superior ou igual a 25%. Integram os seguintes subespaços:

- Florestas de sobreiro – Florestas em que as espécies arbóreas angiospérmicas são as espécies dominantes do coberto arbóreo, no caso concreto sobreiro (*Quercus suber*), que se localizam com bastante presença em todo o concelho, sendo de destacar o forte domínio na área integrada no SIC Romeu;
- Florestas de azinheira - Florestas em que as espécies arbóreas angiospérmicas são as espécies dominantes do coberto arbóreo, no caso concreto azinheira (*Quercus rotundifolia*), que se localizam de forma pontual e com pouca expressão territorial, sendo de destacar a mancha existente a Este da cidade de Mirandela;
- Florestas de outros carvalhos - Florestas em que as espécies arbóreas angiospérmicas são as espécies dominantes do coberto arbóreo, no caso concreto o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), carvalho alvarinho (*Quercus robur*), carvalho português (*Quercus faginea*), ou de outros carvalhos, em que as manchas se localizam com maior incidência no nordeste do concelho, destacando-se uma grande mancha a oeste de Torre de Dona Chama e as várias manchas a sul de Múrias;
- Florestas de castanheiro - Florestas em que as espécies arbóreas angiospérmicas são as espécies dominantes do coberto arbóreo, no caso concreto castanheiro (*Castanea sativa*), que apresentam pouca expressão no território, sendo apenas de destacar as manchas a norte de Caravelas;
- Florestas de outras folhosas - Florestas em que as espécies arbóreas angiospérmicas são as espécies dominantes do coberto arbóreo, no caso concreto o eucalipto (*Eucalyptus spp.*), ou espécie florestal classificada como invasora (e.g. *Acacia dealbata*, *Ailanthus altissima*), ou outras folhosas (e.g. *Salix spp.*, *Populus spp.*, *Platanus spp.*, *Alnus glutinosa*, etc.). O eucalipto localiza-se sobretudo no sul do concelho e a norte de Mascarenhas, as acácias não têm praticamente expressão, correspondendo apenas a 2 manchas de 1 ha cada na



zona de Passos e Suções, e as outras folhosas representam, principalmente, as galerias ripícolas das linhas de água de maior expressão no território;

- Florestas de resinosas - Florestas em que as espécies arbóreas gimnospérmicas são as espécies dominantes do coberto florestal, no caso concreto pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), pinheiro manso (*Pinus pinea*) ou outras resinosas (e.g. *Pseudotsuga menziesii*, *Pinus halepensis*, *Pinus sylvestris*, *Picea spp.*, *Abies spp.*, *Larix spp.*, *Cryptomeria japonica*). O pinheiro bravo surge com grande expressão territorial, nas zonas norte e oeste do concelho, com algumas manchas de dimensão considerável, o pinheiro manso tem uma expressão reduzida e com manchas de pequena dimensão destacando-se apenas uma macha a oeste de Suções com dimensão razoável. As manchas com outras resinosas surgem mais concentradas, principalmente, na envolvente de Avidagos;
- Matos – Em termos de localização, os matos de áreas naturais de vegetação espontânea, compostos por vegetação arbustiva e herbácea, distribuem-se por todo o concelho, com maior expressividade através de áreas de maior dimensão, na zona central e na zona sudoeste do concelho, ocorrendo as áreas de maior dimensão a sul de Cedães.

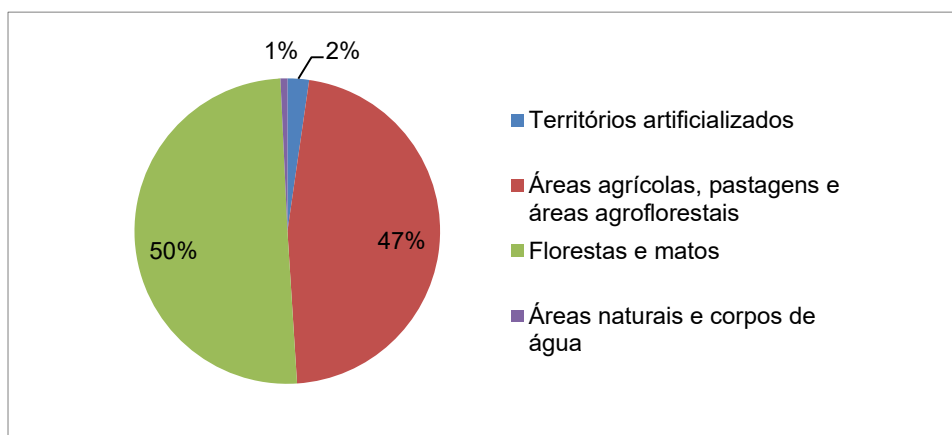
IV. Áreas naturais e corpos de água, correspondem a áreas naturais com pouca ou nenhuma vegetação em que se incluem rocha nua e vegetação esparsa em que a superfície com vegetação arbustiva e herbácea ocupa uma área inferior a 25%. Inclui também áreas interiores cobertas temporariamente ou permanentemente por água doce, corrente ou estagnada, que incluem pauis, sapais, juncais e caniçais halófitos. Integram os seguintes subespaços:

- Vegetação esparsa – áreas em que a superfície com vegetação arbustiva e herbácea ocupa uma área superior ou igual a 10% e inferior a 25%, e em que a superfície sem vegetação ocupa uma área superior ou igual a 75%. Tratam-se essencialmente, no concelho de Mirandela, de afloramentos rochosos nos cabeços da serra de Santa Comba;
- Massas de água interiores – águas de superfície, onde se incluem os cursos de água e planos de água naturais, águas superficiais criadas pela atividade humana e outros cursos de água cujas características foram consideravelmente modificadas pela atividade humana. Incluem as charcas e albufeiras. Integram os planos de água das albufeiras e os cursos de água com expressão à escala da presente análise, nomeadamente o rio Tua, rio Tuela e o rio Rabaçal. Refere-se que em alguns troços destas linhas de água existe descontinuidade pela representação de galerias ripícolas (Floresta de outras folhosas) em sobreposição à linha de água. Em termos de albufeira, destaca-se a albufeira da Barragem de Vale de Madeiro, na ribeira da Agricha. Ainda no que diz respeito aos corpos de água, mantiveram-

se as charcas assinaladas pela COS 2018, de pequena dimensão e irrelevante expressão territorial.

Da análise quantitativa expressa na figura seguinte conclui-se que as “Florestas e matos” são predominantes no concelho, seguindo-se as “Áreas agrícolas, pastagens e áreas agroflorestais” que representam também quase metade da ocupação do concelho. As áreas de “Áreas naturais e corpos de água” e dos “Territórios artificializados” possuem carácter residual no total do concelho não ultrapassando os 3%, no seu conjunto.

Figura 26: Quantificação da ocupação do solo - áreas predominantes



Fonte: COS2018

3.6.2 Áreas artificializadas

No quadro seguinte encontram-se a quantificação dos diversos espaços artificializados consoante as suas características e localização.

Quadro 19: Quantificação das áreas artificializadas

Tipologia de uso e ocupação	hectares
Áreas Artificializadas Urbanizadas	1371.72
Mistas e/ou predominante habitacionais	1243.85
Equipamentos	47.92
Indústria, comércio e instalações agrícolas	78.78
Infraestruturas	1.18
Áreas Parcialmente Artificializadas	643.15
Áreas infraestruturadas não edificadas	215.08
Áreas de baixa densidade e predominantemente habitacionais	282.15



Tipologia de uso e ocupação	hectares
Áreas com edificação dispersa	123.45
Parques e jardins	22.48
Áreas Artificializadas Isoladas	350.54
Equipamentos	19.48
Indústria	26.92
Infraestruturas	26.74
Turismo	9.22
Extração Inertes Depósito Resíduos Estaleiros Construção	59.37
Corredores Viários	208.81
Acertos	0.31

Da leitura do quadro anterior, observa-se que aproximadamente 58% das áreas artificializadas, correspondem a áreas artificializadas urbanizadas. As áreas parcialmente artificializadas e as áreas artificializadas isoladas, correspondem a cerca de 27% e 15% respetivamente.

Nas áreas artificializadas urbanizadas, cerca de 93% correspondem a áreas mistas e/ou predominantemente habitacionais.

As áreas parcialmente artificializadas distribuem-se de forma mais uniforme entre áreas de baixa densidade (45%), áreas infraestruturadas não edificadas (30%) e áreas com edificação dispersa (19%). Os parques e jardins representam apenas 3% das áreas parcialmente edificadas.

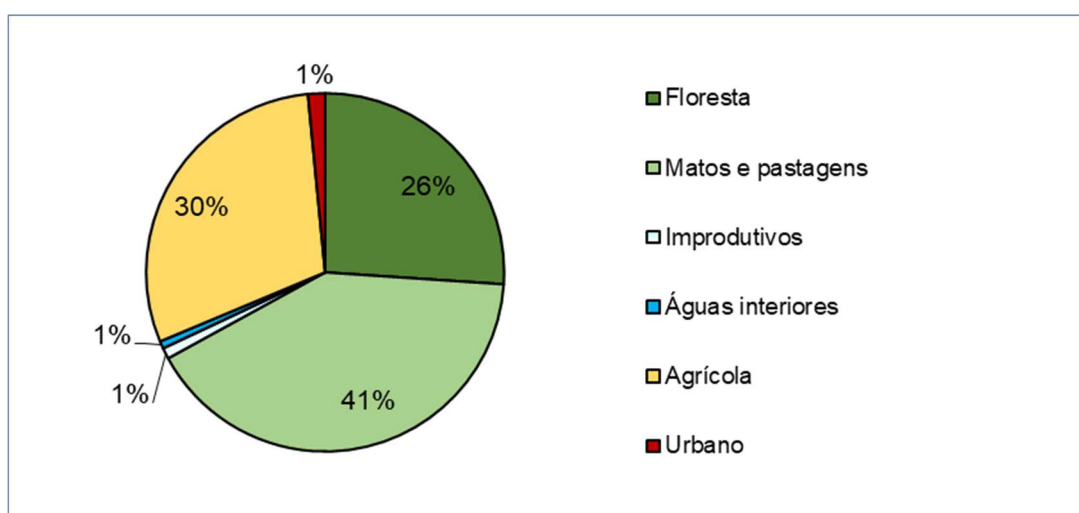
Relativamente às áreas artificializadas isoladas, os corredores viários ocupam 60% do total, sendo que as áreas de extração de inertes, depósito de resíduos e estaleiros de construção ocupam aproximadamente 17%, as áreas afetas a infraestruturas e as áreas de indústrias 8% cada e as de equipamentos 6% e de turismo 3%.

3.6.3 Análise dos dados estatísticos do IFN

Conforme referido, a análise ocupação do solo atendeu, ainda, aos dados estatísticos disponibilizados pelo ICNF e que possibilitam complementar a análise anteriormente sistematizada. Os dados a que se recorreu referem-se ao 6º Inventário Florestal Nacional que sucede a exercícios anteriores, permitindo assim avaliar a evolução temporal do estado e utilização dos recursos florestais. Em Portugal continental, o IFN iniciou-se em 1965 e, a partir dessa data, tem-se mantido de forma permanente com uma periodicidade aproximada de 10 anos.

O 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6) teve por base um processo multitemporal de análise de alteração do uso/ocupação do solo (para os anos de referência: 1995, 2005, 2010 e 2015), baseado em 360 mil pontos de análise e em recolhas no terreno de dados de vegetação em cerca de 12 mil pontos, distribuídos por todo o território continental. Este Inventário tem 2015 como ano de referência e incorpora ainda a avaliação das áreas, volumes e biomassa afetados pelos incêndios rurais de 2016 a 2018.

Figura 27: Ocupação do solo na região Terras de Trás os Montes



Fonte: 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6)

A análise do gráfico permite constatar que as classes predominantes de ocupação do solo na região Terras de Trás-os-Montes dividem-se quase equitativamente entre os matos e pastagens (41%, que nos dados do inventário analisado se traduzem em grandes manchas de ocupação herbácea e arbustiva, nomeadamente, pastagens naturais pobres e vegetação arbustiva baixa, matos, vegetação arbustiva alta e floresta degradada ou de transição, com vestígios de pinheiros e carvalhos), a agricultura (30%) e a floresta (26%). As águas interiores e os outros usos têm pouca expressão. Refere-se que existe uma aplicação para o IFN5, o *FloreStat*, que é uma aplicação para consulta dos resultados do 5.º Inventário Florestal Nacional. No entanto, e dada a recente disponibilização de dados do IFN6, esta aplicação ainda não está disponível para o IFN6, pelo que não pode ser feita a análise a nível concelhio. Também não pode ser efetuada a análise a partir do *FloreStat* disponível para o IFN5 porque, além da desatualização de dados, a forma de agrupamento das classes de uso do solo é completamente diferente do atual IFN6.



Ao fazer-se a análise dos dados disponíveis no IFN6 relativamente à região onde se insere Mirandela verificam-se diferenças de valor, sobretudo pelo junção de classes que foi feita na análise da COS2018 apresentada anteriormente, mas também porque a análise do IFN6 está efetuada ao nível da região, pelo que não é possível uma comparação concreta dos dados. No entanto verifica-se também no IFN6 a mesma tendência para a quase insignificante presença de territórios artificializados no território.

Presentemente, a análise não é aprofundada ao nível da espécie florestal ou povoamento florestal uma vez que não existem dados disponíveis para o concelho ou sub-região que individualizem esta informação.

Figura 28: Perímetros florestais no concelho



Fonte: Ex-AFN, 2011

Embora não decorra diretamente da informação veiculada pelo IFN, considera-se pertinente, no presente contexto uma breve referência ao ordenamento e proteção florestais. Segundo informação do ICNF, encontram-se em Mirandela dois perímetros florestais: Serras de S. Domingos e Escarão e serra de Santa Comba (figura anterior). A distribuição por níveis de ocupação do solo, no interior dos perímetros florestais, faz-se predominantemente por dois níveis: espaços florestais e incultos. Na serra de Santa Comba a ocupação do solo encontra-se equitativamente distribuída pelos dois níveis,



enquanto no caso da serra de S. Domingos e Escarão a área do perímetro está ocupada, quase na totalidade, por incultos.

De referir por fim que o perímetro florestal da serra de Santa Comba se estende para o concelho de Valpaços, e encontra-se abrangido pelo Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás os Montes e Alto Douro, tendo como objetivos a proteção, a produção e a silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores, com grau de prioridade médio. O perímetro florestal da serra de S. Domingos e Escarão, estende-se para o concelho de Murça sendo abrangido pelo mesmo PROF, e tem como objetivos a proteção, a silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores, e a produção, com grau de prioridade médio.

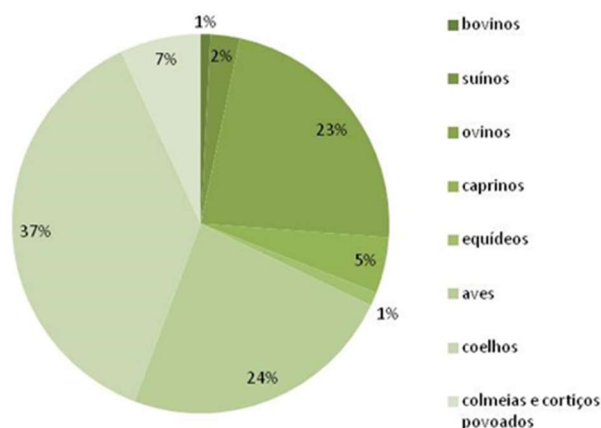
3.6.4 Ocupação agrícola

Atendendo à disponibilidade dos dados, e à importância que a atividade agrícola assume no concelho, recorreu-se ainda ao Recenseamento Agrícola (2009), que permite uma melhor caracterização desta atividade. A recolha de informação deste recenseamento decorreu entre novembro de 2009 e outubro de 2010. Não foi atualizada a informação deste capítulo pois só agora está a ser efetuado o Recenseamento Agrícola de 2019, em que a operação de campo decorre entre outubro de 2019 e maio de 2020; a divulgação dos resultados terá lugar no final de 2020.

Em relação ao efetivo animal, como se pode observar na figura, a produção de coelhos é dominante (37%) seguida de duas produções com valores muito próximos, as aves (24%) e os ovinos (23%). As restantes produções animais são menos importantes a nível concelhio, como seja a exploração de colmeias e cortiços povoados (7%) ou a produção de caprinos (5%). As restantes produções animais, abrangem as espécies bovinas, suínas e equídeos, que no seu conjunto representam apenas 4% da produção animal.



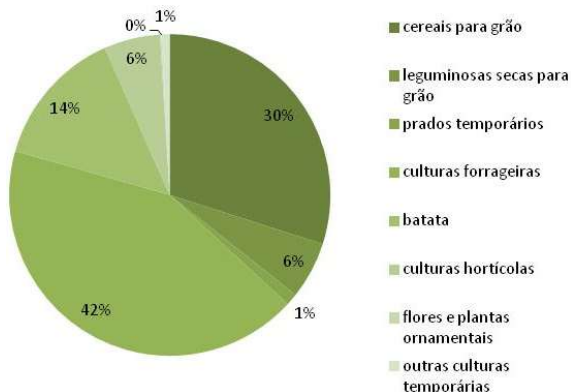
Figura 29: Efetivo animal presente no concelho



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola, 2009

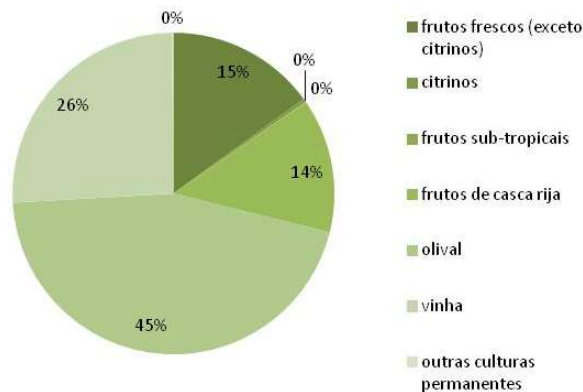
No que diz respeito à produção vegetal, as culturas temporárias têm considerável peso no sector agrícola estando presentes por todo o concelho sendo, na sua maior parte, culturas forrageiras (42%) associadas à exploração pecuária. As culturas de sequeiro como os cereais para grão (centeio e trigo) também estão presentes de uma forma significativa (30%). Também a batata (14%) tem uma presença significativa a nível de produção hortícola no território, enquanto a produção de leguminosas secas para grão (6%) e as culturas hortícolas (6%), estão menos presentes, mas são frequentes numa perspetiva de produção familiar. Refere-se também a existência de prados temporários (1%), outras culturas temporárias (1%) e flores e plantas ornamentais (residual), que no seu conjunto representam cerca de 2% das culturas temporárias do concelho.

Figura 30: Áreas ocupadas por culturas temporárias no concelho



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola, 2009

Figura 31: Áreas ocupadas por culturas permanentes no concelho



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola, 2009



As culturas permanentes são aquelas que ocupam uma maior área no solo do concelho, uma vez que as características climáticas presentes são representativas de um clima de transição entre a Terra Fria e a Terra Quente Transmontana, e estas vão refletir-se no tipo de culturas instaladas. Assim, o olival (45%) é das culturas que tem maior presença, muitas vezes apresentando-se cultivado em consociação com a vinha (26%), sendo estas as duas culturas mais representativas no concelho. A produção de frutos frescos (exceto citrinos) (15%) e os frutos de casca rija (13%) são as outras culturas permanentes com expressão no território agrícola. Estes pomares, ainda com uma extensão considerável, têm alguma representação no concelho, sendo a amendoeira a mais importante em termos de fruto de casca rija. Existe ainda no concelho a produção de citrinos (residual), frutos subtropicais (residual) e outras culturas permanentes (residual), que no seu conjunto não atingem 1% da área agrícola.

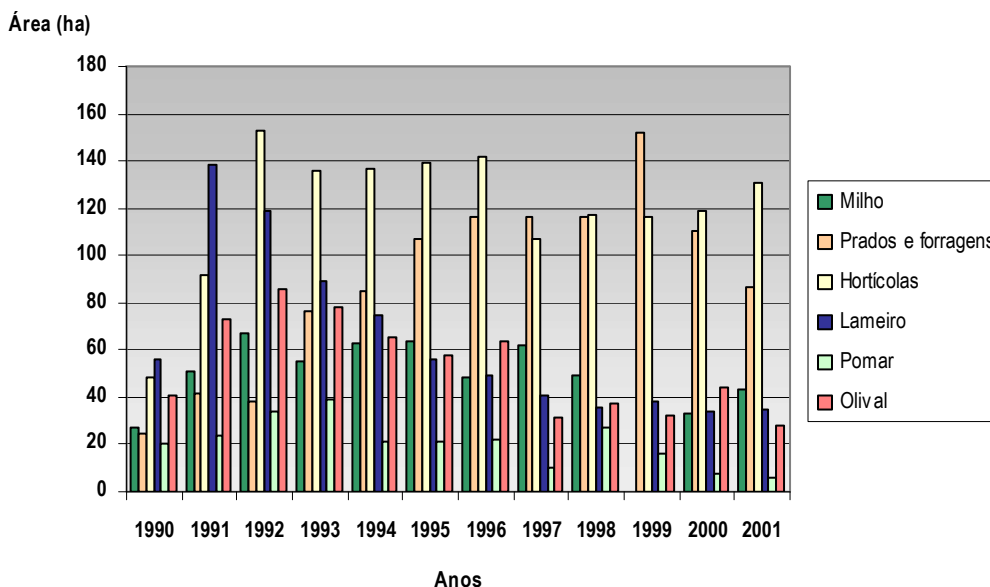
3.6.5 Aproveitamento Hidroagrícola

O Aproveitamento Hidroagrícola de Vale de Madeiro³¹, sob jurisdição da DRAP-N e com gestão realizada pela Associação de Beneficiários de Vale Madeiro, recorre a um sistema de rega feito a partir da albufeira da barragem de Vale Madeiro, abrangendo as ribeiras de Mourel e de Carvalhais, que rega por gravidade áreas correspondentes a Vale Madeiro, Mirandela e Carvalhais. A obra foi concluída em 2004 e o perímetro de rega tem uma área total de cerca de 300 ha, que são explorados por 126 beneficiários. A mancha de regadio situa-se junto à cidade de Mirandela e desenvolve-se nas baixas aluvionares das ribeiras de Agricha, Mourel e Carvalhais. É um aproveitamento de minifúndio, com contornos irregulares no primeiro terço e confrontado na parte final com a pressão urbanística de Mirandela, de Vila Nova das Patas e Carvalhais, pressão essa que levou à supressão do perímetro de cerca de 15 ha de terras aráveis, espaço que foi ocupado por infraestruturas rodoviárias e outros equipamentos urbanos. A origem de água do aproveitamento é a barragem de Vale Madeiro, que está construída numa secção da ribeira da Agricha. O volume total da albufeira é de 1,335 hm³. Esteve prevista a ampliação do regadio deste aproveitamento hidroagrícola, através do designado “sub-bloco de Vale Pereiro”, mas nunca chegou a ser construído.

³¹ Adaptado de “www.sir.dgadr.pt”



Figura 32: Evolução das principais culturas e áreas regadas, entre 1990 e 2001



Fonte: www.idrha.min-agricultura.pt

Salienta-se ainda o facto do Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros³² abranger uma pequena parcela do concelho de Mirandela (cerca de 50ha). Este foi constituído com o intuito de beneficiar uma área aproximada de 5.300 ha (a quase totalidade integrada no concelho de Macedo de Cavaleiros), tendo como base o potencial hídrico acumulado na albufeira do Azibo. Este aproveitamento hidroagrícola tem como objetivos gerais:

- Criar um núcleo rural evoluído, de modo a funcionar como polo de desenvolvimento regional, capaz de contribuir para o progresso do sector secundário;
- Elevar o rendimento per capita da população e o seu nível cultural e profissional;
- Promover condições para o retorno dos emigrantes.

O Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros (AHMC) equipa 3252 ha (Blocos de Salselas, Macedo e Cortiços), sendo regados cerca de 450 ha, beneficiando-se perto de 900 agricultores. O perímetro de rega esta praticamente todo implantado no concelho de Macedo de Cavaleiros, havendo, contudo cerca de 50 ha pertencentes ao concelho de Mirandela. A conduta de rega C.10 beneficia prédios pertencentes aos Cortiços (Macedo de Cavaleiros), mas também parcelas

³² Consulta na Internet do sítio www.dgadr.pt



pertencentes às povoações do Romeu e Vimieiro (Mirandela). A obra começou em 1984, completando-se a sua primeira fase em 1988. Em 1990 o AHMC entrou em exploração.

3.7 VULNERABILIDADES E RISCOS TERRITORIAIS

As vulnerabilidades territoriais e riscos associados ao território concelhio encontram-se perfeitamente caracterizados e diagnosticados nos diversos documentos disponíveis, não se tendo operado nos anos mais recentes transformações significativas no território que pudessem ter conduzido à alteração quer da situação existente, quer da situação futura. Assim, persiste a preocupação com:

- As secas, fenómeno relativamente ao qual a generalidade do território apresenta risco moderado e elevado;
- A elevada suscetibilidade à ocorrência de sismos, com elevado risco nas áreas edificadas;
- O elevado risco de cheias e inundações e de movimento de massa na cidade de Mirandela, tendo em consideração a elevada suscetibilidade em presença;
- O risco de incêndio, transversal à generalidade do concelho, naturalmente com maior probabilidade de ocorrência e de dano nas áreas florestais.

Em matéria de vulnerabilidades e riscos assume uma importância determinante o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Quente Transmontana (PIAAC-TQT), que de entre os diversos objetivos específicos de planos desta natureza destaca a definição de *“orientações para inclusão de medidas de adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão e de planeamento dos municípios e suas associações”*.

O PIAAC, tal como referido no capítulo 2, considera que *“os instrumentos de gestão territorial são uma ferramenta fundamental para aplicar e concretizar as opções de adaptação às alterações climáticas, considerando que as decisões com impacto na capacidade de adaptação do território e da sociedade aos efeitos das alterações climáticas são tomadas ao nível das políticas de ordenamento do território e vertidas nos instrumentos de gestão territorial”*, embora reconheça que *“não sendo vinculativo das entidades públicas e privadas, enfrenta algumas debilidades operacionais na implementação dos seus objetivos, recomendando-se a integração de normas orientadoras particularmente no âmbito municipal”*, tendo por isso os municípios um papel fundamental a desempenhar no incremento da resiliência e da capacidade de adaptação dos seus territórios aos efeitos (adversos e inevitáveis) das alterações climáticas. Neste contexto, qualquer processo de elaboração ou revisão de um PMOT deverá atender às orientações/recomendações deste Plano no que se refere à integração das opções de adaptação.



Neste domínio o município dispõe de Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC), datado de 2015, instrumento essencial que visa enfrentar a generalidade das situações de emergência que possam ocorrer no seu território, e que para além de permitir conhecer os riscos do concelho de Mirandela estabelece *“a organização das operações de proteção e socorro; os procedimentos para salvar e proteger pessoas, bens e o ambiente; e as responsabilidades dos agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio”*.

Deste modo a 2ª revisão do PDM de Mirandela deverá ter em consideração as estratégias de mitigação estabelecidas nesse plano.

O PDM em vigor contempla, como desdobramento da Planta de Ordenamento, a Planta de Riscos ao Uso do Solo onde se encontram cartografadas:

- Áreas de Risco de Movimento de Vertentes;
- Áreas com Risco de Inundação;
- Áreas com Risco de Inundação por rutura de barragem;
- Áreas resultantes da classificação acústica.

Esta planta tem como fontes de informação o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, a Reserva Ecológica Nacional e o Estudo de Ruído elaborado no âmbito do PDM.

No que respeita à perigosidade de incêndio, trata-se de matéria que integra a planta de condicionantes.

No âmbito desta 2ª revisão do PDM pretende-se efetuar a atualização da planta referida e a adequação dos temas à nova cartografia e à escala 1:10000. Nesta fase ainda não se dispõe de informação estabilizada que permita efetuar essa atualização uma vez que:

- A Câmara Municipal ainda está a elaborar a aferição das áreas com risco de movimento de vertentes;
- A adaptação da REN, em curso, ainda carece de apreciação por parte das entidades, para se poder utilizar com segurança os sistemas relacionados com o risco de erosão e de inundação;
- Está em curso a elaboração de novo Mapa de Ruído, próprio da 2ª revisão do PDM.



3.8 SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO SOLO

A Planta de Condicionantes “*identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento*”, sendo demarcadas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública com estatuto legal.

Relativamente à Planta de Condicionantes (e seu desdobramento na Perigosidade de incêndio e Povoamentos Florestais percorridos por incêndios) publicada na 1ª Revisão do PDM de Mirandela, em 2015 e elaborada à escala 1:25000, pretende-se agora efetuar a sua atualização e adequação à escala 1:10000 e à cartografia nova. Nesse sentido, apresenta-se desde já uma primeira versão onde foi possível incorporar a adequação de alguns dos temas tratados permitindo que as entidades com tutela sobre as diversas servidões e administrações de utilidade pública se pronunciem em sede de Comissão Consultiva do PDM, contribuindo com os elementos necessários para se proceder à atualização dos diversos temas.

As servidões administrativas e restrições de utilidade pública com incidência no concelho de Mirandela são as seguintes, para as quais é efetuado o ponto de situação relativo à atualização da respetiva cartografia:

RECURSOS NATURAIS	Ponto de situação da atualização
<u>Recursos hídricos</u> - Domínio hídrico - Albufeiras de águas públicas	Em virtude da utilização de uma nova cartografia e com escala diferente o <u>domínio hídrico</u> carece de atualização integral quanto aos traçados das linhas de água. Trabalho em curso com a CMM. Quanto às <u>albufeiras de águas públicas</u> considera-se a representação proveniente da REN em fase de adaptação, acrescentando o limite dos 500m correspondentes à zona de proteção
<u>Recursos geológicos</u> - Pedreiras - Concessão para recuperação ambiental	<u>Pedreiras</u> Das três pedreiras licenciadas no concelho do Mirandela, duas continuam ativas: a pedreira de Palão localizada na freguesia de Torre de Dona Chama e a pedreira de Chairas localizada na freguesia de Cedães, sendo que a pedreira de Merceais localizada na freguesia de Vale de Telhas, de acordo com dados recolhidos na Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) se encontra presentemente inativa. <u>Concessão para recuperação ambiental</u> De referir que a recuperação ambiental da área mineira da Freixada foi concluída em 2007. Esta obra de recuperação ambiental consistiu na modelação, selagem e tamponamento de poços e galerias, construção de drenagens, tratamento da água de esgoto da mina e revegetação. Identificam-se no concelho de Mirandela os seguintes pedidos de atribuição de direitos de prospeção:



	<p>- Circo, localizada no concelho de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vinhais e Valpaços, (Aviso n.º 6590/2019, de 10 de abril) - Prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos associados – em fase de publicitação;</p> <p>- Mariola, localizada nos concelhos de Chaves, Valpaços e Mirandela (Aviso n.º 8134/2019, de 10 de maio) – Prospeção e pesquisa de depósitos minerais de lítio, estanho, tungsténio, ouro, prata, chumbo, zinco, cobre e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos associados - em fase de publicitação;</p> <p>- Murça, localizada nos concelhos de Murça, Mirandela, Alijó, Carrazeda de Ansiães e Vila Pouca de Aguiar (Aviso n.º 13380/2015, de 17 de novembro)</p> <p>- Prospeção e pesquisa de depósitos minerais de Ouro, Prata, Cobre, Chumbo, Zinco, Estanho, Volfrâmio, Tântalo, Nióbio, Lítio - em fase de publicitação;</p> <p>- Santa Bárbara, localizada nos concelhos de Valpaços, Murça e Mirandela (Aviso n.º 12751/2016, de 19 de outubro) - prospeção e pesquisa de depósitos minerais de volfrâmio, estanho, ouro, prata, chumbo, zinco, cobre - em fase de publicitação.</p> <p>Por ainda não se tratarem de concessões efetivas, entende-se não ser de cartografar, para já, estas áreas na planta de condicionantes (uma vez que esta ainda não vigora), alertando-se para o facto de a curto/médio prazo estas áreas poderem vir a ser objeto da efetivação da servidão.</p>
<p><u>Recursos agrícolas e florestais</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Reserva Agrícola Nacional- Obras de aproveitamento hidroagrícola- Oliveiras- Sobreiro e azinheira- Azevinho- Regime florestal- Povoamentos florestais percorridos por incêndios- Perigosidade de incêndio alta e muito alta	<p><u>Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamento Hidroagrícola</u></p> <p>Estão representadas as áreas de RAN e das Obras do Aproveitamento Hidroagrícola em vigor segundo a 1ª Revisão do PDM, na medida em que as mesmas nessa época já tinham sido delimitadas sobre bases cartográficas à escala 1:10000 e a CMM validou a sua utilização sobre a nova cartografia.</p> <p><u>Oliveiras/Sobreiro e azinheira/azevinho</u></p> <p>Mantem-se a delimitação do PDM em vigor transposta para a nova cartografia. Ainda será efetuada a confrontação com a atualização da carta do uso e ocupação do solo.</p> <p><u>Regime florestal</u></p> <p>Mantem-se a delimitação do PDM em vigor transposta para a nova cartografia.</p> <p><u>Áreas florestais percorridas por Incêndios</u></p> <p>Relativamente às áreas percorridas por incêndios procedeu-se à atualização dos dados constantes na 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela, tendo base os elementos fornecidos pelo ICNF, disponíveis no seu geoportal. São apresentadas na Planta de Condicionantes as áreas percorridas por incêndios de 2010 a 2019, verificando-se que em Mirandela ocorreram incêndios em todos os anos, exceto em 2016. De salientar que as áreas em causa não apresentam dimensões significativas, excetuando os anos de 2013 e 2017.</p> <p><u>Perigosidade de incêndio alta e muito alta</u></p> <p>Tal como as anteriores estão representadas em planta própria que constitui desdobramento da Planta de Condicionantes e correspondem a versão mais recente elaborada pela CMM no âmbito do PMDFCI (2017).</p>
<p><u>Recursos ecológicos</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Reserva Ecológica Nacional- Rede Nacional de áreas protegidas- Rede Natura 2000 (SIC)	<p><u>Reserva Ecológica Nacional</u></p> <p>Será representada na fase seguinte uma vez que está a decorrer paralelamente o processo de adaptação da REN em vigor segundo orientações da CCDR-Norte.</p> <p><u>Rede Nacional de áreas protegidas e Rede Natura 2000 (SIC)</u></p> <p>Mantem-se a delimitação do PDM em vigor transposta para a nova cartografia.</p>
<p><u>PATRIMÓNIO EDIFICADO</u></p>	
<p>Imóveis classificados e em vias de classificação e zonas de proteção</p>	<p>Mantem-se a delimitação do PDM em vigor transposta para a nova cartografia.</p>



INFRAESTRUTURAS	
Rede elétrica Gasodutos Rede rodoviária nacional e estradas regionais Estradas e Caminhos Municipais Rede Ferroviária Telecomunicações Marcos geodésicos	Mantêm-se os traçados e locais identificados na Planta de Condicionantes do PDM em vigor transpostos para a nova cartografia, tendo sido efetuada a adequação dos traçados da rede rodoviária nacional à nova base cartográfica em virtude dos desfasamentos detetados, nomeadamente ao nível das auto-estradas. Carece de verificação e fornecimento de informação atualizada por parte das entidades que tutelam as diversas infraestruturas.
ATIVIDADES PERIGOSAS	
Estabelecimentos com substâncias perigosas	Mantem-se a delimitação do PDM em vigor transposta para a nova cartografia.



4. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA PREVENTIVA

Nos seus princípios gerais a Lei de Bases gerais da política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo³³ estabelece que *“a política públicas e as atuações administrativas em matéria de solos, de ordenamento do território e de urbanismo estão subordinadas (...) à **participação dos cidadãos, reforçando o acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos programas e planos territoriais**”, acrescentando no seu artigo 6º que “todos gozam dos direitos de intervir e participar nos procedimentos administrativos relativos ao solo, ordenamento do território e urbanismo, nomeadamente:*

- a) O direito de participação efetiva nos procedimentos com incidência na ocupação, uso e transformação dos solos através da apresentação de propostas, sugestões e reclamações, bem como o direito a obter uma resposta fundamentada da administração nos termos da lei;*
- b) O direito de acesso à informação de que as entidades públicas disponham e aos documentos que integram os procedimentos referidos na alínea anterior.”*

Assim, e conforme determina o artigo 49º, o procedimento de revisão do PDM de Mirandela *“assegura aos particulares as garantias gerais que a lei lhes confere, nomeadamente, a informação e os meios de participação pública efetiva, bem como o direito de apresentação de observações e sugestões”* ao município de consulta do respetivo processo. Também o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial³⁴ (RJIGT) dispõe relativamente ao direito à informação e à participação (artigos 5º e 6º).

Conforme artigo 88º do RJIGT *“a deliberação que determina a elaboração do plano estabelece um prazo, que não deve ser inferior a 15 dias, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração”*. A CMM estabeleceu assim um período de 30 dias destinado à receção de sugestões e informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito da revisão do Plano – o período de participação pública preventiva da 2ª Revisão do PDM de Mirandela decorreu entre os dias 9 de outubro e 20 de novembro de 2019.

Nos termos previstos no número 3 do artigo 6º, e reconhecendo que a revisão do PDM de Mirandela é uma *“oportunidade para todos os cidadãos colaborarem ativamente no processo de ordenamento do território concelhio”*, o município procedeu à divulgação do processo participativo nos canais de

³³ Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

³⁴ Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio



publicitação oficiais e nos órgãos de comunicação social locais, tendo também elaborado um folheto de divulgação para o efeito.

Figura 33: Folheto de divulgação da Revisão do PDM de Mirandela

The flyer is divided into several sections. At the top left is the logo of the 'REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MIRANDELA 2019'. Below it, the title 'REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MIRANDELA' is followed by a paragraph explaining the PDM as a strategic instrument for territorial development. A section titled 'COMO VAI SER ELABORADO?' describes the legal basis for the revision. Below that, 'FASES DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL' lists the steps from decision to approval, with a timeline indicating a 30-day public participation period starting on October 9th. A 'CONSULTA E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA' section encourages citizen involvement. On the right, a large graphic shows the 'PDM' logo and the title 'REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MIRANDELA 2019'. At the bottom right, a table titled 'SESSÕES PÚBLICAS DE ESCLARECIMENTO' lists four public sessions.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MIRANDELA

O Plano Diretor Municipal (PDM), é um instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão dos equipamentos de utilização coletiva, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal.

COMO VAI SER ELABORADO?

A revisão do Plano Diretor Municipal seguirá o estabelecido na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, através da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, e da publicação do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT), através do D.L. n.º 80/2015 de 14 de maio e respetiva regulamentação D.R. n.º 15/2015 de 19 de agosto.

FASES DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Decisão de Rever o PDM	PARTICIPAÇÃO CONTÍNUA DOS CIDADÃOS
Participação Pública Preventiva (30 DIAS ÚTIS A CONTAR DE 09 DE OUTUBRO)	
Acompanhamento	
Emissão de Parecer	
Concertação	
Discussão Pública (30 DIAS ÚTIS - PREVISIVELMENTE EM JUNHO DE 2020)	
Aprovação	

CONSULTA E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A revisão do PDM é uma excelente oportunidade para todos os cidadãos colaborarem ativamente no processo de ordenamento do território concelhio. Pode obter mais informações nos Serviços Técnicos do Município, junto da equipa técnica da Câmara Municipal e no portal www.cm-mirandela.pt

SESSÕES PÚBLICAS DE ESCLARECIMENTO

LOCAL	DATA	HORA	LOCAL
MIRANDELA	23 de outubro	19:00h	Auditório Municipal
MIRANDELA	24 de outubro	11:00h	Auditório Municipal
TORRE DE D.ª CHAMA	29 de outubro	18:00h	Junta de Freguesia
AVIDAGOS	30 de outubro	18:00h	Junta de Freguesia

Fonte: Câmara Municipal de Mirandela, 2019

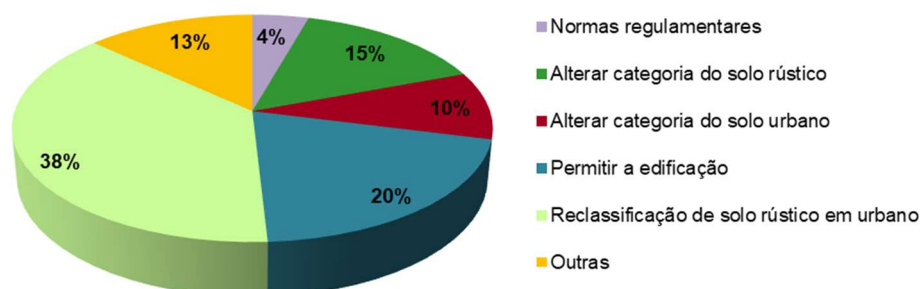
Este momento de auscultação inicial dos interessados beneficiou da realização de 4 sessões públicas de esclarecimento – 23 e 24 de outubro em Mirandela, 29 de outubro em Torre de D. Chama e 30 de outubro em Avidagos – com o intuito de informar e esclarecer a população relativamente ao processo em curso, procurando um envolvimento dos munícipes na construção do plano que fosse além da verificação da satisfação dos interesses particulares. Este objetivo não foi, contudo, atingido, uma vez que a quase globalidade das participações se refere à intenção do requerente ver reconhecida capacidade edificatória à sua propriedade.



Ainda assim este momento de participação foi amplamente participado, tendo sido recebidas pelos serviços municipais quase uma centena de participações/requerimentos. Para além das sugestões recebidas durante os 30 dias de participação pública preventiva, a CMM entendeu ser de considerar um conjunto de participações recebidas antes do início do processo participativo (4) e após o término do período legal de participação (21); note-se, aliás, que o modelo de requerimento de participação permanece disponível no site do município. Em fase subsequente, aquando da avaliação e ponderação das participações, todas estas serão objeto de análise, independentemente do momento em que ocorreram.

Nesta fase a abordagem feita às participações recebidas consistiu, fundamentalmente, na sua inventariação e organização, procurando tipificar o teor da pretensão apresentada pelo requerente, remetendo-se a sua avaliação individual para a fase seguinte do processo de revisão do PDM.

Figura 34: Participação Pública por tipo de pretensão



De registar, mais uma vez, é o reduzido número de participações que não se prendem com pretensões relativas à propriedade o que espelha a falta de aproximação dos cidadãos às temáticas do ordenamento e desenvolvimento territorial. Assim, a grande maioria das participações apresentadas pelos munícipes pretende assegurar condições de edificabilidade à sua propriedade, através da reclassificação do solo, da alteração da categoria de espaço, da revisão dos condicionamentos à edificação ou da criação de um regime de edificabilidade mais favorável.

De entre as participações identificadas como “Outras” há 4 que pretendem ver as parcelas objeto de requerimento manter o seu estatuto de solo urbano na proposta de ordenamento da 2ª revisão do PDM, 3 que visam especificamente a exclusão dos regimes da REN e RAN e outras 3 que solicitam que seja



encontrada uma solução para a legalização de edificações nas suas parcelas. De referir que há apenas uma participação a solicitar a reclassificação de solo urbano para solo rústico.

É relevante destacar o facto de apenas 4 juntas de freguesia (Junta de Freguesia de Abambres, Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão, Junta de Freguesia de Passos e União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira) terem participado neste momento inicial de auscultação, o que pode indiciar algum distanciamento dos responsáveis locais relativamente à temática do ordenamento do território. Relativamente a estes organismos a sua participação vem no sentido de ser assegurada a manutenção da classificação das áreas de solo urbano e a sua eventual expansão, justificada com os estrangulamentos ao processo de desenvolvimento do território rural do concelho, designadamente decorrente da reduzida disponibilidade de parcelas para edificação que permitam a fixação da população e a atração de atividades económicas.

Relativamente à distribuição territorial das participações, verifica-se relativa dispersão, muito embora seja a cidade de Mirandela e áreas adjacentes que registam um maior número – cerca de 1/3 do total.

Apesar da análise e ponderação individual de cada uma das participações só ser efetuada em fase de revisão da proposta de ordenamento, é possível antecipar desde já a dificuldade em dar resposta favorável à grande maioria das pretensões dos munícipes e juntas de freguesia, uma vez que pressupõe a reclassificação de parcelas de solo rústico não edificadas ou urbanizadas, e por isso sem viabilidade para integrar o solo urbano, que atualmente, à luz do RJIGT em vigor, é definido como aquele que *“está total ou parcialmente urbanizado ou edificado”*.

Para a avaliação e fundamentação destas situações será adotado um conjunto de critérios que permitirá uniformizar a análise individual de cada uma das participações, sem prejuízo da necessidade de atender a características e contextos particulares que se possam verificar, justificando, assim, uma abordagem diferenciada.

A avaliação das participações e a sua ponderação será efetuada atendendo aos seguintes critérios:

1. Grau de edificação da parcela ou existência de compromisso urbanístico válido;
2. Presença de restrições e/ou servidões de utilidade pública;
3. Suscetibilidade a riscos e vulnerabilidades territoriais;
4. Confinância com áreas de solo urbano ou áreas integradas em categorias “edificáveis” em solo rústico (aglomerado rural, área de edificação dispersa, etc.);



5. Presença de infraestruturas urbanas (arruamento, abastecimento de água, saneamento e energia elétrica).

Uma vez feita a avaliação e ponderação das participações e sugestões apresentadas, a CMM, poderá responder aos interessados de forma individual, divulgando relatório geral com os resultados da análise ou promovendo uma sessão de esclarecimento.

O processo de planeamento colhe enormes benefícios se amplamente divulgado e participado, uma vez que para além de procurar aproximar as opções de ordenamento às necessidades e expectativas dos munícipes e agentes locais, permite também o seu envolvimento, cooperação e co-responsabilização no processo de desenvolvimento local, construindo massa crítica e enraizando práticas que geram uma crescente confiança nos decisores e nas instituições.

(Página propositadamente deixada em branco)

Quadro 20: Participação Pública (Preventiva) na 2ª Revisão do PDM de Mirandela

Nº ordem	Nº do Requerimento	Requerente	Localização	Data	Pretensão apresentada	Tipificação
1	Nipg n.º 19524/19	Fernando José Fontes Almendra	Vale de Juncal, Abambres	10/10/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
2	Nipg n.º 19677/19, Nipg n.º 21017/19 e Nipg n.º 21689/19	NOVARQ em nome de Balões&Lições	Mirandela	14/10/2019; 29/10/2019; 07/11/2019	Exclusão de REN	Exclusão de REN
3	Nipg n.º 19676/19 e Nipg n.º 21015/19	NOVARQ em nome de José António Curral	Mirandela	14/10/2019; 29/10/2019	Alterar categoria de espaço de solo urbano - de espaço verde para a categoria que permita operação de loteamento	Alterar categoria de espaço de solo urbano
4	Nipg n.º 19751/19	União de freguesias Avidagos, Navvalho e Pereira	Avidagos, Navvalho, Pereira, Carvalhal e Palorca	14/10/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
5	Nipg n.º 19709/19 e Nipg n.º 20661/19	Alfredo Eleutério Alves	Rua da Boavista, Mirandela	14/10/2019; 24/10/2019	Alterar categoria de espaço de solo urbano - de espaço verde para a categoria que permita edificar	Alterar categoria de espaço de solo urbano
6	Nipg n.º 20207/19	Natália Magalhães	Maravilha, Carvalhais	18/10/2019	Permitir a edificação em parcela de solo rústico integrada na RAN	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
7	Nipg n.º 20385/19	Herculano Augusto Ferreira	Cruzamento de Avidagos. Lamas de Orelhão	21/10/2019	Alterar categoria de espaço de solo rústico - para "Espaços de edificação dispersa" para edificação	Alterar categoria de espaço de solo rústico
8	Nipg n.º 20507/19	Delfina Eleutério e André Mateus	Reta dos Barreiros, Vila Nova das Patas, Carvalhais	21/10/2019	Permitir a edificação em parcela de solo rústico de um equipamento residencial para idosos	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
9	Nipg n.º 20755/19	Álvaro Manuel Silva Moreira	Eivados, Suções	24/10/2019	Permitir a edificação em parcela de solo rústico (moradia ou armazém para atividade industrial) integrada na RAN	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
10	Nipg n.º 20771/19	Maria Manuela Pires dos Reis	Frechas	25/10/2019	Permitir a edificação em parcela de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
11	Nipg n.º 20772/19	Maria Manuela Pires dos Reis	Frechas	25/10/2019	Permitir a edificação em parcela de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico



Nº ordem	Nº do Requerimento	Requerente	Localização	Data	Pretensão apresentada	Tipificação
12	Nipg n.º 20983/19 Req n.º 1526/19	João Pedro Costa Rodrigues	Assureira, Alvites	29/10/2019	Correção de limites administrativos	Correção de limites administrativos
13	Nipg n.º 21019/19	NOVARQ em nome de de Capital Crescente Lda.	Carvalhais	29/10/2019	Manter a parcela em solo urbano permitindo a construção de loteamento (processo n.º 212/229/142)	Manter a parcela em solo urbano
14	Nipg n.º 21020/19	NOVARQ em nome de José António Curral	Mirandela	29/10/2019	Alterar categoria de espaço de solo urbano - de espaço verde para a categoria que permita operação de loteamento	Alterar categoria de espaço de solo urbano
15	Nipg n.º 21021/19	António Luís Monteiro da Silva	Vale de Madeiro, Mirandela	29/10/2019	Permitir a edificação em parcela de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
16	Nipg n.º 21105/19	Amador Rodrigues Paredes Fonseca	Gandariças, Múrias	30/10/2019	Permitir a edificação em parcela de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
17	Nipg n.º 21120/19	João Carlos Costa Agostinho	Lamas de Orelhão	31/10/2019	Permitir a edificação em parcela de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
18	Nipg n.º 21206/19	Mónica Andreia Esteves Rodrigues	Vale de Lagoa, Alvites	31/10/2019	Permitir a edificação em parcela de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
19	Nipg n.º 21316/19	Adriano Manuel Lopes	Vale de Gouvinhas	04/11/2019	Alterar categoria de espaço de solo rústico - de espaço florestal para espaço agrícola de forma a permitir a construção de armazém agrícola	Alterar categoria de espaço de solo rústico
20	Nipg n.º 21448/19	Celestino Jorge Rodrigues dos Santos	S. Salvador	05/11/2019	Alterar categoria de espaço de solo rústico - para "Espaços de edificação dispersa" para edificação de habitação e edifício de apoio à atividade agrícola e florestal	Alterar categoria de espaço de solo rústico
21	Nipg n.º 21451/19	Ana Maria Sousa Rodrigues Cabages	Lugar de Campelo, freguesia de Cabanelas	06/11/2019	Exclusão de RAN de forma a permitir a edificação em parcela de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
22	Nipg n.º 21527/19	José Alberto Nogueira	Mirandela	06/11/2019	Manter a parcela em solo urbano permitindo a edificação	Manter a parcela em solo urbano

Nº ordem	Nº do Requerimento	Requerente	Localização	Data	Pretensão apresentada	Tipificação
23	Nipg n.º 21569/19	Marília da Assunção Carneiro	Vale Juncal, Abambres	06/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano e forma a permitir a edificação	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
24	Nipg n.º 21596/19	Verdenordeste Combustíveis Ida	Mirandela	06/11/2019	Manter a parcela em solo urbano permitindo a construção de loteamento	Manter a parcela em solo urbano
25	Nipg n.º 21597/19	Santa Casa da Misericórdia	Mirandela	06/11/2019	Alterar categoria de espaço de solo urbano - para permitir loteamento	Alterar categoria de espaço de solo urbano
26	Nipg n.º 21681/19	Freguesia de Avidagos, Navalho e Pereira	Avidagos	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
27	Nipg n.º 21683/19	Freguesia de Avidagos, Navalho e Pereira	Avidagos	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
28	Nipg n.º 21687/19	ANGUAL construções Lda.	Mirandela	07/11/2019	Alteração do regime de edificabilidade dos espaços de atividades económicas	Alteração do regime de edificabilidade
29	Nipg n.º 21679/19	Freguesia de Avidagos, Navalho e Pereira	Avidagos		Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
30	Nipg n.º 21722/19	Freguesia de Avidagos, Navalho e Pereira	Navalho	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
31	Nipg n.º 21724/19	Freguesia de Avidagos, Navalho e Pereira	Pereira	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
32	Nipg n.º 21735/19	Maria Luísa de Sá Fernandes	Mirandela	07/11/2019	Permitir a edificação em parcela de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
33	Nipg n.º 21741/19	Freguesia de Avidagos, Navalho e Pereira	Pereira	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
34	Nipg n.º 21745/19	Freguesia de Avidagos, Navalho e Pereira	Pereira	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano



Nº ordem	Nº do Requerimento	Requerente	Localização	Data	Pretensão apresentada	Tipificação
35	Nipg n.º 21776/19	Freguesia de Avidagos, Navvalho e Pereira	Avidagos	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
36	Nipg n.º 21779/19	Junta de Freguesia de Passos	Passos	08/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
37	Nipg n.º 21780/19	Junta de Freguesia de Passos	Passos	08/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
38	Nipg n.º 21781/19	Junta de Freguesia de Passos	Passos	08/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
39	Nipg n.º 21782/19	Junta de Freguesia de Passos	Passos	08/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
40	Nipg n.º 21786/19	Freguesia de Avidagos, Navvalho e Pereira	Navvalho	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
41	Nipg n.º 21845/19	Paulo António Leite Pereira	Eivados, Suções	08/11/2019	Solução para legalização de construção existente	Solução para legalização de construção existente
42	Nipg n.º 21859/19	Freguesia de Avidagos, Navvalho e Pereira	Pereira	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
43	Nipg n.º 21867/19	Freguesia de Avidagos, Navvalho e Pereira	Carvalhal	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
44	Nipg n.º 21876/19	Freguesia de Avidagos, Navvalho e Pereira	Palorca		Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
45	Nipg n.º 21907/19	Augusto dos Santos Ferreira	Cabanelas	08/11/2019	Permitir a edificação na totalidade da parcela	Permitir a edificação na totalidade da parcela
46	Nipg n.º 21920/19	Francisco Gonçalves Peres	Mirandela	11/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
47	Nipg n.º 21982/19	Junta de Freguesia de Abambres	Abambres	11/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano

Nº ordem	Nº do Requerimento	Requerente	Localização	Data	Pretensão apresentada	Tipificação
48	Nipg n.º 21983/19	Junta de Freguesia de Abambres	Abambres	11/11/2019	Ampliação da área integrada em "espaços de ocupação dispersa"	Alterar categoria de espaço de solo rústico
49	Nipg n.º 21984/19	Junta de Freguesia de Abambres	Vale de Juncal, Abambres	11/11/2019	Reclassificação de solo rústico (espaço de ocupação dispersa) em solo urbano	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
50	Nipg n.º 22009/19	Sofia Manuel Gala Teixeira	Mirandela	11/11/2019	Excluir a parcela da REN de forma a permitir a aplicação do regime de edificabilidade dos espaços centrais	Excluir a parcela da REN de forma a permitir a aplicação do regime de edificabilidade dos espaços centrais
51	Nipg n.º 22025/19	José Fernando Ferreira dos Santos	Mirandela	11/11/2019	Excluir a parcela de AHVM	Excluir a parcela de AHVM
52	Nipg n.º 22040/19	Frederico José Rodrigues Teixeira	Cruzamento da Bouça	12/11/2019	Permitir a edificação em duas parcelas de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
53	Nipg n.º 22042/19	Frederico José Rodrigues Teixeira	Vale de Telhas	12/11/2019	Permitir a edificação em três parcelas de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
54	Nipg n.º 22139/19	Bernardino José Xavier	Mirandela	12/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano de forma a permitir alteração de uso de armazém para habitação	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
55	Nipg n.º 22166/19	Manuel Augusto Seixas	Contins, Carvalhais	13/11/2019	Ampliação da área integrada em "espaços de ocupação dispersa" para edificação	Alterar categoria de espaço de solo rústico
56	Nipg n.º 22245/19 (Adenda a Nipg n.º 21019/19)	NOVARQ	Carvalhais	13/11/2019	Manter a parcela em solo urbano permitindo a construção de loteamento (processo n.º 212/229/142))	Manter a parcela em solo urbano
57	Nipg n.º 22283/19	Frederico José Rodrigues Teixeira	Vale de Salgueiro	13/11/2019	Permitir a edificação numa parcela	Permitir a edificação numa parcela
58	Nipg n.º 22284/19	NPower Lda	Eivados, Suções	13/11/2019	Excluir de RAN e alterar a categoria de solo rústico (espaço agrícola) para permitir a edificação	Alterar categoria de espaço de solo rústico
59	Nipg n.º 22419/19	Joaquim Manuel Brites Lameiro	Mirandela	14/11/2019	Alterar categoria de espaço de solo urbano - de espaço verde para espaço habitacional	Alterar categoria de espaço de solo urbano



Nº ordem	Nº do Requerimento	Requerente	Localização	Data	Pretensão apresentada	Tipificação
60	Nipg n.º 22367/19	NOVARQ	Frechas	14/11/2019	Legalizar um conjunto de edifícios	Legalizar um conjunto de edifícios
61	Nipg n.º 22491/19	Maria Aurora Ferreira Martins Frutuoso	Cruzamento S. Salvador Mirandela	15/11/2019	Alteração do regime de edificabilidade dos espaços de ocupação dispersa para permitir legalização de edificação	Alteração do regime de edificabilidade dos espaços de ocupação dispersa para permitir legalização de edificação
62	Nipg n.º 22531/19	Henrique José Pereira	Mirandela	15/11/2019	Reclassificação do solo rústico e exclusão de RAN e de REN de forma a permitir posterior ampliação	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
63	Nipg n.º 22545/19	Sebastião Artur Carneiro Melo	Bronceda, Mirandela	13/11/2019	Alterar categoria de espaço de solo rústico - para espaço de edificação dispersa para permitir urbanizar	Alterar categoria de espaço de solo rústico
64	Nipg n.º 22546/19	Lúcia Maria de Sá Melo	Bronceda, Mirandela	13/11/2019	Alterar categoria de espaço de solo rústico - para espaço de edificação dispersa para permitir urbanizar	Alterar categoria de espaço de solo rústico
65	Nipg n.º 22551/19	Albérico de Jesus Esteves	Navalho	15/11/2019	Permitir a edificação numa parcela de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
66	Nipg n.º 22591/19	António Amândio de Carvalho	Franco	18/11/2019	Ampliação da área integrada em "espaços de ocupação dispersa" para legalização de armazém agrícola	Alterar categoria de espaço de solo rústico
67	Nipg n.º 22598/19	José da Silva Nunes Azevedo	Frechas	18/11/2019	Reclassificação do solo rústico e exclusão de REN de forma a viabilizar empreendimento turístico	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
68	Nipg n.º 22600/19	José da Silva Nunes Azevedo	Frechas	18/11/2019	Legalizar edifício existente	Legalizar edifício existente
69	Nipg n.º 22659/19	Ilda da Conceição	Eivados, Suções	18/11/2019	Permitir a edificação (moradia ou pavilhão multiusos) em parcelas de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
70	Nipg n.º 22666/19	Ilda da Conceição	Eivados, Suções	18/11/2019	Permitir a edificação (centro de eventos, restauração e hotelaria) em parcelas de solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico

Nº ordem	Nº do Requerimento	Requerente	Localização	Data	Pretensão apresentada	Tipificação
71	Nipg n.º 22720/19	José Luis Machado Bragança	Mirandela	19/11/2019	Alterar categoria de espaço de solo urbano - para espaços centrais	Alterar categoria de espaço de solo urbano
72	Nipg n.º 22747/19	Daniel Aveiro	Maravilha, Mirandela	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano para edificação	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
73	Nipg n.º 22748/19	Normano Valbom	Mirandela	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano e exclusão da RAN	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
74	Nipg n.º 22750/19	Fernando Augusto Torres	S. Salvador	19/11/2019	Alterar categoria de espaço de solo rústico - de espaço agrícola para espaço industrial e exclusão da RAN	Alterar categoria de espaço de solo rústico
75	Nipg n.º 22751/19	Herdeiros de Agostinho Joaquim Alves	Eivados, Suções	19/11/2019	Permitir a edificação (moradia e armazém) em solo rústico	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
76	Nipg n.º 22753/19	Luísa Maria Belchior	S. Salvador	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano e exclusão da RAN	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
77	Nipg n.º 22754/19	Luísa Maria Almeida Torres Belchior	S. Salvador	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano e exclusão da RAN	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
78	Nipg n.º 22755/19	Luís Augusto Pereira	Frechas	19/11/2019	Permitir a edificação na totalidade da parcela de solo rústico, onde está já uma edificação	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
79	Nipg n.º 22757/19	José António Fernandes Teixeira	Valbom dos Figos, Mascarenhas	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano para edificação	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
80	Nipg n.º 22763/19	Jorge Rui Mateus Ferro	Suções	19/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano para edificação (moradia, armazéns ou pavilhão)	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
81	Nipg n.º 22809/19	Junta de Freguesia Lamas de Orelhão	Fonte da Urze, Lamas de Orelhão	20/11/2019	Reclassificação de uma extensa área de solo rústico em solo urbano para edificação	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
82	Nipg n.º 22811/19	Junta de Freguesia Lamas de Orelhão	Lamas de Orelhão	20/11/2019	Ampliação da área integrada em "espaços de ocupação dispersa" para edificação	Alterar categoria de espaço de solo rústico



Nº ordem	Nº do Requerimento	Requerente	Localização	Data	Pretensão apresentada	Tipificação
83	Nipg n.º 22812/19	Junta de Freguesia Lamas de Orelhão	Lamas de Orelhão	20/11/2019	Ampliação da área integrada em "espaços de ocupação dispersa" para edificação	Alterar categoria de espaço de solo rústico
84	Nipg n.º 22825/19	MIRAVET LDA	Mirandela	20/11/2019	Alterar regime de edificabilidade de forma a permitir ampliação de armazém	Alterar regime de edificabilidade
85	Nipg n.º 22831/19	Henrique Pereira	Mirandela	20/11/2019	Alteração de diversas normas regulamentares e alteração de classificação/qualificação do solo	Alteração de diversas normas regulamentares e alteração de classificação/qualificação do solo
86	Nipg n.º 22832/19	Catarina Geraldo Strecht Monteiro	Gandariças, Múrias	20/11/2019	Reclassificação de uma extensa área de solo rústico em solo urbano para edificação (armazém, apoio à habitação/agricultura ou garagem)	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
87	Nipg n.º 22838/19	Maria Madalena	Mirandela	20/11/2019	Reclassificação de solo urbano (UOPG) em solo rústico	Reclassificação de solo urbano em solo rústico
88	Nipg n.º 22848/19	Francisco Manuel Rocha Pires	Mirandela	20/11/2019	Ponto de situação do licenciamento de edifício	Ponto de situação do licenciamento de edifício
89	Nipg n.º 22893/19	Benilde das Dores Mateus	Mirandela	20/11/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano para edificação	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
90	Nipg n.º 5853/19	AMTQT	Urjais, Frechas	20/03/2019	Alterar categoria de espaço de solo rústico - para "Espaços de equipamentos e infraestruturas"	Alterar categoria de espaço de solo rústico
91	Req.º 978/19	Aggregate Season	Mirandela	24/07/2019	Alterar categoria de espaço de solo urbano - de espaço de uso especial (turismo) para espaço habitacional de forma a permitir loteamento	Alterar categoria de espaço de solo urbano
92	Req.º 1045/19	Sanatua SA	Eivados, Suções	07/08/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano para edificação	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
93	Req n.º 1388/19	António Neves Mendes	Mirandela	03/10/2019	Reclassificação de solo rústico em solo urbano para edificação	Reclassificação de solo rústico em solo urbano

Nº ordem	Nº do Requerimento	Requerente	Localização	Data	Pretensão apresentada	Tipificação
94	Nipg n.º 22925/19 e 22976/19	INTERSÁ LDA	Mirandela	21/11/2019	Alterar categoria de espaço de solo urbano - para espaços de atividades económicas	Alterar categoria de espaço de solo urbano
95	Nipg n.º 22926/19	Reis Tomé Sociedade	Mirandela	21/11/2019	Reclassificação do solo rural em solo urbano e viabilidade de construção de loteamento	Reclassificação do solo rústico em solo urbano
96	Nipg n.º 23009/19	Luísa Belchior	Mirandela	21/11/2019	Rever o artigo 110º	Rever o artigo 110º
97	Nipg n.º 23014/19	Edalina Alzira Silva	Vila Nova das Patas, Carvalhais	21/11/2019	Ampliação da área integrada em "espaços de ocupação dispersa" para edificação	Alterar categoria de espaço de solo rústico
98	Nipg n.º 23115/19	Aníbal Joaquim Verdelho	Valbom Pitez	22/11/2019	Ampliação da área integrada em "aglomerado rural" para edificação	Alterar categoria de espaço de solo rústico
99	Nipg n.º 23119/19	Aníbal Joaquim Verdelho	Valbom Pitez	22/11/2019	Ampliação da área integrada em "aglomerado rural" para edificação	Alterar categoria de espaço de solo rústico
100	Nipg n.º 23506/19	José Alberto Mergulhão Gomes	Mirandela	28/11/2019	Exclusão de REN de duas parcelas de forma a permitir que numa delas seja construído habitação/turismo	Permitir edificação
101	Nipg n.º 23578/19	António Joaquim Teixeira	Zona Industrial de Mirandela	29/11/2019	Reclassificação do solo rural em solo urbano	Reclassificação do solo rústico em solo urbano
102	Nipg n.º 23642/19	Maria de Fátima Lourenço Vaz	Rego de Vide	29/11/2019	Reclassificação do solo rural em solo urbano	Reclassificação do solo rústico em solo urbano
103	Nipg n.º 23643/19	Maria de Fátima Lourenço Vaz	Rego de Vide	29/11/2019	Reclassificação do solo rural em solo urbano	Reclassificação do solo rústico em solo urbano
104	Nipg n.º 23644/19	Maria de Fátima Lourenço Vaz	Rego de Vide	29/11/2019	Reclassificação do solo rural em solo urbano de parcela já edificada	Reclassificação do solo rústico em solo urbano
105	Nipg n.º 23793/19	João Sá	Vilar de Ledra, Carvalhais	03/12/2019	Exclusão da REN de parcela edificada e permissão para nova edificação	Permitir edificação
106	Nipg n.º 24192/19	José Augusto	Vale de Madeiro, Mirandela	06/12/2019	Integração de parcela de solo rústico na UOPG1	Integração de parcela de solo rústico na UOPG1
107	Nipg n.º 1210/20	José Augusto Taveira	Loteamento S. Sebastião, Mirandela	16/01/2020	Alterar categoria de espaço de solo urbano - para espaços a consolidar	Alterar categoria de espaço de solo urbano



Nº ordem	Nº do Requerimento	Requerente	Localização	Data	Pretensão apresentada	Tipificação
108	Nipg n.º 1672/20	Choupim, Soc. Empreend. Lda	Choupim, Mirandela	22/01/2020	Implementação de conjunto turístico	Implementação de conjunto turístico
109	Nipg n.º 1844/20	Paulo Jorge Ferreira Ferro	Zona Industrial, Mirandela	24/01/2020	Reclassificação do solo rural em solo urbano e exclusão de RAN	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
110	Nipg n.º 2145/20	Fernando Alberto Pinto	Valbom dos Figos, Mascarenhas	30/01/2020	Reclassificação do solo rural em solo urbano para edificação	Reclassificação de solo rústico em solo urbano
111	Nipg n.º 2791/20	Balbina da Conceição Gonçalves Cunha	Rua das Fragas 121, Mirandela	07/02/2020	Alterar categoria de espaço de solo urbano - para edificação	Alterar categoria de espaço de solo urbano
112	Nipg n.º 4862/20	Jomarca		06/03/2020	Ampliação da área integrada em "aglomerado rural" para permitir uma maior área de implantação da edificação	Alterar categoria de espaço de solo rústico
113	Nipg n.º 5215/20	Cláudia Carvalho Afonso	Múrias	11/03/2020	Permitir a construção de anexos em solo rural e a exclusão de RAN e REN	Permitir a edificação em parcela de solo rústico
114	Nipg n.º 8286/20	Olinda de Jesus Pereira	Mirandela	18/06/2020	Classificar como urbanizável/ Permitir a edificação	Alterar categoria de espaço de solo urbano



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise efetuada permite concluir que, de forma genérica, não se operaram no concelho mudanças profundas no decurso da vigência do PDM, muito embora a avaliação efetuada permita antever alguns desafios que se colocam ao atual processo de planeamento municipal.

À partida as dinâmicas demográficas registadas – continuidade da tendência de perda populacional e acentuado envelhecimento da população – parecem indiciar que a estratégia de desenvolvimento que tem vindo a ser seguida pelo município não tem vindo a ser suficiente para fixar população, justificando a necessidade de reforçar uma abordagem integrada, operada de forma transversal em diversos domínios (emprego, apoio social, habitação, qualificação urbana, etc.).

As mudanças de paradigma a que se assistiu com a entrada em vigor da atual Lei de Bases e do RJIGT, que determinam a necessidade do PDM integrar as novas regras de classificação e qualificação do solo prevista no RJIGT teria sempre que ocorrer a breve trecho, sob pena de suspensão das normas do plano que com esta não sejam compatíveis. Por sua vez, alguns dos constrangimentos do PDM em vigor identificados tem oportunidade de ser sanados.

Tendo em consideração a classificação do solo em vigor no concelho, a revisão conduzirá à reflexão sobre as opções subjacentes às soluções de ordenamento do PDM, avaliando de que forma estas se adequam, não só à nova realidade legislativa, mas às necessidades e expectativas de desenvolvimento de Mirandela. Fruto da reclassificação de áreas significativas de solo urbano em rústico, em especial fora da cidade de Mirandela, é natural que surja a necessidade de reprogramar um conjunto de opções, procurando alternativas que assegurem o desenvolvimento e a sustentabilidade socioeconómica de um território com crescente dificuldade de afirmação.

Nos últimos anos, para além das alterações ocorridas em programas territoriais de hierarquia superior, o município passou a dispor de um conjunto de novos instrumentos em domínios específicos (PEDU, PERU, PIAAC, etc.) que contêm orientações fundamentais para o planeamento territorial e que importa integrar de forma a reforçar a coesão estratégica, a integração social, a sustentabilidade ambiental e resiliência territorial.

Mais uma vez referir que o novo executivo tem vindo a refletir sobre as prioridades de atuação, principalmente ao nível da cidade, fruto das atuais expectativas de desenvolvimento concelhio, e das oportunidades criadas pelo atual quadro comunitário de financiamento.

Por fim, importa mencionar o facto de estar em processo de homologação a cartografia à escala 1/10.000 para o município, que serve de base a esta 2ª revisão, o que permitirá dispor de uma base



REVISÃO DO
PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE
MIRANDELA



cartográfica atualizada e mais rigorosa suprimindo eventuais divergências entre a realidade e a informação cartografada no PDM em vigor.

Além dos esquemas em anexo que representam a cobertura territorial no que respeita às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, este relatório é acompanhado das seguintes peças desenhadas elaboradas à escala 1:10000 (cada tema com 28 folhas):

01 – Atualização do Uso e Ocupação do Solo;

02 - Atualização da Planta de Condicionantes;

03 – Atualização da Planta de Condicionantes Anexa: Perigosidade de Incêndio e Áreas Áridas



6. ANEXO – ESQUEMAS DAS INFRAESTRUTURAS

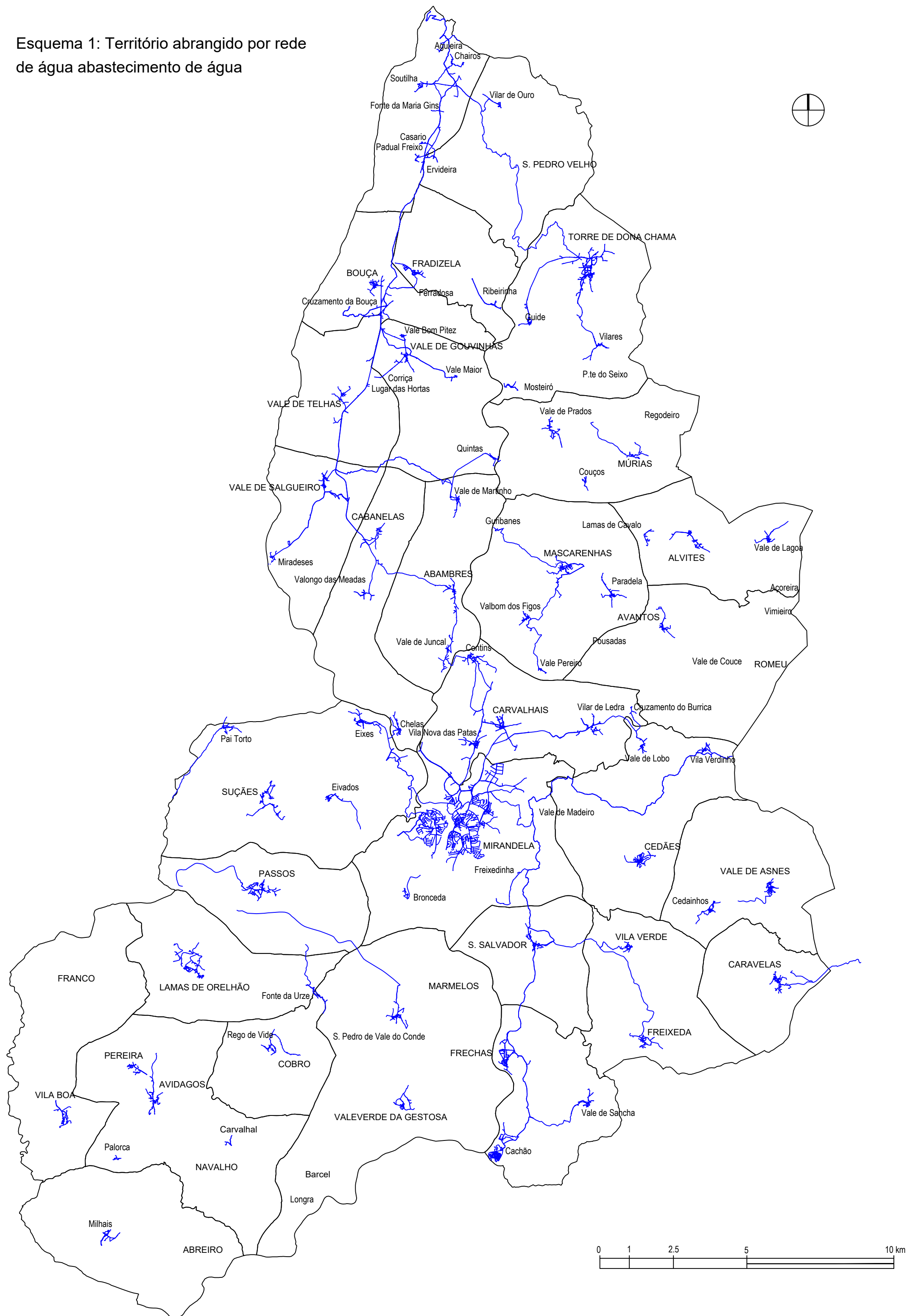


REVISÃO DO
PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE
MIRANDELA



(página propositadamente deixada em branco)

Esquema 1: Território abrangido por rede de água abastecimento de água



Esquema 2: Território abrangido por rede de tratamento de água residuais

